

Novos Enfoques Econômicos

Paulo Galvão Júnior

EBOOK



ISBN: 978-85-5597-042-9

Novos Enfoques Econômicos

Paulo Galvão Júnior
(Autor)

Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP

Cabedelo
2018



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP

Diretora Geral

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Diretora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Diretor Administrativo/Financeiro

Richard Euler Dantas de Souza

Editores

Cícero de Sousa Lacerda

Hercilio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

Corpo editorial

Antônio de Sousa Sobrinho – Letras

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Hercilio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas – Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago Bizerra Fideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho – Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Copyright © 2018 – Editora IESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)**

G182n Galvão Júnior, Paulo
Novos Enfoques Econômicos [recurso eletrônico] / Paulo
Galvão Júnior . - Cabedelo, PB:Editora IESP, 2018.
300 p.

Tipo de Suporte:E-book
Formato: PDF
Modo de Acesso: World Wide Web
ISBN: 978-85-5597-042-9

1. Economia Brasileira. 2. Economia Mundial. 3. Carga
Tributária. I. Título.

CDU 33(81)

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053
Capa e Contracapa: Márcia de Albuquerque Alves (marciaalbq@hotmail.com)
Foto do autor: Leina Piñon.

Editora IESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central - 2 andar - COOPERE
Morada Nova. Cabedelo - PB.
CEP 58109-303

Aos meus estimados alunos e alunas dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração no renomado IESP Faculdades, como também aos meus queridos alunos e alunas do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira e em Gestão de Recursos Humanos na conceituada FATECPB.

"Há uma força motriz mais poderosa que o vapor, a eletricidade e a energia atômica: a vontade".



Albert Einstein (1879-1955)

"A força não provém da capacidade física. Provém de uma vontade indomável".



Mahatma Gandhi (1869-1948)

Sumário

Sobre o Autor.....	7
Lista de Siglas.....	8
Apresentação.....	12
Prefácio.....	13
Projeções econômicas do Brasil para 2018.....	14
Do escambo ao real no Brasil.....	20
Os principais índices dos países nórdicos na atualidade.....	41
Seu Imposto de Renda pode render sorrisos.....	56
A Copa do Mundo Socioeconômica.....	61
O Brasil rumo à OCDE em 2021.....	74
200 anos de Karl Marx.....	79
Avaliação de desempenho dos Pequenos Negócios no segmento de alimentação fora do lar em João Pessoa no biênio 2016-2017.....	95
Uma abordagem sobre a carga tributária no Brasil: Uma revisão de literatura.....	123
Menos tributos, mais consumo das famílias.....	148
O Brasil que eu não quero.....	158
Uma análise dinâmica de capital de giro em empresas que estão em recuperação judicial no triênio 2015-2016-2017.....	163
A análise do processo de recrutamento e seleção de funcionários na empresa Prottege Segurança na cidade de João Pessoa.....	194
A Contabilidade Pública na Paraíba e sua relação com as Leis Orçamentárias de 2013 a 2017.....	209
Um olhar verde sobre Uarini.....	238
Conhecer a importância da Administração Pública na Defensoria Pública da União.....	244
O balão do Brasil poderá voar muito alto.....	267
Uma visão atual sobre o Brasil.....	274
As lindas praias de João Pessoa: Avanços e Desafios no Turismo e na Sustentabilidade.....	284
As Perspectivas da Economia Brasileira no biênio 2018-2019.....	291

Sobre o Autor



PAULO FRANCISCO MONTEIRO GALVÃO JÚNIOR, 48 anos, economista paraibano, escritor brasileiro e professor universitário. Nasceu em 13 de maio de 1970 no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Filho do professor universitário Paulo Francisco Monteiro Galvão e da dona de casa Maria Verônica Paiva da Silva. Irmão do professor de Filosofia Eduardo Augusto Paiva Galvão. Casado com a assistente social Núbia Rodrigues Galvão e pai de duas lindas filhas, a professora de Administração Priscilla Rodrigues Galvão Moreira e a estudante de Relações Internacionais Pamella Noemi Rodrigues Galvão.

Atualmente é o professor de Economia e de Economia Brasileira nos Cursos de Graduação em Administração e Ciências Contábeis no IESP Faculdades e nos Cursos de Tecnologia em Gestão Financeira e Gestão de Recursos Humanos na FATECPB. Economista com CORECON-PB nº. 1392, ex-conselheiro titular e ex-assessor da Presidência do CORECON-PB. Graduação em Ciências Econômicas na UFPB (1998). Especialização em Gestão de RH na FATEC INTERNACIONAL (2009). Ex-Chefe da DPTI/SETUR/PMJP. Ex-conselheiro titular da SETUR no CMDCA-JP, CMDI-JP e COMPED-JP e ex-ouvidor da SETUR na SETRANSP, além de ex-coordenador do CMDCA-JP.

Autor de 10 (dez) e-books de Economia: RBCAI (2009), REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS (2010), NOVAS REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS (2011), VAMOS FAZER JUNTOS A ECONOMIA VERDE? (2012), POR QUE O BRASIL É MUITO DESIGUAL? (2013), ECONOMIA (2014), ECONOMIA BRASILEIRA: De Pedro Álvares Cabral ao Ajuste Fiscal (2015), O OURO DO SÉCULO XXI (2016), DIVERSOS ENFOQUES ECONÔMICOS (2017) e NOVOS ENFOQUES ECONÔMICOS (2018).

Autor e coautor de 170 artigos de Economia publicados no Brasil e no mundo, sobretudo, no site em português do jornal russo Pravda.Ru. Nos dias de hoje, colunista no portal paraibano Notícia Extra.com: <http://www.noticiaextra.com/colunistas/paulo-galvao-junior>

Telefone: 55 (83) 3023-0395

E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

Celular e Whatsapp: 55 (83) 98773-7712

Site: <http://ebookdeeconomiadepgalvaojr.com/ebooks-de-economia.html>

Lista de Siglas

ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos.

ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes.

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos.

AEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil.

AM – Amazonas.

BCB – Banco Central do Brasil.

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo.

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

CEAM – Companhia Energética do Amazonas.

CMB – Casa da Moeda no Brasil.

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CMN – Conselho Monetário Nacional.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

COFECON – Conselho Federal de Economia.

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

COPOM – Comitê de Política Monetária.

CORECON – Conselho Regional de Economia.

COSAMA – Companhia de Saneamento do Amazonas.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais.

DF – Distrito Federal.

DPTI – Divisão de Pesquisa e Tecnologia da Informação.

DPU – Defensoria Pública da União.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EPP – Empresas de Pequeno Porte.

EUA – Estados Unidos da América.

EUROSTAT – Agência Europeia de Estatísticas.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

FEM – Fórum Econômico Mundial.

FIFA – Fédération Internationale de Football Association.

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

FGV – Fundação Getulio Vargas.

FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

G7 – Grupo dos Sete.

G20 – Grupo dos Vinte.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IED – Investimento Estrangeiro Direto.

IEP – Instituto para a Economia e a Paz.

IF – Índice de Felicidade.

IGC – Índice Global de Competitividade.

IGI – Índice Global de Inovação.

IGP – Índice Global da Paz.

IGP-DI – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna.

ILE – Índice de Liberdade Econômica.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

IP – Índice de Prosperidade.

IPA – Índice de Performance Ambiental.

IPC – Índice de Percepção de Corrupção.

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.

IR – Imposto de Renda.

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física.

ISS – Imposto sobre Serviços.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LOA – Lei Orçamentária Anual.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

ME – Microempresas.

MEI – Microempreendedor Individual.

MPE – Micro e Pequenas Empresas.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

P&D – Pesquisa & Desenvolvimento.

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo.

PAI – Programa de Ação Imediata.

PEA – População Economicamente Ativa.

PIS – Programa de Integração Social.

PB – Paraíba.

PIB – Produto Interno Bruto.

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PPA – Plano Plurianual.

PPC – Paridade em Poder de Compra.

PT – Partidos dos Trabalhadores.

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PCUS – Partido Comunista da União Soviética.

RNB – Renda Nacional Bruta.

R&S – Recrutamento e Seleção.

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo.

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito.

SRF – Secretaria da Receita Federal do Brasil.

SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente.

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito.

SUS – Sistema Único de Saúde.

SUSAM – Superintendência de Saúde do Amazonas.

TI – Tecnologia da Informação.

UBS – Unidade Básica de Saúde.

UE – União Europeia.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

UPA – Unidade de Pronto Atendimento.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

URV – Unidade Real de Valor.

Apresentação

No Dia do Economista, no Brasil, apresento o meu décimo e-book de Economia intitulado **Novos Enfoques Econômicos**, com vinte artigos, sendo 12 artigos escritos em parceria com os economistas **Luiz Alberto Machado** e **Kalyne de Lourdes de Costa Martins**, com as administradoras **Gabryella Andrezza Paschoal da Nóbrega**, **Larissa Soraya Lira** e **Priscilla Rodrigues Galvão Moreira**, e com os contadores **Isac Alves Dias**, **Vamberto Ricardo Araújo de Oliveira**, **Caroline Alves de Azevedo** e **Karina Maria Oliveira da Silva**, além de 8 artigos escritos individualmente.

O presente livro digital de Economia trata de diversos enfoques econômicos como as projeções do Brasil, economia monetária, países nórdicos, imposto de renda, Copa do Mundo, OCDE, Karl Marx, Pequenos Negócios, carga tributária, tributos elevados, violência, recuperação judicial, recrutamento e seleção de funcionários, contabilidade pública, economia verde, administração pública, economia mundial, PISA, turismo e as perspectivas da economia brasileira.

A importância da Economia na sociedade brasileira é fundamental. O/A economista pode contribuir muito para novas reflexões socioeconômicas sobre o Brasil. Hoje, vivenciamos as incertezas política, econômica e social, após uma forte recessão econômica no biênio 2015-2016. A taxa SELIC afeta diretamente a economia brasileira a cada 45 dias. A taxa SELIC caiu de 14,25% ao ano em 29 de julho de 2015 para 6,50% ao ano em 01 de agosto de 2018, uma queda de 7,75% ao ano, segundo o BCB.

O Brasil transferiu R\$ 328,1 bilhões do orçamento para pagamento de juros de uma dívida pública bruta dos governos de R\$ 4,854 trilhões em 2017, de acordo com o BCB. O Brasil tem 52 milhões de pobres (IBGE); 15 milhões de miseráveis (Banco Mundial); 11,8 milhões de analfabetos (IBGE); 13,0 milhões de desempregados (IBGE); 63,3 milhões de consumidores inadimplentes (SPC Brasil); 4,8 milhões de famílias sem-terra (CPT); 6,3 milhões de famílias sem-teto (IBGE); 63.880 homicídios por ano (FBSP); 100 milhões de pessoas não tem acesso a coleta de esgotos e 35 milhões não tem acesso à água tratada (IBGE); e a taxa de mortalidade infantil é de 14 mortos até um ano a cada mil nascidos vivos no ano de 2016 (Ministério da Saúde).

A Economia é uma Ciência Social e Humana, não Exata, que estuda como os agentes econômicos (famílias, empresas, Governo e resto do mundo) se comportam na produção, troca, circulação e consumo de bens e serviços. Com os impactos do El Niño e da La Niña, nos próximos anos, precisamos ter mais foco nos recursos humanos, no consumo consciente e na preservação ambiental.

João Pessoa, 13 de agosto de 2018.

Econ. Paulo Galvão Júnior

Prefácio

Já se passaram 518 anos, o Brasil continua muito desigual. É preciso mudar uma triste e cruel realidade no sexto país mais populoso do mundo. É necessário ter esperança de construir um novo Brasil, mais rico, mais justo, mais igual, mais digno, mais sustentável, ainda no século XXI. É fundamental pensar em compartilhar os conhecimentos, além de trabalhar muito, sempre em busca de um futuro melhor. A redução da desigualdade econômica no Brasil é a nossa maior causa.

O Brasil é a décima nação mais desigual do planeta entre 140 nações. A desigualdade econômica extrema é um dos maiores problemas do País. Os ricos estão cada vez mais ricos, enquanto os pobres cada vez mais pobres. Segundo OXFAM Brasil, seis brasileiros mais ricos concentram a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres. A distribuição de renda no Brasil, o país sul-americano mais rico, mais populoso, mais extenso, é muito concentrada nas mãos de poucos brasileiros.

Precisamos fazer a economia brasileira crescer mais a cada ano. Entre 2003 e 2017, no Brasil, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,4% ao ano nos últimos 15 anos. O Brasil tem a Amazônia Verde e a Amazônia Azul repleta de riquezas naturais. O Brasil tem a maior área agricultável do planeta. O Brasil tem a maior reserva de água doce da Terra e é um dos países com maior disponibilidade de água por habitante no planeta. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. Mas, a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos chegou a 32% da PEA, ou seja, 4,1 milhões de desempregados no País.

Percebemos uma enorme dificuldade dos jovens em compreenderem a ideia principal de artigos de Economia. Pensando nisso, ao longo das 300 páginas deste e-book, resolvemos direcionar o meu valioso tempo para escrever de forma extremamente clara e agradável, usando dados estatísticos para explicar as minhas reflexões, as minhas interpretações, as minhas análises dos 20 temas pesquisados com vários parceiros ou sozinho, sempre com ênfase que o investimento em capital humano é a peça-chave para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, só quero agradecer a Deus por escrever com qualidade 20 artigos de Economia. Agradecimentos especiais à professora **Márcia de Albuquerque Alves** do IESP Faculdades pela elaboração da linda e moderna capa e contracapa deste e-book e a bibliotecária **Elaine Cristina de Brito Moreira** do IESP Faculdades pela elaboração da ficha catalográfica deste livro digital. Os erros e as omissões são de inteira responsabilidade do autor. Boa leitura! E até o próximo livro digital.

João Pessoa, 13 de agosto de 2018

Econ. Paulo Galvão Júnior

Projeções Econômicas do Brasil para 2018

Paulo Galvão Júnior¹ & Luiz Alberto Machado²



Com uma sólida formação humanista, um economista pode afirmar que quanto menor a intervenção do Estado na economia de mercado, mais rico será este país e mais qualidade de vida terá a sua população.

Os mais completos levantamentos dos indicadores dos países apontaram excelentes resultados onde a liberdade econômica reina e a melhoria das condições de vida é prioridade. Quando o economista olhar o TOP 10 do Índice de Liberdade Econômica do *The Heritage Foundation* e o TOP 10 do IDH do PNUD observará quais são os países líderes no mundo.

¹Economista, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

²Economista, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Sócio-diretor da empresa SAM - Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas. E-mail: lasam.machado@gmail.com.

O Brasil é uma potência econômica, mas não está no TOP 10 do Índice de Liberdade Econômica nem tão pouco no TOP 10 do IDH mundial. No Índice de Liberdade Econômica o Brasil encontra-se na 140ª colocação (2017) e no IDH apresenta-se em 79º lugar (2015).

Portanto, nossas projeções econômicas partem desta realidade. As projeções econômicas do Brasil para 2018 são favoráveis. Haverá espaços para o PIB brasileiro crescer. A nossa projeção é de que a taxa de crescimento do PIB pode chegar a 3,0% no ano de 2018. Maior do que a previsão de crescimento da economia brasileira de 2,69% em 2018 do Relatório de Mercado Focus de 5 de janeiro de 2018. Maior, também, do que a perspectiva de 2,8% da FGV. E superior às projeções do Banco Mundial, da OCDE e do FMI de expansão do PIB do Brasil de 2,0%, 1,9% e 1,5%, respectivamente, para o ano de 2018. Todo esse otimismo, porém, vai depender da aprovação da reforma da Previdência em votação prevista, inicialmente, para o mês de fevereiro no Congresso Nacional.

É preocupante um pequeno aumento de R\$ 17,00 no salário mínimo. Agora, no País, o salário mínimo em vigor é de R\$ 954,00, ou seja, um reajuste de apenas 1,81%. Cerca de 45 milhões de brasileiros, entre trabalhadores, aposentados e pensionistas, recebem um salário mínimo por mês. Para aumentar o consumo das famílias brasileiras é preciso um salário mínimo necessário para suprir suas necessidades básicas.

A conta de energia elétrica em janeiro de 2018 não terá uma cobrança extra, terá bandeira verde. Menos tributos, mais consumo das famílias nos 5.570 municípios brasileiros. Nos próximos doze meses, o Brasil, que é o quinto maior país do planeta, irá acelerar o crescimento do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo, do consumo do Governo e das exportações líquidas (expectativa de superávit comercial de US\$ 52 bilhões no ano de 2018, segundo o Focus – Relatório de Mercado).

Os agentes macroeconômicos têm interesse sobre o futuro do Brasil. A economia brasileira saiu de uma severa recessão econômica no biênio 2015-2016, quando teve crescimentos negativos de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. Aguardamos o resultado positivo e oficial do IBGE em relação à taxa de crescimento do PIB brasileiro de 2017, entre 0,5% e 1%.

Agora, as famílias, as empresas, o Governo e o resto do mundo pretendem conquistar parte de um dos mais pujantes mercados emergentes da atualidade. O Brasil tem 208,4 milhões de habitantes e é hoje um dos melhores países para os investidores nacionais e internacionais. O País precisa atrair bilhões de dólares para melhorar significativamente a infraestrutura logística, que ainda é precária. A perspectiva para 2018, ainda de acordo com o Relatório Focus, é de que entrarão US\$ 80 bilhões em IED. É o momento de tomar decisões, realizar escolhas, para conquistar as oportunidades de crescimento e de negócios que surgirão no País.

O Brasil tem imensas riquezas, mas, infelizmente, é muito desigual. As riquezas do Brasil sempre estiverem nas mãos de poucos desde o seu descobrimento. Estamos no século XXI, e nós que acreditamos no Brasil não podemos concordar com a péssima distribuição das riquezas e das rendas ainda vigente no País.

O melhor caminho para reduzir o Índice de Gini no Brasil é por meio de grandes investimentos em educação. O Brasil mudou muito desde o descobrimento, em 1500, por Pedro Álvares Cabral. O Brasil é a nona economia do mundo, com o PIB de US\$ 1,7 trilhão em 2016 (Banco Mundial), mas, com apenas 1,3%, tem uma participação muito pequena no comércio mundial.

O Brasil é o país com a maior biodiversidade da Terra. É o segundo país com o maior reservatório de água doce do mundo. É o país que tem a maior floresta tropical do planeta. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, todavia, somos a décima nação mais desigual do mundo, com Índice de Gini de 0,515 de acordo com o PNUD.

Precisamos, urgentemente, melhorar as condições de vida do povo brasileiro. Porém, como fazer isso sem elevados gastos sociais? Portanto, precisamos refletir sobre os avanços e enormes desafios do nosso país. "O modelo tributário brasileiro é altamente regressivo, economicamente irracional e socialmente injusto", segundo o Sistema COFECON/CORECONs, que representa 230 mil economistas no Brasil. De 1988 a 2016, a carga tributária brasileira elevou-se de 26,00% para 32,38% do PIB, ou seja, houve um aumento de 6,38 pontos percentuais nos últimos 28 anos.

Atualmente, temos 12,6 milhões de desempregados no País, provocando um aumento de ambulantes no mercado informal. O Brasil necessita crescer mais e melhor

(chega de *stop and go*), distribuir mais e melhor, produzir mais e melhor e, sobretudo, educar mais e melhor. Restam apenas quatro anos para a nação brasileira presenciar um grande evento nacional. Em 7 de setembro de 2022, o Brasil comemorará 200 anos de Independência de Portugal. O planeta Terra alcançará o contingente populacional de 7,9 bilhões de habitantes no ano de 2022. Qual país ofertará enormes recursos naturais e alimentos, além de água para o resto do mundo? Resposta fácil, o Brasil.

O Brasil é uma nação rica em recursos naturais, mas tem baixa qualidade de educação (no PISA de 2015, com 70 países avaliados pela OCDE, apontou o Brasil no 59º lugar em Leitura, 63º em Ciências e 66º em Matemática) e baixos salários de professores, (o piso nacional do magistério é de R\$ 2.455,33 por mês para jornada de 40 horas semanais).

O Brasil é o país emergente com a maior carga tributária do planeta, mas não oferece serviços públicos de qualidade (educação, saúde, segurança, transporte, saneamento básico, etc.) à sua população. O Brasil ainda possui um longo caminho a percorrer para ingressar no seleto grupo dos países desenvolvidos. Com grandes investimentos em educação como prioridade no País, chegaremos ao momento histórico em que ultrapassaremos nossos grandes desafios econômicos (Dívida Pública Federal de R\$ 3,493 trilhões, segundo o Tesouro Nacional) e sociais (11,8 milhões de analfabetos, segundo a PNAD Contínua), podendo, assim, finalmente, ser chamado de país desenvolvido.

Como promover a prosperidade da economia brasileira? Em nossa visão, dez prioridades são relevantes para promover o crescimento econômico no Brasil: 1. Mais investimentos públicos e privados em educação; 2. Mais investimentos públicos e privados em saúde; 3. Reduzir a carga tributária; 4. Maior abertura comercial do Brasil ao exterior; 5. Estimular o crescimento da produtividade do trabalhador brasileiro; 6. Aumentar a competitividade da empresa brasileira; 7. Reduzir a capacidade ociosa da indústria; 8. Aumentar as exportações; 9. Mais investimentos em P&D; e 10. Melhorar a infraestrutura, com prioridade no saneamento básico e em energias renováveis como solar e eólica, além da infraestrutura logística, mais ferrovias, mais estradas, mais portos, mais aeroportos, mais dutos.

O Brasil é conhecido globalmente por ser um dos países membros do G20 e do BRICS. O economista contribui para o planejamento e o crescimento econômico do

País, colaborando para melhorar a qualidade de vida da população brasileira e possui capacidade para compreender tanto os problemas microeconômicos, como os macroeconômicos e internacionais.

Somos economistas brasileiros e, como tal, iremos lutar pelo nosso país. Iremos lutar por um futuro melhor para nossos filhos, nossas filhas, nossos netos, nossas netas. Queremos um Brasil rico, justo, sustentável, mas não podemos esquecer que de 22 de abril de 1500 até os dias de hoje, não conquistamos a estabilidade social. As desigualdades de renda e de riqueza nas cinco regiões do País revelam que somos uma economia emergente, uma nação de renda média alta.

O Brasil ainda está na categoria dos países de renda média alta (entre US\$ 4.086 e US\$ 12.615) e sofre com o círculo vicioso da pobreza, com as políticas econômicas do Governo que arrecada muito, mas que gasta demais. O Governo Federal fechou o ano de 2017 com um déficit fiscal de R\$ 159 bilhões.

O Brasil tem um PIB per capita de US\$ 11.630 (2015), com juros bancários elevados, baixos investimentos, fracas exportações de produtos industrializados, gerando desemprego, provocando inadimplência (59,9 milhões de inadimplentes, segundo dados de dezembro de 2017 do SPC Brasil). Os agentes macroeconômicos numa economia aberta necessitam de menos impostos e juros baixos para aumentar a demanda agregada no curto prazo. A taxa SELIC fechou em 7% ao ano em 2017, mas ainda uma das mais altas taxas nominais do planeta.

O Brasil tem uma economia emergente, fechada e de muitos tributos. Temos, no País, 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria) federais, estaduais e municipais, segundo o Portal Tributário. Com menos tributos, o PIB cresce mais, o IDH sobe mais e o Índice de Gini cai mais.

Ressaltamos que o Brasil é um país pouco integrado comercialmente e tem milhões de pessoas que não têm padrões mínimos de renda, de consumo e de bem estar, com 52,2 milhões de pobres e 13,3 milhões de miseráveis. Além de melhorar no Índice de Liberdade Econômica (52,9 pontos) e no IDH (0,754), o Brasil precisa urgentemente melhorar sua posição no Índice de Percepção da Corrupção, no qual se encontra em 79º lugar, com 40 pontos, segundo dados de 2016 da Transparência Internacional. Temos incertezas, mas nunca é demais lembrar que, com exceção da

reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), outras reformas ainda não saíram do papel, entre as quais a reforma tributária.

Apesar desses inegáveis desafios num país continental, concluímos nosso artigo com uma reflexão crítica baseada nas palavras do embaixador Rubens Ricupero em seu brilhante livro recém-publicado, **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016** (Rio de Janeiro: Versal, 2017):

“O poder efetivo brota da aquisição do conhecimento pela educação e a pesquisa, de sua aplicação à vida material, da capacidade de lidar com a totalidade dos desafios, da conquista de nível comparável ao dos países avançados, não apenas em isolados setores de excelência, mas em todos os setores da sociedade brasileira, a começar pelo ambiental, os direitos humanos, a igualdade de gênero, social, racial, a proteção dos membros mais frágeis e vulneráveis da comunidade.

Estamos longe desse objetivo, mas chegamos até aqui com educação e instituições que não eram melhores que as atuais. Ingressamos no século XX com dezessete milhões de brasileiros, dos quais 84% analfabetos, com expectativa de vida pouco inferior aos trinta anos, como na Idade Média. É razoável pensar que estamos mais distantes do país da escravidão do qual partimos que da meta de nação desenvolvida que almejamos atingir (p. 737)”.

De 17,4 milhões de habitantes em 1900, evoluímos para 93,1 milhões de habitantes em 1970, ou seja, um crescimento populacional de 75,7 milhões de habitantes (435%). De 93,1 milhões de brasileiros em 1970, aumentamos, para os atuais 208,4 milhões, ou seja, um crescimento populacional de 115,3 milhões de habitantes (123,8%). O Brasil é, assim, o sexto país mais populoso do mundo. Quando, porém, o Brasil vai se tornar, afinal, um país desenvolvido?

Referência bibliográfica

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

Do escambo ao real no Brasil

Paulo Galvão Júnior³



1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a História da Moeda no Brasil, do escambo no século XV ao real no século XXI, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, em artigos, revistas, livros, e-books e plataformas digitais, com destaque ao novo livro do economista Gustavo Franco, um dos mentores do Plano Real em 1994 e ex-presidente do BCB no período de 20 de agosto de 1997 a 04 de março de 1999.

No livro intitulado **A Moeda e a Lei: Uma História Monetária Brasileira 1933-2013**, Gustavo Franco narra e analisa nove padrões monetários, do réis ao real, cinco congelamentos de preços em cinco anos consecutivos, um confisco em 1990, a criação da SUMOC em 1945, do BCB e do CMN em 1964, posteriormente, do COPOM em 1996, como também, a implantação de vários planos econômicos no enfrentamento à inflação como o PAEG (1967), Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990), Plano Collor II (1991) e Plano Real (1994).

³Economista brasileiro, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

A Moeda e a Lei tem nove capítulos e no oitavo capítulo destaca-se a importância do Plano Real e a reconstrução da moeda, porque conseguiu algo quase impossível no Brasil, debelar a inflação. No Brasil, a taxa de inflação acumulada entre abril de 1980 a maio de 1995 foi de 20.759.903.275.651%. Na ausência de guerras, revoluções e desastres naturais, um dos raros casos de hiperinflação, ou seja, "Caso especial de inflação galopante, em que os preços aumentam tanto que as pessoas não procuram reter dinheiro, mesmo por poucos dias, em razão da rapidez com que diminui seu poder de compra" (SANDRONI, 2008, p. 398). Hiperinflação leia-se inflação muita alta e descontrolada, leia-se também fortíssima queda no poder aquisitivo das famílias.

Segundo Paulo Sandroni (2008, p. 398), "O mais famoso caso de hiperinflação (um trilhão por cento entre agosto de 1922 e novembro de 1923) ocorreu na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial". Para comprar um pão era preciso 200 bilhões de marcos alemães. Outro exemplo, mais recente, foi a hiperinflação em Zimbábue, em 2008, com a taxa de inflação chegando a 79,6 bilhões por cento. Atualmente, a Venezuela tem a maior taxa de inflação do planeta, com 2.616% em 2017.

O professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, Gustavo Franco relata que o ano de 1933 foi importante no Brasil, devido à criação da moeda fiduciária. O padrão-ouro vigorou de 1870 até 1914. Com a Crise de 1929 os países capitalistas abandonaram o padrão-ouro, a Inglaterra suspendeu o padrão-ouro em setembro de 1931. O Brasil abandonou também o padrão-ouro e adotou a moeda fiduciária na década de 30.

De acordo com o Decreto-Lei nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, em sua ementa: "Declara nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, ou em determinada espécie de moeda, ou por qualquer meio tendente a recusar ou restringir, nos seus efeitos, o curso forçado do mil-réis papel, e dá outras providências", (FRANCO, 2017, p. 104). Surge então à moeda fiduciária, um pedaço de papel de aceitação obrigatória no seu valor nominal, e o decreto-lei foi assinado pelo então presidente Getúlio Vargas e também pelo então ministro da Fazenda, o advogado gaúcho Oswaldo Aranha, assim era o início do regime de moeda de curso forçado no País.

O PhD⁴ em Economia pela Universidade de Harvard, Gustavo Franco escreve sobre a História das Moedas no Brasil nos últimos 80 anos e destaca que ocorreram muitas mudanças, uma delas, as oito reformas monetárias. De acordo com Gustavo Franco (2017, p. 475), "oito reformas monetárias que, na maior parte dos casos, constituíram alterações na denominação da unidade monetária com o intuito de cortar zeros", por isso, um real em 05 de outubro de 2013 equivalia a Cr\$ 2.750.000.000.000,00 em 05 de outubro de 1942.

Este artigo na primeira parte trata de uma breve introdução. A segunda parte retrata a história das moedas brasileiras, do escambo no século XV ao real no século XX. A terceira parte analisa o papel da CMB nas mudanças dessas moedas. A quarta parte aborda a criação e o sucesso do real na economia brasileira. A quinta parte representa um novo olhar sobre o futuro da moeda no Brasil e no mundo no século XXI. E na última e sexta parte encerra o artigo com as considerações finais.

2. DO ESCAMBO NO SÉCULO XV AO REAL NO SÉCULO XX

Quando o Brasil foi descoberto pelos portugueses no século XV, foi implantado um sistema de troca de mercadorias, mais conhecido como escambo, muito utilizado no contexto da exploração do pau-brasil. Escambo nada mais é que uma troca direta de uma mercadoria por outra sem o uso da moeda.

Há uma carta histórica de Pero Vaz de Caminha de 1500 ao rei Dom Manuel de Portugal que relata: "Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, a outros uma manilha, de maneira que com aquele engodo quase nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que homem lhes queria dar". O escambo é a troca de produtos sem envolver moeda, sem equivalência de valores.

O pau-brasil, de acordo com o BCB (2017), "Foi a primeira moeda de nossa terra. Os indígenas o retiravam e entregavam aos portugueses em troca de miçangas, tecidos, facas e outros pequenos objetos" como espelhos, além de machados. A primeira moeda-mercadoria brasileira de fato foi o açúcar, que, em 1614, passou a valer como dinheiro por ordem do então governador Constantino de Menelau do Rio de Janeiro,

⁴Doctor of Philosophy.

tendo também o fumo e o cacau utilizados com essa mesma função de troca, mas não de maneira oficial, como foi o açúcar. De acordo a lei portuguesa, os comerciantes eram obrigados a aceitar como pagamento das compras, uma das especiarias mais cobiçadas pelos europeus, o açúcar.

Ressaltamos que a moeda-mercadoria tem cinco características-chave: i) relativamente escassa; ii) facilmente reconhecível; iii) pode ser cortada em pedaços menores; iv) pode substituir uma peça por outra de igual valor; e v) pode ser facilmente carregada. Todavia, ela tem dois problemas-chave: i) sem reserva de valor; ii) pouco durável ou facilmente perecível.

As primeiras moedas metálicas de ouro, prata e cobre chegaram a partir da colonização portuguesa. A moeda portuguesa, o real, foi usada no Brasil durante todo o período colonial e mantida após a Independência do Brasil em 07 de setembro de 1822. O real português era contado de mil-réis (1.000 réis), cruzado (400 réis), pataca (320 réis), tostão (80 réis), vintém (20 réis) e real (um real).

A primeira moeda de fato cunhada no Brasil foi o florim, fabricado pelos holandeses em 1645, quando ocuparam o Nordeste brasileiro em meados de 1630 a 1654. Em Recife, durante a ocupação holandesa, foram cunhadas as primeiras moedas em ouro (os florins) e, posteriormente em prata (os soldos), em 1654, que continham a palavra Brasil e o ano de fabricação no reverso, além da marca da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais e o seu valor monetário no anverso. Lembrando que na Holanda já existia o Banco de Amsterdã desde 1609 para valorizar sua moeda, o florim holandês.

A primeira moeda a circular no Brasil colonial foi de 10 réis, em 3 de março de 1568, em cobre. Ela foi cunhada em Portugal e enviada para circular na mais rica colônia portuguesa por ordem do rei Dom Sebastião. Passaram-se setenta e cinco anos até que Dom João IV, com o Alvará de 26 de fevereiro de 1643, ordenasse que as patacas espanholas que circulavam livremente desde o início da União Ibérica em 1580 até o seu fim em 1640 e em grande quantidade, no Brasil, fossem usadas com carimbo português, aumentando em 50% o seu valor de circulação na economia brasileira colonial.

Segundo o site Brasil Moedas (2014), "A partir de 1727 foram cunhadas moedas da série dos escudos, foram feitas originalmente para circular em Portugal, mas tiveram grande circulação no Brasil. Devido à efígie real de D. João V no anverso e a coroa de armas no reverso essas moedas foram responsáveis pela vulgarização da expressão 'cara ou coroa'". Até hoje são encontradas moedas da época do Brasil Colônia.

O Banco do Brasil foi inaugurado no Rio de Janeiro pelo Príncipe Regente Dom João em 12 de outubro de 1808, após fugir de Lisboa com a família real das tropas francesas do Imperador Napoleão Bonaparte em 29 de novembro de 1807. O Banco do Brasil foi o primeiro banco sul-americano no século XIX e o quarto maior banco emissor de notas do mundo.

Mais tarde, surgiram os bancos comerciais privados. Esses bancos começaram a emitir notas ou recibos bancários que passaram a circular como moeda, dando origem ao papel-moeda, moeda escritural oficial do País. Todavia, quando Dom João VI voltou a Portugal em 1821, ele teve o cuidado de raspar os cofres do Banco do Brasil (cerca de 60 milhões de cruzados em barras de ouro e de diamantes) e as reservas reduziram muito, e a sua primeira circulação oficialmente ocorre em 1871, também conhecido na época colonial como "permuta de ouro" e de "bilhetes de extração de diamantes".

Destacamos que em 01 de dezembro de 1822, o Imperador Dom Pedro I foi a efígie em 64 moedas de ouro no valor de 6.400 réis, além de efígie de uma cédula de um conto de réis, para gerar confiança. Do Brasil Imperial até os dias de hoje, a moeda mais valiosa do Brasil foi cunhada no século XIX e para comemorar a coroação de Dom Pedro I na cidade do Rio de Janeiro, então segunda capital do Brasil. Hoje, a rara moeda de ouro é avaliada em mais de um milhão de reais.

Com o Pacto Colonial entre a Metrópole (Portugal) e a Colônia (Brasil), todo pau-brasil, todo açúcar, todo ouro, todo diamante, todo algodão era exportado para os portos portugueses. Apenas com a abertura dos portos a navios estrangeiros, em 28 de fevereiro de 1808, pelo Príncipe Regente Dom João terminou o Pacto Colonial, posteriormente, ocorreu a Independência do Brasil. "O Brasil Imperial pagou uma indenização de dois milhões de libras esterlinas a Portugal pela sua independência política, então surgiu a dívida externa, logo, a dependência econômica com a Inglaterra" (GALVÃO JÚNIOR, 2016, p. 165).

Em 1942, no Brasil, cuja maioria da população era rural, circulavam mais de 50 cédulas diferentes, exatamente "56 tipos de notas em circulação, 35 do Tesouro Nacional, 14 do Banco do Brasil e 7 da extinta Caixa de Estabilização" (FRANCO, 2017, p. 479). A moeda é usada prontamente para comprar bens e serviços na economia. Segundo Gustavo Franco (2017, p. 24), "Tal como a bandeira e o hino, a moeda é um dos mais importantes símbolos nacionais, a pátria encapsulada em um pedaço de papel que exhibe a efígie dos heróis do país, a iconografia de suas realizações e uma promessa de valor subscrita pelas suas principais autoridades econômicas".

Tudo muda com a criação do cruzeiro pelo presidente Getúlio Vargas, em 05 de outubro de 1942, durante o Estado Novo, com a primeira mudança de padrão monetário no País. Agora mil réis equivalia a um cruzeiro. Agora o Brasil tinha a sua própria moeda, o cruzeiro, como a Inglaterra tinha a libra desde 1561, os EUA tinham o dólar desde 1786 e o Japão tinha o iene desde 1871.

Das caravelas portuguesas até os dias atuais, já circularam nove moedas no Brasil: réis (1694-1942), cruzeiro (1942-1967), cruzeiro novo (1967-1970), cruzeiro (1970-1986), cruzado (1986-1989), cruzado novo (1989-1990), cruzeiro (1990-1993), cruzeiro real (1993-1994) e real (1994-até hoje).

Repetindo, o Brasil teve nove moedas diferentes: Réis (R\$) vigente de 08/03/1694 a 30/10/1942; Cruzeiro (Cr\$) vigente de 1/11/1942 a 12/2/1967; Cruzeiro Novo (NCr\$) vigente de 13/2/1967 a 14/5/1970; Cruzeiro (Cr\$) vigente de 15/5/1970 a 27/2/1986; Cruzado (Cz\$) vigente de 28/2/1986 a 15/1/1989; Cruzado Novo (NCz\$) vigente de 16/1/1989 a 15/3/1990; Cruzeiro (Cr\$) vigente de 16/3/1990 a 31/7/1993; Cruzeiro Real (CR\$) vigente de 1/8/1993 a 30/6/1994; e Real (R\$) vigente de 1/7/1994 até os dias atuais.

De acordo com Gustavo Franco (2017, p. 39), "A experiência brasileira talvez não encontre paralelo não apenas pela duração, pelo experimentalismo, os expedientes de ocultação (como os cortes de zeros), a impressionante procrastinação do estabelecimento de instituições comprometidas com a estabilidade do poder de compra da moeda, (...)". O Brasil foi o único país a circular em seu território nove moedas.

A economia brasileira na Ditadura Militar (1964-1985) contou com três moedas diferentes, o cruzeiro, o cruzeiro novo e o cruzeiro. A efígie do navegador português

Pedro Álvares Cabral estampou a nota de mil cruzeiros entre 1942 e 1967. O português mais famoso no Brasil foi desvalorizado e levou um carimbo redondo do BCB para estampar um cruzeiro novo, sem cortes de zero, de 1967 a 1970. Muitas cédulas de cruzeiro novo foram fornecidas pela empresa inglesa De La Rue.

Já aprendemos com o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) que o dinheiro é um ativo financeiro de liquidez plena. Possuí-lo significa possibilidade imediata de trocá-lo por bens e serviços e por outro ativo financeiro como títulos públicos.

A moeda é qualquer ativo que pode ser usado facilmente para a compra de bens e serviços (KRUGMAN & WELLS, 2015, p. 875). Temos vários instrumentos de pagamento de bens e serviços de consumo: dinheiro (moeda metálica e papel-moeda), cheque, cartão de crédito, cartão de débito, cartão de loja, cartão pré-pago, transferência de crédito e débito direto.

A demanda de moeda, segundo Keynes, ocorre por três motivos básicos: 1. Transação: representa a guarda de moeda para se fazer face a pagamentos, dado que os pagamentos e recebimentos não são perfeitamente sincronizados; 2. Precaução: é a guarda de moeda para cobrir gastos imprevistos; e 3. Especulação: a moeda é considerada também como reserva de valor e não apenas meio de troca. Por isso, não seria estranho que os agentes econômicos guardassem moeda ociosa, na expectativa de mudanças na taxa de juros de mercado e, assim, aplicá-la melhor no futuro. A maioria da moeda circulando na economia, não é de papel-moeda, nem moedas metálicas, é digital, ou seja, moeda eletrônica.

A população brasileira ficou muito confusa com tantas moedas, além de tantas figuras nacionais nas cédulas de dinheiro entre elas destacamos Tiradentes, Dom Pedro II, Princesa Isabel, Almirante Tamandaré, Duque de Caxias, Cândido Rondon, Barão do Rio Branco, Presidente Deodoro da Fonseca, Presidente Floriano Peixoto, Santos Dumont, Machado de Assis, Rui Barbosa, Villa-Lobos, Cecília Meireles e Carlos Drummond de Andrade. A nota de 500 mil cruzeiros, em 1993, foi à nota de maior valor no período analisado, com a efígie do poeta paulista Mário de Andrade, autor do célebre livro intitulado **Macunaíma** em 1928.

A crise econômica no biênio 1930-1931 foi muito forte, com retração na taxa de crescimento do PIB brasileiro de -2,1% em 1930 e de -3,3% em 1931. No ano de 1931, o governo Getúlio Vargas mandou queimar 71 milhões de sacas de café, para forçar o aumento do preço do grão no mercado internacional. O gaúcho Getúlio Vargas, líder da Revolução de 1930, foi o presidente brasileiro que mais tempo ficou no poder, sendo homenageado com sua efígie em cédulas de dez cruzeiros e nas moedas de vinte centavos em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial. No governo Getúlio Vargas, ocorreu à primeira troca da moeda brasileira, de réis para cruzeiro, com os primeiros três zeros cortados na história monetária do País.

Em 31 de dezembro de 1964, o presidente Marechal Castello Branco inaugurou o BCB, em Brasília, no início da Ditadura Militar. O papel do BCB é zelar pela estabilidade do sistema monetário brasileiro, é um guardião da moeda. De acordo o professor Carvalho (2007, p. 13), "O Banco Central detém o monopólio de emissão de papel-moeda e de cunhagem de moedas metálicas". O BCB é o órgão que controla a oferta monetária no País, através de operações em mercado aberto. O Brasil criou o BCB com mais de 50 anos de atraso em relação ao Banco Central dos EUA, o famoso FED⁵, de 23 de dezembro de 1913.

Em 1967, o presidente Castello Branco cortou três zeros da moeda e rebatizou cruzeiro de cruzeiro novo. De acordo com o ICBS (2016), "Para aproveitar as cédulas do cruzeiro velho, o Banco Central carimbou as cédulas antigas com a marca cruzeiro novo – prática adotada nas futuras mudanças de nome pelos governos que sucederam Castello. Carimbada, a cédula de mil cruzeiros passou a valer um cruzeiro novo". Em 1970, o cruzeiro novo voltou a ser apenas cruzeiro, sem cortes de zero.

De 1968 a 1973, quando o Brasil passou pelo milagre econômico, ocorreram grandes obras como a Ponte Rio-Niterói e projetos ambiciosos para o crescimento econômico. O PIB brasileiro cresceu em média 11% ao ano, mas a renda tornou-se cada vez mais concentrada e em 1979 houve a maxidesvalorização do cruzeiro, quando perdeu em apenas uma vez 30% do seu valor.

⁵Federal Reserve System.

Ressaltamos que o Brasil foi o país que mais cresceu economicamente no mundo entre 1900 e 1975, com uma taxa média de crescimento econômico de 5,57% ao ano. O Brasil é rico em minérios como nióbio, minério de ferro, bauxita, manganês, magnesita e tântalo. Somos um dos maiores produtores e exportadores mundiais de carne bovina, carne de frango, soja, café, açúcar, etanol e suco de laranja concentrado e congelado. Nossa indústria ocupa lugar de destaque no mundo no setor de alimentos e bebidas, automobilístico, aéreo, têxtil e de calçados. Nosso quadro energético é um dos melhores do planeta, pois possuímos energia hidroelétrica, eólica, solar, termoelétrica, nuclear e da biomassa (hoje, sendo 45% em energias renováveis e 55% em energias não renováveis). Temos um litoral extenso e belo que nos garante não só alimentos, mas recursos minerais como o sal e o petróleo. Podemos extrair petróleo na camada pré-sal, com profundidades que superam mais de 7 mil metros.

Na Nova República, entre 1985 e 1994, o Brasil teve seis moedas em nove anos, logo seis salários mínimos diferentes. O salário é a remuneração mensal do trabalho. A troca de moedas fez parte dos conturbados dias das famílias brasileiras, como também os congelamentos de salários nos Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor e Collor II.

Conforme Gustavo Franco (2017, p. 63), "(...), o sentimento de negação da hiperinflação e suas consequências não teve expressão mais contundente que a sucessão de planos heterodoxos iniciados com o Cruzado, em 1986. Foram cinco tentativas em sequência, todas com congelamento de preço. Nos 62 meses entre março de 1986 e maio de 1991, em aproximadamente 21 meses, ou cerca de um terço do período, os preços estiveram sujeitos a congelamento".

Entre 1986 e 1994, foram implementados sucessivamente sete planos econômicos para controlar a inflação. Primeiro, o Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986, no qual o governo José Sarney lançou uma nova moeda, o cruzado. Posteriormente, o Plano Cruzado II, em 21 de novembro de 1986. Ocorre o Plano Bresser, em 15 de junho de 1987. Em 16 de janeiro de 1989, o Plano Verão, que criou o cruzado novo. Já no governo Fernando Collor de Mello, o Plano Collor (que ressuscitou o cruzeiro em 16 de março de 1990) e o Plano Collor II (que realizou o último congelamento de preços em 01 de fevereiro de 1991). Em 01 de julho de 1994, finalmente, o Plano Real.

Em julho de 1993, já no governo Itamar Franco, sem plano, sem congelamento, a moeda foi novamente desvalorizada em três zeros, o cruzeiro passou a se chamar cruzeiro real, e agora mil cruzeiros equivaliam a um cruzeiro real.

Segundo o economista Gustavo Franco (2017, p. 476), "Nem todos os planos de estabilização ditos heterodoxos vieram acompanhados de reforma tributária, a exemplo do Plano Bresser, de 1987; e nem toda reforma tributária trouxe 'corte de zeros', como no caso da efetuada pelo Plano Collor, a mais controversa de todas, na qual o cruzeiro então introduzido substituía o cruzado novo na razão de um para um, (...)". Ou seja, um cruzado novo agora valia um cruzeiro em 16 de março de 1990.

No ano de 1994 ocorre o Plano Real no governo Itamar Franco, e ocorre a última mudança de moeda no Brasil, de cruzeiro real para real. O real começou a circular como uma moeda forte nos municípios brasileiros, mas passou pela sua primeira grande afirmação, quando houve uma grande desvalorização da moeda devido às crises financeiras no mundo, primeiro no México em 1994, em seguida na Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong e Taiwan, os quatro países denominados Tigres Asiáticos em 1997, e posteriormente na Rússia em 1998. Em janeiro de 1999, o Brasil entrava na lista dos países que enfrentou uma severa crise econômica. O real foi bastante desvalorizado em relação ao dólar americano. Em junho do ano de 1999, o Brasil aderiu ao regime de metas de inflação.

De acordo com o economista Gustavo Franco (2017, p. 23), "(...), a duração do período dito de 'inflação muita alta', definida como aquela superior a 100% ao ano, foi de exatos 182 meses, entre abril de 1980 e maio de 1995". No ano de 1993, o Brasil alcançou a sua maior taxa de inflação, com um recorde nacional de 2.708,17%, medido pelo IGP-DI da FGV.

3. A CASA DA MOEDA DO BRASIL

As casas fabricantes de moedas foram criadas no Brasil Colônia à medida que as vilas e as cidades iam desenvolvendo-se e necessitavam de dinheiro. Tivemos a primeira CMB situada na Bahia em 1694 e logo após no Rio de Janeiro em 1698, além de Pernambuco em 1700, novamente no Rio de Janeiro em 1703 e, posteriormente, em Minas Gerais no ano de 1724. Entre 1695 e 1698, as primeiras moedas eram de ouro,

nos valores de 1.000 réis, 2.000 réis e 4.000 réis. A descoberta do ouro em Minas Gerais no final do século XVII mudou a história monetária do Brasil.

"A Casa da Moeda do Brasil (CMB) foi fundada em 8 de março de 1694 pelo rei de Portugal D. Pedro II, em Salvador, com o objetivo de atender a demanda de fabricação de moedas no país", segundo a CBM (2017). Quatro meses depois, em 27 de julho de 1694 foi fundado o Banco da Inglaterra (*Bank of England*), em Londres. A Casa da Moeda de Pernambuco estivera alojada em Recife, no prédio da antiga Oficina Monetária de Recunhagem, pertencente a Antônio Fernandes de Matos, que a reformou e colocou à disposição da Coroa portuguesa.

De acordo com o site oficial da CMB: "Após alguns anos de atividade no nordeste do Brasil e em Minas Gerais, a CMB foi transferida para o Rio de Janeiro. Operou em instalações provisórias e, mais tarde, em amplo prédio construído no Campo de Santana, atual Praça da República, inaugurado em 1868 e hoje pertencente ao Arquivo Nacional". Desde 1984, as moedas e as cédulas são fabricadas na nova sede da CMB no Rio de Janeiro e enviadas ao BCB, em Brasília, que realiza sua distribuição pelo País. A principal função da moeda é servir como instrumento de trocas de mercadorias. O meio de pagamento mais disponível para realizar transações é a moeda, moeda (metal) ou cédula (papel), também chamada de meio circulante. A quantidade de meio circulante na economia brasileira é determinado pelo BCB e executado pela CMB.

A CMB está localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, no Distrito Industrial de Santa Cruz, sendo responsável pela confecção e produção de moedas e de cédulas de papel da economia brasileira. A capacidade atual de produção é de 20 milhões de reais de moedas por dia. As moedas de um real, cinquenta centavos, vinte e cinco centavos, dez centavos e cinco centavos estão circulando no País.

A CMB é a segunda empresa pública mais antiga do Brasil, atrás apenas dos Correios, de 1663. A CMB tem 323 anos, cerca de 2.700 funcionários e nos dias atuais é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. A CMB já produziu muitas moedas brasileiras, podemos destacar durante a República dos Estados Unidos do Brasil, a moeda de 400 réis em 1919, a moeda de 100 réis em 1926 e a moeda de 1.000 réis em 1939.

Podemos destacar entre as cédulas brasileiras, a cédula de 100 mil cruzeiros em 1985, com a efígie do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), responsável pelo Plano de Metas, em 1956, com 30 metas nas áreas de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, além da meta-síntese que era a construção de Brasília, que proporcionou o crescimento acelerado do Brasil em 50 anos em cinco. Esta cédula de JK levou um carimbo redondo do BCB de 100 cruzados em 22 de abril de 1986 e foi lançada em 20 de outubro de 1986 no valor de Cz\$ 100,00 sem carimbo tipográfico.

Em 1889, ano da Proclamação da República, a CMB fez circular no País uma moeda de 500 réis, com a efígie da República, a musa francesa Marianne. No ano de 1989, no primeiro centenário da República, a CMB fez circular no Brasil uma cédula de duzentos cruzeiros, com a efígie da bela Marianne, símbolo da Revolução Francesa de 1789, marco histórico do fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea. A efígie de Marianne seria utilizada novamente no Cruzeiro Real e, sobretudo, no Real.

Atualmente, surgiu uma proposta absurda de privatização da secular CMB no final de 2018. Temos que garantir a nossa soberania monetária na América do Sul. A fabricação moderna de cunhar a moeda metálica e de imprimir cédulas com muita segurança e muita tecnologia é de responsabilidade de uma empresa estatal no Brasil, assim como na Austrália, na África do Sul, na Coreia do Sul, no Japão, no México e nos EUA. É preciso aumentar a circulação de moedas nos 5.570 municípios brasileiros. E a CMB tem capacidade de produzir 4 bilhões de moedas e 2,6 bilhões de cédulas por ano.

4. O REAL EM UMA ECONOMIA ABERTA

Após cinco planos heterodoxos num país continental, Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor e Plano Collor II, e cinco moedas diferentes, então, surgiu pela primeira vez uma moeda forte, o real. A moeda (*money*) numa economia tem "as funções de meio de troca, unidade de troca e reserva de valor" (Carvalho, 2007, p. 1). A moeda é uma unidade de cálculo, um poder econômico portátil.

A moeda real foi lançada em 1º de julho de 1994 e no ano de 2017 comemorou-se os 23 anos de sua circulação na economia brasileira. A imagem da musa da República encontra-se presente nas notas de real e nós, os trabalhadores e as trabalhadoras, diariamente, mensalmente e anualmente estamos em busca de uma

tartaruga-marinha (dois reais), de uma garça (cinco reais), de uma arara (dez reais), de um mico-leão-dourado (vinte reais), de uma onça-pintada (cinquenta reais), e, sobretudo, de uma garoupa (cem reais) para comprar bens e serviços. Para isso acontecer sem muitos problemas, é fundamental ensinar a pescar o peixe. A cédula de um beija-flor (um real) não circula mais na economia brasileira.

Revelamos que no início do Plano Real, o BCB importou papel-moeda de 5 reais da Alemanha, 10 reais da Inglaterra e de 50 reais da França para atender a elevada demanda de papéis-moedas na economia aberta do Brasil.

Nas cédulas do real constam as assinaturas do Ministro da Fazenda e do Presidente do BCB, as palavras "Deus Seja Louvado" e são numeradas pela CMB. A segunda família de cédulas do real começou a circular no País em 2010, sendo que as novas notas de R\$ 5 e R\$ 2 só chegaram no ano de 2013. E, dessa vez, sem a "caçula" de R\$ 1. A nota com maior quantidade de cédulas em poder da população ou da rede bancária, segundo o BC, é a nova de R\$ 50, com 1,3 bilhão de exemplares. Em segundo lugar em termos de volume está a nota de R\$ 2 da primeira família, com 700 milhões.

Ao longo dos 23 anos, o real já teve até nota de plástico. Em abril de 2000, foi lançada uma cédula comemorativa de R\$ 10, nos 500 anos de descobrimento do Brasil, com a efígie de Pedro Álvares Cabral, feita de polímero e tecnologia importada da Austrália.

Ao longo de mais duas décadas, o real vindo sendo uma moeda mundialmente conhecida como o euro. Na Itália, por exemplo, a moeda vigente de 17 de março de 1861, no século XIX, até 28 de fevereiro de 2002, no século XXI, foi à lira, sendo substituída pelo euro com a entrada da República Italiana na UE e com adesão a Zona do Euro. Hoje, a lira italiana é uma peça de museu em Roma, Turim, Florença, Veneza, Gênova, Nápoles ou Milão.

Outro famoso exemplo é a Grécia, onde a dracma foi considerada a moeda com maior tempo de circulação no mundo, sendo utilizada da Grécia Antiga (640 antes de Cristo) até o ano de 2002, quando o euro passou a ser adotado pelos gregos como moeda oficial do milenar país. Os dracmas de prata agora são peças de museu em

Atenas, Patras ou Larissa. A Grécia desde 2009 até os dias atuais encontra-se em profunda crise econômica.

Enfatizamos que o Brasil foi um dos países que menos cresceu economicamente no mundo entre 1976 e 2016, com uma taxa média de crescimento econômico de 2,77% ao ano. Outra recessão econômica por dois anos consecutivos sofreu o Brasil, desta vez a retração de -3,8% em 2015 e -3,6% em 2016. A severa recessão econômica provocou desemprego, inadimplência, falência e divórcio, além de um longo caminho de desalentos, desesperos, amarguras e desilusões. Segundo a OMS, a crise econômica afeta diretamente a saúde emocional da população. Atualmente, nós conhecemos alguém com problemas de saúde por causa dos impactos da pior recessão da histórica econômica do País.

No Brasil o desemprego já ultrapassa os 12 milhões de pessoas (IBGE) e a inadimplência já passa dos 61 milhões de consumidores (SPC BRASIL). Eles procuram sair do vermelho, mas como desempregado e/ou inadimplente estão com as mãos na cabeça quente com tantas contas atrasadas, sem reais em sua carteira ou no banco comercial. Um estudo sério da OIT apontou que no ano de 2017, de cada três desempregados no planeta, um seria brasileiro.

A moeda real quando surgiu em 1994, ela transformou a economia brasileira. "No sentido de evitar mais um congelamento de preços e salários, e, sobretudo, o confisco de poupanças, o Plano Real foi organizado em três etapas: 1. Lançar o PAI (Programa de Ação Imediata), em 14 de junho de 1993; 2. Introduzir a URV (Unidade Real de Valor), em 1º de março de 1994; 3. Substituir a URV pela nova moeda, o real, em 1º de julho de 1994" (GALVÃO JÚNIOR, 2016, p. 336). Na primeira etapa foi necessário fazer ajustes nas despesas públicas. Na segunda etapa foi implantado de forma provisória a URV. E na terceira e última etapa ocorreu a substituição da URV e do cruzeiro real pelo real.

De acordo com um dos formuladores do Plano Real, o economista Gustavo Franco (2017, p. 579), "No primeiro dia útil de funcionamento do esquema, a URV valia CR\$ 647,50 e era este o ponto de intervenção para o BCB. Os valores foram sendo reajustados a cada dia até o último dia de vida da URV, quando o seu valor foi fixado em CR\$ 2.750,00".

A URV foi uma moeda virtual. A grande novidade da URV foi sua inserção no padrão monetário do País, dotada de uma das características da moeda: a unidade de conta. A URV foi um golpe mortal na indexação. Embora inicialmente sendo vedado o seu poder liberatório como meio de pagamento, continha a previsão que quando a URV fosse emitida como moeda, mas com o nome de Real.

"Dois fatores foram fundamentais para o sucesso do Real. O primeiro foi à desindexação da economia com a Unidade Real de Valor (URV), que contribuiu para se ter uma referência estável de preços. Quando a moeda entrou em vigor, os preços, por meio da URV, já tinham uma certa estabilidade. O segundo aspecto fundamental foi a chamada âncora cambial. Naquele momento, o câmbio era fixo, com o BC determinando a taxa de câmbio e, ao mesmo tempo, houve a abertura comercial externa no Brasil. As importações passaram a ter tarifas mais baixas, garantindo por meio da concorrência a estabilidade de preços", explicou o economista Mauro Rochlin.

O Plano Real foi o melhor plano econômico do Brasil. Este plano de estabilização econômica foi o mais eficaz da economia brasileira na redução da inflação e na ampliação do poder de compra da classe trabalhadora no País. Não ocorreu congelamento de preços nem de salários nem tão pouco confisco de poupança.

No ano de 1998, o Brasil alcançaria outro recorde nacional, a sua menor taxa de inflação, de 1,65%, mensurado pelo IPCA do IBGE, graças ao Plano Real. A inflação permanecerá relativamente baixa de 1999 (ano que o Brasil adota uma política monetária de manter a inflação em níveis baixos) até os dias atuais, ou seja, com IPCA de 6,63% ao ano, em média, nos últimos 18 anos.

5. NOVO OLHAR SOBRE A MOEDA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉC. XXI

Infelizmente, poucas pessoas no País responderão corretamente três perguntas: 1. Quantas moedas o Brasil já teve? 2. Quais foram as moedas do Brasil? 3. De quem é a efígie na nota de cem reais? Nas ruas, nas praças, nos supermercados, nos shoppings, nas bibliotecas, nas escolas, nas faculdades, no Palácio da Redenção, no Palácio do Planalto ou no Planalto do Jaburu ocorrerão erros gravíssimos. De dez entrevistados, talvez um entrevistado responda as três questões sem erros.

No cargo mais importante do Brasil, o presidente Michel Temer (PMDB) por duas vezes trocou a moeda oficial do País, trocando o real por cruzeiro. A primeira vez foi no discurso durante a entrega de 61 ambulâncias para o SAMU no município gaúcho de Estero. A segunda vez foi no discurso durante a inauguração da Estação de Bombeamento do eixo leste da Transposição das Águas do Rio São Francisco no município pernambucano de Serra Talhada.

Em 09 de janeiro de 2017, segundo a revista Veja, Temer disse erroneamente: "O que o Ricardo Barros fez na saúde foi uma coisa extraordinária. Ele começou a impedir tais ralos pelos quais saem recursos e, em pouquíssimo tempo, fizemos uma solenidade no Planalto, onde ele anunciou a economia de 800 milhões de cruzeiros, que significam novas UPAs e novas UBSs". O mais impopular presidente do Brasil e do mundo fez a troca dos nomes das moedas em meio de centenas de pessoas e televisionado para mais de 208 milhões de brasileiros.

O País teve nove moedas e o cruzeiro foi três vezes a moeda oficial do Brasil. A primeira vez foi em 1942, quando o presidente gaúcho Getúlio Vargas trocou réis por cruzeiro. A segunda vez foi em 1970, quando o presidente gaúcho Emílio Médici trocou o cruzeiro novo por cruzeiro. E a terceira e última vez foi em 1990, quando o presidente fluminense Fernando Collor de Mello trocou o cruzado novo pelo cruzeiro.

Em 30 de janeiro de 2017, de acordo com a revista Veja, o presidente paulista Temer disse erroneamente: "Quando nós preparamos o orçamento do ano que vem para a educação, nós aumentamos em 10 bilhões de cruzeiros, em relação a 2016".

No Brasil, nos dias de hoje, com a queda da taxa de inflação e da taxa SELIC, é preciso trabalhar mais e economizar mais para prosperar, e, sobretudo, é preciso gastar menos do que se ganha. Outro conselho, para o Governo Federal economizar mais, por favor, não rasgue, não corte, não risque, não desenhe, não amasse, não escreva, não anote números nem recados no papel-moeda da República Federativa do Brasil.

No Brasil, um país emergente que vigora a economia de mercado, surge um novo fenômeno monetário, a moeda digital, como instrumento de troca. Após mais de cinco séculos, no mercado brasileiro surgem as criptomoedas como o Bitcoin, Ethereum, Z Cash, Ripple, Neblio e Monero. São cerca de 1.450 criptomoedas no planeta. É

importante um novo olhar sobre o futuro da moeda no Brasil e no mundo em pleno século XXI.

O primeiro dinheiro de papel surgiu na China, na dinastia Tang, no ano 800 depois de Cristo. O papel-moeda irá desaparecer na China ainda no século XXI, devido ao crescimento extraordinário do pagamento online de bens e serviços de consumo por smartphone, através do QR Code. Em 2016, na República Popular da China, o volume dos pagamentos digitais somou 5,5 trilhões de dólares americanos, através dos aplicativos Alipay e WeChat Pay, ou seja, "As compras sem dinheiro já representam 60% do total no país" (EXAME, 2017).

Na Suécia, o papel-moeda deve sair de circulação até 2030. Atualmente, apenas 2% dos pagamentos efetuados são feitos com papel-moeda no país nórdico. De acordo com a BBC (2017), "A previsão é de que, no futuro, as economias modernas serão dominadas pelo uso do cartão e da moeda eletrônica em escala mundial". Portanto, nos próximos anos, a economia brasileira poderá conviver mais com o Bitcoin, uma moeda digital de 2009, que é a maior invenção da economia mundial desde a moeda na Grécia Antiga. Segundo o jornal russo Sputnik News Brasil (2018), "As criptomoedas não estão restritas ao mundo empresarial (...). Israel, Reino Unido e Venezuela já anunciaram estudos para a criação de suas próprias moedas digitais" como instrumento de troca e reserva de valor.

A República Bolivariana da Venezuela tem a maior inflação do mundo, com mais de 2.600% em 2017, além de enorme escassez de alimentos e de remédios, e já iniciou o processo de criação da sua moeda digital estatal. Conforme InfoMoney (2017), "A Venezuela vai criar uma criptomoeda, 'El Petro', para avançar em matéria de soberania monetária, fazer transações financeiras e vencer o bloqueio financeiro", dos EUA revelou o presidente Nicolás Maduro. Destacamos que a profunda crise da economia venezuelana desvalorizou mais de 95% a sua moeda, o bolívar.

Segundo o sócio fundador da Rio Bravo Investimentos, Gustavo Franco (2017, p. 76), "O fim do papel-moeda é um tema comum, já com algumas consequências interessantes na Índia e na Venezuela – onde os governos resolveram desmonetizar as cédulas de grandes denominações sem maior aviso –, e geralmente acompanhado de considerações sobre as novas moedas digitais, ou crypto currencies, e a tecnologia que geralmente as apoia, o blockchain".

O Brasil irá sofrer com as consequências das mudanças climáticas, porém, não irá substituir o Real pelo Bitcoin. No Brasil, a CVM proibiu fundos de investimentos de aplicarem em moedas digitais como o Bitcoin em seus portfólios. Mas o uso do Bitcoin na internet será cada vez maior entre a população, sobretudo, entre os jovens, porque é grande sua divulgação e, com enorme valorização, um Bitcoin valia US\$ 0,07 em julho de 2010 passando para US\$ 1.450,70 em julho de 2017. Segundo o Bitcoinnews (2015), um dos homens mais rico do mundo, Bill Gates disse que: "O Bitcoin é uma façanha tecnológica".

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira colonial era inicialmente a base de escambo de pau-brasil por objetos como espelhos e canivetes, usando posteriormente a moeda-mercadoria como o açúcar. As poucas moedas que circulavam eram cunhadas na Metrópole Lusitana, ou seja, o real, que batizamos de réis. A primeira unidade monetária do Brasil foi herança da colonização portuguesa.

Dentre as conclusões destacam-se que no Brasil, nos últimos 517 anos, desde o seu descobrimento em 1500 até os dias atuais, surgiram nove moedas: réis, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzeiro, cruzado, cruzado novo, cruzeiro, cruzeiro real e real.

Da hiperinflação à estabilidade de preços, muitas pessoas acabaram perdendo dinheiro com todas essas trocas de moedas, perderam emprego, empresas foram à falência, muitos prejuízos no comércio, ocorreram inúmeros suicídios e várias separações de casais. Sem dinheiro ou com pouco dinheiro as famílias brasileiras estão sofrendo com o sistema tributário regressivo.

A ascensão econômica do Brasil, um dos dez países mais rico do mundo, mas também o décimo país mais desigual do planeta, depende da ascensão do real, com o aumento da produção e do consumo de bens e serviços. Um dos sinais de recuperação da economia brasileira é o aumento da quantidade de moedas e de cédulas circulando entre os agentes econômicos. A estabilidade da moeda foi conquistada com o Plano Real em 1994 e o real é um dos mais longevo padrão monetário do Brasil, com 23 anos, desde o cruzeiro em 1942, com 25 anos.

Nos dias de hoje, um país marcado por profundas desigualdades, não existe qualquer sinal do Governo Federal, felizmente, de mudança de moeda, por exemplo, de real para real novo. O povo brasileiro não quer uma nova moeda, e sim mais moedas, mais papéis-moedas no seu bolso, na sua carteira, na sua conta corrente, na sua conta poupança e no seu cofre de porquinho.

Nas lutas diárias contra as mazelas da inflação desde 1994, o real, a moeda brasileira em circulação nas cinco regiões do Brasil, é um grande aliado. No ano de 2017, o IPCA fechou em 2,95%, a menor taxa de inflação desde a implantação da meta de inflação no País em 1 de junho de 1999. Vida longa ao real!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

ARAÚJO, Carlos. **A moeda que estabilizou a economia brasileira**. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/541672/a-moeda-que-estabilizou-a-economia-brasileira>. Acesso em: 31 Jan. 2017.

BBC. **Dinheiro pode sair de circulação na Suécia até 2030**. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160411_sociedade_sem_dinheiro_cw_rb. Acesso em: 07 Jan. 2018.

BCB. **A História do Dinheiro no Brasil**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/album/default.asp>. Acesso em: 28 Jan. 2017.

BITCOINNEWS. **Bitcoin como Investimento, talvez a mais promissora oportunidade da nossa época**. Disponível em: <https://www.bitcoinnews.com.br/bitcoinbrasil/bitcoin-como-investimento/>. Acesso em: 16 Jan. 2018.

BRASIL MOEDAS. **A Moeda no Brasil Colônia**. Disponível em: <http://brasilmoedas1822.blogspot.com.br/2014/10/a-moeda-no-brasil-colonia.html>. Acesso em: 05 Fev. 2017. CARVALHO, Fernando J. Cardim de; et al. Economia Monetária Financeira: teoria e política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CMB. **Sobre a CMB**. Disponível em: <http://www.casadamoeda.gov.br/portal/>. Acesso em: 23 Jan. 2017.

EXAME, Revista. **A China será o primeiro país sem dinheiro?** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-china-sera-o-primeiro-pais-sem-dinheiro/>.

Acesso em: 18 Jan. 2018.

FRANCO, Gustavo. **A Moeda e a Lei: Uma História Monetária Brasileira 1933-2013**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

GALVÃO JÚNIOR, Paulo. **Economia Brasileira: De Pedro Álvares Cabral ao Ajuste Fiscal**. 4. ed. (2016). Disponível em: <http://ebookdeeconomiadepgalvaojr.com/ebooks-de-economia.html>. Acesso em: 10 Jan. 2018.

ICBS. **Do Real ao Real**. Disponível em: http://www.icbsena.com.br/artigo.php?id_artigo=18. Acesso em: 25 Jan. 2017.

INFOMONEY. **Bitcoin da Venezuela: Maduro anuncia a criação da moeda digital estatal "El Petro"**. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/bitcoin/noticia/7121340/bitcoin-venezuela-maduro-anuncia-criacao-moeda-digital-estatal-petro>. Acesso em: 15 Jan. 2018

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. 3ª ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 28 Jan. 2017.

ROCHLIN, Mauro. **Há 18 anos entrou em circulação o real, moeda que estabilizou a economia no Brasil**. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/07/01/internas_economia,303559/ha-18-anos-entrou-em-circulacao-o-real-moeda-que-estabilizou-a-economia-no-brasil.shtml. Acesso em: 03 Fev. 2017.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SPTUNIK NEWS BRASIL. **Bilionário Warren Buffett prevê 'final ruim' para as criptomoedas**. Disponível em:

<https://br.sputniknews.com/economia/2018011010249546-warren-buffet-desfecho-final-ruim-criptomoedas/>. Acesso em: 10 Jan. 2018.

VEJA, Revista. **Temer troca moeda e fala em economia de milhões de 'cruzeiros'**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/temer-troca-moeda-e-fala-e-em-economia-de-milhoes-de-cruzeiros/>. Acesso em: 31 Jan. 2017.

VEJA, Revista. **Saudades da inflação? Temer volta a trocar real por cruzeiro**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/saudades-da-inflacao-temer-volta-a-trocar-real-por-cruzeiro/>. Acesso em: 01 Fev. 2017.

Os principais índices dos países nórdicos na atualidade

Paulo Galvão Júnior⁶ & Luiz Alberto Machado⁷



Introdução

Na Europa, exatamente na Europa Setentrional, estão localizados os países nórdicos. Os cinco países nórdicos são a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, a Finlândia e a Islândia. As nações nórdicas estão situadas ao norte do Oceano Atlântico, no Mar de Barents e nos limites do Círculo Polar Ártico.

Os países nórdicos são de clima frio, mas têm excelentes índices econômicos, sociais e ambientais. Os países nórdicos têm uma população total de 26,8 milhões de habitantes distribuídos por uma área territorial de 3,5 milhões de km², onde as regiões autônomas da Groenlândia, das Ilhas Faroé e das Ilhas Alanda correspondem a mais de 60% da área total.

⁶Economista, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

⁷Economista, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Sócio-diretor da empresa SAM - Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas. E-mail: lasam.machado@gmail.com.

De acordo com os dados de 2016 do FMI, a Suécia é a mais populosa entre as nações nórdicas com 10,0 milhões de habitantes. Em segundo lugar encontra-se a Dinamarca com 5,7 milhões de habitantes. A Finlândia é a terceira nação mais populosa com 5,5 milhões de habitantes. A Noruega é a quarta nação mais populosa com 5,3 milhões de habitantes. A quinta e última nação menos populosa é a Islândia com apenas 319 mil habitantes.

Os países nórdicos são ricos e de economia mista. A Suécia é o mais rico dos cinco países nórdicos com o PIB de US\$ 511,4 bilhões, segundo os dados de 2016 do FMI. O segundo país mais rico é a Noruega com o PIB de US\$ 370,4 bilhões. O terceiro é a Dinamarca com o PIB de US\$ 306,7 bilhões. O quarto e o quinto países mais ricos são a Finlândia e a Islândia, com o PIB de US\$ 236,9 bilhões e de US\$ 20,0 bilhões, respectivamente. As cinco economias nórdicas juntas têm um PIB total de US\$ 1,445 trilhão no ano de 2016.

Sob a orientação do economista sueco Karl Gunnar Myrdal (1898-1987), que dividiu o Prêmio Nobel de Economia de 1974 com o economista austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992), os países nórdicos implantaram o modelo do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o objetivo de atender as necessidades básicas da população.

Myrdal defendeu a tese de que o Estado desse aos cidadãos educação e saúde de qualidade mediante o pagamento de altos tributos. Do nascimento até a morte do indivíduo, o Estado garante saúde, licença maternidade, educação, renda mínima, seguro desemprego, aposentadoria e outros direitos. Há um consenso da sociedade nórdica de que os elevados tributos são justos para desfrutar uma excelente qualidade de vida. Apesar dessas ideias, Myrdal não se opunha totalmente à economia de mercado.

O modelo nórdico de social democracia combina uma economia de mercado com um Estado forte, ou seja, elevados gastos sociais, altos tributos, altos salários para manter o nível da atividade econômica em pleno emprego, além de promover educação e saúde de qualidade. O presente artigo busca analisar os principais índices dos cinco países nórdicos nos dias atuais com base nos principais relatórios mundiais divulgados por diversos organismos ou instituições internacionais com grande respeitabilidade.

Os Principais Índices dos Países Nórdicos

Em comemoração aos 120 anos de nascimento do economista Gunnar Myrdal, nascido em Gustafs, na Suécia, em 06 de dezembro de 1898, este inédito artigo contribui para uma reflexão crítica e apresenta os principais índices dos países nórdicos na atualidade e os seus respectivos rankings mundiais.

Quadro 1. Os principais índices dos países nórdicos na atualidade

País	Ranking	IDH	Ranking	IPC	Ranking	IGI	Ranking	IGP	Ranking	IP
Noruega	1	0,949	6	85	19	53,14	14	1.486	1	79,85
Dinamarca	5	0,925	1	90	6	58,70	5	1.337	7	77,06
Islândia	9	0,921	14	78	13	55,76	1	1.111	13	76,06
Suécia	14	0,913	4	88	2	63,82	18	1.516	5	77,59
Finlândia	23	0,895	3	89	8	58,49	17	1.515	3	78,46

País	Ranking	IGC	Ranking	ILE	Ranking	IF	Ranking	IPA	Ranking	Índice de Gini
Noruega	11	5,40	23	74,3	1	7.537	14	77,49	3	0,259
Dinamarca	12	5,39	12	76,6	2	7.522	3	81,60	5	0,267
Islândia	28	4,99	11	77,0	3	7.504	11	78,57	4	0,265
Suécia	7	5,52	15	76,3	10	7.284	5	80,51	10	0,288
Finlândia	10	5,49	26	74,1	5	7.469	10	78,64	6	0,278

Fontes: Quadro elaborado pelos autores baseado nos dados oficiais de diversos organismos ou instituições internacionais com grande respeitabilidade como o PNUD, a ONG Transparência Internacional, o IEP, o FEM, o Instituto Legatum, The Heritage Foundation, a ONU e as Universidades de Yale e de Cornell. Notas: IDH significa Índice de Desenvolvimento Humano; IPC significa Índice de Percepção de Corrupção; IGI significa Índice Global de Inovação; IP significa Índice de Prosperidade; IGC significa Índice Global de Competitividade; ILE significa Índice de Liberdade Econômica; IF significa Índice de Felicidade; e IPA significa Índice de Performance Ambiental.

A Noruega é o país com o melhor IDH do planeta

A Noruega, com 327.782 km², é o país com o melhor IDH do planeta, segundo os dados de 2015 do **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2016**, do PNUD.

O IDH é mensurado anualmente entre 0 (pior desenvolvimento humano) a 1 (melhor desenvolvimento humano) desde 1990. O IDH é um índice que mede a qualidade de vida da população de um país. O IDH avalia três indicadores: educação, saúde e renda. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Os cinco países nórdicos são considerados países de desenvolvimento humano muito elevado e a Noruega lidera com o IDH de 0,949. Em segundo e terceiro lugares estão Dinamarca e Islândia, com IDH de 0,925 e 0,921, respectivamente. Na quarta e quinta posições encontramos a Suécia e a Finlândia, com IDH de 0,913 e 0,895, conforme os dados de 2015 do PNUD.

Entre 188 países analisados pelo PNUD no ano de 2015, o país com o pior IDH do planeta é a República Centro-Africana, com 0,352, sendo, portanto, um país de desenvolvimento humano baixo. O Brasil, por sua vez, encontra-se na 79ª colocação, com o IDH de 0,754, sendo, portanto, um país de desenvolvimento humano alto.

A Dinamarca é o país menos corrupto do planeta

A Dinamarca, com 43.098 km², é o país menos corrupto do planeta, segundo dados de 2016 da ONG Transparência Internacional, numa amostra que compreende 176 países em cinco continentes. Os políticos dinamarqueses são honestos e estão a serviço da população, não existindo nepotismo no serviço público.

O Índice de Percepção de Corrupção (*Corruption Perceptions Index*) é baixíssimo nos países nórdicos. Todos eles encontram-se entre os 15 países menos corruptos do mundo, liderados pela Dinamarca (90 pontos), Finlândia (89 pontos), Suécia (88 pontos), Noruega (85 pontos) e Islândia (78 pontos). Nos países nórdicos, a população tem acesso às informações públicas, podendo verificar os recursos utilizados pelo Governo. Existe muita transparência pública, gerando muita confiança da população.

O IPC é mensurado anualmente entre 0 (extremamente corrupto) a 100 (muito transparente) desde 1995. Maior pontuação significa menos percepção de corrupção no

país. O país mais corrupto do mundo é a Somália com 10 pontos. O Brasil encontra-se, uma vez mais, na 79ª colocação com 40 pontos, conforme dados de 2016 da Transparência Internacional (*Transparency International*).

A Suécia é um dos líderes mundiais em inovação

A Suécia, com 450.295 km², é um dos líderes mundiais em inovação, conforme os dados do Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index*), uma medição global que mede o nível de inovação de cada país. O IGI, medido pela Universidade de Cornell, na Suíça, é muito utilizado pelos economistas e jornalistas, desde 2007.

O IGI é alto entre os países nórdicos: Suécia (63,82 pontos), Dinamarca (58,70 pontos), Finlândia (58,49 pontos), Islândia (55,76 pontos) e Noruega (53,14 pontos). Os cinco países nórdicos estão no seleto grupo de 20 países mais inovadores do planeta. A inovação gera vantagem competitiva para atrair novos clientes, novos consumidores e novos investidores.

A Suíça é o país mais inovador do mundo, com 67,69 pontos no ano de 2017. O Lêmen é o país menos inovador do planeta, com apenas 15,64 pontos. O Brasil permanece na 69ª colocação entre 127 países avaliados pelo IGI, com 33,10 pontos.

A Islândia é o país mais pacífico do mundo

A Islândia, com 102.751 km², é o país mais pacífico do mundo, entre os 163 países considerados, de acordo com os dados de 2017 do Índice Global da Paz (*Global Peace Index*). Desde 2008 até os dias de hoje a nação com o melhor IGP é a Islândia, de acordo com o Instituto para a Economia e a Paz, localizado em Sydney, na Austrália.

Na Islândia, a taxa de homicídio é de 0,3 para cada 100 mil habitantes por ano. Portanto, ocorre por ano menos de um homicídio na mundialmente conhecida Terra do Gelo. Na Islândia o salário do/a trabalhador/a é muito digno. Os islandeses são educados, honestos e pacíficos nas ruas dos seus 98 municípios.

O IGP é muito alto nos países nórdicos: Islândia (1.111 pontos), Dinamarca (1.337 pontos), Noruega (1.486 pontos), Finlândia (1.515 pontos) e Suécia (1.516 pontos).

Para ser considerado o mais pacífico, o país é avaliado por uma séria análise de 23 indicadores de qualidade e de quantidade de cada nação e que mede o estado de paz usando três domínios temáticos: o nível de segurança e proteção da sociedade; a extensão do conflito interno e internacional em andamento; e o grau de militarização.

O país menos pacífico do mundo é a Síria com 3.184 pontos. Enquanto isso, o Brasil encontra-se no 108º lugar com 2.199 pontos no ano de 2017 do Índice Global da Paz.

A Noruega é o líder mundial em prosperidade

A Noruega é o líder mundial em prosperidade, conforme os dados de 2017 do Índice de Prosperidade (*Prosperity Index*), idealizado pelo *Legatum Institute* em 2007. É necessário esclarecer os principais critérios utilizados pelo *Legatum Institute*, localizado em Londres, na Inglaterra, para definir o que é o Índice de Prosperidade.

O *Legatum Institute* analisa 104 variáveis, divididas em nove subcategorias (qualidade econômica, ambiente de negócios, governança, educação, saúde, segurança e proteção, liberdade pessoal, capital social e meio ambiente natural) de cada país para apontar o seu IP anual.

A Noruega (79,85 pontos) lidera o IP entre os países nórdicos, seguida pela Finlândia (78,46 pontos), Suécia (77,59 pontos), Dinamarca (77,06 pontos) e Islândia (76,06 pontos). Os países nórdicos com muita habilidade e criatividade para lidar com as dificuldades alcançam altos desempenhos no IP do *Legatum Institute*.

Entre os 149 países analisados pelo *Legatum Institute* (Instituto Legatum) no ano de 2017, o Iêmen, localizado na entrada do Mar Vermelho, é considerado o país com menos prosperidade do planeta, com 36,36 pontos. O Brasil, localizado na América do Sul, ficou em 54º lugar no Índice de Prosperidade, com 60,64 pontos.

A Suécia é um dos líderes mundiais em competitividade

A Suécia é um dos líderes mundiais em competitividade no ano de 2017, segundo o **Relatório Global de Competitividade 2017-2018** do FEM. A Suécia encontra-se no sétimo lugar no planeta.

Entre os cinco países nórdicos a Suécia lidera com 5,52 pontos no *Global Competitiveness Index* (Índice Global de Competitividade). Em segundo, terceiro e quarto lugares encontramos a Finlândia (5,49 pontos), a Noruega (5,40 pontos) e a Dinamarca (5,39 pontos). No quinto e último lugar está a Islândia com 4,99 pontos.

Segundo o CEO americano Lee Iacocca (2017, p. 4), "A competitividade de um país não começa nas indústrias ou nos laboratórios de engenharia. Ela começa na sala de aula". Por isso a Suíça é o líder mundial em competitividade, com 5,86 pontos no IGC, segundo o FEM (*WEF – World Forum Economic*). Enquanto, o Iêmen, na Ásia, é o país menos competitivo do planeta, com apenas 2,87 pontos. O Brasil ficou em 80º lugar entre 166 países analisados no ano de 2017, com 4,14 pontos.

A Islândia é um dos líderes mundiais em liberdade econômica

A Islândia é um dos líderes mundiais em liberdade econômica, de acordo os dados de 2018 do Índice de Liberdade Econômica (*Index of Economic Freedom*), elaborado anualmente pela *Heritage Foundation*, nos EUA.

Os doze fatores de liberdade econômica estão divididos em quatro eixos: 1. Estado de Direito (direitos de propriedade, integridade governamental e eficiência jurídica); 2. Tamanho do Governo (carga tributária, gastos do governo e saúde fiscal); 3. Eficiência Regulatória (liberdade de negócios, liberdade de trabalho e liberdade monetária); e 4. Abertura dos Mercados (liberdade de comércio, liberdade de investimentos e liberdade financeira).

Os países são avaliados em cinco categorias no IEL: 1. Livre (80 a 100 pontos); 2. Majoritariamente Livre (70 a 79,9); 3. Moderadamente Livre (60 a 69,9); 4. Maioritariamente Não Livre (50 a 59,9); 5. Reprimido (0 a 49,9 pontos). Atualmente, são avaliados 180 países, inclusive o Brasil. Quanto mais próximo de 100, maior é a liberdade econômica desse país. Apenas seis países não foram analisados, sem dados informados, Iraque, Líbia, Liechtenstein, Somália, Síria e Iêmen.

Os dados do ILE dos países nórdicos revelam que estão na lista das 30 economias mais livre do mundo. A liderança nórdica é da Islândia com 77,0 pontos, em

seguida a Dinamarca (76,6 pontos), a Suécia (76,3 pontos), a Noruega (74,3 pontos) e a Finlândia (74,1 pontos).

Hong Kong é o país com mais liberdade econômica do mundo desde 1995, com 90,2 pontos. Hong Kong, um Tigre Asiático, repleto de arranha-céus, shopping centers, restaurantes e joalherias vendendo ouro, além de bancos comerciais cobrando juros baixos, nos seus primeiros passos a caminho da liberdade econômica refutou o protecionismo, o monopólio, o oligopólio, os elevados impostos, os subsídios, os benefícios especiais, as quotas de importação, as licenças de importação, e, sobretudo, a forte intervenção do Estado na economia de mercado. Pelo porto de Hong Kong chega à maioria da comida importada da população e ninguém passa fome.

A Coreia do Norte é o país mais reprimido do planeta, com apenas 5,8 pontos. Em outras palavras, a Coreia do Norte é o país de economia mais fechada do mundo, não há celular nem internet nos lares, ocorrem cortes diários de fornecimento de energia elétrica, mas tem, infelizmente, pessoas famintas, mais de um milhão de soldados, além de mísseis, armas atômicas e bombas de hidrogênio (dez vezes mais poderosa e letal do que as bombas atômicas lançadas em Hiroshima e em Nagasaki pelos EUA em agosto de 1945).

O Brasil encontra-se na 153ª posição no ranking mundial, com 51,4 pontos, ou seja, a nona economia do mundo é majoritariamente não-livre. Um dos grandes obstáculos para a liberdade econômica é o elevado nível de corrupção, oriunda da forte intervenção do Estado na economia de mercado. A corrupção é um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico com inclusão social e sem degradação do meio ambiente. O grande dinamismo da economia brasileira é o mercado interno, além do relevante papel do mercado externo, mas sofre com a corrupção sistêmica e a elevada carga tributária.

A Noruega é o país mais feliz do planeta

Na Terra do Sol da Meia-Noite encontramos a felicidade, porque a Noruega é o país mais feliz do planeta, segundo os dados de 2017 da ONU. A ONU divulga desde 2012 um relatório anual intitulado **Relatório sobre Felicidade no Mundo 2017** (*World Happiness Report 2017*) em 155 nações. Nos TOP 10 da lista dos países mais felizes encontram-se os cinco países nórdicos.

Para a ONU, seis fatores são levados em conta para mensurar o IF de uma nação: PIB per capita, expectativa de vida saudável, generosidade, exposição da corrupção, liberdade para fazer escolhas e apoio social. Além de uma pergunta selecionada pela própria ONU: De 0 a 10, qual é o seu grau de satisfação pessoal neste exato momento?

A Noruega lidera com 7.537 pontos o IF entre os frios países nórdicos. Em segundo, terceiro e quarto lugares encontra-se a Dinamarca, a Islândia e a Finlândia, com 7.522 pontos, 7.504 pontos e 7.469 pontos, respectivamente. Na última e quinta colocação a Suécia com 7.284 pontos.

A República Centro-Africana é o país menos feliz do mundo, com 2.693 pontos. Em 2017, o Brasil ficou na 22ª colocação, com 6.635 pontos, segundo a ONU.

A Dinamarca é um dos líderes mundiais em performance ambiental

A Dinamarca é um dos líderes mundiais em performance ambiental, conforme o Índice de Performance Ambiental (*Environmental Performance Index*). É um índice para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um país.

No Índice de Desempenho Ambiental 2018 são avaliados o desempenho de 24 indicadores em dez categorias de problemas cobrindo a saúde ambiental e a vitalidade do ecossistema de cada nação avaliada pela Universidade de Yale, nos EUA.

A Dinamarca lidera com 81,60 pontos o IPA nos cinco países nórdicos. Em segundo, terceiro e quarto lugares encontra-se a Suécia, a Finlândia e a Islândia, com 80,51 pontos, 78,64 pontos e 78,57 pontos, respectivamente. Na última e quinta colocação a Noruega com 77,49 pontos.

No ano de 2018, entre 180 países analisados pela Universidade de Yale, o país com o maior IPA é a Suíça com 87,42 pontos e o país com menor IPA é o Burundi, na África, com 16,90 pontos. O Brasil, um país com doze mil rios em doze bacias hidrográficas, ficou em 69º lugar com 60,70 pontos no ano de 2018.

A Noruega é um dos líderes mundiais em igualdade

Na Terra dos Vikings, a Noruega destaca-se por ser um dos países mais igualitários do planeta, é o terceiro lugar no ranking mundial na igualdade, mensurado pelo Índice de Gini, um instrumento estatístico utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país.

O Índice de Gini foi idealizado pelo estatístico italiano Corrado Gini (1884-1965) e varia de 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade perfeita). No Índice de Gini de um país, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade econômica, ou seja, maior é a concentração de renda desse país.

Entre as nações nórdicas a Noruega lidera com Índice de Gini de 0,259. A Islândia e a Dinamarca estão em segundo e terceiro lugares, com 0,265 e 0,267. Na quarta colocação encontra-se a Finlândia com Índice de Gini de 0,278. E no último lugar a Suécia com o Coeficiente de Gini de 0,288.

A Ucrânia é o país mais igual do planeta, com o Índice de Gini de 0,241. O país mais desigual do mundo é a África do Sul, de acordo com os dados de 2015, divulgados no **Relatório de Desenvolvimento Humano 2016**, do PNUD, com o Coeficiente de Gini de 0,634. O Brasil é o décimo país mais desigual do mundo, com Índice de Gini de 0,515, reflexo de um processo histórico marcado por flagrantes desigualdades, ainda persistente, apesar dos avanços verificados nos últimos 20 anos.

A Educação de Qualidade é Prioridade nos Países Nórdicos

Os resultados dos indicadores de Educação pelo PISA (*Programme for International Student Assessment*), o maior exame internacional do mundo, revelam que os cinco países nórdicos nas provas de múltipla escolha em Ciências, Matemática e Leitura obtiveram resultados positivos.

O PISA é avaliado trienalmente pela OCDE desde 2000 até os dias de hoje. O PISA é uma grande avaliação internacional dos alunos de 15 anos e três meses (completos) e 16 anos e dois meses (completos) em Ciências, Leitura e Matemática.

Quadro 2. Os resultados no PISA dos países nórdicos em 2015

País	Ranking	PISA	Ranking	Ciências	Ranking	Leitura	Ranking	Matemática
Noruega	27	496	24	498	9	513	19	502
Dinamarca	26	498	21	502	17	500	12	511
Islândia	35	485	39	473	35	482	32	488
Suécia	22	493	28	493	18	500	28	494
Finlândia	5	529	5	531	4	526	13	511

Fonte: Quadro elaborado pelos autores baseado nos dados oficiais da OCDE.

Verificando os resultados no PISA, observamos que a Finlândia, com 338.441 km², obteve o melhor resultado entre os países nórdicos, com 529 pontos, segundo os dados de 2015 da OCDE. Em segundo e terceiro lugares, Dinamarca e Noruega, com 498 e 496 pontos, respectivamente. Na quarta colocação encontra-se a Suécia com 493 pontos. E no quinto e último lugar aparece a Islândia com 485 pontos.

Entre os 70 países analisados pela OCDE, o melhor e o pior resultado do PISA no ano de 2015 são de Singapura e da República Dominicana com 556 e 332 em Ciências, de Singapura e de Kosovo com 535 e 347 em Leitura, e de Singapura e da República Dominicana com 564 e 328 em Matemática.

O Brasil passa vergonha no período trienal no ranking da Educação ficando entre os últimos colocados no PISA, atual 65º lugar com 387 pontos, devido às provas de Ciências (401 pontos e 63º lugar), Leitura (407 e 59º) e Matemática (377 e 66º).

Na Finlândia, 99% dos jovens concluem o ensino médio, o maior índice global. No Brasil, só 59% completam essa fase escolar até os 19 anos. Os jovens finlandeses colaboram para promover uma nação desenvolvida. Na Finlândia os gastos públicos em educação são de 5,7% do PIB, enquanto no Brasil são de 4,9% do PIB.

A Saúde de Qualidade é Prioridade nas Nações Nórdicas

Analisando os resultados nos indicadores de saúde das nações nórdicas constatamos que estão no topo da lista dos países mais desenvolvidos do planeta. Os países nórdicos são conhecidos mundialmente por garantir o Estado de Bem-Estar Social. Com uma elevada carga tributária, em média 45% do PIB nórdico, o Estado garante uma saúde pública de qualidade e gratuita.

Infelizmente, no Brasil, os principais agentes econômicos, as famílias e as empresas, gastam muito em 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria). Os Governos Federal, Estaduais e Municipais não oferecem o retorno social esperado pelas pessoas, sobretudo pelas pessoas de menor renda na saúde pública.

Observando atentamente os indicadores no Quadro 3 abaixo constatamos que os cinco países nórdicos são países de excelente nível nos serviços de saúde, com sua baixa taxa de mortalidade infantil e sua elevada esperança de vida ao nascer.

Quadro 3. Os resultados na Saúde das nações nórdicas em 2017

País	Ranking	Taxa de Mortalidade Infantil	Ranking	Esperança de Vida ao Nascer
Noruega	5	3 mortes por mil nascidos vivos	19	82 anos
Dinamarca	29	4 mortes por mil nascidos vivos	35	80 anos
Islândia	3	2 mortes por mil nascidos vivos	6	83 anos
Suécia	7	3 mortes por mil nascidos vivos	15	82 anos
Finlândia	6	3 mortes por mil nascidos vivos	25	81 anos

Fonte: Quadro elaborado pelos autores baseado nos dados oficiais da CIA World Factbook.

A taxa de mortalidade infantil nos países nórdicos é muito baixa. Na Noruega, Terra de Hans Christian Andersen, por exemplo, é de 3 mortes por mil crianças nascidas vivas no ano de 2017. Na Noruega, a licença maternidade é de 12 meses com salário integral e retorno ao trabalho garantido por lei ou optar por receber 80% do salário e permanecer por 15 meses com o bebê recém-nascido em seu lar.

A maior taxa de mortalidade infantil do planeta encontra-se no Afeganistão, na Ásia, com 111 por mil crianças vivas no ano de 2017. No Brasil, o terceiro maior produtor de alimentos da Terra, a taxa de mortalidade infantil apresenta-se em 18 por mil crianças nascidas vivas, segundo os dados de 2017 do *CIA*⁸ *World Factbook*.

Entre os países nórdicos, a Islândia lidera com expectativa de vida ao nascer de 83 anos. Em segundo, terceiro e quarto lugares, verificamos a Suécia, a Noruega e a Finlândia, com 82 anos, 82 anos e 81 anos, respectivamente. E em quinto e último lugar encontra-se a Dinamarca com expectativa de vida de 80 anos.

A maior esperança de vida ao nascer do mundo encontra-se em Mônaco, na Europa, com 89 anos. E a menor expectativa de vida ao nascer do planeta aparece em Chade, na África, com 51 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 74 anos, conforme os dados de 2017 do *CIA World Factbook*.

Considerações Finais

Os cinco países nórdicos pesquisados, o Reino da Dinamarca, a República da Finlândia, a República da Islândia, o Reino da Noruega e o Reino da Suécia são países de renda elevada, que se cooperam no âmbito do Conselho Nórdico desde 1952 e apresentam similaridades em seus principais índices econômicos, sociais e ambientais e são os melhores índices da Terra nos rankings de qualidade de vida, de corrupção, de inovação, de paz, de prosperidade, de competitividade, de liberdade econômica, de felicidade, de performance ambiental e de igualdade. São números de fazer inveja na atualidade.

Em Copenhague, Helsinque, Reykjavik, Oslo e Estocolmo, capitais dos cinco países, a população nórdica desfruta de excelente qualidade de vida em cidades sustentáveis com uma forte redução das emissões de gases de efeito estufa. Com suas bicicletas os dinamarqueses, finlandeses, islandeses, noruegueses e suecos aproveitam o verão, o inverno, os jardins, os museus, os castelos, as igrejas, as galerias de arte, os parques, as escolas, as universidades (importantíssimas na produção do conhecimento) e, sobretudo, as bibliotecas (milhões de livros são emprestados anualmente). Enfim, o

⁸Central Intelligence Agency.

que observamos é a predominância de uma vida tranquila, feliz e sem pobreza nos países nórdicos, repletos de praias, lagos, ilhas e fiordes.

Referências Bibliográficas e Webgráficas

CIA, World Factbook. **Taxa de Mortalidade Infantil no Mundo em 2017**. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/map/?v=29&l=pt>. Acesso em: 13 de março de 2018.

CIA, World Factbook. **Esperança de Vida ao Nascer no Mundo em 2017**. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=30&r=xx&l=pt>. Acesso em: 13 de março de 2018.

CORNELL, Universidade de. **Índice Global de Inovação de 2017: A Inovação Nutrindo o Mundo**. Disponível em: https://www.globalinnovationindex.org/userfiles/file/reportpdf/GII%202017%20Portuguese%20translation_WEB.pdf. Acesso em: 27 de março de 2018.

HERITAGE, Foundation. **Índice de Liberdade Econômica 2018**. Disponível em: <http://especiais.gazetadopovo.com.br/economia/ranking-de-liberdade-economica-2018/>. Acesso em: 12 de março de 2018.

IACOCCA, Lee. **Citado em Frases e Pensamentos** Ed. 13 – Sucesso. Edicase Negócios Editoriais Ltda., 2017.

INSTITUTO DE ECONOMIA E PAZ. **Global Peace Index 2017**. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/06/GPI17-Report.pdf>. Acesso em: 27 de março de 2018.

INTERNATIONAL, Transparency. **Corruption Perceptions Index 2016**. Disponível em: https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016. Acesso em: 11 de março de 2018.

LAGATUM, Institute. **The Lagatum Prosperity Index 2017**. Disponível em: http://prosperitysite.s3-accelerate.amazonaws.com/3515/1187/1128/Legatum_Prosperty_Index_2017.pdf.

Acesso em: 12 de março de 2018

OCDE. **PISA 2015**. Disponível em: https://www.keepeek.com//Digital-Asset-Management/oecd/education/pisa-2015-results-volume-i_9789264266490-en#page360.

Acesso em: 11 de março de 2018.

ONU. **Relatório Mundial da Felicidade 2017**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Mundial_da_Felicidade#Ranking_de_2017

. Acesso em: 15 de março de 2018.

PNUD. **Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2016**. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2018.

WEF. **The Global Competitiveness Report 2017-2018**. Disponível em:

<http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>.

Acesso em: 12 de março de 2018.

YALE, Universidade de. **Índice de Performance Ambiental 2018**. Disponível:

<https://epi.envirocenter.yale.edu/downloads/epi2018policymakerssummaryv01.pdf>.

Acesso em: 13 de março de 2018.

Seu Imposto de Renda pode render sorrisos

Paulo Galvão Júnior⁹



A população brasileira é marcada pela secular desigualdade econômica. Segundo dados de 2017 do IBGE, no Brasil, os 1% mais rico da população recebe 36,1 vezes mais do que os 50% mais pobre da população brasileira.

Não é justo que os contribuintes que trabalham e produzem muito na décima nação mais desigual do planeta, com o Índice de Gini de 0,515, segundo os dados de 2015 do PNUD, continuem mandando todo o seu IRPF à Receita Federal, leia-se Leão, sem saber exatamente para onde este dinheiro realmente está indo e de que forma ele está sendo usado em nosso País tão desigual.

Ao longo dos últimos 27 anos, o ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, os conselheiros de direito nos municípios brasileiros, conselheiros governamentais e da sociedade civil, dedicam-se na criação de uma campanha no

⁹Economista brasileiro, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. Ex-coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa (CMDCA-JP). E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

CMDCA para doação ao FMDCA, no principal objetivo de promover uma sociedade mais igual nas cinco regiões do País.

Estamos em plena recuperação econômica do Brasil, uma das dez maiores economias do mundo, com o PIB de US\$ 2,1 trilhões no ano de 2017, segundo o FMI, e a 15 dias para o fim do prazo de entrega da Declaração de Ajuste Anual do IRPF, exercício 2018. Hoje, divulgamos mais a nova Campanha de Doação ao FMDCA do CMDCA de João Pessoa intitulada SEU IMPOSTO DE RENDA PODE RENDER SORRISOS.

O IRPF é um imposto federal que incide sobre as pessoas físicas que tenham obtido um ganho acima de um determinado valor mínimo de R\$ 28.559,70 ao ano. E anualmente este contribuinte é obrigado a prestar informações pela Declaração de Ajuste Anual, para apurar possíveis débitos (imposto devido) ou créditos (imposto a restituir) junto a SRF.

Enfatizamos que se a pessoa física recebeu menos que R\$ 28.559,70 em 2017, no exercício de 2018 está dispensada de realizar a declaração do IRPF. A nova Campanha do FMDCA SEU IMPOSTO DE RENDA PODE RENDER SORRISOS pretende sensibilizar e ao mesmo tempo conscientizar os contribuintes do IRPF 2018 de João Pessoa, que destine parte do imposto devido ou do imposto a restituir ao FMDCA.

A possibilidade legal da destinação da parte do IRPF 2018 do contribuinte morador da Capital paraibana ao FMDCA. O fundo municipal de João Pessoa é regulamentado pela Lei Municipal nº 11.407 de 07 de abril de 2008, que estabelece as normas vigentes para receber doações ao FMDCA. O FMDCA de João Pessoa é cadastrado na Receita Federal e o CNPJ é 09.467.841/0001-88.

No estado da Paraíba, com 4 mesorregiões, 23 microrregiões e 223 municípios, apenas 20 municípios são cadastrados na Receita Federal para receber esta valiosa doação. Os 20 municípios paraibanos cadastrados para receber a doação via IRPF, por ordem alfabética, são: 1. Baraúna, 2. Bernardino Batista, 3. Cabedelo, 4. Campina Grande, 5. Congo, 6. Cruz do Espírito Santo, 7. Cuité, 8. João Pessoa, 9. Mogeiro, 10. Monte Horebe, 11. Patos, 12. Picuí, 13. Pombal, 14. São João do Rio do Peixe, 15. São José de Piranhas, 16. Soledade, 17. Sousa, 18. Sumé, 19. Triunfo e 20. Uiraúna. Dos 223 municípios apenas 8,97% do total são cadastrados com CNPJ do FMDCA na SRF.

O FMDCA tem como objetivo captar e aplicar recursos destinados as ações de atendimento às crianças e aos adolescentes. O FMDCA aplicará recursos em projetos sociais que defendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, através de projetos selecionados e aprovados em editais anuais do CMDCA-JP.

A nova campanha do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e o Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba visa mostrar que o FMDCA foi cadastrado em 2014 no sistema da SRF e pode receber doações do IRPF no exercício de 2018.

As pessoas físicas podem deduzir até 6% do seu Imposto de Renda devido, sendo que destes, 3% sejam até o dia 30 de abril de 2018. Após esta data, pode ser destinado os outros 3% do IRPF devido, se recolher a taxa até o dia 30 de abril. Ressaltando que essa doação ao FMDCA não envolve nenhum custo financeiro para o contribuinte, caso ela não seja efetuada, os 3% do IRPF devido serão arrecadados pela SRF e direcionados aos cofres do Tesouro Nacional. Cabe ressaltar que as pessoas físicas que optam pela declaração de IRPF no modelo simplificado não podem fazer a destinação. A doação ocorre na declaração de IRPF no modelo completo, repito, na opção completa.

Ao preencher a declaração do IRPF, o contribuinte deve clicar no ícone "Resumo da Declaração", depois clicar em "Doações Diretamente na Declaração - ECA", selecionando em seguida o tipo de fundo (Municipal), depois seleciona a Unidade da Federação (UF) "PB – Paraíba", em seguida o município (João Pessoa). O próprio programa da Receita Federal faz o cálculo do valor que pode ser até 3% do imposto devido. A dedução ocorrerá no ano da doação. O próximo passo é imprimir a DARF para o pagamento no valor informado pela Receita Federal. A DARF do IRPF 2018 e depois a DARF ECA, ambos com vencimento para a mesma data.

Desta forma, em vez de pagar todo o imposto devido ao Leão, e não saber o que será feito com este dinheiro, os contribuintes de João Pessoa podem destinar uma pequena parte desse imposto devido para as crianças e adolescentes que precisam de apoio em nosso município, de onde poderão acompanhar de perto a aplicação do seu dinheiro e todos os benefícios que ele estará trazendo para a sociedade pessoense.

O objetivo desta nova campanha do FMDCA SEU IMPOSTO DE RENDA PODE RENDER SORRISOS, mostrar que as pessoas físicas não são obrigadas a mandar todo o seu imposto para o Leão, e podem sim, ajudar crianças e adolescentes de João Pessoa, da Paraíba e do Brasil.

Infelizmente, os dados recentes do IBGE mostram 14,8 milhões de pessoas vivem na pobreza extrema no quinto maior país do planeta. Os recursos do FMDCA devem, obrigatoriamente, ser destinados ao atendimento das políticas, programas e ações voltados para a promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Os recursos do FMDCA são administrados pelo CMDCA-JP e a SEDES que é o gestor administrativo do FMDCA. A prestação de contas é feita através de apresentações anuais pelas ONGs, publicadas no blog e facebook do CMDCA-JP.

Estimados contribuintes, aproveitem a época da declaração do IRPF, para doar ao FMDCA, uma vez que atenção das pessoas físicas que necessitam fazer a declaração estará voltada para este assunto até 30 de abril de 2018. Desta forma, esperamos conquistar mais doações ao FMDCA, assim todos os projetos sociais aprovados em editais do CMDCA-JP, eles consigam ser executados com sucesso.

No ano de 2017, 25 projetos de ONGs cadastradas no CMDCA foram contemplados com o FMDCA, no valor total de R\$ 1.319.958,59 e estes projetos irão levar direitos a cerca de 4.000 crianças e adolescentes na terceira capital mais antiga do Brasil. Sendo o maior doador ao FMDCA como pessoa jurídica é a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Foram 740 mil reais doados no ano de 2018.

Caros contribuintes da cidade de João Pessoa, cerca de 230 mil crianças e adolescentes moram na Capital paraibana, e você pode contribuir para a formação de um futuro melhor para aquelas em situação de vulnerabilidade social. Enfatizamos que a conta do FMDCA é no Banco do Brasil, agência número 1618-7, conta corrente número 12.872-4. Portanto, faça a sua doação ao FMDCA o mais breve possível. O valor arrecadado na campanha de 2017 foi de 195 mil reais. No ano passado, um dos grandes doadores ao FMDCA como pessoa física foi o prefeito Luciano Cartaxo.

O CMDCA-JP com apoio da PMJP, do CRC-PB e do Instituto Paraibano de Estudos Contábeis lança o novo folder do FMDCA, além da mídia paraibana (TV, rádio, jornal e rede social, em especial, blog, facebook e site) destacando Notícias Contábeis.

Convidamos os contribuintes pessoenses para aderirem à nova campanha do FMDCA SEU IMPOSTO DE RENDA PODE RENDER SORRISOS, uma causa social tão importante, tão nobre. O lançamento oficial da campanha será no Pavilhão do Chá, a partir das 16h no dia 17 de abril de 2018. Portanto, mais doações ao FMDCA de João Pessoa, mais sorrisos, mais sorrisos de crianças e adolescentes.

A Copa do Mundo Socioeconômica

Luiz Alberto Machado¹⁰ & Paulo Galvão Júnior¹¹



Considerações preliminares

No próximo dia 14 de junho terá início a 21ª edição da Copa do Mundo da FIFA, um dos maiores eventos do esporte mundial, juntamente com os Jogos Olímpicos.

O Brasil detém dois registros relevantes: foi o único país cuja seleção participou de todas as edições da Copa do Mundo realizadas até hoje, além de ser o único a conquistar o título por cinco vezes, sendo, portanto, a única seleção pentacampeã mundial. O quadro 1 apresenta um histórico das Copas do Mundo realizadas até agora.

¹⁰Economista, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Sócio-diretor da empresa SAM - Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas. E-mail: lasam.machado@gmail.com.

¹¹Economista, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

Quadro 1. Histórico das Copas do Mundo

Ano	Sede	Campeão	Vice-Campeão	Participantes
1930	Uruguai	Uruguai	Argentina	13
1934	Itália	Itália	Tchecoslováquia	16
1938	França	Itália	Hungria	16
1950	Brasil	Uruguai	Brasil	16
1954	Suíça	Alemanha	Hungria	16
1958	Suécia	Brasil	Suécia	16
1962	Chile	Brasil	Tchecoslováquia	16
1966	Inglaterra	Inglaterra	Alemanha	16
1970	México	Brasil	Itália	16
1974	Alemanha	Alemanha	Holanda	16
1978	Argentina	Argentina	Holanda	16
1982	Espanha	Itália	Alemanha	24
1986	México	Argentina	Alemanha	24
1990	Itália	Alemanha	Argentina	24
1994	Estados Unidos	Brasil	Itália	24
1998	França	França	Brasil	32
2002	Japão/Coreia do Sul	Brasil	Alemanha	32
2006	Alemanha	Itália	França	32
2010	África do Sul	Espanha	Holanda	32
2014	Brasil	Alemanha	Argentina	32

Fonte: Quadro elaborado pelos autores baseado nas informações oficiais da FIFA.

A 21ª edição da Copa do Mundo da FIFA será realizada na Rússia, com a abertura e a final sendo realizadas em Moscou, cidade que durante boa parte do século passado acumulou a condição de dupla capital, da Rússia e da URSS, conhecida mundialmente como União Soviética.

O período que se estende do fim da Segunda Guerra Mundial até o final do século XX foi caracterizado pela disputa da hegemonia político-econômica mundial entre duas superpotências: de um lado, o bloco capitalista liderado pelos EUA; de outro, o bloco socialista liderado pela União Soviética. O clima de grande rivalidade foi a tônica desse período, conhecido pelo nome de Guerra Fria, chegando, em alguns momentos, a um nível de tensão tão alto que se chegou a temer pela eclosão de uma Terceira Guerra

Mundial. Essa possibilidade gerava receio generalizado em função do elevado grau de destruição do arsenal bélico de ambos os lados.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS em 1991, as relações internacionais ingressaram numa nova etapa e a rápida ascensão da China no cenário econômico internacional deu ensejo ao surgimento de uma nova correlação de forças a partir do início do novo século.

A memória da Guerra Fria, no entanto, não desapareceu por completo, de tal forma que a Copa do Mundo de 2018 provoca em muita gente recordações da grande rivalidade entre os países integrantes dos blocos capitalista e socialista. Essa rivalidade, aliás, era muito sentida nos Jogos Olímpicos, nos quais a conquista do maior número de medalhas era apresentada como um símbolo da superioridade de um ou outro sistema econômico.

Na Copa do Mundo essa rivalidade não era – e continua não sendo – tão sentida pois nem os EUA nem a Rússia (e, mais recentemente, nem a China) são considerados protagonistas, cabendo normalmente às suas seleções um papel de meras coadjuvantes.

Feitas essas colocações introdutórias, seguem-se algumas considerações a respeito de aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos envolvendo os oito grupos da primeira fase da Copa do Mundo da Rússia.

Aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos

Na sequência, cada grupo será examinado com base em quatro indicadores: área territorial, população total, PIB e IDH.

Quanto aos dois primeiros, não vemos necessidade de explicação. Vamos, portanto, a uma breve explicação dos outros dois indicadores.

De acordo com o Prof. Paulo Sandroni, em seu consagrado Dicionário de economia do século XXI:

“PIB – Produto Interno Bruto. Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de

um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Exclui as transações intermediárias, é medido a preços de mercado e pode ser calculado sob três aspectos. Pela ótica da produção, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais. Pela ótica da renda, é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios. Pela ótica do dispêndio, resulta da soma dos dispêndios em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta”.

Considerado um dos mais importantes indicadores econômicos de um país, o PIB constitui-se, portanto, num indicador meramente quantitativo que leva em conta o valor agregado de tudo aquilo que se produz no território econômico de um determinado país ao longo de um ano. Nesse sentido, quando nos referimos a crescimento anual do PIB, confrontamos o PIB de um ano com o PIB do ano anterior em valores reais, ou seja, descontada a inflação.

Já o IDH, como indicado no artigo **Os principais índices dos países nórdicos na atualidade**, de nossa autoria, representa um avanço nos indicadores de desenvolvimento dos países. Antigamente, as classificações (ou rankings) consideravam apenas a variação anual do PIB de cada país, o que consistia numa comparação meramente quantitativa da variação do que cada país produzia de um ano para outro. Posteriormente, a ONU passou a considerar o Coeficiente de Gini, cuja representação gráfica era a Curva de Lorenz, em que se considerava não apenas a variação da renda nacional, mas também o seu grau de distribuição. O IDH, concebido com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, é mais abrangente, composto por indicadores de três dimensões: saúde (considerando a longevidade medida pela esperança de vida ao nascer);

educação (considerando o acesso ao conhecimento medido pela média de anos de estudo e os anos esperados de escolaridade); e a RNB per capita, calculada com base no critério de paridade do poder de compra, em dólar americano.

O IDH é mensurado anualmente entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total) desde 1990. O IDH é um índice que mede a qualidade de vida da população de um país. O IDH avalia três indicadores: educação, saúde e renda. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Calculado pelo PNUD, o IDH classifica os países em quatro categorias: de desenvolvimento humano muito alto, quando o índice fica entre 0,800 e 1; de desenvolvimento humano alto, quando o índice fica entre 0,700 e 0,799; de desenvolvimento humano médio, quando o índice fica entre 0,550 e 0,699; e de desenvolvimento humano baixo, quando o índice fica entre 0 e 0,549. Nas tabelas de cada grupo a seguir, a posição de cada país é indicada pelas letras (a), quando for de desenvolvimento humano muito alto; (b), quando for de desenvolvimento humano alto; (c), quando for de desenvolvimento humano médio; e (d), quando for de desenvolvimento humano baixo.

No **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2016**, a Noruega ficou com a primeira colocação no ranking, com IDH de 0,949. Já a última colocação ficou com a República Centro Africana, com IDH de 0,352. Nenhum deles participará da Copa da Rússia. Feitos esses esclarecimentos, seguem-se algumas observações relativas a cada grupo, sendo cada um deles iniciado pelo cabeça de chave.

Grupo A

Países	Área (km ²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
Rússia	17.098.200	146,80	1.283,20	0,804 (a)
Egito	1.002.450	92,80	336,30	0,691 (c)
Arábia Saudita	2.149.680	32,61	646,44	0,847 (a)
Uruguai	176.215	3,48	52,42	0,795 (b)
Total	20.426.545	275,69	2.318,36	-
Média	5.106.636	68,92	579,59	0,784 (b)

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Evidentemente, a dissolução da URSS provocou uma redução significativa em termos territoriais. Ainda assim, a Rússia, isoladamente, é o país com maior área territorial entre os participantes da Copa do Mundo de 2018. Com área de 17.098.200 km², a Rússia contribui para que o Grupo A seja o que possui maior área acumulada entre os oito grupos da Copa do Mundo.

Também no que se refere à população, o Grupo A encontra-se em primeiro lugar com uma população acumulada de 275,69 milhões de habitantes, com acentuada contribuição relativa da Rússia.

No aspecto população, aliás, é interessante observar que os cinco países mais populosos do mundo não estarão participando da Copa de 2018, casos de China, Índia, EUA, Indonésia e Paquistão, de acordo com os dados da *Trading Economics*.

Em que pese a destacada participação relativa do Grupo A nos aspectos territorial e demográfico, ele não se encontra entre os três primeiros colocados nem em termos de PIB acumulado, nem de IDH.

Grupo B

Países	Área (km ²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
Portugal	92.090	10,31	204,84	0,843 (a)
Espanha	505.992	46,53	1.232,09	0,884 (a)
Irã	1.648.200	80,90	393,44	0,744 (b)
Marrocos	446.550	34,90	101,45	0,647 (c)
Total	2.692.832	172,64	1.931,82	-
Média	673.208	43,16	482,95	0,779 (b)

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

O Grupo B não se encontra entre os três primeiros colocados em nenhum dos quatro aspectos considerados neste artigo.

Como características mais relevantes, duas chamam a nossa atenção. A primeira diz respeito à rivalidade futebolística entre Portugal e Espanha, cujas seleções enfrentar-se-ão já na primeira rodada, que se acentuou nos últimos anos, em que a Espanha ganhou duas Copas da Europa (2008 e 2012), além da Copa do Mundo de

2010 realizada na África do Sul, enquanto Portugal conquistou a última Copa da Europa em 2016. Essa rivalidade é alimentada pela presença de Cristiano Ronaldo, que divide com o argentino Lionel Messi a condição de melhor jogador do mundo na última década na seleção de Portugal, e dos últimos representantes da geração de ouro da Espanha como Sergio Ramos, Piquet, Busquets e Iniesta.

A segunda diz respeito à presença do Irã, país que vem se destacando no cenário esportivo asiático e mundial nos últimos anos em diversas modalidades, entre as quais o futebol e o voleibol. A seleção iraniana tem participado regularmente da Liga Mundial, competição anual que reúne as dezesseis melhores seleções de voleibol do mundo.

Grupo C

Países	Área (km ²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
França	640.597	66,99	2.465,48	0,897 (a)
Austrália	7.692.060	24,13	1.204,62	0,939 (a)
Dinamarca	2.210.570	5,75	306,90	0,925 (a)
Peru	1.285.220	31,49	192,09	0,740 (b)
Total	11.828.447	128,36	4.169,09	-
Média	2.957.111	32,09	1.042,27	0,875 (a)

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

O Grupo C apresenta o melhor IDH, juntamente com o Grupo F, com índice médio de 0,875, o que é explicado pela presença em sua composição de três países com desenvolvimento humano muito alto (Austrália, Dinamarca e França) e um com desenvolvimento humano alto (Peru).

Além dessa excelente posição em termos de IDH, o Grupo C aparece em segundo lugar em extensão territorial, graças, fundamentalmente, à área geográfica da Austrália, e em terceiro lugar em termos de PIB acumulado, para o que contribui decisivamente a presença da França.

Grupo D

Países	Área (km²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
Argentina	2.780.400	43,59	545,90	0,827 (a)
Croácia	56.594	4,15	50,43	0,827 (a)
Islândia	103.000	0,34	20,05	0,921 (a)
Nigéria	923.768	185,99	405,10	0,527 (d)
Total	3.863.762	234,07	1.021,48	-
Média	965.940	58,51	255,37	0,775 (b)

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

O Grupo D aparece em terceiro lugar no aspecto demográfico em função da presença da Nigéria, o país mais populoso do continente africano. Apesar de sua numerosa população, a Nigéria possui também um baixo desenvolvimento humano, sendo um dos dois únicos países – o outro é Senegal, também situado no continente africano – que ostenta essa classificação no ranking do PNUD.

De certa forma, o elevado contingente populacional da Nigéria consegue compensar a baixíssima população da Islândia (340 mil habitantes), disparadamente a menor dos 32 países participantes da Copa do Mundo da Rússia, e da Croácia (4,15 milhões), a quinta menor.

Também em termos de PIB acumulado o Grupo D se destaca negativamente. Com um PIB acumulado de US\$ 1.021,48 trilhão, aparece no último lugar entre os grupos da Copa do Mundo de 2018. Também nesse quesito, conta muito a presença no grupo da Islândia, que possui o segundo PIB mais baixo entre os 32 países participantes da Copa do Mundo da Rússia, com US\$ 20,05 bilhões, superior apenas ao de Senegal.

Em termos futebolísticos, porém, é o grupo da Argentina, bicampeã mundial, atual vice-campeã, a cuja seleção pertence Lionel Messi que, como já realçado, divide com o português Cristiano Ronaldo a condição de melhor jogador do mundo da última década, tendo cada um deles sido eleito cinco vezes pela FIFA. Uma boa participação na Copa do Mundo e a eventual conquista do título por um de seus países pode ter papel decisivo na escolha do melhor jogador do ano de 2018. Por enquanto, graças à notável participação na *Champions League* defendendo o Real Madrid, o português ostenta ligeira vantagem sobre o argentino.

Grupo E

Países	Área (km²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
Brasil	8.514.880	207,66	1.796,19	0,754 (b)
Costa Rica	51.100	4,91	57,44	0,776 (b)
Suíça	41.277	8,42	59,83	0,939 (a)
Sérvia	88.361	7,04	37,16	0,776 (b)
Total	8.695.618	228,03	2.550,62	-
Média	2.173.904	57,00	637,65	0,811 (a)

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

O Grupo E, ao qual pertence o Brasil, surge em terceiro lugar em termos de área territorial, essencialmente por conta da presença do Brasil, com sua área de 8.514.880 km².

Interessante notar que no quesito demográfico, embora o Brasil seja o sexto país mais populoso do mundo e o de maior população a participar da Copa do Mundo da Rússia, o Grupo E não aparece entre os três primeiros, o que se deve à reduzida população dos outros três integrantes do grupo, Costa Rica, Suíça e Sérvia.

Por outra ótica, graças à excepcional condição da Suíça que possui desenvolvimento humano muito alto e à condição dos outros três países do grupo de possuírem desenvolvimento humano alto, o Grupo E aparece na terceira colocação em termos de IDH.

No plano futebolístico, a presença da seleção brasileira, única pentacampeã mundial e sempre tida como uma das favoritas à conquista do título, confere interesse especial ao Grupo E. Outro fator de interesse especial diz respeito ao jogador Neymar, que vem sendo indicado há algum tempo como um dos três maiores jogadores do planeta juntamente com o argentino Lionel Messi e com o português Cristiano Ronaldo. Ainda que no presente momento esteja em desvantagem em razão da precoce eliminação do Paris Saint-Germain da *Champions League* e da grave lesão que o mantém afastado dos campos nos últimos dois meses, é possível que uma atuação destacada na Copa do Mundo e um eventual título conquistado pela seleção brasileira sejam fatores suficientes para a eleição de Neymar como melhor jogador do mundo de 2018.

Grupo F

Países	Área (km²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
Alemanha	357.021	82,80	3.466,76	0,926 (a)
Coreia do Sul	99.828	50,80	1.411,26	0,901 (a)
México	1.964.380	123,52	1.046,92	0,762 (b)
Suécia	450.295	10,00	511,00	0,913 (a)
Total	2.871.524	267,12	6.435,94	-
Média	717.881	66,78	1.608,98	0,875 (a)

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

O Grupo F aparece em primeiro lugar em dois dos aspectos contemplados neste artigo. Em termos de PIB acumulado, surge na primeira colocação, graças principalmente à presença da Alemanha, que possui o segundo maior PIB entre os 32 países participantes da Copa do Mundo, mas também em razão das contribuições de Coreia do Sul e México, que possuem PIB superior a US\$ 1 trilhão. O outro aspecto em que o Grupo F aparece com destaque é o que se refere ao IDH, em que divide a primeira colocação com o Grupo C. Não é difícil entender tal posição, já que dos quatro integrantes do grupo, três possuem desenvolvimento humano muito alto – Alemanha, Coreia do Sul e Suécia – e o outro – México – desenvolvimento humano alto.

Como única seleção tetracampeã mundial participante da Copa do Mundo – a outra, Itália, não se classificou – e atual campeã mundial, a seleção alemã surge também com uma das principais favoritas ao título, o que confere especial interesse ao Grupo F também no plano futebolístico.

Grupo G

Países	Área (km²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
Bélgica	30.528	11,37	466,37	0,896 (a)
Inglaterra	130.279	54,20	2.495,95	0,940 (a)
Panamá	75.417	4,03	56,18	0,788 (b)
Tunísia	163.610	11,29	42,10	0,725 (b)
Total	399.834	80,89	3.060,60	-
Média	99.958	20,22	765,15	0,837 (a)

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

O Grupo G aparece em segundo lugar no quesito IDH, o que se deve ao desenvolvimento humano muito alto da Inglaterra (0,940) e da Bélgica (0,896) e ao desenvolvimento humano alto do Panamá (0,788) e da Tunísia (0,725), país africano com melhor IDH entre os participantes da Copa do Mundo da Rússia.

Em dois dos aspectos levados em conta neste artigo, entretanto, área territorial e população, o Grupo G aparece em oitavo e último lugar. No plano territorial, contribuem para tanto as reduzidas áreas da Bélgica (30.528 km²) e do Panamá (75.417 km²). Já no plano populacional, pesa bastante a contribuição mínima do Panamá, que com uma população de pouco mais de quatro milhões de habitantes é o terceiro país menos populoso da Copa, ficando acima apenas da Islândia, que tem uma população de 340 mil habitantes e do Uruguai, cuja população é de 3,48 milhões de habitantes.

Grupo H

Países	Área (km²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
Polônia	312.685	37,97	469,51	0,855 (a)
Colômbia	1.141.750	48,75	282,46	0,727 (b)
Japão	377.930	126,71	4.940,16	0,903 (a)
Senegal	196.722	15,26	14,77	0,494 (d)
Total	2.029.087	228,69	5.706,90	-
Média	507.271	57,17	1.426,72	0,744 (b)

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

O Grupo H, graças à presença do Japão, que possui, isoladamente, o maior PIB entre os 32 participantes da Copa da Rússia, aparece em segundo lugar no quesito PIB acumulado, ficando atrás apenas do Grupo F.

O elevado PIB do Japão compensa o do Senegal, que, com US\$ 14,77 bilhões, é o mais baixo de todos os países participantes da Copa do Mundo da Rússia.

No entanto, mesmo com a presença do Japão, o Grupo H é o que revela pior IDH entre os oito grupos da Copa do Mundo de 2018, o que se deve, essencialmente, ao péssimo desempenho de Senegal, que, com o IDH de 0,494, surge como o pior entre os 32 países participantes da Copa da Rússia.

Comentários finais

Nosso objetivo, neste artigo, não é o de estabelecer qualquer correlação entre desempenho futebolístico e os quatro indicadores considerados – área territorial, população total, PIB e IDH. Até porque, não acreditamos que possam ser apontados.

Isso faz do futebol, no mínimo, uma modalidade bastante democrática, uma vez que as seleções dos dois países mais ricos do mundo da atualidade, EUA e China, não obtiveram classificação para a Copa do Mundo. Além disso, esses dois países não possuem posição destacada no ranking do futebol mundial nem entre seleções nem entre clubes.

Nosso objetivo é apenas indicar algumas características interessantes envolvendo os 32 países participantes da 21ª edição da Copa do Mundo da FIFA¹², que terá início no dia 14 de junho próximo, com a partida entre as seleções da Rússia e da Arábia Saudita, no Estádio Luzhnik, em Moscou. E para concluir com mais uma observação interessante, será apenas a terceira vez em que a partida de abertura não conta com a presença de pelo menos uma seleção campeã do mundo e, certamente, a primeira vez que não conta, ao menos, com uma das seleções do primeiro escalão do futebol mundial.

Referências bibliográficas e webgráficas

ÁREA – **Lista de países.** Disponível em http://www.sport-histoire.fr/pt/Geografia/Paises_por_area.php. Acesso em 2 de abril de 2018.

FIFA. **World Cup.** Disponível em <http://www.fifa.com/worldcup/>. Acesso em 16 de abril de 2018.

MACHADO, Luiz Alberto; GALVÃO JR., Paulo. **Os principais índices dos países nórdicos na atualidade.** Disponível em: http://port.pravda.ru/busines/08-04-2018/45307-paises_nordicos-0/. Acesso em 30 de março de 2018.

PIB – **Lista de países.** Disponível em <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp>. Acesso em 12 de abril de 2018.

¹²Dos 32 países participantes da Copa do Mundo de 2018, 14 são da Europa, 5 da África, 5 da América do Sul, 4 da Ásia, 2 da América Central, 1 da América do Norte e 1 da Oceania.

PNUD. **Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2016**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2018.

POPULAÇÃO – **Lista de países**. Disponível em <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/population>. Acesso em 3 de abril de 2018.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

O Brasil rumo à OCDE em 2021

Paulo Galvão Júnior¹³ & Luiz Alberto Machado¹⁴



Introdução

Em 30 de maio de 2017, o Brasil formalizou a solicitação de entrada na OCDE, com sede em Paris e composta por 37 países membros na atualidade: 1. Áustria; 2. Bélgica; 3. Dinamarca; 4. França; 5. Islândia; 6. Grécia; 7. Irlanda; 8. Itália; 9. Luxemburgo; 10. Noruega; 11. Holanda; 12. Portugal; 13. Reino Unido; 14. Suécia; 15. Suíça; 16. Turquia; 17. Alemanha; 18. Espanha; 19. Canadá; 20. Estados Unidos; 21. Japão; 22. Finlândia; 23. Austrália; 24. Nova Zelândia; 25. México; 26. República Tcheca; 27. Hungria; 28. Polônia; 29. Coreia do Sul; 30. Eslováquia; 31. Chile; 32. Eslovênia; 33. Israel; 34. Estônia; 35. Letônia; 36. Lituânia; e 37. Colômbia.

A Suécia e o Reino Unido apoiam a entrada do Brasil na OCDE (cuja sigla em inglês é OECD – *Organisation for Economic Co-operation and Development*), enquanto os Estados Unidos são contrários. O Brasil é um país de renda média alta, de acordo com a OCDE, ao lado de México e Turquia. O Brasil encontra-se entre as dez maiores

¹³Economista, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

¹⁴Economista, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Sócio-diretor da empresa SAM - Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas. E-mail: lasam.machado@gmail.com.

economias do mundo e faz parte da lista das dez economias que mais atraem IED no planeta.

Das Américas temos cinco países membros da OCDE, os Estados Unidos, o Canadá, o México, o Chile e a Colômbia. Da América Latina apenas três países, o México, o Chile e a Colômbia. Já da América do Sul, apenas dois países, o Chile e a Colômbia, que foi aceita oficialmente em 25 de maio de 2018. No dia 30 de maio de 2018, o presidente colombiano Juan Manuel Santos¹⁵ assinou em Paris o acordo de adesão à organização, conhecida mundialmente como o "Clube dos Ricos". Dos 37 países membros, 27 são da Europa (incluindo a Turquia), dois da Oceania, Austrália e Nova Zelândia, três da Ásia, Japão, Coreia do Sul e Israel, além dos cinco das Américas.

O processo de análise para ingresso do Brasil na OCDE, fundada em 30 de setembro de 1961, demora, em média, de três a quatro anos. Portanto, considerando que a formalização do pedido do Brasil ocorreu em 2017, é razoável supor que, em sendo aceita, a efetiva entrada do Brasil na OCDE deverá ocorrer por volta de 2020 ou 2021. As projeções da OCDE para o crescimento do PIB brasileiro são de 2,2% ao ano em 2018 e de 2,4% ao ano em 2019.

O presente artigo apresenta diversos aspectos relativos a um eventual ingresso formal do Brasil na OCDE, entidade que tem como missão promover políticas de aprimoramento ao bem-estar social e econômico das pessoas. A OCDE não fornece recursos financeiros a seus membros, mas auxilia os países membros a melhorar a qualidade de vida da sua população, por exemplo, através de políticas públicas eficazes e eficientes.

Atualmente, o Brasil tem cooperação com a OCDE como um dos cinco países emergentes chamados de *Key Partners*, África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia, desde 2007.

O Brasil rumo à OCDE em 2021

¹⁵Prêmio Nobel da Paz em 2016 pela sua decisão de acordo de paz que acabou com mais de 50 anos de guerra civil na Colômbia.

O mexicano Ángel Gurría é o atual secretário-geral da OCDE. Ele acredita na real possibilidade do ingresso do Brasil na OCDE. Nós acreditamos também, porém é necessário levar em conta as consequências – positivas e negativas – desse ingresso.

Segundo a OCDE (2018, p. 6), "(...) o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Metade da população tem acesso a 10% do total da renda familiar enquanto a outra metade tem acesso a 90%. Graves desigualdades continuam a colocar mulheres, minorias raciais e jovens em desvantagem".

Essa excessiva desigualdade é um dos fatores que dificultam a aceitação do pleito brasileiro. Se não houver uma política clara de redução dessa elevada desigualdade, a OCDE dificilmente admitirá o ingresso do Brasil, pelo menos até que o País consiga demonstrar que tem se empenhado a fundo nesse sentido.

A OCDE projeta queda na taxa de desemprego no Brasil nos próximos dois anos. De 12,7% em 2017, para 11,2% em 2018 e para 9,4% em 2019. Atualmente, segundo os dados da PNAD Contínua do IBGE, a taxa de desemprego no Brasil é de 12,9%, em números absolutos são 13,4 milhões de desempregados nos meses de fevereiro, março e abril de 2018.

Não há dúvida de que a redução do desemprego pode se constituir num fator determinante para a retomada do nível de atividade econômica, condição desejável para a promoção de políticas públicas voltadas a uma melhor distribuição da renda. Embora desejável, a retomada do nível de atividade, isoladamente, não é suficiente para atingir o objetivo de redução da desigualdade, devendo ser acompanhada por alterações na política tributária, esta sim capaz de desempenhar papel relevante para uma distribuição mais justa da renda. Para tanto é necessário uma racionalização que reduza consideravelmente a parafernália do atual sistema tributário composto por 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria).

Vale ainda destacar que quando se fala em desigualdade no Brasil, deve-se considerar que ela não ocorre apenas no plano individual, mas também no plano regional, sendo necessário enfrentar também esse aspecto geográfico quando forem pensadas políticas públicas voltadas a uma melhor distribuição da renda e da riqueza.

Falta de consenso

Ainda que a formalização do ingresso do Brasil na OCDE já tenha ocorrido, está longe de haver consenso entre especialistas em relações internacionais acerca da vantagem desse ingresso.

Muitos deles afirmam não haver evidência empírica em termos de obtenção de mais investimentos estrangeiros, uma das razões apresentadas pelos defensores da entrada do Brasil na OCDE. Tanto é verdade, que países como a China e a Índia, que têm liderado o ranking de países com maior crescimento do PIB nos últimos anos não fazem parte da organização e nem fazem questão de pleitear seu ingresso.

Outro argumento apresentado por especialistas que não são favoráveis ao ingresso do Brasil na OCDE é que, ao contrário do que ocorre com outras organizações multilaterais, não há vantagens concretas decorrentes da admissão, sendo mais uma questão de status perante o resto do mundo.

Alguns desses especialistas afirmam que mais importante do que fazer parte da OCDE seria reconquistar o grau de investimento (*investment grade*), que o Brasil obteve a duras penas em 2008 e perdeu quatro anos depois. Ainda que o grau de investimento seja concedido por agências de classificação de risco – que não são organismos multilaterais oficiais – sua relevância para a tomada de decisão por parte dos investidores é muito maior do que fazer ou não parte da OCDE.

Duas considerações adicionais. A primeira é que, se entrar na OCDE, o Brasil perde as vantagens de tratamento diferenciado que possui como país em desenvolvimento. A segunda é que para que o ingresso do Brasil seja viável, será preciso votar e implementar um grande número de reformas difíceis de aprovar no Brasil, entre as quais, para ficar num único exemplo, a de controle de capitais.

Diante de tantos argumentos favoráveis e contrários ao ingresso do Brasil na OCDE, é recomendável não ficar nem com a impressão de que a admissão será uma espécie de panaceia, capaz de resolver muitos dos nossos problemas, nem com a impressão oposta, de que uma eventual não admissão será fator de agravamento desses problemas.

Referências bibliográficas e webgráficas

FOLHA DE SÃO PAULO. **Colômbia é aceita na OCDE e se torna 37º país membro.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/colombia-e-aceita-na-ocde-e-se-torna-37o-pais-membro.shtml>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

OCDE. **Relatórios Econômicos OCDE: Brasil.** Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2018.

OECD. **Organisation for Economic Co-operation and Development.** Disponível em: <http://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 13 de abril de 2018.

200 anos de Karl Marx

Paulo Galvão Júnior¹⁶



1 Introdução

O novo artigo proporciona uma breve síntese da vida e obra do filósofo e economista alemão Karl Marx (1818-1883). Nas comemorações alusivas aos 200 anos de aniversário de Karl Marx é importante ter conhecimento um pouco mais sobre esse grande pensador alemão que nasceu na mais antiga cidade da Renânia, antigo Reino da Prússia, e que viveu mais da metade da sua vida como exilado político.

Diante das homenagens do bicentenário de nascimento de Karl Marx, destaca-se o presente da República Popular da China, uma estátua de bronze de 5,5 metros de altura, incluindo o pedestal e que pesa mais de duas toneladas, inaugurada oficialmente, em 5 de maio de 2018, na cidade de Trier, às margens do rio Mosela, na Alemanha, o quarto país mais rico do mundo e a nação mais próspera da Europa, com o PIB de US\$ 3,3 trilhões.

Marx na República Popular da China, o segundo país mais rico do planeta, com o PIB de US\$ 10,9 trilhões, e a nação mais populosa do mundo, com os atuais 1,4 bilhão de habitantes, ainda é um herói e a China é o último grande país comunista depois da

¹⁶Economista brasileiro, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

queda da União Soviética em 1991. Na nova estátua de Karl Marx, localizada na praça, bem no centro da cidade alemã de Trier, é visível segurando um livro na mão esquerda.

O presente artigo está dividido em seis seções, além desta breve introdução que celebra os 200 anos do nascimento de Karl Marx. A segunda seção ressalta a importância da família e dos livros de Karl Marx. A terceira seção analisa o pensamento revolucionário de Marx. A quarta seção avalia a influência de Marx no maior país do planeta. A quinta seção retrata a atualidade do pensamento marxista para as atuais e futuras gerações no Brasil e no mundo. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais do artigo.

2 A Vida e a Obra de Karl Marx

Karl Heinrich Marx nasceu Trier, em 5 de maio de 1818 e morreu em Londres, em 14 de março de 1883. Marx foi o terceiro de oito filhos de uma família de classe média. Seu pai, Hirschel Heinrich Marx, e sua mãe, Henrietta Pressburg, eram de origem judia.

Há duzentos anos, nascia Karl Marx e ele passou os seus primeiros 17 anos de sua vida em Trier, cidade histórica próxima à fronteira de Luxemburgo e perto da França. Marx frequentou a escola até o ensino médio em Trier. A casa de Karl Marx é um museu muito visitado por turistas estrangeiros, sobretudo, turistas chineses, mais de 100 mil turistas chineses por ano.

Karl Marx escreveu vários livros como **A Questão Judaica** (1843); **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** (1843); **Teses sobre Feuerbach** (1845); **A Miséria da Filosofia** (1847); **Crítica da Economia Política** (1859); **Crítica do Programa de Gotha** (1875) e em parceria com o grande pensador alemão Friedrich Engels (1820-1895) as obras **A Sagrada Família** (1845); **A Ideologia Alemã** (1846); e **O Manifesto do Partido Comunista** (1848).

O filósofo Karl Marx desenvolveu o seu próprio método por meio da forte crítica ao Idealismo Absoluto de Hegel (1770-1831), o Socialismo Utópico e a Economia Política Clássica. O economista Karl Marx no século XIX foi o mais severo crítico ao pensamento clássico do economista escocês Adam Smith (1723-1793) e do economista inglês David Ricardo (1722-1823). A leitura das obras primas **A Riqueza das Nações**

(1776) de Smith e **Princípios da Economia Política e Tributação** (1817) de Ricardo influenciaram e inspiram muito Marx na sua Teoria do Valor-Trabalho.

O cerne das ideias de Marx é a luta de classes, o conflito entre duas classes sociais, a burguesia (classe exploradora e opressora) e o proletariado (classe explorada e oprimida). A burguesia é a classe proprietária dos meios de produção (capital, fábricas, terras, máquinas, ferramentas, construções, aparelhos, matéria-prima, etc.). O proletariado é a classe despossuída dos meios de produção e proprietária da força de trabalho, ou seja, conjunto de capacidades humanas. O objetivo principal de Marx é abolir os antagonismos das classes sociais ao coletivizar os meios de produção e criar uma sociedade sem classes, sem propriedade privada, uma sociedade igualitária, na qual todas as pessoas deveriam ter oportunidades iguais para desenvolverem suas potencialidades.

Em Londres, a partir de 24 de agosto de 1849, Karl Marx viveu a maior parte de sua vida intelectual, e sustentou sua família (esposa Jenny que transcrevia seus manuscritos, quatro filhas e dois filhos. Infelizmente, três dos seis filhos morreram antes de chegar à fase adulta e três filhas sobreviveram – Jenny, Laura e Eleanor) com objetos penhorados como casaco, com artigos que publicava ocasionalmente em jornais alemães como *Das Volk* e jornais americanos como *New York Daily Tribune*, como também, com livros publicados como **As Lutas de Classes na França** (1850), **O 18 Brumário de Luís Bonaparte** (1852) e **A Guerra Civil na França** (1871). Mas, Marx sempre contou com a valiosa colaboração financeira do seu grande e verdadeiro amigo, o autor do célebre livro **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra** (1845), Friedrich Engels, filho de rica e industrial família alemã com fábricas em Bremen, na Alemanha, e em Manchester, na Inglaterra.

Marx é o pai do Socialismo Científico (junto com Engels) e de termos notáveis para sua época como acumulação capitalista, exército industrial de reserva, mais-valia, alienação, exploração, luta de classes, fetichismo da mercadoria, poder do dinheiro, modo de produção capitalista e sociedade comunista. Marx estudou muito as três grandes classes da sociedade capitalista – os proprietários rurais (renda fundiária), os capitalistas (lucro) e os trabalhadores (salário) – e a luta de classes na Inglaterra em plena Revolução Industrial.

Marx era chamado de "Mouro" pelos familiares, devido à sua tez escura. Marx gostava muito de ler poesias de Goethe e Shakespeare. Com a morte por câncer da amada esposa Jenny von Westphalen, em 02 de dezembro de 1881, além do falecimento por câncer da mais velha e mais querida filha Jenny Caroline, em 11 de janeiro de 1883, Marx caiu em grande depressão aliada a sua frágil saúde, ocasionada por noites mal dormidas, cigarro, bebida e por mais de 30 anos de péssimas condições de vida, no qual resultou em sua morte em 14 de março de 1883, aos 64 anos de idade, em Londres.

Em 17 de março de 1883, a filha Eleanor Marx e amigos mais próximos de Karl Marx prestaram homenagem no seu funeral no *Highgate Cemetery*, na capital do Reino Unido. Friedrich Engels discursou as seguintes palavras: "(...) Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da sociedade humana. (...) Pois Marx era, antes de tudo, um revolucionário. (...) Seu nome viverá através dos séculos, e como a sua obra". Em Londres, o busto de bronze de Karl Marx, no cemitério de Highgate atrai, até hoje, turistas de todo o mundo, sobretudo da China, que pagam três libras esterlinas para ver o seu túmulo sempre florido.

3 O Pensamento Revolucionário de Karl Marx

Em 1841, aos 23 anos de idade, o jovem Karl Marx já Doutor em Filosofia na Universidade de Jena com a apresentação de uma tese sobre os filósofos materialistas da Antiguidade, Demócrito e Epicuro, enfatizava o que realmente importa é transformar o mundo: "Os filósofos não fizeram mais do que interpretar de diversos modos o mundo, mas do que se trata é de transformá-lo". Marx foi o filósofo da práxis (teoria mais prática), tão fundamental para uma melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora no mundo.

Karl Marx escreveu duas grandes obras revolucionárias: **O Manifesto do Partido Comunista** e **O Capital** (1867). Para Marx, o capitalismo não passava de uma grande injustiça social, enriquecendo a burguesia por meio da mais-valia, e empobrecendo o proletariado por meio da exploração e da alienação.

A ideia revolucionária de Marx é indicada já na primeira linha do capítulo 1 do **O Manifesto do Partido Comunista**: "A história de todas as sociedades que já existiram é

a história da luta de classes". Marx argumentou que o capitalismo, como sistemas econômicos anteriores, vai produzir tensões internas que levam à sua autodestruição. Assim como o capitalismo substituiu o feudalismo, o capitalismo será substituído pelo comunismo, uma sociedade sem classes, sem propriedade privada, sem antagonismos, sem Estado.

Karl Marx enxergava o capitalismo como o sistema econômico mais revolucionário da História humana. Marx argumentou: "A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. Compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia, se não quiserem arruinar-se; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem".

Quando dois jovens pensadores revolucionários, Marx e Engels, o primeiro com 30 anos e o segundo com 28 anos, escreveram e publicaram em 21 de fevereiro de 1848, **O Manifesto do Partido Comunista**, em Londres, proclamaram a revolução do proletariado para mudar o mundo: "Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo". Marx e Engels defenderam o surgimento de uma sociedade comunista: "Para o lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e oposições de classes entra uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos". Marx e Engels foram grandes militantes revolucionários no Velho Mundo: "Proletários de todos os países, uni-vos!".

Em 14 de setembro de 1867, Karl Marx escreveu e publicou a sua obra prima, **O Capital: Crítica de Economia Política**. No capítulo I a ênfase foi à análise da mercadoria. Segundo Marx, "Nos Estados capitalistas modernos, os homens procuram esses bens unicamente pela compra e venda de mercadorias; eles tomam posse delas, comprando-as com dinheiro, que constitui sua renda". Ele começou apontando dois importantes fatores da mercadoria, o valor de uso e o valor de troca. Em seguida Marx questionou: Qual é o valor da mercadoria? Ele mesmo respondeu: o valor da mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Outra pergunta: Qual é o valor da força de trabalho? A resposta foi: é determinado pelos meios

necessários à subsistência do trabalhador e sua reprodução. Então, para Marx a mercadoria é a célula mais simples da sociedade burguesa.

Por dez anos consecutivos, na biblioteca do Museu Britânico, em Londres, Karl Marx leu muitos livros e estudou muito sobre a Economia Política e o capitalismo e analisou o capital constante (máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc.) e o capital variável (força de trabalho). No capitalismo industrial a força de trabalho assalariada tornou-se uma mercadoria. O valor da força de trabalho é pago pelo capitalista com o salário estritamente necessário a sobrevivência do trabalhador. O capitalista enriquece ao comprar mais máquinas, mais matérias-primas para aumentar a produção e a produtividade, enquanto o trabalhador empobrece ao vender suas horas de trabalho para sobreviver, desta forma, o capitalista se apropria do trabalho excedente, então, este se transforma em mais-valia. Portanto, a mais-valia é constituída na produção social, enquanto a sua transformação em capital, depende do comércio e da circulação das mercadorias.

Segundo Karl Marx, em **O Capital**, "A mais-valia é produzida pelo emprego da força de trabalho. O capital compra a força de trabalho e paga, em troca, o salário. Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence, e sim ao capitalista. É preciso que ele trabalhe um certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas isso feito, ele não pára, mas trabalha ainda mais algumas horas por dia. O novo valor que ele produza agora, e que passa então ao montante do salário, se chama mais-valia". Por isso, Marx lutava a favor dos movimentos operários e contra os capitalistas.

A mais-valia foi definida pelo Professor Paulo Sandroni no **Dicionário de Economia do Século XXI** da seguinte maneira: "Conceito fundamental da economia política marxista, que consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, na exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados". A mais-valia de Karl Marx pode ser representada pela seguinte equação: $M = C + V + m$, onde M = valor total da mercadoria; C = capital constante; V = capital variável; e m = mais-valia.

Em **O Capital**, Marx denunciou o trabalho infantil no modo de produção capitalista: "Metade dos trabalhadores são crianças com menos de 13 anos, e os jovens menores de 18 anos. (...) 270 eram menores de 18 anos, 50 com 10, 10 apenas 8, e 5 apenas 6 anos de idade! A duração da jornada de trabalho de 12 a 14 ou 15 horas, (...).

Dante teria encontrado os piores horrores de seu Inferno ultrapassando nesta manufatura".

Em **O Capital**, Karl Marx enfatizou que: "Os donos do capital estimularão a classe trabalhadora para que comprem mais e mais bens de consumo, casas, tecnologia, fazendo-os dever cada vez mais, até que a dívida se torne insuportável. O débito não pago da dívida levará os bancos à falência, porque terão que ser nacionalizados e o Estado dirigir a economia". As crises periódicas do capitalismo foram analisadas também por Marx. Karl Marx descreveu como ocorre uma crise de superprodução na economia capitalista. Os estudantes de Economia na Alemanha, na China, na Inglaterra, nos EUA, na Argentina ou no Brasil sabem que as quatro fases cíclicas do capitalismo são a prosperidade, a recessão, a depressão e a recuperação.

Marx foi alvo de muita censura e expulso de três países da Europa Ocidental (Alemanha, França e Bélgica), por causa da radicalidade dos seus pensamentos e da militância em organizações como a Liga dos Justos depois a Liga dos Comunistas e em movimentos revolucionários como a Revolução de 1848 e a Comuna de Paris em 1871 (na qual pela primeira vez o proletariado deteve o poder político durante 72 dias). Os alemães Marx e Engels foram os principais líderes da Primeira Internacional, também conhecida por Associação Internacional dos Trabalhadores, em 28 de setembro de 1864, em Londres.

Como imigrante ilegal, não poderia arranjar emprego em Londres, por isso, Marx teve uma vida muito difícil no exílio político. Ao mesmo tempo rica na capacidade de transformar o mundo. Marx era dotado de uma mente brilhante, além da sua língua materna, o alemão, era fluente em inglês, francês, espanhol e russo, e, sobretudo, movido pela ânsia de reformas política, econômica e social, se lançou sem medo pelos caminhos da ação revolucionária na Europa. Para Marx: "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência".

Engels após a morte de Marx continuou a escrever os seus manuscritos e publicou o volume II de **O Capital** (1885) e o volume III de **O Capital** (1894). O volume IV de **O Capital** foi lançado com subtítulo intitulado "Teorias da mais-valia" em 1905, pelo socialista alemão Karl Kautsky (1854-1938), após a morte de Engels, com os

comentários críticos de Marx a autores de Economia Política Clássica como os economistas britânicos Adam Smith e Thomas Malthus (1766-1834).

Após a sua morte foi publicado também o livro intitulado **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Sendo escrito por Marx entre abril e agosto de 1844 e sua primeira edição foi em 1932. Marx escreveu as seguintes palavras: "O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que o contrário. (...) O trabalho é uma mercadoria; se o preço é elevado, a procura é grande, e se o preço é baixo, a oferta é grande". Já os manuscritos **Grundrisse** foram escritos entre 1857 e 1858, mas só divulgados em 1941.

O materialismo dialético seria o processo social pelo qual as classes contraditórias se conflitam e produzem uma nova classe, na qual a sociedade humana avança de um estágio tradicional e atrasado rumo a um estágio livre de contradições e conflitos sociais, ou seja, uma sociedade comunista. Diz Marx no **O Capital**, "Meu método dialético não só é fundamentalmente diverso do método de Hegel, mas é, em tudo e por tudo, o seu reverso. Para Hegel o processo do pensamento que ele converte inclusive em sujeito com vida própria, sob o nome de ideia, é o criador do real e este, a simples forma externa em que toma corpo. Para mim, o ideal, ao contrário, não é mais do que o material, traduzido e transposto para a cabeça do homem".

Já o materialismo histórico é olhar de Marx e Engels para os fenômenos da História humana, com a visão dialética do mundo. Quando o homem transforma a natureza numa ação econômica, ele transforma-se a si mesmo. Para Marx as relações sociais de produção (organização e interação das classes na sociedade) mais as forças produtivas (terra, trabalho, capital e tecnologia) resultam na base econômica da sociedade capitalista.

4 Marx Influenciou no Maior País do Mundo de Lênin a Gorbachev

Em 74 anos consecutivos, o maior país do mundo e o primeiro Estado socialista do planeta, teve oito líderes soviéticos de 25 de outubro de 1917 até 25 de dezembro de 1991: 1. Vladimir Lênin (1917-1924); 2. Joseph Stálin (1924-1953); 3. Georgy Malenkov (1953-1955); 4. Nikita Khrushchev (1955-1964); 5. Leonid Brezhnev (1964-1982); 6. Yuri Andropov (1982-1984); 7. Konstantin Chernenko (1984-1985); e 8. Mikhail Gorbachev (1985-1991).

Os líderes soviéticos foram influenciados pelos pensamentos revolucionários de Karl Marx. A obra prima de Marx, **O Capital**, foi escrito na língua alemã, em 1867. A sua primeira tradução foi na língua russa. O Volume I de **O Capital** conquistou muitos leitores no país mais extenso do planeta, entre eles, Lênin (o homem de ferro), líder da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917.

Vladimir Lênin liderou o Partido Bolchevique na Rússia, com então 130 milhões de habitantes, liderada pelo então Czar Nicolau II, da dinastia Romanov e, posteriormente pelo então líder da Revolução de Fevereiro de 1917 e do Governo Provisório Russo, Alexander Kerensky. Lênin defendeu paz, pão e terra na Rússia em plena Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Lênin disse em voz alta na estação de trem: "O povo quer paz! Agora! O povo quer pão! Agora! O povo quer terra! Agora!". E posteriormente, Lênin disse em voz alta em Petrogrado: "Todo poder aos soviets".

Marx mostrou que no capitalismo a infraestrutura (estrutura material da sociedade) influencia e determina a superestrutura (estrutura jurídica, política e ideológica). Então, Marx escreveu: "De nada valem as ideias sem homens que possam pô-las em prática". O pensamento revolucionário de Marx, formado em Direito na Universidade de Berlim, influenciou decisivamente no pensamento do desconhecido estudante russo do curso de Direito na Universidade de Kazan em agosto de 1887, que 30 anos depois foi o grande líder da Revolução Russa de 1917. Vladimir Lênin (1870-1924) refere-se ao período de trabalho do jornalista Marx na Gazeta Renana e na Nova Gazeta Renana como um período de transição do idealismo especulativo hegeliano para o materialismo dialético. Segundo o Professor Paulo Sandroni no **Dicionário de Economia do Século XXI**, "A importância da contribuição teórica e prática de Lênin para a teoria marxista deu origem à expressão marxismo-leninismo".

Quando Lênin fundou o jornal Pravda em 1912 e a partir de 1922 como o primeiro chefe de Estado da URSS, os pensamentos revolucionários de Karl Marx foram muito mais divulgados: "Tudo o que é sólido se desmancha no ar", "O capitalismo gera o seu próprio coveiro", "As ideias dominantes numa época nunca passaram das ideias da classe dominante" ou "A desvalorização do mundo humano cresce em razão da valorização do mundo das coisas". Os líderes bolcheviques Vladimir Lênin e Leon Trotsky foram grandes leitores das obras revolucionárias de Karl Marx e nas suas interpretações do socialismo na URSS.

O Capital (*Das Kapital*) de Karl Marx foi a questão central nos debates sobre a possibilidade de se desenvolver uma sociedade comunista no planeta, sobretudo, no antigo bloco dos países do Segundo Mundo, liderado pela União Soviética. Quando Lênin morreu em 21 de janeiro em 1924, Stálin mandou embalsamar o corpo do camarada Lênin e criou um Masoleú de Lênin na Praça Vermelha, e até os dias atuais, visitado pelo povo russo, e, sobretudo, pelos turistas estrangeiros, especialmente, turistas chineses.

No ano de 1929, a URSS implementava o Primeiro Plano Quinquenal, liderado pelo então secretário-geral do PCUS, Joseph Stálin. As metas estabelecidas pela economia soviética foram de um prazo de cinco anos. De 1929 a 1933 as inversões de capital no sistema planejado de economia representaram 27,7 bilhões de rublos, dos quais 23,3 bilhões foram aplicados na indústria pesada, e outros 4,4 bilhões de rublos na agricultura. Na economia da União Soviética foram criados por Stálin (o homem de aço) os kolkhozes (propriedades rurais coletivas) e os sovkhozes (fazendas estatais). Em 1990, a URSS tinha 25.500 sovkhozes. O tamanho médio dos sovkhozes era três vezes maior que os dos kolkhozes.

A União Soviética perdeu mais de vinte milhões de soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na luta contra o nazismo alemão e o fascismo italiano, no Velho Mundo, entre 22 de junho de 1941 e 9 de maio de 1945. O exército soviético aliado com o rigoroso inverno venceu as tropas alemãs de Adolf Hitler como os seus antepassados venceram as tropas francesas de Napoleão Bonaparte no século XIX.

Ocorreu a Crise dos Mísseis no governo Nikita Khrushchev, porque 60 mísseis balísticos soviéticos com 30 metros de comprimento, com alcance de 1.100 km e 3.200 km e com capacidade de transportar uma ogiva nuclear foram instalados na pequena ilha de Cuba, liderada por Fidel Castro, a 300 km dos EUA. Entre 14 a 27 de outubro de 1962, o presidente americano John Kennedy e o secretário-geral da PCUS Nikita Khrushchev, na iminência de uma Terceira Guerra Mundial, para evitar um apocalipse nuclear, decidiram o desmonte das bases de lançamento de mísseis soviéticos na ilha caribenha de Cuba, a garantia dos EUA de não invadir a ilha de Cuba e de retirar os mísseis americanos na Turquia apontados para a União Soviética, além da utilização da “linha vermelha” entre a Casa Branca e o Kremlin. Nunca estivemos tão perto da Terceira Guerra Mundial!

A Era da Estagnação da URSS começou a partir de 1968, com a Primavera de Praga na antiga Tchecoslováquia. O governo Leonid Brezhnev aumentou a burocratização, elevou os gastos militares, espaciais e de espionagem e iniciou a Guerra do Afeganistão em 1979, provocando a queda na produção e na produtividade de bens na economia planificada soviética, onde o Estado socialista decide o quê, como e para quem produzir bens.

Antes de Gorbachev assumir os segredos nucleares da segunda maior potência militar do planeta, três líderes soviéticos morreram em Moscou, em quatro anos. Os líderes comunistas Brezhnev (1982), Andropov (1984) e Chernenko (1985) foram sepultados no Kremlin antes do colapso da União Soviética no ano de 1991. A dissolução da União Soviética, composta anteriormente por 15 repúblicas socialistas soviéticas: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia (hoje Belarus), Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguízia (hoje Quirguistão) Letônia, Lituânia, Moldávia (hoje Moldova), Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão - mudou os rumos de uma nação com cerca de 22.402.200 quilômetros quadrados. As primeiras repúblicas soviéticas a abandonar a URSS foram a Lituânia e a Estônia em 1991.

Mikhail Gorbachev foi o último e oitavo secretário-geral do PCUS. Em 11 de março de 1985 foi eleito em Moscou. Seis anos depois, sofreu um golpe da velha guarda comunista e posteriormente, em 25 de dezembro de 1991, renunciou ao cargo no Kremlin. O ex-líder soviético Gorbachev tentou realizar reformas na União Soviética entre 1985 e 1991, tanto no campo econômico em 1986 com a Perestroika (reestruturação), tanto no campo político em 1987 com a Glasnost (transparência), para melhorar a qualidade de vida de 277 milhões de habitantes do maior país do mundo em plena Guerra Fria.

De acordo com Mikhail Gorbachev no seu best-seller **Perestroika** na URSS: “(...) o programa de reforma mais importante e radical que nosso país já teve desde que Lênin introduziu sua Nova Política Econômica em 1921. A atual reforma tem como finalidade enfatizar a mudança de métodos de direção, de primordialmente administrativos para primordialmente econômicos, e existe uma democratização ampla da direção, bem como a ativação total do fator humano”.

Mikhail Sergeyevich Gorbachev nasceu em 02 de março de 1931, na cidade de Stavropol, no Cáucaso Sul, na União Soviética. Gorbachev hoje tem 87 anos e

recentemente disse na mídia: “O povo, tanto na Rússia quanto nos Estados Unidos, espera por isso e tenho certeza que mundo inteiro está cansado de tensão e não quer uma nova Guerra Fria”. A Guerra Fria começou em 12 de março de 1947 com a Doutrina Truman e terminou em 25 de dezembro de 1991 com a dissolução da URSS.

Mikhail Gorbachev lutou pela paz mundial, pela cooperação pacífica entre as duas superpotências, a URSS e os EUA. Mikhail Gorbachev ao lado do presidente americano Ronald Reagan assinaram um Tratado de Redução dos Arsenais Nucleares, em 8 de dezembro de 1987, em Washington. Mikhail Gorbachev recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1990.

De acordo com Gorbachev, “A humanidade enfrenta agora a escolha mais crucial da história da civilização, uma escolha que precisa ser feita hoje, antes que seja tarde demais. Trata-se de escolha entre aumentar as tensões internacionais ou relaxá-las, entre levar a corrida armamentista a proporções cósmicas ou restringi-la, entre a confrontação e a cooperação”. A humanidade nos dias de hoje é de 7,6 bilhões de habitantes. Em 2030, no espaço de tempo de 12 anos, seremos 8,3 bilhões de habitantes, ou seja, cresceremos mais 700 milhões de pessoas no mundo.

Segundo Mikhail Gorbachev, o homem que mudou o mundo, em entrevista recente enfatizou que: “Na situação atual (...) todas as forças políticas, econômicas, diplomáticas e culturais devem ser contratadas para pacificar o mundo. Recorde que a próxima guerra será a última”. É verdade, a Terceira Guerra Mundial será a última no planeta Terra, porque a Rússia é um país militarmente imbatível em seu continental território. De acordo com Gorbachev, no livro **Tempo para a Paz**: “(...) a tragédia de Hiroshima e Nagasaki jamais se repita em nenhum lugar do mundo, de que não se produzam mais vítimas de armas nucleares em nosso planeta”. Os japoneses sofreram muito com duas bombas atômicas em agosto de 1945.

5 A Atualidade do Pensamento Marxista no mundo e no Brasil

Karl Marx, um dos mais importantes pensadores do século XIX, foi também um dos mais influentes na História da humanidade no século XX. A atualidade do pensamento marxista é visível nas crises cíclicas do capitalismo, na Crise de 1929, recentemente, na Crise de 2008.

Após a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 e o fim da URSS em dezembro de 1991, a influência do pensamento marxista foi bastante enfraquecida em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Em 2019, a queda do Muro de Berlim completará 30 anos, mas, Karl Marx não pode ser condenado pelos erros, pelos crimes, pelos horrores e pelas atrocidades cometidas pelos líderes comunistas como Stálin, Mao, Ho Chi Minh, Fidel Castro e Kim Il-sung.

O maior exemplo dessa atrocidade comunista foi na época do líder Joseph Stálin, que nos campos de trabalhos forçados soviéticos, os Gulags, morreram mais de 4 milhões de pessoas de 1930 a 1953. Stálin, um tirano vermelho, abandonou a luta ideológica e o pensamento marxista-leninista e utilizou uma forte repressão em massa e aniquilação do “inimigo do povo”, mesmo o soviético “dissidente” não ter cometido nenhum crime contra o PCUS ou a URSS. Outra atrocidade comunista ocorre na China, quando o líder Mao Tsé-Tung, um ditador vermelho, lançou o Grande Salto para Frente, com o objetivo de acelerar o crescimento econômico chinês, mas provocou a morte de 45 milhões de pessoas por fome entre 1958 e 1962.

Hoje, a sociedade capitalista globalizada ainda não esqueceu nem tão pouco sepultou as obras revolucionárias de Karl Marx, porque o espectro do desemprego ronda pelos países da UE. Atualmente, a UE tem 15 milhões de desempregados na zona do euro, sendo 2,6 milhões têm de 16 a 25 anos de idade. Na Espanha, 40% dos jovens espanhóis estão sem emprego.

No Brasil, nos dias atuais, onde vigora o capitalismo selvagem, encontramos 13,7 milhões de desempregados, 11,8 milhões de analfabetos, 12,3 milhões de lares usando fogão à lenha ou à carvão, 6,4 milhões de famílias sem casa, 20 milhões de pessoas sem-teto, além dos 10% mais pobres da população brasileira se apropriaram de apenas 0,8% da renda nacional. O Brasil é atualmente a oitava economia do mundo, a 81ª nação com maior renda per capita do planeta, o décimo país mais desigual do mundo e a 79ª nação no ranking mundial do IDH do PNUD, com IDH de 0,754. O Brasil tem US\$ 381,7 bilhões em reservas internacionais que o protege das turbulências globais.

Os jovens do século XXI podem ler, reler e reler as principais obras revolucionárias de Karl Marx, **O Manifesto do Partido Comunista**, que já completou 170 anos, e **O Capital**, que já comemorou 150 anos, no tablet, notebook, netbook,

computador ou smartphone em versão digital na internet. Estes dois livros mudaram o mundo e foram citados nas comemorações alusivas aos 100 anos da Revolução Russa.

O Capital é um dos livros mais vendidos de todos os tempos. **O Capital** é o livro mais importante do gênio Karl Marx e que influenciou profundamente os jovens dos séculos XIX, XX e XXI. Mas poucos jovens leram a obra prima de Marx na íntegra. **O Capital** de Karl Marx nos volumes I, II, III e IV contam com mais de 2.200 páginas. Todavia, o colossal **O Capital** mudou os rumos de milhões de jovens ao levantarem sua voz contra o capitalismo, sobretudo, contra a desigualdade social, e a favor do socialismo. O socialismo científico de Marx é muito superior ao socialismo utópico de Saint-Simon (1760-1825), de Charles Fourier (1772-1837) e de Robert Owen (1771-1858).

No comunismo não há necessidade de existência de um Estado, de um Estado opressor, em virtude do fato de que todas as decisões políticas são tomadas pela democracia proletariada. Portanto, nenhum país até os dias atuais respirou os verdadeiros ares de uma sociedade comunista idealizada por Karl Marx. Muitos países da Europa Oriental já foram nações socialistas como a Polônia entre 1945 a 1989. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Polônia se reergue dos escombros nazistas e mergulha no regime socialista. No ano de 1989 o governo socialista polonês foi derrubado. Um ano depois, o líder do sindicato Solidariedade Lech Walesa foi eleito presidente da Polônia em 1990, logo, responsável pela transição da economia socialista para a economia capitalista.

Os maiores críticos do pensamento marxista retiraram a máscara da ditadura do proletariado na Guerra Fria. Para Marx a ditadura do proletariado é uma fase de transição necessária para a abolição de todas as diferenças de classe e o advento da sociedade comunista, sem exploração do trabalhador. Com o fim da Guerra Fria, 20% da humanidade ainda vivem em cinco países socialistas (China, Coreia do Norte, Cuba, Vietnã e Laos), comandados por único partido. Os outros 80% da humanidade vivem em países capitalistas e com vários partidos políticos como EUA, Alemanha, Japão, França, Inglaterra, Itália, Suíça, Canadá, Brasil, Rússia, Índia, África do Sul, Polônia, Hungria, Bulgária e outros países.

A China é o país onde mais se lê as obras de Karl Marx e mais se defende o socialismo como forma de alcançar o progresso econômico e a justiça social. Enquanto,

os EUA é o país onde menos se lê os livros de Karl Marx e mais se defende a liberdade individual, a liberdade de expressão, a liberdade econômica, o capitalismo para promover o progresso econômico e uma melhor qualidade de vida.

Em Cuba não há analfabetos e tem o maior número de professores, médicos e leitos de hospital por habitante na América Latina. O IDH de Cuba é de 0,775, segundo o PNUD. Em Cuba não tem crianças e adolescentes famintas, nas ruas pedindo esmolas ou vendendo objetos de baixo valor nos semáforos.

Karl Marx quando vivo também não negou a superpopulação como causa da fome. Ele afirmou que o crescimento populacional é o resultado do modo de produção capitalista. Em **O Capital**, Marx disse: "superpopulação relativa é, portanto, o eixo sobre o qual funciona a lei da oferta e da procura da mão de obra". Marx acreditava que o capitalismo necessitava de mão de obra abundante e barata: "Até mesmo Malthus reconhece na superpopulação - que ele em sua visão estreita interpreta como consequência do excessivo crescimento absoluto da população trabalhadora, e não de esta ter sido tornada relativamente redundante - uma necessidade da indústria moderna".

Na atualidade, o problema da fome atinge cerca de 815 milhões de pessoas no mundo, segundo dados de 2016 da FAO. Infelizmente, bilhões de dólares americanos são desperdiçados na produção de armas atômicas capazes de aniquilar os seres humanos, enquanto milhões de pessoas passam fome anualmente no mundo.

De acordo com a mais importante revista do sistema capitalista, **The Economist**, numa recente matéria intitulada *Rulers of the world: read Karl Marx!* (Governantes do mundo: leiam Karl Marx!), porque em seu bicentenário, o diagnóstico de falhas do capitalismo de Karl Marx é surpreendentemente relevante nos dias atuais. O capitalismo é muito eficiente em produzir riquezas, mas péssimo em distribuí-las. Enquanto, o socialismo é muito eficiente em distribuir riquezas, mas péssimo em produzir com eficiência. Ambos, grandes poluidores do meio ambiente.

6 Considerações Finais

Nos 200 anos do nascimento de Karl Marx, o seu grande legado são os livros do pai do Socialismo Científico, que continuarão influenciando os estudantes universitários,

professores, economistas, filósofos, sociólogos, advogados, trabalhadores assalariados, desempregados, em todo o mundo, inclusive no Brasil. Porque temos desigualdades sociais, desempregados e pobres nos cinco continentes do planeta. Porque constatamos trabalho infantil no campo e na cidade, analfabetos, miseráveis, pobres, trabalhadores sem-teto, trabalhadores rurais sem-terra, desempregados, além da exploração sexual de crianças e adolescentes nas cinco regiões do País.

De Trier para o mundo, Marx é a voz da revolução proletariada: "As revoluções são a locomotiva da História". O modo de produção capitalista e a exploração do trabalhador pelo capitalista para acumular riquezas são condenados por Marx. Sim, Karl Marx como um grande pensador apontava que o proletariado (classe dominada) iria enterrar a burguesia (classe dominante) e distribuir justiça social. Sim, o sistema capitalista é uma criação da mente humana e, logo, passível de grandes mudanças. São o suor e o sangue dos proletários que produzem as riquezas que enriquecem a burguesia todos os dias. Marx defendeu o surgimento do modo de produção comunista.

Com os livros de Karl Marx existe a oportunidade de exercer nossa inteligência e seguir os nossos próprios caminhos, as nossas próprias conclusões. A esperança de um futuro melhor no Brasil e no mundo depende das leituras de livros de Smith, de Ricardo, de Malthus, de Marx, de Keynes, de Schumpeter, de Friedman, de Hayek, de Krugman e, sobretudo, das trocas de ideias sólidas com os jovens para o seu enriquecimento intelectual. Enfim, que os jovens possam encontrar um novo sistema econômico, que possam conciliar a liberdade econômica com a igualdade social sem destruir o meio ambiente.

Avaliação de desempenho dos Pequenos Negócios no segmento de alimentação fora do lar em João Pessoa no biênio 2016-2017

Caroline Alves de Azevedo¹⁷ & Paulo Galvão Júnior¹⁸



RESUMO: Apesar do cenário econômico instável, na contramão de uma crise econômica que se alonga desde 2015 e que gerou efeitos negativos em vários setores, o setor de alimentação fora do lar vem desenhando uma trajetória de recuperação consistente, apresentando crescimento significativo e influenciando de forma direta na geração de recursos. Diante disto, o estudo tem como objetivo principal construir um diagnóstico do impacto dos Pequenos Negócios do segmento de alimentação fora do lar na cidade de João Pessoa no biênio 2016-2017, bem como a sua representatividade econômica na capital. Portanto, inicialmente fez-se uso de pesquisa bibliográfica, exploratória, qualitativa e estudo de campo. Conclui-se que o segmento de alimentação fora do lar na Capital paraibana apresentou um satisfatório desempenho em 2017 e apesar da alta carga tributária, dos altos encargos trabalhistas e previdenciários e da inflação, que reduziram os lucros e a capacidade de desenvolvimento dos empresários do segmento, o setor comporta um enorme potencial econômico local, não sofrendo grandes impactos das turbulências econômicas, apresentando um nível crescente de consumo e participação cada vez mais expressiva na economia, com geração de emprego e renda, promovendo o desenvolvimento social e econômico do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação fora do lar. Pequenos Negócios. Economia.

¹⁷Graduada em Ciências Contábeis pelo IESP Faculdades (2018). E-mail: carol.alves.az@gmail.com

¹⁸Graduado em Ciências Econômicas pela UFPB (1998), Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela FATEC Internacional (2009). Docente do Curso Superior no IESP Faculdades nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

ABSTRACT: Despite the unstable economic scenario, in contrast to an economic crisis that has lasted since 2015 and has had negative effects in several sectors, the sector that provides eating outside the home has been designing a consistent recovery trajectory, presenting significant growth and influencing directly in the generation of resources. In view of this, the main objective of this study is to construct a diagnosis of the impact of Small Business in the food segment outside the home in the city of Joao Pessoa in the biennium 2016-2017, as well as its economic representativeness in the capital. Therefore, it was initially used qualitative bibliographic, exploratory research and field study. It is concluded that the food segment outside the household in the Paraiba Capital presented a satisfactory performance in 2017 and despite the high tax burden and high labor and social security charges and inflation that reduced the profits and development capacity of the segment's entrepreneurs, the sector has an enormous local economic potential, not suffering major impacts from the economic turbulence, presenting a growing level of consumption and increasingly expressive participation in the economy, generating employment and income, promoting the social and economic development of the state.

KEYWORDS: Food outside the home. Small business. Economy.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o setor de alimentação fora do lar (*Food Service*) representa importante e indispensável segmento para a movimentação da economia brasileira. Ressalta-se que o Brasil enfrentou a pior recessão econômica de sua história no biênio 2015-2016, havendo uma queda real do PIB¹⁹ de 3,5% (BÔAS; SARAIVA, 2018).

O *Food Service* é bastante amplo e abrange dois principais canais de distribuição: Os que não auferem lucro com a atividade de distribuição ou preparação dos alimentos, como a rede de serviços públicos que engloba os órgãos governamentais (postos de saúde, hospitais, presídios, escolas e universidades); e os que auferem lucro com a distribuição ou preparação dos alimentos, como a rede de serviços privados (bares, lanchonetes, restaurantes, cadeias de *fast food* e padarias).

Há ainda um número considerável de pessoas que ganham o sustento como ambulantes de alimentação. Estes fazem parte de um grupo econômico não organizado, comumente chamado “camelô” e também conhecidos como “informais”. A economia informal gera redução na receita do Estado, resultando em uma possível redução na qualidade e quantidade de serviços e bens públicos postos à disposição da sociedade,

¹⁹PIB – Produto Interno Bruto representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem por objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pib/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

em contrapartida, através de alguns estudos, Schneider e Enste (2000) apresentam que em torno de 66% da renda na economia informal é imediatamente gasta no setor formal, com efeitos positivos para o crescimento econômico de um país.

O hábito de se alimentar fora do lar tem sido cada vez mais incorporado ao dia a dia dos brasileiros. A vida moderna e a falta de tempo fazem com que o gasto com alimentação *food service*, em lanchonetes, bares, restaurantes, padarias ou mesmo com vendedores ambulantes e refeições prontas congeladas seja bastante alta, além dos atuais *food trucks* – caminhões de alimentos.

A rede *Fast Food* – “comida rápida” – de sanduíches, pizzas, batatas fritas, salgados, doces etc., é a que representa maior contribuição para o setor alimentício fora do lar como um todo. De acordo com o levantamento do Instituto Euromonitor²⁰, em 2016 a rede de *fast food* apresentou alta de 11%; ainda segundo estimativas do Instituto, em 2021 o mercado deverá gerar 6,58 bilhões de reais (SALOMÃO, 2018).

É também um setor com enorme potencial na geração de novos empregos, principalmente no que se refere a oportunidades de primeiro emprego, absorção de mão de obra não especializada, melhoria da qualificação profissional e desenvolvimento de novas carreiras.

Para fins de estudo, neste artigo, consideram-se “Pequenos Negócios”, as empresas optantes pelo Simples Nacional, que é o regime tributário específico para os Pequenos Negócios, de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento.

Desta forma, questiona-se: Qual o impacto deste segmento e a sua contribuição para a economia pessoense? Diante da eminência do tema, e na tentativa de responder ao problema da pesquisa, o presente estudo tem como objetivo geral, construir um diagnóstico do impacto dos Pequenos Negócios do segmento de alimentação fora do lar na cidade de João Pessoa no biênio 2016-2017, bem como a sua representatividade econômica na Capital paraibana.

Dessa forma, buscou-se investigar inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, em plataformas digitais, artigos e livros. Posteriormente, foi feito um estudo de campo, o qual procurou-se aprofundar a temática

²⁰A Euromonitor International é uma empresa provedora global de inteligência estratégica de mercado. Trabalha com pesquisa e análise de milhares de dados de produtos e serviços em todo o mundo. Disponível em: <<http://www.euromonitor.com/pt-euromonitor-about-us>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

na realidade. Esta pesquisa foi de observação direta da dinâmica do segmento. E para finalizar, foi elaborado um estudo de caso de caráter quantitativo, no qual foi aplicado um questionário com perguntas de múltiplas escolhas, na intenção de traçar o perfil dos empresários do ramo de alimentos, tal como também, avaliar a relevância socioeconômica deste segmento na Capital paraibana.

Assim sendo, este trabalho se organiza em três partes principais. Inicialmente, a presente introdução composta da estrutura do artigo. Posteriormente contemplaremos o desenvolvimento, no qual abordaremos a questão teórica e metodológica, através de um estudo de campo, com a análise dos dados e seus resultados. E por fim, apresentaremos as considerações finais com o apanhado geral de todos os resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS PEQUENOS NEGÓCIOS

A maioria das empresas em funcionamento no Brasil são constituídas pelos Pequenos Negócios, o que representa geração de emprego e renda, assumindo um papel de destaque na economia do País. É importante salientar que esse fato não é somente observado nas grandes cidades, muito mais se pode dizer do impacto social e econômico sobre os pequenos municípios, onde são os Pequenos Negócios as principais fontes para as economias locais, por meio dos setores do comércio, prestação de serviço e de pequenas indústrias.

De acordo com a pesquisa “Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira” publicada no ano de 2015, as MPE, respondem por, em média, 27% do PIB brasileiro. No entanto, esse percentual varia em função de características locais dos negócios. No Sul e no Centro-Oeste essas empresas contribuem com 32,9% e 31,3%, respectivamente, enquanto Nordeste e Sudeste contam com participação menor: 26,3% e 25,7%, respectivamente (SEBRAE, 2018).

Dados coletados pelo MTE, no período de janeiro a março de 2018, apontaram que as micro e pequenas empresas responderam por 195,9 mil geração de novos empregos no país, tendo uma maior distribuição concentrada no setor de serviços, com 34,2 mil novos postos. Em seguida vêm os setores da indústria de transformação, com

8,2 mil novos postos, da construção civil, com 5,9 mil, e agropecuário, com 2,3 mil (EKONOMY, 2018).

Este estudo de campo foi realizado com um público específico: Empresas consideradas “Pequenos Negócios”, constituídas através da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecida como a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às ME e às EPP no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a qual atendendo a uma antiga reivindicação da classe empresarial teve como propósito de sua criação, a instituição de mecanismos que contribuísse para uma maior formalidade da atividade econômica, atuando em duas frentes principais, quais sejam: produção de instrumentos de desburocratização nos processos de criação, extinção e desenvolvimento da atividade empresarial e simplificação do sistema tributário.

Desta forma, intencionamos analisar a contribuição do segmento de alimentos fora do lar para a economia pessoense, contudo, faz-se necessário uma breve explanação sobre o regime tributário específico para os Pequenos Negócios – SIMPLES NACIONAL, assim como um breve estudo das modalidades que constituem os Pequenos Negócios (MEI, ME e EPP).

2.2 SIMPLES NACIONAL

A Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) uniformizou o conceito de micro e pequena empresa ao enquadrá-las com base em sua receita bruta anual, instituindo o Simples Nacional, com o objetivo de simplificar o recolhimento dos tributos e contribuições devidos pelos Estados e Municípios, além dos tributos Federais, aonde posteriormente veio a ser substituído pela Lei Complementar nº 155/2016, do qual foi instituída com o objetivo de reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional.

Os benefícios oriundos do Simples Nacional são diversos, mas podemos destacar a geração de emprego com a redução dos encargos previdenciários, redução da carga tributária e forma simplificada no recolhimento dos tributos.

O pagamento dos tributos pelas empresas optantes pelo Simples Nacional é arrecadado numa única guia de recolhimento – Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) tendo como base da apuração do tributo e contribuições o enquadramento da empresa, do qual incide uma alíquota progressiva de acordo com o seu faturamento. Portanto, essa alíquota dependerá do cálculo que leva em consideração o faturamento bruto acumulado nos últimos doze meses e um desconto fixo dependendo da faixa de enquadramento da empresa.

2.3 MODALIDADES QUE CONSTITUEM OS PEQUENOS NEGÓCIOS (MEI, ME e EPP)

2.3.1 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, define o Microempreendedor Individual como:

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

§1º. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016).

O MEI é uma forma empreendedora e desburocratizante de legalização de Pequenos Negócios. Trabalhadores por conta própria, eles movimentam a economia

local, garantindo a diversas famílias oportunidades de geração de renda. Enquadrado no Simples Nacional, fica isento de tributos federais como: IR, PIS, COFINS, IPI e CSLL.

Após a sua formalização, o Microempreendedor Individual se torna automaticamente optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, onde, por meio do DASN são recolhidos: ISS, se a atividade executada pelo empreendedor for prestação de serviço; ICMS, se a atividade for comércio ou indústria e 5% do salário mínimo vigente no ano em vigor de seguridade social – INSS.

Muitas são as vantagens de ser um microempreendedor individual, além da redução das cargas tributárias e formalização facilitada, contam com outros benefícios como: Salário-maternidade, pensão por morte, auxílio reclusão (para a família), aposentadoria por idade e invalidez, auxílio doença, programas de facilitação de obtenção de créditos para capital de giro junto aos bancos públicos, entre outros.

A alta carga tributária sobre as atividades empresariais, a burocracia e a complexidade dos trâmites de legalização dos empreendimentos, explicam o grande número de empreendedores que optam pela informalidade, no entanto, os números que se apresentam de formalizações do MEI são também o reflexo que se percebe na redução dos números da economia informal brasileira e sua participação ou influência no PIB brasileiro, na redução do número de desempregados e uma clara transformação nas perspectivas de produção de riqueza e renda por parte das famílias brasileiras.

Dados do Portal do Empreendedor – MEI indicam que os microempreendedores individuais representam aproximadamente 6,9 milhões no Brasil. O estado da Paraíba conta com 99.598 mil e na Capital paraibana são 28.946 mil inscrições ativas (2018). E somente do ramo de alimentos são quase 6 mil microempreendedores individuais no Estado e na Capital paraibana são quase mil e quinhentas empresas deste segmento.

2.3.2 MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Para ser uma Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, o contribuinte precisa cumprir dois tipos de requisitos:

1. Quanto à natureza jurídica, precisa ser uma sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada ou empresário individual;

2. Quanto à receita bruta, precisa observar o limite máximo anual estabelecido em Lei.

Quanto a esse limite, temos que:

a) desde janeiro de 2012, a ME precisa ter receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

b) a partir de janeiro de 2018, a EPP tem receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Art. 3º, I e II, da Lei Complementar 123, de 2006).

Para formalizar uma ME ou EPP é necessário optar entre uma das formas de tributação vigentes no Brasil (Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido) e realizar o registro numa Junta Comercial, órgão governamental que registra atividades relativas a empresas e sociedades empresariais.

As modalidades ME e EPP foram criadas para incluir empresas que tem um menor volume de faturamento, regulamento pela Lei Complementar nº 123, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Com essa lei, essas duas modalidades de empresas de menor faturamento passaram a contar com um tratamento diferenciado, especialmente quanto à sua tributação.

Estar regulamentado como ME ou EPP tem algumas vantagens, como o recolhimento unificado dos tributos, haja vista que na maioria dos casos há vantagem tributária (menor pagamento de tributos) para as empresas optantes pelo Simples Nacional; a fiscalização tem natureza prioritariamente orientadora, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento; a preferência de contratação, como critério de desempate nas licitações públicas.

2.4 A ECONOMIA INFORMAL

Apesar do crescimento econômico das microempresas e empresas de pequeno porte, faz-se necessário debruçar-se no universo da economia informal, uma vez que estes dois espaços econômicos são profundamente interligados. No âmbito dos estudos econômicos há uma imensa dificuldade em se obter dados e informações que permite compreender de modo consistente e dinâmico o segmento da informalidade – afinal, não há registros formais do informal.

Abordar a questão da informalidade é uma tarefa complexa e delicada, visto não haver consenso sobre a sua própria definição. Ademais, a essa dificuldade de definição do que vem a ser a atividade econômica informal, acrescenta-se a realidade da semiformalidade, isto é, de situações nas quais operam, de forma articulada e complementar, atividades formais e informais.

Diversas abordagens sobre a caracterização e o dimensionamento da informalidade vêm sendo sugeridas e utilizadas. Essa diversidade se origina em primeiro lugar, de duas premissas distintas que são utilizadas para a caracterização do setor informal: a atividade econômica informal e o trabalho informal. A isso se somam também interpretações distintas em relação a que constitui cada uma dessas categorias.

De modo geral, a informalidade caracteriza-se pelas atividades que são desenvolvidas no âmbito da extralegalidade; ou seja, as operações empresariais que ocorrem à margem do sistema tributário e regulatório, sejam elas executadas por empresas sem registro formal (sem o CNPJ); ou aquelas que, a despeito de serem formalmente estabelecidas (com CNPJ), não incluem parte de suas operações em seus registros contábeis (transações realizadas sem comprovação fiscal) e/ou não há contrato formal (carteira de trabalho assinada) de seus funcionários.

A economia informal acaba por incidir numa concorrência desleal, pois as empresas legalmente formalizadas computam uma pesada carga tributária, o que reduz os seus lucros diminuindo sua capacidade para ampliar suas atividades, sendo que os seus concorrentes informais não pagam tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria).

A informalidade afeta e é presente principalmente em países em desenvolvimento e países pobres e seu principal fator de alastramento é o desemprego, a evidência da elevada carga tributária e um sistema de gestão governamental altamente burocrático e muito embora as atuais políticas públicas converjam para a desburocratização no ambiente dos negócios, com vistas à redução das exigências aos

empreendedores, segundo Nunes (2018), em dezembro de 2017 os trabalhadores informais eram 34,2 milhões, enquanto que os formais somavam 33,3 milhões de um total de 92,1 milhões de brasileiros. “Segundo o IBGE, foi a primeira vez na história que o número de trabalhadores sem carteira assinada superou o conjunto de empregados formais.” (CARTA CAPITAL, apud NUNES, 2018).

2.5 A ALIMENTAÇÃO FORA DO LAR

O mercado consumidor da alimentação fora do lar (*Food Service*) diz respeito a todos os alimentos que são processados e entregues aos consumidores, prontos para serem consumidos fora do lar, ou seja, é toda oferta de comida pronta para o consumo em determinado ambiente de serviços. Este ambiente está segmentado em diversos tipos de operações, independentes ou organizados em redes de alimentação, que constituem os canais da Alimentação Fora do Lar.

De acordo com a ABIA (2010), estes canais podem ser divididos em dois segmentos:

- a) rede de serviços públicos, que engloba os canais governamentais como postos de saúde, hospitais, presídios e merenda escolar. Estes se caracterizam por não perseguir lucro com a atividade de distribuição ou preparação dos alimentos;
- b) rede de serviços privados, que também podem ser classificados em dois grupos. O comercial, onde os serviços de alimentação são a principal fonte de receita (ex.: *fast food*, *delivery*, hotéis, *quick service*, lanchonetes, bares, restaurantes comerciais, rotisseries, refeições coletivas, atacadistas, distribuidores, supermercados, padarias, confeitarias, sorveterias, *vending*, chocolaterias, cafeterias, etc.). Não comercial, que oferece o serviço de alimentação como parte de diferencial competitivo mais amplo (ex.: hospitais, clínicas, *catering* aéreo e de transportes, motéis/pousadas, entre outros).

Comer fora do lar é um fenômeno proeminente na sociedade contemporânea e uma prática comum em vários países. O processo de industrialização e consequente urbanização das grandes cidades, mudanças de estilo de vida das pessoas e

transformações na estrutura demográfica e socioeconômica são alguns dos fatores que parecem contribuir para o crescimento do consumo de alimentos fora do lar.

Apesar do cenário econômico instável, na contramão de uma crise econômica que se aprofundou no biênio 2015-2016 e que gerou efeitos negativos em vários setores, o setor de alimentação em geral vem desenhando uma trajetória de recuperação consistente, apresentando crescimento significativo e influenciando de forma direta na geração de recursos. Com expansão anual em torno de 10%, gerando cerca de 450 mil novas oportunidades de emprego por ano (SEBRAE, 2017), além de diminuir a pobreza no Brasil, uma das dez maiores economias do mundo. Temos plena confiança no crescimento econômico do país e no surgimento de novas empresas no segmento de alimentação fora do lar na economia brasileira.

Outro fato importante que possibilita o crescimento na economia em relação a alimentação fora do lar é o turismo. A gastronomia transformou-se em um componente essencial da oferta turística, tendo em vista que a alimentação é uma das necessidades básicas do indivíduo e incorpora o turista à cidade, mostrando os hábitos alimentares da população regional, aguçando os paladares a experimentar novos sabores gastronômicos com o consumo de pratos típicos da cultura local.

De acordo com a ABRASEL (2018), em 2017, as famílias brasileiras tiveram mais dinheiro disponível no orçamento para gastar em restaurantes, bares e lanchonetes. Após dois anos seguidos de retração, o potencial de despesas fora do lar cresceu 4,72%. Ou seja, mesmo com a retração da economia, a população brasileira manteve o hábito de se alimentar fora de casa. Isso ocorreu basicamente porque, nesta última década, o segmento soube incorporar tendências globais para atender às novas expectativas dos consumidores.

Segundo a revista eletrônica Pequenas Empresas & Grandes Negócios (2017)²¹, são mais de 1,2 milhão de empreendimentos do setor de alimentação fora do lar no Brasil, desse total, 90% são Pequenos Negócios, que representam 2,4% do PIB e 3,1% de todos os impostos arrecadados no País.

Investir em experiências inovadoras passou a ser um diferencial competitivo do mercado de alimentação fora do lar, sendo essencial para os empreendedores do ramo

²¹Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2017/10/alta-concorrencia-no-setor-da-alimentacao-faz-inovacao-ser-essencial-para-empresario-do-setor.html>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

conhecer as tendências e ficar atento aos desejos dos seus clientes, visto que o consumidor está mais disposto a gastar dinheiro, menos disposto a perder tempo e com muito mais informação disponível. Suas demandas tornam imperativo que a indústria alimentícia ofereça mais praticidade, oferta de alimentos diversificados, qualidade do produto oferecido, e além disso, não apenas pensar no que os clientes desejam em relação à alimentação fora de casa em si, mas o que eles têm buscado em termos de estilo de vida, valores e ideais – estes são, afinal, os norteadores das decisões de consumo.

Criar programas de fidelidade e utilizar diferentes canais para identificar seu consumidor é um dos grandes desafios que o mercado enfrenta atualmente. Nessa batalha, a tecnologia pode ser uma aliada. Com a utilização de sistemas integrados de gestão e ferramentas como um cardápio digital, em que é possível registrar as informações do cliente, por exemplo, é possível fazer a identificação de forma mais eficiente.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia detalha o tipo de pesquisa realizada e o ato desenvolvido no trabalho, ou seja, tudo o que foi utilizado para obter dados que foram trabalhados na pesquisa. Sendo assim, a metodologia está ligada ao objetivo da pesquisa. É a forma com que os dados captados serão trabalhados de maneira a evidenciar o que for de maior relevância a pesquisa.

Tendo em vista uma melhor compreensão da pesquisa realizada, apresenta-se nesta seção, a metodologia aplicada para a realização deste estudo de caso, com o intuito de responder os objetivos propostos pela pesquisa.

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, uma vez que ela é considerada como a iniciação do trabalho científico, pois estabelecem critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa fornecer as informações sobre o objeto da pesquisa e orientar a formulação das hipóteses, através de plataformas digitais, artigos e livros.

Sob o ponto de vista da abordagem do problema (análise dos resultados), a pesquisa foi classificada como quantitativa, que pressupõe a utilização de

procedimentos de estatística descritiva, onde foram utilizados instrumentos estatísticos de percentuais no tratamento dos dados coletados, através de gráficos e tabelas.

Baseado no que foi esclarecido, o objetivo da pesquisa é construir um diagnóstico do impacto dos Pequenos Negócios do segmento de alimentação fora do lar, tal como também, avaliar a relevância socioeconômica deste segmento na Capital paraibana no biênio 2016-2017.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho realizou-se por meio de uma pesquisa de campo, na qual utilizou-se um questionário online denominado *SurveyMonkey*²², formado por 11 (onze) questões semiabertas de múltiplas escolhas, permitindo ao respondente em algumas questões, escolher mais de uma opção de resposta, assim como optar por outras opções.

O tratamento e tabulação dos dados obtidos foram realizados através do *software Excel 2010 da Microsoft*, que deu suporte à elaboração de tabelas, assim como o uso do *software Word 2010 da Microsoft*, que deu suporte à elaboração de gráficos e tabelas, visando, através de análise dos percentuais, promover melhor visibilidade e compreensão dos resultados alcançados.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A População foi composta por empresários do segmento de alimentação fora do lar (restaurantes, *fast foods*, bares, lanchonetes, padarias, etc.), na cidade de João Pessoa, PB, considerados “Pequenos Negócios”, nas categorias MEI, ME e EPP.

A amostra foi constituída por 32 empresários, dos quais 04 pertencem à categoria Microempreendedor Individual – MEI, 25 pertencem a Microempresa – ME e 03 pertencem a Empresa de Pequeno Porte – EPP. A coleta dos dados da pesquisa ocorreu no período de 16/05 a 26/05 de 2018, com 97% de conclusão do questionário pelos respondentes, visto que um empresário não respondeu o questionário por completo.

²²*SurveyMonkey* é a plataforma líder mundial de questionários. Oferece soluções especializadas que facilitam a coleta de opiniões, que podem ser transformadas em insights práticos. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/what-is-surveymonkey/>>. Acesso em: 17 de maio 2018.

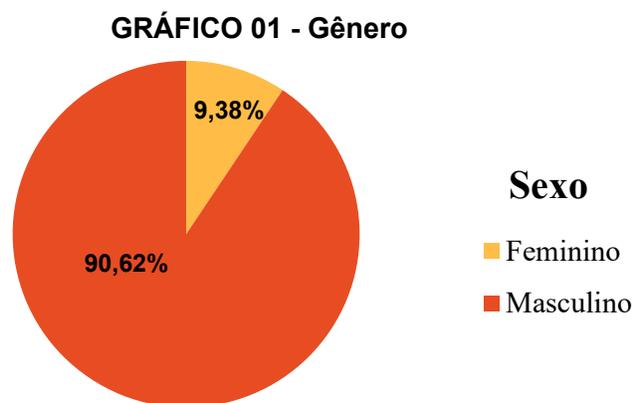
3.4 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

A amostragem da pesquisa foi elaborada por meio de uma amostra não probabilística, e por conveniência, tendo em vista a falta de acesso dos totais dos empresários do ramo de alimentação fora do lar em João Pessoa, por questões de logística e também pela falta de informações e acesso por parte das entidades que regem e acompanham o desenvolvimento do segmento, assim como a disponibilidade de tempo dos empresários, para se obter a representatividade desejada.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

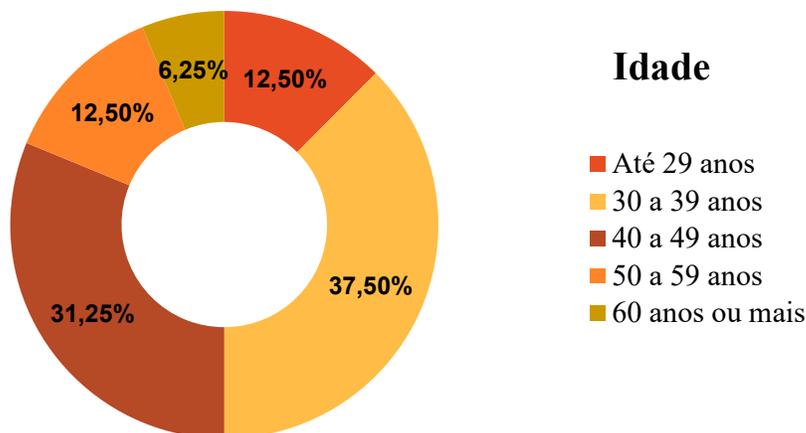
Para que fosse possível diagnosticar o impacto dos Pequenos Negócios do segmento de alimentação fora do lar na Capital paraibana, assim como avaliar a relevância socioeconômica do segmento de alimentação fora do lar no biênio 2016-2017, foi elaborado um questionário contendo 11 (onze) perguntas de múltiplas escolhas que foi enviado através do aplicativo *whatsapp*, para um grupo de empresários do segmento, denominado *Food Service*.

A seguir, têm-se os dados e resultados da pesquisa:



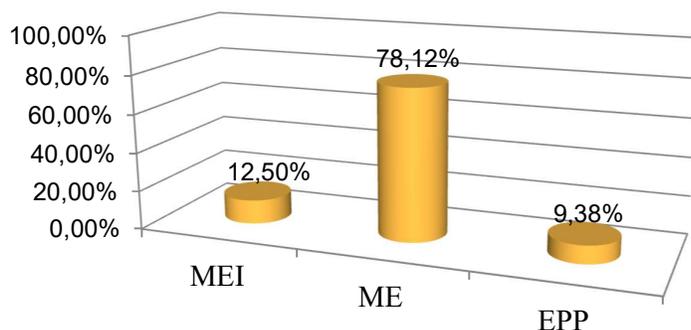
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

Conforme apresentado no gráfico 01, dentre os 32 empresários entrevistados, 9,38% são do sexo feminino, enquanto que 90,62% são do sexo masculino, em números absolutos, esses percentuais equivalem a 03 mulheres e 29 homens, portanto, conclui-se que os empresários entrevistados são predominantemente do sexo masculino.

GRÁFICO 02 – Faixa etária

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

Diante dos dados apresentados, conclui-se que a maioria dos empresários pessoenses do segmento de alimentação fora do lar são pessoas adultas e de transição para a meia-idade, tal estatística se dá pelo fato destes estarem mais dispostos a encarar os riscos que um negócio próprio pode oferecer, possuindo ousadia necessária para buscar novos horizontes na vida profissional, diferente dos empresários mais antigos que são mais resistentes a mudanças e inovações.

GRÁFICO 03 – Porte da Empresa

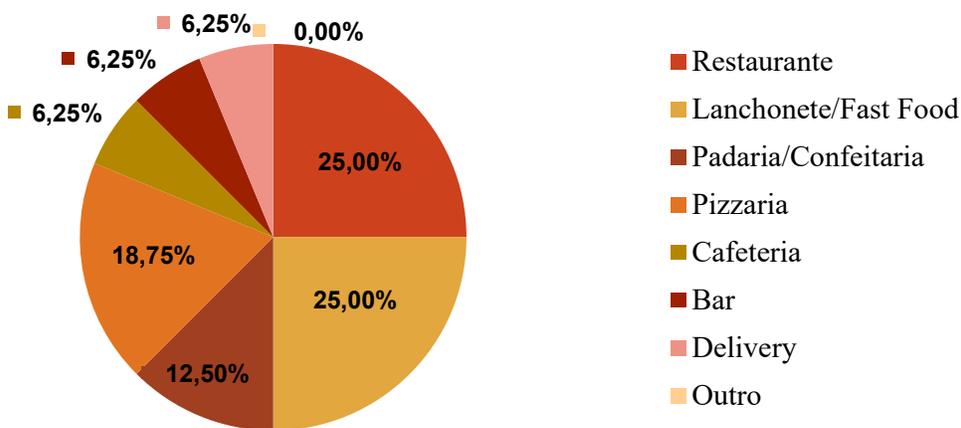
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

Quando perguntado sobre o porte da empresa, 25 empresários responderam que seu negócio é considerado Microempresa – ME e conforme apresentado no gráfico 03 equivale a 78,12% dos respondentes, enquanto que 04 empresários responderam que

seu porte de negócio é considerado Microempreendedor Individual – MEI, equivalente a 12,50% dos respondentes e apenas 03 empresários responderam que o seu empreendimento é considerado Empresa de Pequeno Porte – EPP, equivalente a 9,38% dos respondentes.

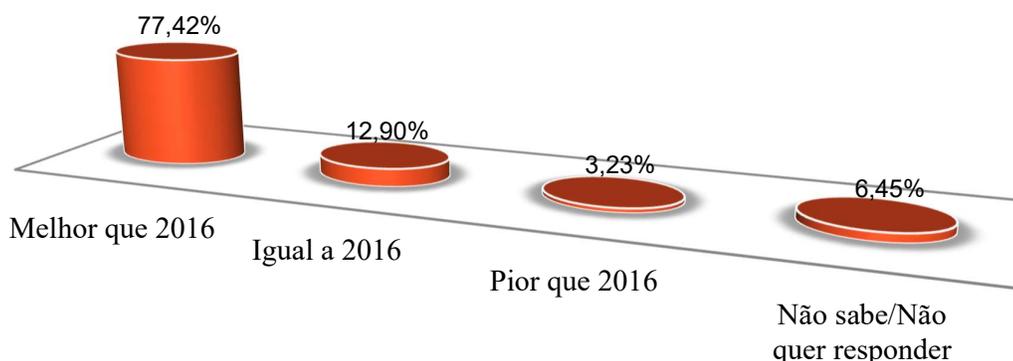
Observa-se que a predominância das Microempresas neste segmento deixa subentendido que o teto de faturamento anual dessas empresas é igual ou inferior a R\$ 360.000,00, o que demonstra ser um setor bastante lucrativo, muito embora este por si só não defina a lucratividade da empresa, devido a diversos fatores que podem afetar o negócio e que o empreendedor deve ficar atento e fazer uma gestão dos custos adequada para minimizar os impactos no lucro da empresa, isso porque administrar e controlar os gastos proporciona ao gestor o conhecimento do quanto foi investido e do valor a ser estipulado no preço final. Esse domínio auxilia no planejamento, na tomada de decisões e no bom gerenciamento financeiro.

GRÁFICO 04 – Segmento da Empresa



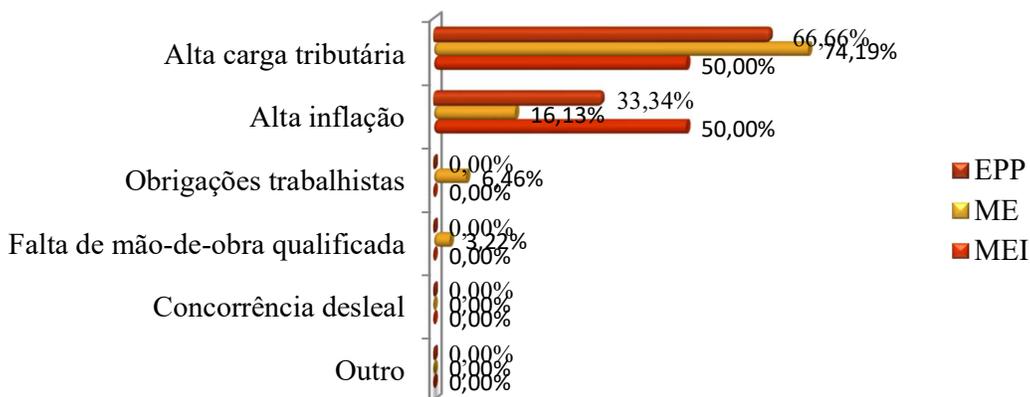
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

Quanto ao segmento da empresa, observando o gráfico 04 verificamos que a metade dos entrevistados são proprietários de Restaurantes e Lanchonetes/*Fast Food*, em seguida com 18,75% dos entrevistados está o segmento de Pizzarias e 12,50% são Padarias e Confeitarias, enquanto que os Bares, Cafeterias e *Delivery* apresentam igualdade de percentuais com 6,25% dos entrevistados.

GRÁFICO 05 – Desempenho do negócio em 2017

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

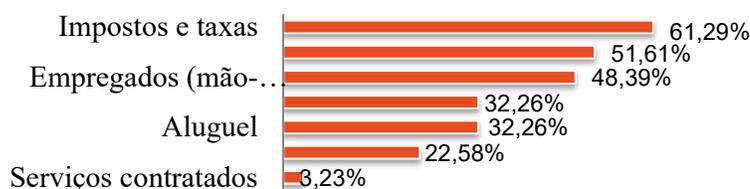
Conforme demonstrado no gráfico 05, 77,42% dos entrevistados considerou o ano de 2017 melhor que o ano anterior, 12,90% considerou igual a 2016 e 3,23% considerou o ano de 2017 pior que 2016. Esse resultado demonstra um bom desempenho do segmento de alimentação fora do lar frente a momentos de instabilidade na economia pessoense, sendo um setor que tende a sofrer menos diante de possíveis oscilações no mercado, além de revelar que as famílias pessoenses disponibilizaram uma fatia maior da sua renda para consumir em restaurantes, bares e lanchonetes em 2017.

GRÁFICO 06 – Problemas que mais prejudicaram o desempenho do negócio

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

No tocante aos problemas que mais prejudicaram os negócios dos empresários de alimentação fora do lar, observou-se conforme ilustrado no gráfico 06, que a alta carga tributária e a inflação alta são os maiores gargalos no desenvolvimento dos Pequenos Negócios, visto as intempéries que norteiam, por exemplo, a precificação de pratos gastronômicos, diante dos elevados tributos dos insumos e que garantam a rentabilidade e a competitividade do negócio, além dos elevados encargos previdenciários e trabalhistas que reduzem seus lucros diminuindo a capacidade para ampliar suas atividades.

GRÁFICO 07 – Fatores que causaram maior impacto nos custos e despesas da empresa²³



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

Quando questionado sobre os fatores que causaram maior impacto nos custos e despesas da empresa, 61,29% dos empresários responderam que são os impostos e taxas, enquanto que 51,61% responderam que os fatores que mais causaram impacto nos custos e despesas da empresa foram as matérias-primas e mercadorias.

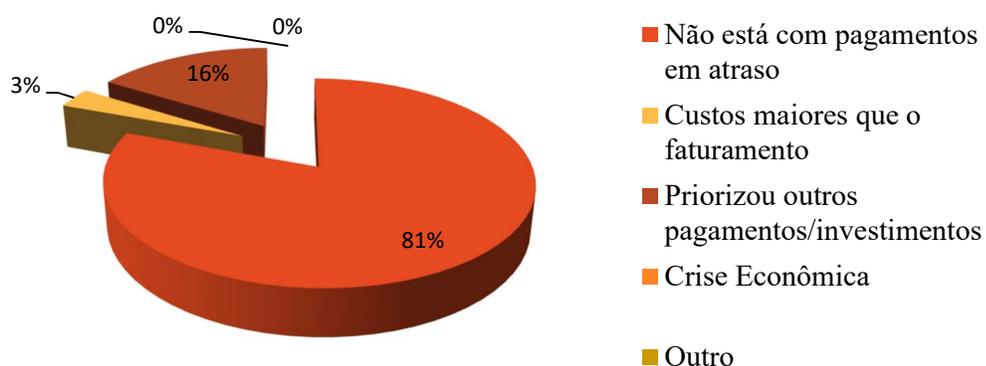
Conclui-se que os altos impostos cobrados sobre a matéria-prima acabam por impactar no preço final do produto ou serviço e que, caso houvesse uma redução desses impostos poderiam trabalhar com valores mais competitivos e com isso aumentar ainda mais a lucratividade dos seus negócios, além das obrigações trabalhistas e previdenciárias que comprometem as finanças dos seus negócios.

A alta carga tributária, segundo os empresários que também incidem sobre a energia elétrica, água e telefone e que oneram esses custos, acabam por impactar de forma negativa em seus negócios, trazendo como consequências o desestímulo aos

²³Foi dado ao empresário a opção de optar por mais de uma resposta.

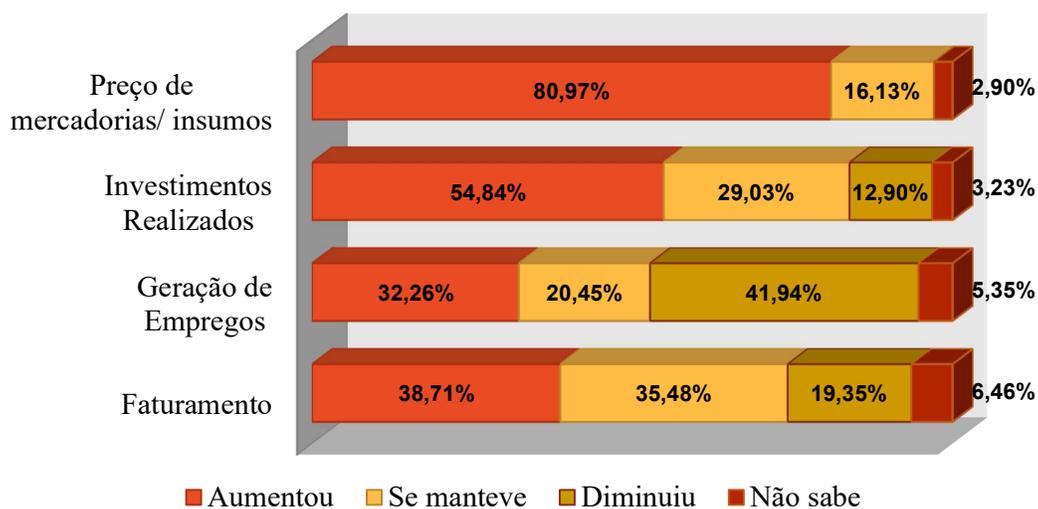
investimentos, aumento indireto da inflação que afetam as relações de consumo e diminuição do PIB em longo prazo.

GRÁFICO 08 – Motivos de inadimplência



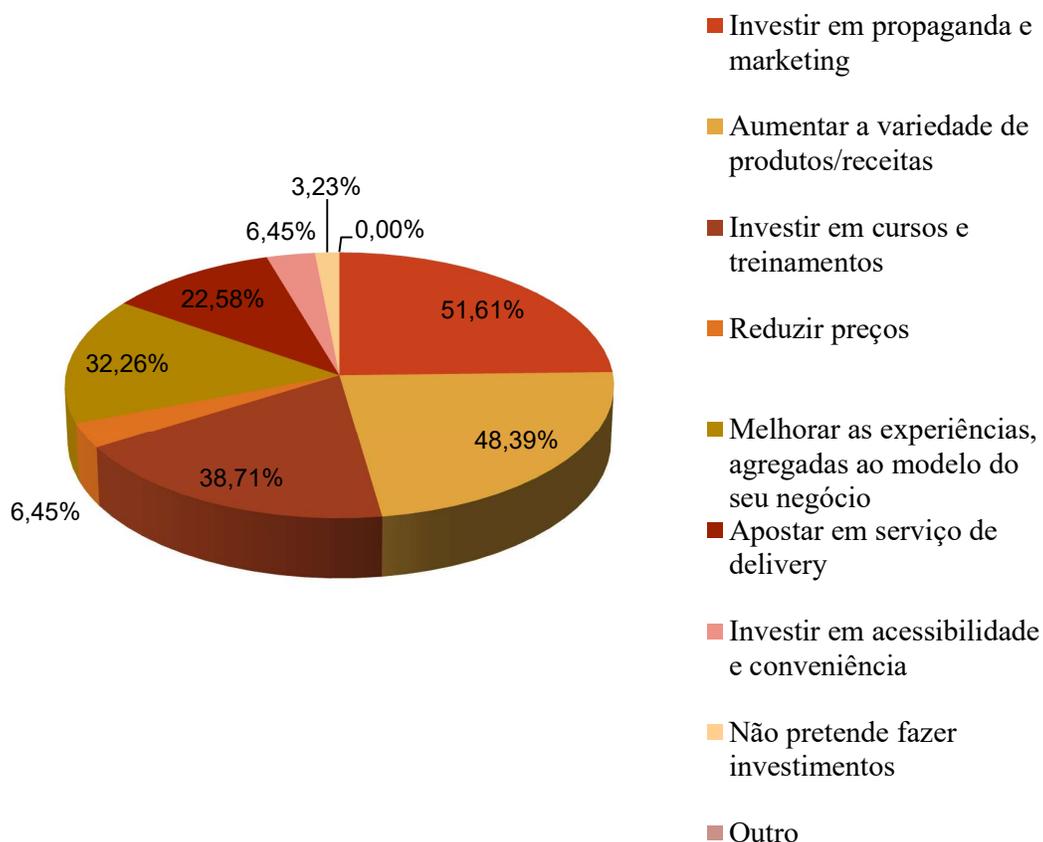
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

Com base no gráfico 08 mais da metade dos empresários entrevistados responderam cumprir com o pagamento de suas dívidas em dia, demonstrando um equilíbrio financeiro nos seus negócios, enquanto que 16% dos entrevistados responderam não conseguir manter suas contas em dia por priorizar outros pagamentos e investimentos e apenas 3% disseram que seus custos foram maiores que o faturamento e com isso não conseguiu pagar as contas em dia.

GRÁFICO 09 – Análise de 2017 em relação à 2016

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

Ao solicitar a análise dos itens apresentados no gráfico 09 os respondentes concluíram que os preços dos insumos, investimentos realizados e faturamento em 2017 aumentaram em relação ao ano anterior. Analisando esses aumentos, chegamos à conclusão de que, apesar do aumento das matérias-primas, que acabam por interferir na precificação dos cardápios, estes não interferiram no faturamento e investimentos realizados pelos empresários, que também aumentaram, demonstrando que a alimentação fora do lar é um segmento resiliente e adaptável às condições do mercado.

GRÁFICO 10 – Estratégias para 2018 ²⁴

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

As estratégias que os empresários pretendem utilizar para estimular as vendas em 2018 são principalmente em relação ao investimento em propaganda e marketing, principalmente o marketing digital, pelo fato da acessibilidade à internet está cada vez maior, além de ser uma maneira de anunciar muito mais barata, com um alcance maior e mais eficiente que são vitais para que os negócios possam atrair novos clientes e mantê-los satisfeitos, o aumento na variedade de produtos e receitas, pois quanto mais variedade, mais a chance do cliente comprar mais.

²⁴Foi dado ao empresário a opção de optar por mais de uma resposta.

TABELA 01. Perspectivas para 2018

PERSPECTIVAS PARA 2018	NÚMEROS RELATIVOS	NÚMEROS ABSOLUTOS
Melhor que 2017	74,20%	23
Igual a 2017	12,90%	4
Pior que 2017	6,45%	2
Não sabe/Não quer responder	6,45%	2

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

As perspectivas dos empresários pessoenses em relação aos seus negócios para 2018 são otimistas e muito embora o segmento de alimentação fora do lar tenha apresentado um desempenho favorável no ano de 2017 em relação a 2016, 74,20% dos empresários acreditam que 2018 será bem melhor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou seu objetivo principal de analisar o desempenho dos Pequenos Negócios do segmento de alimentação fora do lar na capital Paraibana no biênio 2016-2017, para servir como fonte de informação de como esse setor se comportou mediante um cenário econômico instável, na contramão da crise econômica que gerou efeitos negativos em vários setores, além de auxiliar tanto os empresários dos empreendimentos já existentes, como os novos empreendedores que pretendem investir neste nicho de mercado a entender as intempéries que norteiam o setor atualmente, assim como as expectativas desses empresários para 2018.

No entanto, a análise foi restrita a apenas 32 empresas, não podendo ser inferida para todas as empresas do segmento. Todavia, vale destacar sua relevância em virtude da inexistência de publicações de pesquisas a respeito deste tema na capital do estado da Paraíba.

Através da pesquisa de campo e das bibliografias analisadas, com o intuito de atingir os objetivos específicos estabelecidos no início do artigo, considera-se os seguintes aspectos:

A pesada carga tributária e a inflação alta que encarecem as matérias-primas e insumos é a maior preocupação dos empresários. O medo de não conseguir manter os preços dos cardápios competitivos depois de reajustes é uma das principais inseguranças, que em algumas situações, não resta alternativa senão a redução das margens de lucratividade dos produtos e serviços e em alguns casos criar versões mais econômicas dos seus produtos é uma das alternativas para driblar o aumento da inflação.

Para os empresários, outro fator que prejudica o desenvolvimento do segmento são as obrigações trabalhistas e previdenciárias, que oneram uma média de 25,1% da remuneração total do trabalhador.

No entanto, apesar da alta carga tributária e aumento das mercadorias/insumos, os empresários tiveram um faturamento maior e conseguiram investir mais em seus negócios em 2017, porém a geração de emprego foi menor que 2016, pelo fato de não encontrar mão-de-obra qualificada e por optar na redução de custos com encargos trabalhistas e previdenciários.

No geral, a pesquisa apresentou um satisfatório desempenho do segmento de alimentação fora do lar na Capital paraibana em 2017, demonstrando com isso que o setor comporta um enorme potencial econômico local, não sofrendo grandes impactos das turbulências econômicas, apresentando um nível crescente de consumo e uma participação cada vez mais expressiva na economia local com a geração de emprego e renda.

É importante salientar que apesar dos esforços do governo em criar políticas públicas que fomentam o desenvolvimento e convirjam para a desburocratização dos Pequenos Negócios no País, a pesada carga tributária e altos encargos trabalhistas e previdenciários são fatores que reduzem os lucros e a capacidade de desenvolvimento dos empresários do segmento de alimentação fora do lar.

Ademais, vale destacar a importância do profissional contábil na gestão dos negócios, independente do porte da empresa. Por ser um dos maiores conhecedores dos dados econômicos da empresa, o/a contador/a é o responsável pela elaboração dos relatórios de desempenho e pela identificação de oportunidades visando a diminuição da carga tributária – também conhecido como planejamento tributário, além de conferir a adequação dos procedimentos da empresa às exigências das autoridades públicas.

O planejamento financeiro e estratégico, a gestão de desempenho, o levantamento dos mais variados dados relacionados às estatísticas reais da empresa,

entre outros serviços, otimizam os processos e ajudam o empresário à medida que fornece subsídios ao administrador na tomada de decisão, sendo assim, o Contador, um consultor de negócios dos empresários.

REFERÊNCIAS

ABIA. **Anuário ABIA 2010.** Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/000059048d3fe3047eeb1>. Acesso em 10 de maio 2018.

ABRASEL. **Orçamento das famílias brasileiras para gastos com alimentação fora do lar cresce 4,72%.** Março 2018. Disponível em: <http://www.abrasel.com.br/component/content/article/7-noticias/5955-14032018-apos-2-anos-de-retracao-orcamento-das-familias-para-gastos-fora-do-lar-cresce-472.html>. Acesso em 28 fev. 2018.

BÔAS, B. V; SARAIVA, A. **PIB brasileiro cresce 1% em 2017 após dois anos de queda, mostra IBGE.** Rio de Janeiro, 01 de mar. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5354759/pib-brasileiro-cresce-1-em-2017-apos-dois-anos-de-queda-mostra-ibge>. Acesso em 02 de maio 2018.

BRASIL, **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em 05 de maio 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016.** Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm. Acesso em 05 de maio 2018.

EKONOMY. **Micro Empresas geraram mais de 80% dos empregos em março.** Por Agência Brasil. Abril 2018. Disponível em: <http://www.ekonomy.com.br/micro-empresas-geraram-mais-de-80-dos-empregos-em-marco>. Acesso em 30 de abr. 2018.

NUNES, Dimalice. **No Brasil, trabalho informal é a nova regra.** Por Carta Capital. Fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-a-nova-regra>. Acesso em 10 de maio 2018.

PEQUENAS EMPRESAS & GRANDES NEGÓCIOS. Por Agência Sebrae de Notícias. **Alta Concorrência no setor da alimentação faz inovação ser essencial para**

empresário do setor. 12 de out. 2017. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2017/10/alta-concorrenca-no-setor-da-alimentacao-faz-inovacao-ser-essencial-para-empresario-do-setor.html>. Acesso em 02 de maio de 2018.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI. **Estatísticas.** Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em 31 de maio 2018.

SALOMÃO, Karin. **6 empresas de fast food que apostaram no Brasil em 2017.** Janeiro 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/6-empresas-de-fast-food-que-apostaram-no-brasil-em-2017/>. Acesso em 28 de fev. 2018.

SCHNEIDER, FRIEDRICH e DOMINIK H. ENSTE.2000. **Shadow Economies: Size, Causes, and Consequences.** Journal of Economic Literature, 38, pp. 77-114.

SEBRAE. **Bares e Restaurantes: um setor em expansão.** Maio 2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/bares-e-restaurantes-um-setor-em-expansao,1038d53342603410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em 28 de fev. 2018.

SEBRAE. **Perfil dos Pequenos Negócios.** Datasebrae, 2018. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/perfil-dos-pequenos-negocios/#3>. Acesso em 01 de maio 2018.

SURVEYMONKEY. **O que é a SurveyMonkey?** 1999-2018. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/what-is-surveymonkey/>. Acesso em 17 de maio 2018.

APÊNDICE**QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO****INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA****CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS****QUESTIONÁRIO ONLINE SURVEYMONKEY**

1 – Gênero:

 Homem Mulher

2 – Faixa Etária:

 Até 29 anos 30 a 39 anos 40 a 49 anos 50 a 59 anos 60 anos ou mais

3 – Porte da Empresa:

 MEI – Microempreendedor Individual ME – Microempresa EPP – Empresa de Pequeno Porte

4 – Segmento da Empresa:

- Restaurante
- Lanchonete/Fast Food
- Padaria/Confeitaria
- Pizzaria
- Cafeteria
- Bar
- Delivery
- Outro. Qual?

5 – Desempenho do negócio em 2017:

- Melhor que 2016
- Igual a 2016
- Pior que 2016
- Não sabe/Não quer responder

6 – Problemas que mais prejudicaram o desempenho do negócio?

- Alta carga tributária
- Alta inflação
- Obrigações trabalhistas
- Falta de mão-de-obra qualificada
- Concorrência desleal
- Outro. Qual?

7 – Fatores que causaram maior impacto nos custos e despesas da empresa?

- Impostos e taxas
- Matérias-primas e mercadorias
- Empregados (mão-de-obra)
- Água, energia elétrica e telefone
- Aluguel
- Empréstimos/Financiamentos
- Serviços contratados

8 – Motivos de inadimplência?

- Crise econômica
- Custos maiores que o faturamento
- Priorizou outros pagamentos/investimentos
- Não está com pagamento em atraso
- Outro. Qual?

9 – Análise de 2017 em relação à 2016:

	Aumentou	Se manteve	Diminuiu	Não sabe
Faturamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Geração de empregos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Investimentos realizados () () () ()

Preço de mercadorias/
insumos () () () ()

10 – Estratégias para 2018:

- () Investir em propaganda e marketing
- () Aumentar a variedade de produtos/receitas
- () Reduzir preços
- () Investir em cursos/treinamentos
- () Melhorar as experiências, agregadas ao modelo do seu negócio
- () Investir em acessibilidade e conveniência
- () Apostar em serviço de delivery
- () Não pretende fazer investimentos
- () Outro(s). Qual(is)?

11 – Perspectivas para seu negócio em 2018?

- () Melhor que 2017
- () Igual a 2017
- () Pior que 2017
- () Não sabe/Não quer responder

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de uma graduação em Ciências Contábeis é construído o conhecimento em diversas áreas de atuação, dentre tantas, este estudo contempla a Contabilidade Tributária, ou seja, os conceitos, os princípios e as normas básicas da contabilidade e da legislação tributária no Brasil.

O presente artigo se intensificou em pesquisa preliminar, ao ser perceptível que vivemos e atuamos em um país que possui 93 tributos, sendo estes, 13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria. No entanto, questiona-se se o excesso de tributos prejudica ou contribui para o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico, além do desenvolvimento humano do Brasil?

Assim sendo, essa pesquisa teve o Objetivo Geral de realizar uma revisão de literatura sobre a importância da carga tributária no Brasil, principalmente no período a partir de 2000, até o ano de 2016. Por meio dos seguintes Objetivos Específicos: fornecer dados, informações e estatísticas que permitam revelar a elevada carga tributária no Brasil; revelar que o excesso de tributos aplicado na economia brasileira, quando são arrecadados não retomam adequadamente para a população brasileira em serviços públicos de qualidade; realizar uma análise comparativa entre os dados disponibilizados pelo IBPT e a Receita Federal.

Essa pesquisa tem a justificativa de ser realizada em virtude de ser importante compreender os aspectos relevantes à arrecadação desses valores pelas três esferas do governo como a União, os Estados e os Municípios. Os Estados distribuem para o cidadão em forma de serviços tais como saúde, educação, segurança pública, transporte, etc., nos quais atualmente, podemos ver que esses serviços não são distribuídos de forma coerente a população, pois falta muito para termos um Brasil justo para todos.

Os tributos formam a principal fonte de receitas públicas. Ao contrário do que se pensa na atualidade, o Brasil não tem a maior carga tributária do mundo, existem países com carga mais alta como por exemplos, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, os famosos países nórdicos. O Brasil tem a maior carga tributária entre os países emergentes, segundo dados da OCDE.

A sociedade brasileira é marcada pela desigualdade, a importância do presente artigo é revelar que elevados tributos não diminuirão a acentuada desigualdade no Brasil. No ano de 2017, o País alcançou o número de 59,4 milhões de inadimplentes, sendo a maior causa o desemprego, um contingente de

13 milhões de pessoas, logo, aumentando a desigualdade nas cinco regiões brasileiras.

A relevância decorre, sobretudo, para proporcionar um crescimento econômico do país, aliado a uma melhor qualidade de vida da população brasileira. Sendo assim, esse estudo possibilita evidenciar a revisão de literatura sobre o excesso de tributos que, geralmente, representa um aspecto que prejudica o crescimento econômico e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Portanto é fundamental realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a carga tributária no Brasil. Os atuais e futuros contadores precisam ter consciência que o brasileiro paga elevados impostos no País. É grande a insatisfação das famílias e das empresas com a elevada carga tributária brasileira.

Esse estudo pode ser caracterizado como sendo uma pesquisa bibliográfica sobre os tributos no Brasil, aliada com uma pesquisa documental dos dados mais atuais e estatísticas do IBGE, do IBPT e da OCDE. Quanto aos objetivos pode ser classificada como sendo qualitativa, exploratória e explicativa. Para tanto, fez-se necessário realizar uma revisão de literatura para delimitar as publicações, disponibilizadas na internet, em prol da fundamentação teórica de conceitos referentes à Contabilidade Tributária, Direito Tributário e Economia Brasileira.

O presente artigo está estruturado em introdução, fundamentação teórica, procedimento metodológico, resultados e discussão, e considerações finais.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

A evolução histórica da carga tributária no Brasil tem uma realidade comumente definida pela literatura acadêmica em virtude de seu caráter excessivo, pois o nível de imposição tributária constrange e, em alguns casos, desestimula o desenvolvimento; gerando supressão de meios de produção; representa um obstáculo à implantação de indústria ou fábricas; reduzindo a inserção de investimentos na ordem macroeconômica globalizada; estimulando a prática criminosa de sonegar impostos e tributos (HARADA, 2011).

No cenário brasileiro, percebe-se a iminência de um padrão comportamental empresarial que se fundamenta na livre ordem econômica. Na seara da economia nacional, a política brasileira tende a sobrecarregar com tributos à iniciativa privada. Salva-guarda os dispositivos expressos na Constituição Federal (1988), que regulamenta o exercício direto da atividade econômica,

cabendo ao Estado reger a tutela dos imperativos da segurança nacional, tal como explicita o art. 173 da Carta Magna.

O Brasil, nos dias atuais, está entre as vinte maiores cargas tributárias do mundo. É necessário acompanhar o Código Tributário Nacional (CTN) no País. No CTN encontramos as definições de tributos, impostos, taxas e contribuições de melhoria. A atividade econômica brasileira diz respeito à esfera privada, cujo Estado detém a responsabilidade tributária de arrecadar os recursos econômicos que julgar necessário em prol de seus objetivos sociopolíticos.

Os tributos são os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria a nível federal, estadual e municipal. No Brasil temos 93 tributos, sendo 13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria.

Os livros de Direito Tributário e/ou de Contabilidade Tributária evidenciam que tributo é tudo aquilo que o governo arrecada para si para que possa prestar serviços públicos de educação, saúde, transporte e segurança de qualidade. Desta maneira, nem todo tributo é um imposto. Um tributo é subdividido em três tipos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Aprendemos também nos sites especializados sobre Contabilidade Tributária.

De acordo com o site Portal Tributário (2017), “o sistema tributário brasileiro considera a autonomia entre os entes políticos, no caso a União, os estados e municípios”. A contabilidade tributária faz toda diferença dentre qualquer empreendimento. É conhecida como contabilidade fiscal, que é responsável por apurar e conciliar os tributos, que permite uma melhor relação entre a empresa e o fisco.

Portanto, todos, incluindo os cidadãos, devem obedecer às leis, aos tratados, as convenções internacionais, aos decretos e normas complementares que tratam dos tributos e também das relações jurídicas referentes a ele. Segundo o professor Harada em seu livro intitulado *Direito Financeiro e Tributário* (2011, p. 308):

O conceito de tributo não é uniforme. Contudo, a doutrina em geral inclui em seu conceito o traço característico da coercitividade. Assim, os tributos são prestações pecuniárias compulsórias, que o Estado exige de seus súditos em virtude do seu poder de império. Na verdade, a conceituação doutrinária não tem mais interesse prático à medida que a definição de tributo se acha normatizada no código tributário nacional.

Na obra didática denominada *Curso de Direito Financeiro e Tributário* do professor Torres (1995, p. 305) destacou que:

A Constituição não define o tributo. O CNT é que oferece a seguinte definição: tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (art. 3º).

No livro denominado *Manual de Direito Financeiro e Tributário* do professor Jardim (2003, p. 88), “no caso vertente a locução prestação pecuniária exprime o significado de comportamento humano correspondente à obrigação de dar, na medida em que denota a conduta de entregar dinheiro à Fazenda Pública”.

Sabe-se que o tributo é gênero e que são espécies os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria. É a clássica divisão tripartite dos tributos. Alguns autores negam o caráter de tributo ao empréstimo compulsório; outros excluem as contribuições sociais do elenco tributário denominando-as de contribuições parafiscais. (HARADA, 2011, p. 310)

Segundo o professor Torres, no livro *Curso de Direito Financeiro e Tributário* (1995, p. 307):

Dai se conclui que a CF adotou a divisão quadripartida: o tributo compreende o imposto, taxa, a contribuição social, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas, referidas no art. 149, devem se amalgamar conceptualmente às contribuições de melhoria mencionadas no art. 145, III, subsumindo-se todas no conceito mais amplo de contribuições especiais. O empréstimo compulsório, previsto no art.148, também compõe o conceito de tributo.

Nesse espectro apresentado, percebe-se que a carga tributária do país excede a média mundial e, além disso, representa um obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

2.1 Carga Tributária

A carga tributária é o somatório dos tributos arrecadados pelo governo federal, governos estaduais e governos municipais, dividido pelo PIB do Brasil no determinado ano. Assim, o entendimento em relação à carga tributária é de fundamental importância, pois no Brasil existem vários tipos de tributos, uma

legislação tributária vigente e diversos valores das alíquotas que são aplicadas em seu respectivo tributo (HARADA, 2011).

A economia brasileira de 2010 a 2016 foi visivelmente afetada pela elevada carga tributária. As famílias necessitam de baixos tributos para ter o poder de consumir mais bens e serviços. As empresas precisam de baixos tributos para diminuir os custos de produção de bens e serviços (MATTOS et al, 2017).

A carga tributária serve para que o governo arrecade recursos para pagar seus elevados gastos públicos. Cabe destacar que funcionam muito bem com a arrecadação da receita federal, as receitas estaduais, e as receitas municipais que arrecadam anualmente cerca de dois trilhões de reais por ano. Após a arrecadação o governo realiza os seus gastos em serviços públicos essenciais como saúde, educação, transporte, segurança (TORRES, 1995).

Infelizmente os valores arrecadados pelas esferas do governo não tem o retorno social esperado para população brasileira.

2.2 A carga tributária e suas implicações no contribuinte

No tocante às relações estabelecidas entre a carga tributária brasileira e os aspectos relativos aos direitos e deveres do contribuinte, a literatura evidencia que o sujeito tem responsabilidades legais e, inclusive, o Estado também tem suas especificações regidas em Lei (MATTOS et al, 2017).

De acordo com Carrazza (1999), não é possível, apesar da elevação do quantitativo arrecadado pelo Estado, que não leve em consideração as demandas pertinentes aos direitos subjetivos dos contribuintes. Inclusive, complementado essa argumentação, pode-se afirmar que:

[...] o cidadão não pode considerar sua relação com o Estado e com a sociedade de forma apenas passiva, vislumbrando somente seus direitos, como se pudesse reclamar bens e serviços do Estado, sem considerar seu dever de contribuir de maneira geral para o incremento da sociedade, inclusive como o pagamento de tributos (MACHADO, 2007, p. 58).

Em relação aos aspectos relevantes da carga tributária brasileira, os deveres dos contribuintes dizem respeito à obrigatoriedade da arrecadação de tributos ao Estado, cujas implicações incidem diretamente no montante patrimonial, mas, tais obrigações tributárias exercem uma afetação positiva na

configuração do pensamento dos administradores de meios de produção (HARADA, 2011).

Desse modo, em relação aos aspectos relativos à dimensão legal dos deveres dos contribuintes, a literatura evidencia que o principal fator repercute na obrigatoriedade do pagamento de tributos regulamentados pelo Estado. Ora, cabe ao Estado estipular as medidas que repercutem em suas atividades regulares, objetivando disponibilizar aos contribuintes os serviços fundamentais à vida em sociedade, tais como: educação, saúde, moradia e segurança, etc. (TORRES, 1995).

Cabe destacar que o contribuinte, também, tem a obrigatoriedade de fornecer ao Fisco as informações que dizem respeito ao pagamento de tributos, comumente denominada de obrigação acessória. “Diante da grande dificuldade que o Estado encontra para fiscalizar todos os fatos tributáveis que ocorrem diariamente, esse dever representa ferramenta fundamental na relação tributária” (MATTOS et al, 2017, p. 50).

2.2.1 O Estado e o contribuinte: uma relação de obrigatoriedade

Em relação à obrigatoriedade do Estado, merece destaque o direito do contribuinte ao acesso a serviços públicos eficazes e que possam sanar as demandas vigentes, visto que pagam seus tributos. A interface entre o Estado e o contribuinte tem o limite tributário em função da lei que regulamenta os tributos obrigatórios, objetivando suprir as especificidades necessárias da vida em sociedade, com ênfase na segurança, moradia, saúde e educação.

Ora, os contribuintes que pagam os tributos, tal como estipula a lei e, inclusive, ressalta-se o direito aos trâmites legais, tal como determina o Art. 5º, LIV, da (CF, 1988), representando um princípio constitucional que assegura ao contribuinte o direito “a regular tramitação do processo administrativo e, se for o caso, do processo judicial, no momento da cobrança dos tributos”.

Nesse cenário tributário brasileiro, verifica-se que o contribuinte também tem direito garantido “ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em processo judicial ou administrativo, conforme estabelece o previsto no art. 5º, IV, da CF” (MACHADO, 2007, p. 65).

Desse modo, contribuinte tem garantido o direito ao sigilo bancário e o Estado só poderá acessar tais informações mediante autorização judicial. O

contribuinte também tem direito: “a inviolabilidade de seu domicílio no ato da fiscalização tributária; à segurança jurídica, ou seja, o contribuinte deve ser avisado da carga tributária está sujeito” (MATTOS, et al, 2017, p. 51).

3 A CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL E A MANUTENÇÃO DO ESTADO

Historicamente, o contribuinte brasileiro sente os reflexos nocivos do excesso da carga tributária imposta pelo Estado, principalmente em função de medidas tomadas pelo Poder Executivo e do Poder Legislativo, visando à criação de novos tributos ou aumento tarifário dos que já existem. E, o Poder Judiciário, por sua vez, por compor a tripartição de poderes democráticos do Estado de direito, “deveria ter como meta primária analisar a norma criada, interpretá-la e, sobretudo, verificar se esta afronta a Lei Suprema” (MATTOS et al, 2017, p. 56).

A carga tributária no Brasil já atingiu níveis insuportáveis. Falta, porém, a transparência necessária para que as pessoas entendam o quanto ela é realmente pesada. Os que falam de carga tributária elevada geralmente se reportam à proporção desta em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), que é a soma da produção de riquezas no País. Bem poucos, porém, sabem como é determinado o PIB, nem que existem vários critérios para essa determinação, cuja manipulação permite alterações significativas. Em outras palavras, não se sabe exatamente qual é o peso dos impostos para os brasileiros – quer dizer, a carga tributária não tem sido definida com a transparência necessária para que seja entendida pela imensa maioria (MACHADO, 2009, pp. 31-32).

Nesse aspecto apresentado, a carga tributária brasileira representa sistema complexo e de difícil entendimento, pois perpassa por incontáveis tributos federais, estaduais e municipais. “São impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico, contribuições profissionais, contribuições de seguridade social” (MATTOS et al, 2017, p. 65).

A complexidade é tanta que profissionais da área de Contabilidade encontram dificuldades para compreenderem totalmente essa realidade tarifária, pois de acordo com o portal eletrônico denominado Portal Tributário, o Brasil possui uma listagem de 93 tributos estipulados em lei nas esferas Federal, Estadual e Municipal, cuja listagem está disponibilizada no Anexo A.

A literatura destaca que, em relação ao excesso de carga tributária brasileira, o contribuinte “paga ao ganhar e paga também ao gastar. Os tributos que incidem sobre o gasto: ICMS 17%, COFINS 7,6%, e PIS/PASEP 1,65%. Esses

outros tributos incidem, todos eles, diretamente sobre as vendas de mercadorias em geral, e totalizam 26,25%” (MATTOS et al, 2017, p. 52).

Cabe evidenciar que a listagem dos 93 tributos está no Anexo A. O Estado tem a principal fonte de renda, para manter suas despesas, os tributos tarifários, cujas respectivas ações governamentais de alocação, distribuição e estabilização deveriam servir de sustentáculo para amenizar os desequilíbrios conjunturais. O crescimento econômico do país está diretamente relacionado aos tributos, às políticas fiscal e monetária (HARADA, 2011).

Tenho para mim que o tributo é uma norma de rejeição social, porque todos os contribuintes de todos os espaços geográficos pagam mais do que deveriam pagar para sustentar o governo naquilo que retorna a comunidade em nível de serviços públicos, e para sustentar os desperdícios, as mordomias, o empreguismo dos detentores do poder (MARTINS, 2005, p. 331).

Corroborando com essa argumentação, Domingues (2000, p. 23) esclarece que a carga tributária “é uma referência ao custo de funcionamento do estado e seus entes para a economia nacional, e que convencionou-se medi-lo pelo seu impacto sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do país”. E, de acordo com Pêgas (2007, p. 6), “a atual Constituição Federal [...] trouxe profundas e importantes modificações para o sistema tributário, principalmente em relação à distribuição dos recursos entre os entes federativos [...] e a ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários”.

Portanto, a carga tributária brasileira é mensurada em função da arrecadação efetiva, ou seja, “não há mensuração quanto à sonegação (evasão fiscal). Esse dado é valioso, pois se passar a considerar a sonegação a carga tributária do brasileiro seria ainda maior” (MATTOS et al, 2017, p. 53). Inclusive, em comparação com outros países da América do Sul, Carlin (2008, p. 37) infere que o “Brasil apresenta uma carga tributária muito superior quando comparada com outros países sul-americanos como, por exemplo, Chile (18,1%) e Argentina (20,7%)”.

Duarte (2013, p. 15) explana que os tributos brasileiros “sobre as pessoas físicas e empresas são pesados. A carga tributária tem um peso consideravelmente alto, alcançando uma posição de destaque entre os países considerados desenvolvidos”.

3.1 A carga tributária brasileira e o PIB

A evolução histórica da carga tributária brasileira pode ser mensurada em função do PIB, mas a literatura evidencia que a carga tributária excessiva tem efeitos nocivos à sociedade brasileira em virtude da escassez de transparência dos gastos públicos e ineficiência da gestão fiscal do Estado. Portanto, faz-se necessário evidenciar a estreita relação entre a carga tributária e a qualidade dos serviços básicos governamentais, tais como: “saúde, educação e saneamento básico, dentre outros itens importantes para uma vida digna, de forma satisfatória, ou seja, com qualidade” (MATTOS et al, 2017, p. 56).

Nesse sentido, percebe-se que a carga tributária em excesso representa um obstáculo operacional e financeiro às pessoas jurídicas e físicas, mas, não atende as necessidades da sociedade aos serviços de qualidade.

Ora, a saúde pública disponibilizada à população não se mostra suficiente, tanto em quantidade como em qualidade, inclusive a educação e a segurança pública são precárias, cujo resultado da ineficiência do Estado repercute diretamente nos gastos públicos: “paga-se tributos para se ter esses serviços, mas também é preciso arcar com despesas com planos de saúde, escolas particulares, segurança, dentre outros” (MATTOS et al, 2017, p. 58).

A propósito do crescimento da carga tributária é interessante observarmos que o Estado se vem tornando a cada dia mais pesado e ineficiente, cobrando tributo exagerado e não nos oferece os serviços públicos essenciais, como deveria. Nunca se arrecadou tanto, mas não há dinheiro para nada. As estradas, especialmente no Nordeste, estão inteiramente destruídas. As Universidades caindo aos pedaços, e a segurança pública na mais absoluta crise – sendo, assim, inevitável a pergunta: para onde vai o dinheiro arrecadado? Seja como for, certo é que a carga tributária se eleva a cada dia, e se torna mais complexo o sistema de impostos e contribuições – do que decorre a necessidade, cada vez maior, de apelarmos para os limites jurídicos ao poder de tributar (MACHADO, 2007, pp. 30-31).

De acordo com a literatura, cabe evidenciar que existem dois cálculos para a carga tributária brasileira: **a)** a tabela do IBPT que oferece uma média de cargas tributárias referentes ao NCM/NBS de produto²⁷, considerando as alíquotas dos seguintes tributos: IPI, ICMS, INSS, ISS, II, PIS e PIS ST, COFINS, CSLL; **b)** da Receita Federal, a Carga Tributária Bruta (CTB) de pessoa física ou jurídica estipulada em lei. A evolução da carga tributária brasileira, de acordo com o IBPT, entre os anos de 2000 e 2016, pode ser visualizada no Quadro 01:

²⁷Vale lembrar que a exibição da carga tributária aproximada em notas fiscais eletrônicas, cupons fiscais e notas fiscais de serviços foi instituída através da Lei 12.741/12, a chamada “Lei da Transparência”.

QUADRO 01: Evolução da Carga Tributária Bruta no Brasil – 2000-2016

ANO	Carga Tributária Bruta (% do PIB)
2000	30,03%
2001	30,81%
2002	32,10%
2003	31,37%
2004	32,38%
2005	33,57%
2006	33,32%
2007	33,66%
2008	33,52%
2009	32,26%
2010	32,50%
2011	33,36%
2012	32,63%
2013	32,56%
2014	31,87%
2015	32,11%
2016	32,38%

Fonte: IBPT, 2017.

De acordo com o Quadro 01, percebe-se que do ano 2000 a 2008, a carga tributária teve um aumento constante em relação ao percentual da arrecadação tributária do Estado, passando de 30,03% para 33,52%. E, em relação ao recorte temporal desses seis anos, evidencia-se que:

A carga tributária excessiva brasileira apresenta seus efeitos danosos e que o nosso país é o que mais tributa no planeta em termos de carga tributária legal, não aquela efetivamente arrecadada, (...). Para cada R\$ 100,00 despendidos, mais de R\$ 50,00 correspondem a tributos. É muito dinheiro! (HARADA, 2008, p. 33).

Ainda no tocante ao Quadro 01, a passagem do ano de 2008 para 2009 houve uma redução na carga tributária de 33,52% para 32,26%, mas no ano de 2010, esse percentual voltou a aumentar, chegando ao patamar de 32,56% em 2013. Desse modo, a evolução histórica da carga tributária brasileira de 2000 a 2016 evidencia um aumento no percentual de 30,03% para 32,38%, ou seja, um acréscimo de 2,35% em relação ao PIB.

Portanto, de acordo com o Quadro 01, em 2016, a CTB atingiu 32,38%, contra 32,11% em 2015, indicando variação positiva de 0,27%. Essa variação resultou da combinação dos decréscimos em termos reais de 3,5% do PIB e de 2,8% da arrecadação tributária nos três níveis de governo (IBPT, 2016).

Mas, por sua vez, de acordo com o portal eletrônico da Receita Federal, a CTB diz respeito, geralmente, à análise de pagamentos compulsórios estipulados pela legislação vigente tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, como também em relação ao direito público, ou seja, ao Estado, mas não leva em consideração sanção, penalidade ou outros acréscimos legais.

Ao fazer uma análise comparativa entre os dados disponibilizados pelo IBPT e pela Receita Federal, apesar de terem cálculos distintos, os resultados obtidos evidenciam a excessiva carga tributária brasileira. Pois em 2016, o IBPT calculou 32,38% e a Receita Federal 32,71%, representando um diferença mínima entre ambos.

4 METODOLOGIA

Essa pesquisa pode ser categorizada em função da execução de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, explicativa e exploratória, enfatizando um tema bastante publicado na seara acadêmica (GIL, 2007). Vale destacar que, segundo Marconi e Lakatos (2003), diz respeito a uma revisão de literatura sistemática, que apreciou publicações em português, no banco de dados do *Google Acadêmico*, a partir de estudos realizados no Brasil sobre a importância da carga tributária no Brasil e os seus excessos, principalmente no período referente a partir do ano 2000.

No âmbito acadêmico, observa-se que as pesquisas qualitativas podem ser definidas quando:

O cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p. 58).

Vale ressaltar que, de modo geral, as pesquisas qualitativas são usadas como uma ferramenta de análise para qualquer outro tipo de pesquisa científica. Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica representa:

Levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia publicada sobre o pesquisado no meio acadêmico e, posteriormente, publicado em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o

pesquisador em contato direto com todo material escrito sobre o tema (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 66).

A revisão de literatura foi desenvolvida de fevereiro a maio de 2018, a partir das seguintes palavras-chave: “carga tributária”; “excesso de tributos”; “carga tributária excessiva”, com ênfase nas publicações dos últimos anos. Fez-se necessário combinar as palavras-chave objetivando facilitar o processo de localização das publicações, cuja busca a base de dados ocorreu em três fases: a leitura dos títulos dos artigos científicos pré-selecionados, a leitura dos resumos dos artigos selecionados, a leitura na íntegra dos arquivos selecionados para compor a amostragem da revisão de literatura e servirem de bases para os resultados e discussões. De acordo com a busca dos artigos científicos disponibilizados na base de dados, foram selecionados cinco artigos.

Esse estudo do tipo revisão de literatura pode ser caracterizado como sendo uma pesquisa bibliográfica, aliada com uma pesquisa documental, de caráter qualitativo, explicativo e exploratório, realizado de modo sistematizado, de acordo com as orientações do professor/orientador, e executado pela pesquisadora a partir de um banco de dados formado por publicações relacionadas à importância da carga tributária no Brasil e os seus excessos, principalmente no período referente a partir do ano 2000. No cenário acadêmico, as pesquisas qualitativas podem ser definidas quando:

O cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p. 58).

Vale salientar que é geralmente utilizada como instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa científica e, a pesquisa bibliográfica trata de:

Levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia publicada sobre o pesquisado no meio acadêmico e, posteriormente, publicado em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material escrito sobre o tema (MARCONI; LAKATOS; 2003, p. 66).

De acordo com os estudos de realizados por Gil (2007, p. 44), pode-se afirmar que “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre

investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”. A seleção das referências dessa pesquisa ocorreu por meio da técnica conhecida de bibliometria. Numa ação investigatória acerca do estudo, com o uso das palavras-chave: “carga tributária”; “excesso da carga tributária”, “carga tributária excessiva”.

O processo de construção do referencial teórico da pesquisa foi de cunho científico, usado de parâmetro para justificar a escolha do tema, contribuindo para a execução prática do estudo. Vale destacar que a execução desse estudo foi pautada uma consulta aos bancos de dados no *Google Acadêmico* dos artigos científicos e periódicos disponibilizados ao público, que tratam desse tema de pesquisa. O resultado apresentado foi de apenas cinco publicações disponibilizadas em português, que atendiam aos critérios de inclusão na amostragem, objetivando compor os resultados e discussão desse estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca no *Google Acadêmico*, a partir das seguintes palavras-chave: “carga tributária”; “excesso de tributos”; “carga tributária excessiva” resultou em cinco publicações selecionadas para a construção da discussão teórica desse estudo, distribuídos de acordo com o Quadro 02:

Quadro 02: Artigos Científicos selecionados na base de dados

REFERÊNCIA	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADO
1 Shikida et al (2017)	A Carga Tributária Brasileira está além de seu Nível Ótimo? Medindo o Excesso de Governo no Brasil.	Investigar a relação entre gasto do governo e crescimento econômico para o Brasil. Especificamente, estimar o tamanho ótimo do governo que maximiza o crescimento econômico.	Indica uma carga tributária ótima de 28,38% do PIB e a evidência que a Lei de Responsabilidade Fiscal teve impacto positivo para o crescimento econômico.
2 Mattos et al (2017)	Carga Tributária excessiva e os efeitos no dia-a-dia.	Apontar os efeitos perversos que esse elevado nível de imposição tributária gera na vida diária do cidadão brasileiro.	A carga sobre os contribuintes tem sido crescente ao longo dos últimos anos. Não obstante, a qualidade dos serviços públicos não melhorou e, em alguns casos, deteriorou-se.

3	Orair et al (2013)	Carga tributária brasileira: Estimação e análise dos determinantes da evolução recente: 2002-2012.	Realizar uma análise das séries mensais da carga tributária no período 2002-2012 são utilizadas para subsidiar uma análise sobre os determinantes da sua evolução recente.	Segundo este diagnóstico, a elevação da carga tributária vem ocorrendo mesmo diante do predomínio das desonerações.
4	Rodrigues (2015)	POLÍTICA FISCAL NO BRASIL DE 2008 À 2014: Uma análise sobre os indicadores fiscais brasileiros dos últimos sete anos.	Determinar o rumo da política fiscal brasileira adotada nos últimos sete anos (2008 a 2014).	Do lado da receita a arrecadação caiu em termos relativos a uma taxa média de 0,3%, principalmente pela política de desonerações iniciada em 2008 e mantida desde então, neste período as receitas saíram de 23% do PIB para 22,2%. Ao contrário da receita a despesa vem aumentando a cada ano a uma taxa média de 1,7%, principalmente pelos gastos com custeio e previdência, que cresceram 41% e 10%, juntos esses gastos representam quase 80% das despesas primárias.
5	Afonso e Castro (2016)	Carga Tributária no Brasil: Redimensionada e Repensada.	A evolução e a composição da carga tributária do país, inclusive com releitura de seus novos indicadores.	Tendência histórica de carga crescente, uma curva menos acentuada e patamar mais baixo que a anterior contabilidade nacional. A arrecadação sem qualidade e tributos regressivos e ineficientes.

Fonte: Pesquisa direta elaborada pelos autores, 2018.

A partir do Quadro 02, percebe-se que, em relação à publicação de Shikida et al (2017), intitulado de *A Carga Tributária Brasileira está além de seu Nível Ótimo? Medindo o Excesso de Governo no Brasil*, realizado com o objetivo de estabelecer uma relação entre o gasto estatal e o desenvolvimento econômico brasileiro, buscando estimar o tamanho ótimo do governo que maximiza o crescimento econômico, tendo como resultado a verificação de uma carga

tributária ótima de 28,38% do PIB e a evidência que a Lei de Responsabilidade Fiscal teve impacto positivo para o crescimento econômico.

Tal constatação corrobora com o posicionamento de Carlin (2008, p. 37), pois o país apresenta uma carga tributária mais elevada que a maioria dos países da América do Sul, por exemplo, Chile (18,1%) e Argentina (20,7%).

Por sua vez, no tocante aos estudos de Mattos et al (2017), intitulado de *Carga Tributária excessiva e os efeitos no dia-a-dia*, que visou apontar os efeitos perversos que esse elevado nível de imposição tributária gera na vida diária do cidadão brasileiro, e afirmou que a carga sobre os contribuintes brasileiros tem sido crescente desde o início do século XXI e, inclusive, a qualidade dos serviços públicos não melhorou e, em alguns casos, deteriorou-se.

Portanto, percebe-se que essa inferência colabora com os estudos de Machado (2009), pois a excessiva carga tributária brasileira atingiu níveis insuportáveis desde o início desse século, mas, ainda ocorre a falta de transparência pública dos gastos estatais.

Em relação ao estudo de Orair et al (2013), *Carga tributária brasileira: Estimação e análise dos determinantes da evolução recente: 2002-2012*, que realizou uma análise das séries mensais da carga tributária no período 2002-2012, em função dos determinantes da sua evolução recente, em cujo diagnóstico constatou a elevação da carga tributária, mesmo diante do predomínio das desonerações.

A pesquisa de Rodrigues (2015), *POLÍTICA FISCAL NO BRASIL DE 2008 A 2014: uma análise sobre os indicadores fiscais brasileiros dos últimos sete anos*, cujo resultado apontou que o rumo da política fiscal brasileira adotada nos sete anos abordados, ou seja:

De 2008 a 2014, a arrecadação caiu em termos relativos a uma taxa média de 0,3%, principalmente pela política de desonerações iniciada em 2008 e mantida desde então, neste período as receitas saíram de 23% do PIB para 22,2%. Ao contrário da receita a despesa vem aumentando a cada ano a uma taxa média de 1,7%, principalmente pelos gastos com custeio e capital e previdência, que cresceram 41% e 10% respectivamente, juntos esses gastos representam quase 80% das despesas primárias (RODRIGUES, 2015, p. 154).

Portanto, cabe destacar que o posicionamento de Rodrigues (2015), alia-se aos posicionamentos argumentativos de Martins (2005), em virtude de que o tributo é uma norma de rejeição social, pois os contribuintes de todas as regiões

brasileiras são tarifados a pagar mais do que deveriam, em decorrência da obrigatoriedade de sustentar o governo, mesmo sem ter um retorno eficaz em nível de serviços públicos, pois os desperdícios, as mordomias, o empreguismo dos detentores do poder não permitem que a arrecadação estatal seja direcionada para sanar as demandas sociais vigentes.

E, por fim, nem por isso menos importante, o estudo de Afonso e Castro (2016, p. 36), *Carga Tributária no Brasil: Redimensionada e Repensada*, evidencia que a evolução e a composição da carga tributária do país, inclusive com releitura de seus novos indicadores, demonstram a “tendência histórica de carga crescente, uma curva menos acentuada e patamar mais baixo que a anterior contabilidade nacional. A arrecadação sem qualidade e tributos regressivos e ineficientes”.

Sendo assim, faz-se possível estabelecer uma discussão complementar com os posicionamentos de Domingues (2000), pois a carga tributária é um reflexo do custo de funcionamento do Estado e seus entes para a economia brasileira, comumente mensurado o PIB do país. E, também, dialoga com as constatações de Pêgas (2007), em virtude de a CF (1988) regulamentar relevantes alterações ao sistema tributário, principalmente no tocante à distribuição dos recursos entre os entes federativos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início, ao delinear a pesquisa, pensávamos que iríamos encontrar uma revisão de literatura sobre a excessiva carga tributária no Brasil e seus impactos na vida econômica, política e social brasileira. Mas, ao realizar a revisão de literatura sobre a temática, com publicações disponibilizadas no *Google Acadêmico* nos últimos cinco anos, ou seja, de 2013 a 2018, verificou-se que não existiam tantas publicações, tanto que foram selecionadas apenas cinco pesquisas publicadas e disponibilizadas na internet.

Em todas as publicações utilizadas nos resultados desse estudo, constatou-se que a carga tributária brasileira vem aumentando nas duas últimas décadas, atingindo uma posição de destaque no ranking dos países com as maiores cargas tributárias da América do Sul. Também se tornou evidente a insatisfação com a aplicabilidade do montante arrecadado pelo Estado, inclusive os tributos representam a principal fonte de arrecadação estatal, quer seja municipal, estadual ou federal.

Desse modo, pode-se inferir que os objetivos propostos inicialmente foram atingidos no decorrer do estudo, pois foi realizada uma revisão de literatura sobre a importância da carga tributária no Brasil, principalmente no período a partir de 2000, possibilitando a construção de dados, informações e estatísticas que permitiram revelar a elevada carga tributária no Brasil nos últimos anos e que os tributos arrecadados tendem a não retomarem adequadamente à população brasileira em serviços públicos de qualidade.

Como perspectiva futura, esse estudo propõe que se pesquise sobre os impactos da corrupção em relação à arrecadação estatal, visando mensurar o percentual do PIB desviado dos cofres públicos em virtude dos escândalos de corrupção da operação conjunta da Polícia Federal e Ministério Público, denominada de Lava-Jato.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto; CASTRO, Kleber Pacheco de. **Carga Tributaria en Brasil: Redimensionada y Repensada.** Disponível em: file:///C:/Users/paulo/Downloads/rev-40_Alfonso-Pacheco_1.pdf. Acesso em 18 maio de 2018.
- AFONSO, J. R. **A Economia Política da Reforma Tributária: o caso Brasileiro.** Wilson Center, Washington, Set/2013. p. 20.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 5.ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1991.
- BRASIL. **Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.
- CARLIN, E. L. B. **Auditoria, planejamento e gestão tributária.** Curitiba: Juruá, 2008.
- CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário.** 13 ed., São Paulo: Malheiros, 1999.
- DESLAURIERS; KÉRISIT. O delineamento da pesquisa qualitativa. In POUPART. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos,** 2008. (pp. 127-154).
- DOMINGUES, Nereu Miguel Ribeiro. Os Reflexos do Planejamento Tributário na Contabilidade. In: **Congresso Brasileiro de Contabilidade, XVI, Tema 8: A contabilidade e a tributação.** Conselho Federal de Contabilidade, 2000, Goiânia.
- DUARTE, Lucas Gabriel. **Planejamento tributário como ferramenta na maximização dos lucros empresariais.** 2013. 29 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.
- GIL, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HARADA, Kiyoshi. **Carga tributária excessiva e seus efeitos danosos,** 2008. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo%20_id=2545. Acesso em 18 maio de 2018.
- HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário.** 12.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de direito financeiro e tributário**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 30 ed., São Paulo: Malheiros, 2009.
- MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. **Interesse público e direito do contribuinte**. São Paulo: Dialética, 2007.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Uma teoria do tributo**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- MATTOS et al. **Carga Tributária excessiva e os efeitos no dia-a-dia**, Interdisciplinary Scientific Journal, [pp. 44-61], Abr.-Jun., 2017. Disponível em: <http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/324/179>. Acesso em: 31 maio 2017.
- ORAIR et al. **Carga tributária brasileira: Estimação e análise dos determinantes da evolução recente: 2002-2012**. In: IPEA. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: IPEA, 1990. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91460/1/776477358.pdf>. Acesso em: 01 junho 2018.
- PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.
- PORTAL TRIBUTÁRIO. **Lista de Tributos no Brasil**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>. Acesso em: 30 de maio 2018.
- RODRIGUES. **POLÍTICA FISCAL NO BRASIL DE 2008 À 2014: Uma análise sobre os indicadores fiscais brasileiros dos últimos sete anos**. Monografia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE) Universidade de Brasília (UnB). Brasília: UNB, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12229/1/2015_FelipedoSantosRodrigues.pdf. Acesso em: 30 maio 2018.
- SHIKIDA et al. **A Carga Tributária Brasileira está além de seu Nível Ótimo? Medindo o Excesso de Governo no Brasil**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322224421/download>. **EALR**, v. 8, n 2, [pp. 1-21], Universidade Católica de Brasília – UCB. Brasília: UCB, Jul.-Dez., 2017. Acesso em: 19 de maio de 2018.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

ANEXO A

LISTA DE TRIBUTOS NO BRASIL

OS TRIBUTOS NO BRASIL: Relação Atualizada e Revisada em 19/06/2017.

Notas Preliminares: Por tributo, entende-se toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada – art. 3º do Código Tributário Nacional - CTN.

Nos termos do artigo 145 da nossa Constituição Federal e do artigo 5º do CTN, tributos são: a) Impostos. b) Taxas, cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. c) Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

As contribuições parafiscais ou especiais integram o sistema tributário nacional, já que a nossa Constituição Federal (CF) ressalva quanto à exigibilidade da contribuição sindical (art. 80, inciso IV, CF), das contribuições previdenciárias (artigo 201 CF), sociais (artigo 149 CF), para a seguridade social (artigo 195 CF) e para o PIS — Programa de Integração Social e PASEP — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (artigo 239 CF). Como contribuições especiais temos ainda as exigidas a favor da OAB, CREA, CRC, CRM e outros órgãos reguladores do exercício de atividades profissionais. Os empréstimos compulsórios são regulados como tributos, conforme artigo 148 da Constituição Federal o qual se insere no Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional. Baseado nos conceitos constitucionais e do Código Tributário Nacional, elaboramos a seguinte lista de tributos vigentes no Brasil: Lista de tributos (impostos, contribuições, taxas, contribuições de melhoria) existentes no Brasil:

- 1) Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM - Lei 10.893/2004.
- 2) Contribuição à Direção de Portos e Costas (DPC) - Lei 5.461/1968.
- 3) Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional - CCCCN - art. 11 da Lei 7.291/1984.
- 4) Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - Lei 10.168/2000.
- 5) Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado "Salário Educação" - Decreto 6.003/2006.
- 6) Contribuição ao Funrural - Lei 8.540/1992.
- 7) Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Lei 2.613/1955.
- 8) Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT), atualmente com a denominação de Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GIIL-RAT).

- 9) Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (Sebrae) - Lei 8.029/1990.
- 10) Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) - Decreto-Lei 8.621/1946.
- 11) Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado dos Transportes (SENAT) - Lei 8.706/1993.
- 12) Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) - Lei 4.048/1942.
- 13) Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) - Lei 8.315/1991.
- 14) Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI) - Lei 9.403/1946.
- 15) Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC) - Lei 9.853/1946.
- 16) Contribuição ao Serviço Social do Cooperativismo (SESCOOP) - art. 9, I, da MP 1.715-2/1998.
- 17) Contribuição ao Serviço Social dos Transportes (SEST) - Lei 8.706/1993.
- 18) Contribuição Confederativa Laboral (dos empregados).
- 19) Contribuição Confederativa Patronal (das empresas).
- 20) Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Combustíveis - Lei 10.336/2001.
- 21) Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Remessas Exterior - Lei 10.168/2000.
- 22) Contribuição para a Assistência Social e Educacional aos Atletas Profissionais - FAAP - Decreto 6.297/2007.
- 23) Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Emenda Constitucional 39/2002.
- 24) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE - art. 32 da Medida Provisória 2228-1/2001 e Lei 10.454/2002.
- 25) Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - art. 32 da Lei 11.652/2008.
- 26) Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) - art. 8º da Lei 12.546/2011.
- 27) Contribuição Sindical Laboral (não se confunde com a Contribuição Confederativa Laboral, vide comentários sobre a Contribuição Sindical Patronal).

- 28) Contribuição Sindical Patronal (não se confunde com a Contribuição Confederativa Patronal, já que a Contribuição Sindical Patronal é obrigatória, pelo artigo 578 da CLT, e a Confederativa foi instituída pelo art. 8, inciso IV, da Constituição Federal e é obrigatória em função da assembleia do Sindicato que a instituir para seus associados, independentemente da contribuição prevista na CLT).
- 29) Contribuição Social Adicional para Reposição das Perdas Inflacionárias do FGTS - Lei Complementar 110/2001.
- 30) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- 31) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- 32) Contribuições aos Órgãos de Fiscalização Profissional (OAB, CRC, CREA, etc.).
- 33) Contribuições de Melhoria: asfalto, calçamento, rede de água, rede de esgoto, etc.
- 34) Fundo Aeroviário (FAER) - Decreto Lei 1.305/1974.
- 35) Fundo de Combate à Pobreza - art. 82 da EC 31/2000.
- 36) Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF - Convênio ICMS 42/2016.
- 37) Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) - Lei 5.070/1966 com novas disposições da Lei 9.472/1997.
- 38) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - Lei 5.107/1966.
- 39) Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) - art. 6 da Lei 9.998/2000.
- 40) Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) - art.6 do Decreto-Lei 1.437/1975 e art. 10 da IN SRF 180/2002.
- 41) Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) - Lei 10.052/2000.
- 42) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- 43) Imposto sobre a Exportação (IE).
- 44) Imposto sobre a Importação (II).
- 45) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- 46) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

- 47) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).
- 48) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR - pessoa física e jurídica).
- 49) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- 50) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).
- 51) Imposto sobre Transmissão Bens Inter-Vivos (ITBI).
- 52) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
- 53) INSS Autônomos e Empresários.
- 54) INSS Empregados.
- 55) INSS Patronal (sobre a Folha de Pagamento e sobre a Receita Bruta - Substitutiva).
- 56) IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).
- 57) Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).
- 58) Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro.
- 59) Taxa de Avaliação in loco das Instituições de Educação e Cursos de Graduação - Lei 10.870/2004.
- 60) Taxa de Avaliação da Conformidade - Lei 12.545/2011 - art. 13.
- 61) Taxa de Classificação, Inspeção e Fiscalização de produtos animais e vegetais ou de consumo nas atividades agropecuárias - Decreto-Lei 1.899/1981.
- 62) Taxa de Coleta de Lixo.
- 63) Taxa de Combate a Incêndios.
- 64) Taxa de Conservação e Limpeza Pública.
- 65) Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais - TCIF - Lei 13.451/2017.
- 66) Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA - Lei 10.165/2000.
- 67) Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Lei 10.357/2001, art. 16.
- 68) Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais).
- 69) Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC - Lei 11.292/2006.

- 70) Taxa de Fiscalização da Agência Nacional de Águas – ANA - art. 13 e 14 da MP 437/2008.
- 71) Taxa de Fiscalização CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - Lei 7.940/1989.
- 72) Taxa de Fiscalização de Sorteios, Brindes ou Concursos - art. 50 da MP 2.158-35/2001.
- 73) Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária Lei 9.782/1999, art. 23.
- 74) Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC - Lei 10.834/2003.
- 75) Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e Resseguro, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta - artigos 48 a 59 da Lei 12.249/2010.
- 76) Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar - art. 12 da Lei 12.154/2009.
- 77) Taxa de Licenciamento Anual de Veículo - art. 130 da Lei 9.503/1997.
- 78) Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas instalações - Lei 9.765/1998.
- 79) Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal.
- 80) Taxa de Pesquisa Mineral DNPM - Portaria Ministerial 503/1999.
- 81) Taxa de Serviços - TS - Zona Franca de Manaus - Lei 13.451/2017.
- 82) Taxa de Serviços Metrológicos - art. 11 da Lei 9.933/1999.
- 83) Taxa de Utilização de Selo de Controle - art. 13 da Lei 12.995/2014.
- 84) Taxas ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP).
- 85) Taxa de Outorga e Fiscalização - Energia Elétrica - art. 11, inciso I, e artigos 12 e 13, da Lei 9.427/1996.
- 86) Taxa de Outorga - Rádios Comunitárias - art. 24 da Lei 9.612/1998 e nos artigos 7 e 42 do Decreto 2.615/1998.
- 87) Taxa de Outorga - Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários - art. 77, incisos II e III, a art. 97, IV, da Lei 10.233/2001.
- 88) Taxas de Saúde Suplementar - ANS - Lei 9.961/2000, art. 18.
- 89) Taxa de Utilização do SISCOMEX - art. 13 da IN 680/2006.
- 90) Taxa de Utilização do MERCANTE - Decreto 5.324/2004.

91) Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais).

92) Taxas Judiciárias.

93) Taxas Processuais do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
- art. 23 da Lei 12.529/2011.

Menos tributos, mais consumo das famílias

Paulo Galvão Júnior²⁸ & Kalyne de Lourdes da Costa Martins²⁹



1. INTRODUÇÃO

Com o decorrer do tempo, se torna mais importante, o pensamento do filósofo e economista escocês Adam Smith (1723-1790): “Pouco mais é necessário para erguer um Estado, da mais primitiva barbárie até o mais alto grau de opulência, além de paz, de **baixos impostos** e de boa administração da justiça: todo o resto corre por conta do curso natural das coisas”. Concordando ou não com o pensamento liberal, aconselha-se a ler a obra prima de Adam Smith, **A Riqueza das Nações**, publicada em 09 de março de 1776, em Londres.

A Riqueza das Nações é um livro antigo, longo e clássico, mas vale a pena ler para conhecer e entender os princípios da Ciência Econômica. Há 242 anos, Adam Smith era contra os elevados impostos no Reino Unido. De acordo com Adam Smith, que completou 295 anos de aniversário em 05 de junho de 2018, a livre interação entre os agentes econômicos, por meio da livre iniciativa, promove o bem-estar social. Com a livre negociação, os países passam a exportar produtos baseados na vantagem absoluta. Ou seja, exportam aquilo que produzem melhor e importam o que outros países produzem de melhor. Entretanto, com o tempo, diferentemente do que defendia Smith, os países foram colocando barreiras ao comércio internacional. O Brasil, por exemplo, comparativamente aos EUA, não apresentou um grau significativo de liberalismo econômico desde o século XVIII.

O Brasil, infelizmente, está entre os países mais fechados do mundo. Paga-se caro em produtos importados, e, por consequência, tudo o que se compra no território brasileiro é mais caro. Estas barreiras ao comércio exterior diminuem o bem-estar social. Nos dias atuais, os tributos (impostos, taxas e contribuições de

²⁸Economista paraibano, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Docente do Curso Superior no IESP Faculdades nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaonior@gmail.com

²⁹Economista paraibana, graduada em Ciências Econômicas e mestre em Energias Renováveis pela UFPB. E-mail: kalyne_lourdes@hotmail.com.

melhoria) são altos, regressivos e de difícil recolhimento no Brasil, uma das dez maiores economias do planeta. Os brasileiros trabalharam 153 dias para pagar impostos no ano de 2017.

Verifica-se que o País pode ser considerado refém desta situação, pois os partidos que controlam o Congresso Nacional impedem uma reforma tributária. No quadriênio 2019-2022, os governos Federal, Estaduais e Municipais deveriam cortar gastos públicos desnecessários e principalmente, reduzir tributos federais, estaduais e municipais para aquecer a economia por via do aumento do consumo das famílias e da redução dos custos de produção das empresas, além da maior exportação de bens e serviços.

Ressalta-se ainda que o aumento continuado de impostos pode provocar desvio de demanda para a economia informal, estimulando sua expansão e, conseqüentemente perda de arrecadação, o que não é vantajoso para os cofres públicos. Os aumentos dos tributos, característica de uma política econômica fiscal restritiva, é considerado, por alguns economistas, um velho erro na política tributária, principalmente no momento atual do nosso país; pois os cidadãos ficam com menos rendimentos disponíveis e, por conseguinte, reduzem o seu padrão de consumo, levando a uma queda da demanda agregada.

O presente artigo está dividido em seis seções, além desta breve introdução que revela a situação preocupante da economia brasileira. A segunda seção ressalta a importância de entender a Crise de 2008. A terceira seção analisa a Crise de 1929. A quarta seção trata da carga tributária no Brasil na atualidade. A quinta seção avalia a recuperação da economia brasileira. Por fim, a última e sexta seção apresenta as considerações finais do artigo.

2. QUASE 10 ANOS DA CRISE DE 2008

Em 15 de setembro, a falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers iniciou a Crise de 2008. Esta crise agravou os problemas financeiros de alguns países da Europa, como Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Com o intuito de reduzir os impactos, tais países subsidiaram alguns setores de suas economias com pacotes bilionários, o que fez a arrecadação destes governos diminuir, tornando-os mais endividados. Embora tenha passado quase dez anos da quebra do banco Lehman Brothers em Nova York, a crise financeira ainda continua impactar a economia de alguns países, em especial a Grécia.

A Grécia, antes da crise financeira mundial, já vinha apresentando problemas fiscais e alto endividamento público, tornando o país ainda mais suscetível aos efeitos da Crise. Em 2004, por exemplo, economia grega sucumbiu com os elevados gastos públicos nos Jogos Olímpicos em Atenas. Logo, com a vinda da crise mundial de 2008, o país passou a apresentar dificuldades na arrecadação de impostos, aumento do desemprego e queda no consumo; gerando assim um crescimento do déficit no orçamento e redução da capacidade de pagar seus credores. De acordo com a EUROSTAT, em 2009, o déficit da conta do governo chegou a equivalência de 13,9% do PIB, fazendo com que a UE

aprovasse um pacote de ajuda ao país, sendo este financiado pela Alemanha, o país mais rico da Europa.

Com isso, e tendo em vista que a Grécia chegou ao ano de 2018 em meio à pior crise econômica de sua milenar história, a chamada depressão grega; esta seção pretende contribuir com uma reflexão crítica sobre a Crise de 2008 e os seus impactos econômicos e sociais na Grécia até os dias atuais.

Conforme já citado anteriormente, diante da crise financeira mundial, a Grécia foi ajudada por um pacote proveniente da UE. No entanto, em troca da ajuda, o país se comprometeu em adotar uma série de medidas de austeridade fiscal, tais como: corte de gastos para equilibrar as contas públicas, aumento de impostos e reforma no sistema previdenciário e no mercado de trabalho. Com isso, na depressão grega, ocorreram severos cortes nos gastos públicos na educação, na saúde e na seguridade social. Os impostos subiram muito e, desde 2010, nos últimos cinco anos, a economia grega retraiu 25%.

Embora tenha tomado várias medidas de austeridade fiscal, estas não foram suficientes e a situação do país se agravou; pois, como a Grécia não se trata de um país economicamente aberto e não é um grande exportador, a economia não girou. Logo, pode-se dizer que o colapso econômico na Grécia aconteceu, dentre outros fatores, devido à política de austeridade fiscal, isto é, o aumento dos impostos e cortes nos gastos públicos, a partir de 9 de fevereiro de 2010, provocaram um desemprego recorde de 27,2% em março de 2011. Ocorreram muitas demissões de funcionários públicos, além de privatizações de empresas estatais.

Atualmente, a taxa de desemprego atingiu 25% da PEA, sendo que 51% dos desempregados são jovens. Ou seja, a Grécia é o país europeu que mais sofreu e ainda sente os impactos da Crise de 2008.

A Crise de 2008 que começou nos EUA e atravessou o Oceano Atlântico e chegou à Europa, impulsionou a Grécia ser matéria de capa e manchete internacional com os impactos desta na vida do povo grego. Sua maior manchete foi referente ao seu calote na dívida externa com o FMI. Foi a primeira vez que um país desenvolvido decidiu não pagar sua dívida externa com o FMI, e posteriormente, o Banco Central Europeu. Em junho de 2015, ocorreu um calote de US\$ 1,6 bilhão com o FMI.

No ano de 2009, a dívida pública da Grécia era de 113% do PIB e cresceu para 177% em 2017. O PIB grego é em torno de US\$ 240 bilhões, baseado no turismo, na produção de vinhos e azeite de oliva, além da pesca. Desde 2008 até 2017 ocorreram sucessivos déficits comerciais na balança comercial grega, segundo dados da OMC.

A tragédia social na Grécia é muito grave. Hoje, são 11 milhões de habitantes e que estão sofrendo diariamente com os impactos econômicos e

sociais de uma depressão econômica, que provocou uma dívida externa de mais de 320 bilhões de euros.

Os gregos importam petróleo, alimentos e remédios do resto do mundo, por isso, são visíveis à falta de alimentos nas prateleiras dos supermercados, além da escassez de remédios nas prateleiras das farmácias em Atenas e outras cidades gregas. São visíveis a falta também de gasolina nos postos de combustível, além da escassez de euros nos bancos eletrônicos 24 horas.

A pobreza cresceu muito na população grega. Hoje, 1 pobre em cada três gregos. A desigualdade social avançou na terra de Sócrates. Sucessivos governos gastaram muito e mal e arrecadaram pouco, gerando sucessivos déficits públicos. Em 2009, o déficit público foi de 13,6% do PIB. Na Grécia ocorrem muita burocracia e forte intervenção do Estado na economia grega. Há dez anos encontra-se em depressão econômica.

Na milenar Grécia aconteceram muitos suicídios, mortes por ataques cardíacos pela depressão psicológica e muitos filhos abandonados pelos pais que viajaram em busca de emprego em outros países europeus como a Alemanha.

Segundo o economista americano Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia de 2008, “Na Grande Depressão, os líderes tinham uma desculpa, ninguém realmente compreendia o que estava acontecendo nem sabia como resolver a questão. Os líderes de hoje não têm essa desculpa. Temos tanto o conhecimento quanto as ferramentas para acabar com esse sofrimento”.

3. QUASE 90 ANOS DA CRISE DE 1929

Quase 90 anos atrás, os EUA enfrentaram a Crise de 1929, a mais grave crise do sistema capitalista. A crise iniciou em 24 de outubro de 1929 no país mais rico do mundo, liderado então pelo presidente Herbert Hoover, que optou pelo aumento dos impostos.

A Crise de 1929 afetou duramente os EUA e atravessou o Oceano Atlântico contaminando os países europeus e capitalistas como Inglaterra, França, Alemanha e Itália, mas não contaminou a única nação socialista do mundo na época, a URSS.

O ano de 1929 foi de grandes mudanças nos EUA, na URSS (Primeiro Plano Quinquenal), no Brasil e no mundo. A crise de 1929, desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, apresentou os seus sinais antes desta grande quebra, tendo em vista que as ações atingiram o ápice de sua elevação e, logo após, uma queda sequencial, conforme a Figura 1. Ressalta-se que mais de 16 milhões de ações foram vendidas, provocando uma baixa das cotações, o que invalidou toda a valorização ocorrida em 1927.

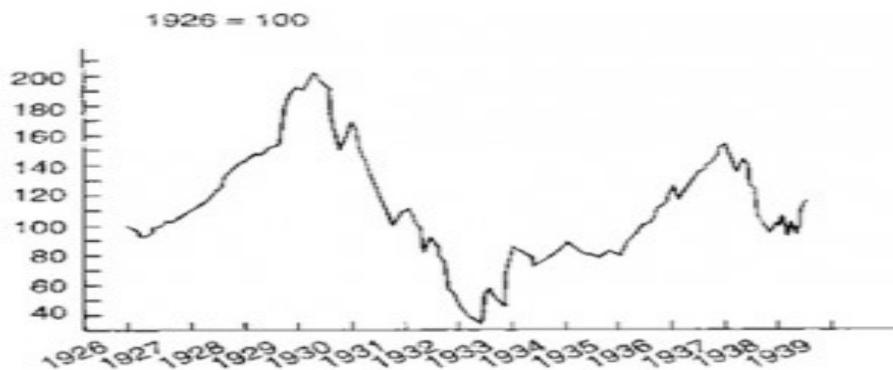


Figura 1: Cotação das ações na Bolsa de Nova Iorque entre 1926 e 1938. Índice "Standard Statistics" (base: 1926=100).
Fonte: Bernard Gazier (2009:05)

Os EUA exportaram produtos industrializados e produtos agropecuários para os países europeus, além de vultosos empréstimos durante e após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sobretudo na reconstrução da Europa Ocidental. De 1919 até 1929 foi conhecida pela Década da Prosperidade, devido à expansão do setor industrial e o aumento do consumo, influenciados pelo American Way of Life.

A superprodução de produtos industrializados americanos como produtos eletrônicos e automóveis, além de produtos agrícolas como milho, foi um dos três grandes responsáveis pelo início da Crise de 1929, porque a partir de 1925, ocorre a recuperação econômica da Europa e um forte protecionismo europeu.

O subconsumo foi outro grande problema que provocou a Crise de 1929. O fácil acesso ao crédito não foi alcançado por todos os trabalhadores americanos, que sem salários altos, não foram capazes de consumir bens e serviços.

O terceiro motivo foi à especulação de 12 milhões de ações ordinárias das empresas americanas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, localizada em Wall Street, que provocou uma grande quebra. Esta especulação foi proveniente da expansão de crédito emitida pelo FED. Esta medida fez com que as taxas de juros se tornassem artificiais, sem lastro com as reservas de crédito reais. Com isso, os investidores da Bolsa recebiam um falso sinal desta expansão de crédito, ampliando assim os seus negócios. Este mecanismo provocou uma "Bolha Inflacionária", pois havia muito dinheiro circulando, entretanto sem valor real.

Dentre as principais consequências da crise, pode-se citar o aumento da taxa de desemprego, a redução da produção industrial em vários países, bem como as quedas do PIB e do preço das ações. Os EUA, por exemplo, durante a Grande Depressão (*the Great Depression*) dos anos 30, presenciaram as falências de 85.000 empresas e 4.000 bancos. Já o Brasil, este sofreu um grande impacto no setor cafeeiro, pois os EUA eram os maiores importadores do café brasileiro e, em meio a esta crise, o Brasil presenciou a diminuição nas exportações deste

produto. Com o intuito de não desvalorizar o produto, o governo do então presidente Getúlio Vargas comprou e queimou milhões de toneladas de café, reduzindo desta forma a oferta e mantendo o preço do produto agrícola.

A fim de solucionar o problema desta grave crise, os eleitores americanos elegeram o democrata Franklin Delano Roosevelt como Presidente dos EUA. Em 1933, ele estabeleceu um *New Deal* (Novo Acordo) para o povo americano. Este plano promovia que o governo controlasse os preços e a produção das indústrias, de maneira que fosse possível o controle da inflação e a redução do acúmulo de estoques.

Em seu discurso de posse em Washington, o presidente Roosevelt declarou: “A única coisa a temer é o próprio medo”. Roosevelt era contrário às ideias liberais que defendiam nenhuma intervenção do Estado na economia americana. Então, Roosevelt decidiu resolver o problema do desemprego elevado, 13 milhões de desempregados no ano de 1932, com enormes gastos públicos em estradas, escolas, aeroportos, saneamento básico, praças, quadras esportivas, casas populares, barragens, entre outras obras públicas.

Essas políticas econômicas, até então inusitadas, adotadas por Roosevelt nos EUA, em 1933, foram racionalizadas pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) três anos mais tarde em sua obra revolucionária intitulada **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, em 1936.

Logo, o desemprego caiu para 9 milhões em 1939. O problema do desemprego alto nos EUA só foi resolvido de fato com a entrada na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Milhões de desempregados foram convocados para ingressar nas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) dos EUA.

O presidente Roosevelt declarou guerra ao Império do Japão em 08 de setembro de 1941, após o surpresa e terrível ataque aéreo e naval japonês a base naval americana de Pearl Harbor, no Havaí, em 07 de setembro de 1941, com 2.403 militares norte-americanos e 68 civis mortos.

Os EUA com a entrada na Segunda Guerra Mundial iniciou gigantescos gastos públicos na indústria bélica, proporcionando uma forte queda do desemprego e surgimento do pleno emprego em 1942, além de investimento maciço em obras públicas.

Ressaltamos que Keynes defendia uma forte intervenção do Estado na economia capitalista e um Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*), através do aumento do consumo das famílias, com mais emprego e com aumento de salário, sobretudo, com os cortes nos impostos, ou seja, menos impostos, mais consumo das famílias.

4. A CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA NO BRASIL NA ATUALIDADE

Atualmente, pode-se dizer que o Brasil possui uma grande variedade de tributos; totalizando 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria). De acordo com o IBPT, os brasileiros trabalharam cinco meses e dois

dias para pagar tributos federais, estaduais e municipais apenas ano de 2017. Entretanto, mesmo possuindo inúmeros tributos, o Brasil é classificado como um dos que menos apresentam a contrapartida de serviços públicos de qualidade.

No Brasil, segundo dados oficiais da Receita Federal, “Em 2016, a Carga Tributária Bruta (CTB) atingiu 32,38%, contra 32,11% em 2015, indicando variação positiva de 0,27 pontos percentuais”. O PIB brasileiro foi de R\$ 6,259 trilhões no ano de 2016, enquanto a arrecadação tributária bruta alcançou os R\$ 2,027 trilhões. Desses R\$ 2,027 trilhões de arrecadação tributária bruta foram alocados R\$ 1,383 trilhão para União (22,11% do PIB), R\$ 514,8 bilhões (8,23% do PIB) para os 26 Estados e o Distrito Federal e R\$ 128,4 bilhões (2,05% do PIB) para os 5.570 municípios brasileiros.

A partir das informações acima mencionadas, percebe-se que os agentes econômicos brasileiros pagam uma carga tributária muito elevada. Segundo o estudo da OCDE, o Brasil tem uma carga tributária quase idêntica à de países com desenvolvimento econômico e muito alto desenvolvimento humano como Nova Zelândia (32,8% do PIB) e Reino Unido (32,5% do PIB).

O art. 6º da Constituição Federal de 1988 se refere aos direitos sociais e estabelece que a educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados constituem direitos sociais dos cidadãos. Sendo assim, os impostos são o custo de funcionamento para garantir um bem-estar social. Ou seja, os tributos se caracterizam como uma forma de Transferência de Recursos da sociedade para o governo, de maneira a influenciar o comportamento dos agentes econômicos.

Atualmente, a fim de se obter uma maior arrecadação, além de promover um aumento da carga tributária, os governos têm implantado mecanismos de cruzamentos de dados por meios eletrônicos. Estes mecanismos apresentam como objetivo principal dificultar a tentativa de sonegação, já que esta é um grave problema econômico, que vem ocorrendo há décadas e dificulta a estabilização das micro e pequenas empresas no mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

O desemprego é elevado no Brasil, e a composição da arrecadação tributária é de 44% no consumo, 26% em contribuições sociais, 21% na renda, 6% na propriedade e 3% em outros, segundo dados da OCDE. Já 44% da carga tributária brasileira vem do consumo, enquanto a média nos atuais 37 países da OCDE é de 32%.

Conforme Arthur Laffer (1974), desenvolvedor da tese conhecida como “Curva de Laffer”, afirma que em um determinado ponto da curva (nível de tributação), o aumento da tributação gera efeito inverso, isto é, a arrecadação diminui pelo esgotamento da capacidade produtiva. A Curva de Laffer reflete as distorções e a perda de incentivos que as alíquotas dos impostos provocam na economia, podendo reduzir as receitas tributárias à medida que são aumentadas.

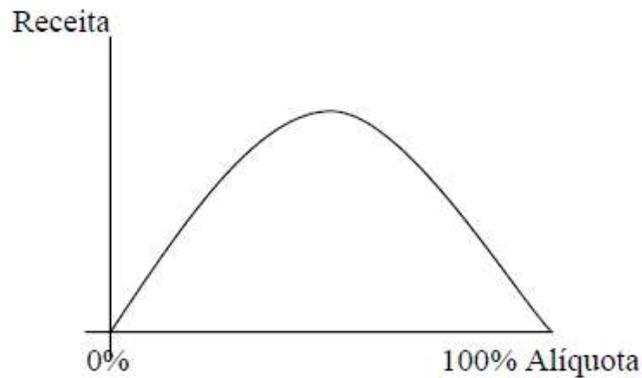


Gráfico 01: Curva de Laffer.
Fonte: Laffer (1979).

Conforme a Teoria de Laffer, quando a carga tributária é baixa, a relação entre as duas variáveis é direta (Gráfico 01), o que reflete que um aumento da carga tributária promove um aumento na arrecadação por parte do setor público, no primeiro momento. Entretanto, após se alcançar um ponto máximo de arrecadação, a relação passa a ser inversa. Logo, caso o governo eleve bastante esses tributos, o mesmo passa a perder arrecadação.

Tratando-se do Brasil, com a elevada carga tributária faz-se necessário à criação de um regime tributário que favoreça as micro e pequenas empresas brasileiras, visando o seu crescimento e estabilidade, visto que sem o mesmo, elas pagariam tributos idênticos aos das médias e grandes empresas brasileiras, sendo injusto e dificultando a melhoria da competitividade empresarial, logo o crescimento da economia brasileira.

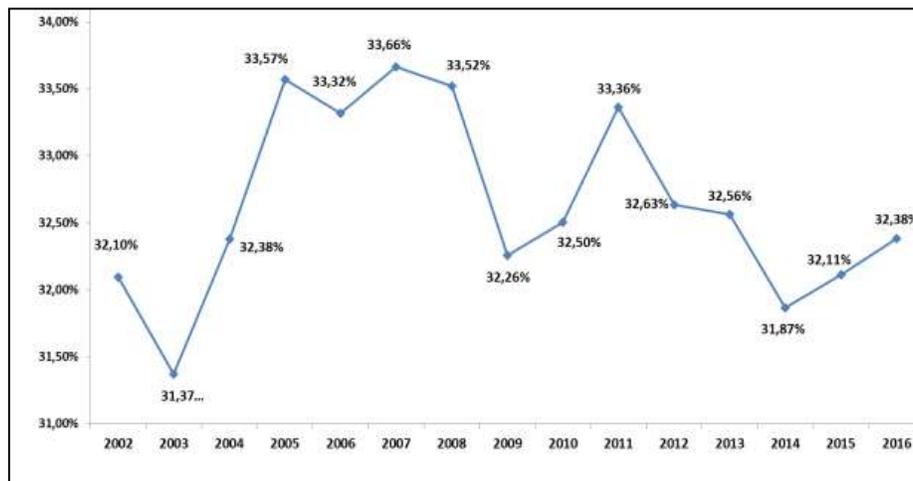


GRÁFICO 02: Evolução da CTB brasileira de 2002 a 2016
Fonte: IBPT, 2017.

5. A LENTA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Na atualidade, a recuperação da economia brasileira ainda é lenta. Urgente, uma recuperação mais robusta da oitava economia do mundo, com PIB de US\$ 2,141 trilhões no ano de 2017, segundo dados do FMI.

O Brasil saiu da recessão econômica ocorrida no biênio 2015-2016, com quedas consecutivas de 3,5% na taxa de crescimento do PIB brasileiro. No ano de 2017, o Brasil obteve uma taxa de crescimento econômico de 1%.

O crescimento econômico de 0,4% no primeiro trimestre de 2018 é insuficiente para reduzir a alta taxa de desemprego no País, nos atuais 13,1% da PEA. O desemprego atinge 13,7 milhões de pessoas no Brasil. No primeiro trimestre do ano de 2018, o IBGE constatou 27,7 milhões de trabalhadores subutilizados, além de 13,7 milhões de desempregados, entre eles, 5,6 milhões de jovens entre 14 a 24 anos de idade.

As estimativas para o PIB em 2018 caíram de 3% para 1,6% no último Relatório Focus. Ressalta-se que as reservas internacionais no Brasil alcançaram US\$ 382 bilhões. A taxa SELIC é de 6,5% ao ano. A taxa de inflação foi de 2,95% em 2017.

A economia brasileira se recupera lentamente graças ao agronegócio. Este setor produtivo responde por 39% das exportações brasileiras, gera 37% dos empregos formais e participa 22% do PIB brasileiro. O Brasil é líder mundial na exportação de café, açúcar, suco de laranja, soja e carnes bovina e de frango.

A economia brasileira cresce lentamente, e bastante setORIZADA, mas os gastos públicos continuam altos e desnecessários, a dívida pública federal já ultrapassou R\$ 5 trilhões e o déficit público já passou dos R\$ 165 bilhões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse artigo foi observar que a tão esperada prosperidade econômica do Brasil está muito longe, vai demorar mais tempo. Em 2017, crescemos apenas 1%, uma recuperação econômica. E o mais importante, saímos da recessão econômica, e não entramos em depressão econômica.

A pior crise econômica dos EUA foi em 1929 e a segunda pior crise econômica foi no ano de 2008. A Crise de 2008 iniciou com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers e contagiou vários países europeus, sobretudo a milenar Grécia, hoje, em depressão econômica.

Os economistas britânicos Adam Smith e John Maynard Keynes eram contra os elevados impostos. Menos impostos, mais consumo de bens e serviços por parte das famílias na economia de mercado. A mão invisível é quem leva o indivíduo a buscar apenas o seu próprio interesse, e os resultados positivos geram

benefícios para a sociedade brasileira. Ao Estado brasileiro compete cuidar da educação, da saúde e da segurança pública.

As reflexões conduzidas neste artigo procuraram entender os impactos econômicos e sociais das Crises de 2009 e de 2008, além das sérias mudanças ocorridas na Grécia até os dias de hoje, e estas reflexões críticas sejam o meio de encontrar um caminho seguro diante de um cenário após uma severa crise de desabastecimento de combustíveis, alimentos, remédios, botijão de gás no País, com a greve dos caminhoneiros, gerando muito sofrimento, muita incerteza.

Após a maior recessão econômica da sua história, a recuperação mais robusta da economia brasileira virá do consumo das famílias. Portanto, menos tributos, mais consumo das famílias. Conclui-se este artigo citando outro pensamento do filósofo e economista escocês Adam Smith: “Não existe arte que os governos aprendam mais rapidamente do que sugar dinheiro do bolso do povo”.

Referências Bibliográficas e Webgráficas

EXAME, Revista. **O Brasil tem a maior carga tributária da América Latina.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina/>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

GAZIER, Bernard. **A Crise de 1929.** São Paulo: L&PM POCKET, 2009.

IBPT. **Brasileiro trabalha 153 dias por ano para pagar impostos.** Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2644/BRASILEIRO-TRABALHA-153-DIAS-POR-ANO-PARA-PAGAR-IMPOSTOS>. Acesso em 05 de junho de 2018.

LAFFER, A.B. **Statement prepared for the joint economic committee.** In: LAFFER, A.B. & SEYMOUR, J. P. eds., *The economics of the tax revolt: A Reader*. Harcourt. Brace. Jovanovich. New York, 1979, p. 75-79.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

OCDE. **Estatísticas Tributárias na América Latina.** Disponível em: <http://www.oecd.org/>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

RECEITA FEDERAL. **A Carga Tributária no Brasil 2016.** Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-2016.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações:** Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. Vol. I e Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

TRIBUTÁRIO, Portal. **Os tributos no Brasil:** relação atualizada e revisada em 19/06/2017. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>. Acesso em 25 de maio de 2018.

O Brasil que eu não quero

Paulo Galvão Júnior³⁰



INTRODUÇÃO

O presente artigo visa abordar a violência no Brasil. A importância do assunto é muito relevante nos dias atuais. São extremamente assustadores os índices de violência no País. O Brasil é um país emergente, localizado na América do Sul e que abriga a maior população do mundo que fala a Língua Portuguesa, mas é também uma nação muito violenta.

A violência é um dos mais graves problemas do Brasil. Recentemente, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou os números da violência no País. O Brasil registrou 63.880 mortes violentas no ano de 2017, o maior número de homicídios da história, um aumento de 3,71% em relação a 2016 com 61.597 mortes. Nossos números são alarmantes e demonstra claramente, o Brasil que eu não quero.

No 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018, os estados do Rio Grande do Norte (RN) e do Ceará (CE), vizinhos ao estado da Paraíba (PB), são o primeiro e o terceiro estado brasileiro com a maior taxa de homicídios, sendo 68 mortes violentas por 100 mil habitantes no RN e 59,1 mortes violentas por 100 mil no CE. Foram 175 assassinatos por dia e sete pessoas assassinadas por hora no ano de 2017 nas cinco regiões do Brasil.

No ano de 2018, podemos contribuir para a cultura da paz no Brasil. A paz é o que o Brasil precisa. Segundo o UNLIREC³¹, “o Brasil é o país com maior número de mortes por balas perdidas na América Latina e Caribe”.

Na Campanha da Fraternidade 2018 da CNBB o tema é “Fraternidade e Superação da Violência”, tendo como lema “Em Cristo somos todos irmãos”

³⁰Economista paraibano, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB e Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela FATEC Internacional. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

³¹Centro Regional das Nações Unidas pela Paz, Desarmamento e Desenvolvimento na América Latina e Caribe.

extraído do capítulo 23 e versículo 8 do Evangelho de Mateus. De acordo com o cardeal Dom Sérgio da Rocha, presidente da CNBB, “Precisamos de políticas públicas para nos ajudar a superar e a assegurar os direitos fundamentais que as pessoas têm no Brasil”. Os direitos humanos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que moram no quinto maior país do mundo estão sendo violados diariamente. Portanto, precisamos nos unir para construir e implementar a cultura da paz. Segundo o Papa Francisco “A paz é tecida no dia a dia, com paciência e misericórdia, no seio da família, na dinâmica da comunidade, nas relações de trabalho, na relação com a natureza”.

É visível o sucateamento da Polícia Militar e da Polícia Civil no País, com baixos salários, falta de armamentos e munição, escassez de coletes à prova de bala, inexistência de equipamentos modernos e de frota moderna e blindada. Quem não sofre no Brasil por causa da violência?

Segundo o jornal espanhol *El País* (2015), no Brasil, “Entre 2001 e 2015, houve 786.870 homicídios, o equivalente à população de João Pessoa”, revelando um aumento assustador da violência nas cinco regiões do País, de 48.032 homicídios em 2001 cresceu para 59.080 homicídios em 2015, ou seja, um aumento de 23%.

A escalada e a interiorização da violência é um grande obstáculo para o crescimento econômico sustentável de um país continental como o Brasil. Estas 786.870 pessoas mortas em cinco anos se tornaram uma grande perda de capital humano no Brasil, porque estas pessoas assassinadas deixaram de produzir e de consumir bens e serviços na economia brasileira, logo, bilhões de reais por ano foram desperdiçados pelo não uso das habilidades, das destrezas e das experiências desses trabalhadores mortos.

De acordo com a OMS, em seu *World Health Statistics 2017*, a população brasileira era de 207,8 milhões de habitantes no ano de 2015, a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 75 anos (2015), a mortalidade infantil era de 16,4 por 1.000 nascidos vivos (2015), a taxa de homicídios era de 30,5 mortes por 100.000 habitantes (2015) e investiu apenas 6,8% do PIB em saúde no ano de 2014. Segundo a OMS, no Brasil, 123 pessoas morrem vítimas de homicídios por armas de fogo todo dia e concentra 13% dos assassinatos que ocorrem no mundo.

No Brasil, em 2016, a taxa média nacional de morte violentas ficou em 29,9 assassinatos por 100 mil habitantes. Aumentou para 30,8 por 100 mil habitantes em 2017. A ONU considera aceitável a taxa de homicídios de 10 por 100 mil habitantes.

AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Estamos muito preocupado com a catástrofe social da violência extrema nos 26 estados e no Distrito Federal. Dados mais recentes da ONG *Human Rights Watch* no Relatório Mundial 2018 apontaram a morte de 4.657 mulheres no Brasil em 2016. Os últimos dados do FBSP registraram 63.880 assassinatos no

ano de 2017, um número assustador, um número próximo aos 70 mil japoneses mortos com a bomba atômica em Nagasaki em 9 de agosto de 1945.

Quais são as principais causas do aumento da violência no Brasil? Entre elas, destacamos, a impunidade, as desigualdades sociais e econômicas, a miséria, a pobreza rural e urbana, a fome, o desemprego, o alcoolismo, o aumento do tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o crescimento desordenado das cidades, o consumo de drogas ilícitas, a corrupção endêmica, a intolerância, os desrespeitos pessoais e conjugais, a superlotação nos presídios, as brigas entre facções criminosas, a falta de policiamento e a falta de políticas públicas. Na verdade, quando falta educação, sobra violência.

Infelizmente, o Brasil tem baixa qualidade de educação. O nosso grande desafio é melhorar a qualidade na Educação. Infelizmente, mais de 2,6 milhões de crianças trabalham no Brasil, segundo dados da Fundação ABRINQ. A educação de qualidade muda um país, e concretamente colabora para diminuir a violência.

O Brasil possui a quarta maior população carcerária do planeta, atrás apenas dos EUA (2,2 milhões de presos), da China (1,6 milhão) e da Rússia (644.237). Segundo os dados do Ministério da Justiça, a população carcerária era de 622.022 presos em 2016 e a maioria dos presos brasileiros não tem nível superior completo. Revelamos que um preso no Brasil custa R\$ 2.400 por mês e um estudante do ensino médio custa R\$ 2.200 por ano.

O medo da violência aflige 5.570 municípios brasileiros, sobretudo, aqueles que têm em seu território um ou mais presídio lotado. Os presos brasileiros não têm horário rígido para acordar, comer, dormir, trabalhar nem tão pouco estudar. Eles estão sempre planejando em fugir das precárias condições prisionais. Segundo dados atuais do FBSP, o Brasil tem 729.463 pessoas encarceradas.

O Brasil está entre os países com os mais altos índices de homicídio do mundo e a maioria das vítimas são homens, jovens, negros, de baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. São necessários campanhas, seminários e ações para dar um basta ao extermínio da juventude negra no País.

O Brasil é um dos cinco países que mais prendem mulheres no planeta. Em primeiro lugar, os EUA com 205.400 mulheres. China, Rússia e Tailândia em segundo, terceiro e quarto lugares, com 103.766, 53.304 e 44.751 mulheres, respectivamente. O Brasil encontra-se em quinto lugar com 37.380 mulheres, sendo 7 em cada 10 mulheres encarceradas no Brasil são negras.

Pavorosamente, os homicídios, os estupros e as agressões contra as mulheres são diárias no País. Por dia são assassinadas 15 mulheres no Brasil. No maior país da América do Sul, a cada duas horas, uma mulher morre vítima do marido ou do companheiro. A violência contra a mulher afeta todos nós direta ou indiretamente. É necessário empoderar economicamente as mulheres brasileiras.

Entre os dez estados brasileiros mais violentos no ranking do índice de homicídios na adolescência (12 a 18 anos) apontamos o Ceará, Alagoas, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Sergipe, Maranhão e Goiás no ano de 2014. Este ano, 14 pessoas foram assassinadas numa chacina no bairro Cajazeiras em Fortaleza, sendo duas adolescentes, Maíra (15 anos) e Maria (17 anos), no Ceará. A violência generalizada toma conta do Brasil, sobretudo dos estados nordestinos.

De acordo com o grande sociólogo brasileiro Darcy Ribeiro no ano de 1982 enfatizou que, “Se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. Diariamente o direito fundamental à vida vem sendo fortemente violado no Brasil. Temos pânico com os motoqueiros de moto preta nas ruas brasileiras.

De acordo com o ex-presidente dos EUA, Barack Obama (2015), “Nós vemos o Brasil não como uma potência regional, mas como uma potência global”. Sim, o Brasil será um país desenvolvido até o final do século XXI. Temos os recursos naturais da Amazônia Verde e da Amazônia Azul. Mas, o nosso maior tesouro é o povo brasileiro, infelizmente, vem sofrendo muito com esta absurda violência.

A elevada violência afugenta os turistas estrangeiros e brasileiros. Sim, necessitamos de mais delegacias funcionando 24 horas, de mais policiais militares nas ruas, de mais policiais rodoviários federais nas estradas, de mais batida policial, de mais tecnologia para combater a criminalidade, de mais investimentos em inteligência, e mais investimentos em educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até quando continuaremos a viver com medo num país com um dos piores índices do planeta na área de segurança pública. Por isso, refletimos criticamente sobre estes alarmantes indicadores de violência. Os altos índices de homicídios no Brasil provocam grandes impactos econômicos e sociais. Não podemos mais ir tranquilos comprar pães na padaria sem se preocupar com a violência. Diariamente celulares são roubados ou furtados. Muitas crianças, adolescentes e jovens evadiram das escolas por questão da crescente violência no País.

Sem a cultura da paz nada próspera. A cultura da paz é uma filosofia de oposição total ao uso da violência contra o ser humano. A cultura da paz promove o crescimento econômico e o desenvolvimento social no País. É preciso agora reunir as pessoas mais inteligentes para prender e punir as pessoas mais violentas nas penitenciárias agrícolas, enfim, a educação de qualidade é a melhor saída para diminuir significativamente a violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

CNBB. **Presidente da CNBB reflete sobre tema da CF 2018**. Disponível em: <http://cnbb.net.br/e-possivel-superar-a-violencia/>. Acesso em: 17 Fev. 2018.

EL PAÍS. **A violência no Brasil mata mais que a Guerra na Síria**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politica/1513002815_459310.html. Acesso em: 19 Jan. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP_Anuario_Brasileiro_Seguranca_Publica_Infografico_2018.pdf. Acesso em: 12 Ago. 2018

GELEDES. **Obama dá 'fora' na Globo: Brasil não é potência regional, é mundial**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/obama-da-fora-na-globo-brasil-nao-e-potencia-regional-e-mundial/>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2018**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313303>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2017**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 20 Jan. 2018.

OMS. **World Health Statistics 2017**. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255336/9789241565486-eng.pdf;jsessionid=58C7690D5C8C5202A95DD7F1884715A4?sequence=1>. Acesso em: 19 Jan. 2018.

UNLIREC. **Balas Perdidas II: Análisis de Casos de Balas Perdidas Reportados en Medios de Comunicación en América Latina y el Caribe (2014–2015)**. Disponível: http://www.unlirec.org/Documents/Balas_Perdidas.pdf. Acesso em: 20 Jan. 2018.

Uma análise dinâmica de capital de giro em empresas que estão em recuperação judicial no triênio 2015-2016-2017

Vamberto Ricardo Araújo de Oliveira³² & Paulo Galvão Júnior³³



RESUMO: Em um cenário altamente competitivo as organizações estão buscando estratégias para manter-se vivo em um mercado cada vez mais hostil. Dentre os meios utilizados, pode-se citar que as empresas estão se preocupando em oferecer um serviço de qualidade, sempre buscando a eficiência, a diminuição dos custos e uma boa gestão de capital de giro. O presente estudo buscou analisar a utilidade da análise dinâmica de capital de giro para a avaliação de gestores em empresas que estão em recuperação judicial e tem ações negociadas na BM&FBOVESPA. Para atingir tal objetivo utilizou-se o modelo de Fleuriet para verificar a situação econômica e financeira da empresa. O período de estudo compreendeu os anos de 2015, 2016 e 2017, para cada um desses anos foi calculado três variáveis entre elas pode-se citar a NCG, CDG e o Saldo de Tesouraria. A utilização do modelo de Fleuriet permitiu identificar a situação financeira da empresa em cada período do estudo e as variações que ocorreram nesses índices. Os resultados encontrados nas análises demonstram que uma parte das empresas se encontram em uma situação insatisfatória.

PALAVRAS-CHAVE: Recuperação Judicial. Modelo de Fleuriet. Situação Financeira.

³²Graduado em Ciências Contábeis pela IESP Faculdades (2018). E-mail: vamberto_ws@hotmail.com.

³³Graduado em Ciências Econômicas pela UFPB (1998), Especialização em Gestão de RH na FATEC Internacional (2009), Docente em Economia e Economia Brasileira nos Cursos de Ciências Contábeis e Administração no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaotr@gmail.com.

ABSTRACT: In a highly competitive scenario, organizations are looking for strategies to stay alive in an increasingly hostile market. Among the means used, it can be mentioned that companies are worrying about offering a quality service, always looking for efficiency, cost reduction and good working capital management. The present study sought to analyze the usefulness of the dynamic analysis of working capital for the evaluation of managers in companies that are under judicial reorganization and have shares traded on BM&FBOVESPA. To achieve this objective, the Fleuriet model was used to verify the economic and financial situation of the company. The study period comprised the years 2015, 2016 and 2017, for each of these years was calculated three variables among them can be mentioned the NCG, CDG and the Balance of Treasury. The use of the Fleuriet model allowed to identify the financial situation of the company in each period of the study and the variations that occurred in these indices. The results found in the analyzes show that some of the companies are in an unsatisfactory situation.

KEYWORDS: Judicial Recovery, Fleuriet Model, Financial Situation.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário competitivo e globalizado as organizações estão buscando estratégias para manter-se vivo em um mercado cada vez mais hostil. Dentre os meios utilizados, pode-se citar que as empresas estão se preocupando em oferecer um serviço de qualidade, sempre buscando a eficiência, a diminuição dos custos e uma boa gestão de capital de giro.

Dentre esses três meios citados anteriormente o mais dinâmico e a gestão do capital de giro, pois exige uma maior atenção por parte dos administradores financeiros.

Em seu estudo Weston e Brigham (2000), argumentam que existem quatro fatores preponderante na administração de capital de giro: o tempo que o administrador dedica para a administração de capital de giro, o investimento empregado em ativos circulantes, a verificação entre a relação entre o crescimento das vendas e os ativos circulantes; e principalmente a importância deste para as pequenas empresas.

Pires (2013) apud Lamberson, 1995 define que o tempo gasto pelos administradores financeiros para gerir o volume de ativos e passivos circulantes são de fundamental importância, para atingir o nível ótimo de capital de giro, chegar nesse patamar pode maximizar o valor da empresa.

De acordo com Braga (1991) qualquer falha na gestão de capital de giro pode comprometer a capacidade de solvência da empresa ou até mesmo atingir sua rentabilidade.

Portanto, tendo em vista estes apontamentos, presume-se que uma gestão ineficiente do capital de giro pode corroborar para que as empresas passem por dificuldades financeiras, ou seja, a empresa não terá recursos suficientes para realizar investimentos.

Nesse contexto, Smith (1973) explica que boa parte da falência das empresas deve está associada diretamente a má gestão do capital do giro.

Entende-se, portanto, em um sentido mais amplo que a má gestão de capital de giro está relacionada primordialmente com os ativos e passivos circulantes das organizações, ou seja, esses dois grupos em questão demandam investimentos significativos. Nesta corrente de pensamento, Lamberson (1995) esclarece que estas contas representam um grau de liquidez e financiamento.

Torna-se oportuno evidenciar ainda que uma análise detalhada sobre o capital de giro das organizações tem sido tratada como parte integrante para tomada de decisão pelos gestores financeiros, portanto a gestão eficiente do capital de giro e de fundamental importância para a sobrevivência das organizações e o seu crescimento, tendo em vista que uma administração inadequada pode levar a empresa a insolvência.

Deste modo, perante a importância de uma boa gestão de capital de giro, este estudo tem a pretensão de responder o seguinte questionamento: Qual é a utilidade da análise dinâmica de capital de giro para a avaliação de gestores em empresas que estão em recuperação judicial e tem ações negociadas na BM&FBOVESPA?

O objetivo geral é sustentado pelos os objetivos específicos, inicialmente discorrer sobre o processo de recuperação judicial no Brasil, demonstrar a situação econômica- financeira dessas empresas relacionando com o modelo dinâmico proposto por Fleuriet, e comparar estatisticamente a necessidade de capital de giro dessas empresas.

Este estudo justifica-se em primeiro lugar pela notória importância dada ao capital de giro nas organizações. Torna-se oportuno evidenciar que em seus estudos SHIN (1998) argumenta que uma boa administração dos ativos e dos passivos de curto prazo desempenham um papel importante sobre a lucratividade das empresas. Analisando-se o pensamento do respectivo autor, percebe-se que a

gestão quando feita de forma eficiente nas organizações podem ser de grande valia para gerar valor para os acionistas, pois o valor da empresa estará aumentando.

Neste sentido, a pesquisa; é relevante para a academia, pois intenciona em colaborar enquanto contribuição, tentando suprir ou amenizar a lacuna existente na literatura nacional acerca da necessidade de capital de giro em empresas que solicitaram recuperação judicial.

Portanto, torna-se imprescindível compreender como as empresas que estão em recuperação judicial estão gerindo os seus ativos e passivos de curto prazo, para evitar efetivamente a sua falência. Os resultados obtidos a partir desta pesquisa podem auxiliar os gestores financeiros destas instituições em estratégias sobre a gestão do capital de giro.

Com relação a viabilidade da pesquisa, pode-se afirmar que esta é viável, pois, os dados, enquanto fonte, são fornecidos pela plataforma digital da BM&FBOVESPA, ou seja, todos os demonstrativos financeiros podem ser encontrados lá, no que tange os custos da pesquisa considera-se que são relativamente baixos.

No que diz respeito a metodologia da pesquisa, pode-se afirmar que ela tem uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos, optou-se em realizar uma pesquisa bibliográfica e documental. Torna-se oportuno evidenciar ainda, que a pesquisa bibliográfica foi de fundamental importância para se compreender o modelo dinâmico proposto por Fleuret, que visa analisar a situação financeira das empresas sob a perspectiva do modelo dinâmico de capital de giro, ou seja, um diferencial para a tomada de decisões sob o olhar financeiro das empresas, para se chegar a um entendimento mais aguçado sobre o assunto, tornou-se necessário averiguar as principais publicações existentes no país, foi realizado, portanto um trabalho de levantamento em livros e artigos que tratavam sobre o objeto do estudo.

As empresas selecionadas para fazer parte do estudo foram cinco e a escolha se deu pelos seguintes critérios: o primeiro critério adotado foi que ambas solicitaram a justiça brasileira recuperação judicial e o segundo e que todas têm ações negociadas pela a Comissão de Valores Imobiliários.

Com relação aos dados, pode-se dizer que estes foram obtidos diretamente do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado das empresas listadas para fazer parte do estudo, estes dados foram publicados no site da BM&FBOVESPA, como já citado anteriormente, o período selecionado foi dos anos 2013 a 2017. Cumpre destacar ainda que os dados coletados nestes demonstrativos tiveram que ser adaptados para poder equiparar-se ao modelo dinâmico de Fleuriet.

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções. Na primeira apresentou-se a discussão introdutória da pesquisa nela foi exposto: o problema da pesquisa, o objetivo do estudo e os objetivos específicos. Na segunda seção será evidenciado a contribuição da literatura nacional e internacional no desenvolvimento da pesquisa. Para dá suporte ao referencial teórico, optou-se por alguns subtemas que serão: o processo de recuperação judicial no Brasil, o Capital de giro e o modelo de balanço patrimonial dinâmico (modelo de Fleuriet). Na terceira seção será abordado os procedimentos metodológicos do estudo, assim como as técnicas utilizadas para tratamentos dos dados. A quarta seção apresentará as análises dos resultados e, na última seção serão tecidas as considerações finais, como também será dado sugestões de estudos para os próximos trabalhos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 2005 foi promulgada a Lei nº 11.101 que diz respeito à Lei de falências e recuperação judicial de empresas. A presente Lei substitui a Lei nº 7661-45 (antiga lei de falência e concordata). Andrichi (2015, p. 17) argumenta que “um dos principais objetivos da lei se encontra expressa no art. 47, que é o de promover a preservação da empresa, sua função social e o estímulo a atividade econômica”.

Presume-se, portanto, que o principal objetivo das alterações feita na lei diz respeito à necessidade de manter a fonte produtora dos empregos dos trabalhadores, para tal propósito em questão, torna-se necessário que a empresa se mantenha operando. Devido à está finalidade era indispensável realizar melhorias para viabilizar o ressurgimento das empresas.

Uma das principais novidades trazida pela Lei nº 11.101/2005 é que o juiz analisará a viabilidade de recuperação judicial da sociedade empresaria que se encontra em crise. A empresa devedora terá por obrigação apresentar ao juiz as demonstrações contábeis que evidenciam a situação econômica e financeira da empresa no momento do pedido de recuperação judicial, como também deverá apresentar seu plano de ação para reverter o quadro em que se encontra.

Coelho (2008) em seu estudo esclarece que uma empresa pode passar por três tipos de crises assim definidas:

Crise econômica: Acontece quando há um recuo nas atividades econômicas, tal fato pode ser relacionado a uma retração das vendas.

Crise financeira: Este tipo de crise aparece muito quando a empresa não possui recursos suficientes para arcar com o pagamento de suas dívidas de curto ou longo prazo, ou seja, existe na empresa uma questão de dinheiro em caixa.

Crise Patrimonial: Ocorre quando a empresa já não é solvente, ou seja, não possui bens suficientes em seus ativos para satisfazer o passivo.

Torna-se oportuno evidenciar que o processo de recuperação judicial passa por três etapas distintas: a primeira diz respeito a fase postulatória, a segunda e fase deliberativa e a última fase e a de execução.

A fase postulatória é caracterizada como uma fase processual, onde o devedor faz uma petição inicial solicitando a recuperação judicial perante a justiça, neste documento deve ser descrito os reais motivos que ocasionaram a crise econômica e financeira, assim como deve ser apresentado as demonstrações contábeis dos três últimos exercícios sociais. Dentre as demonstrações contábeis solicitadas estão o balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, além de um relatório de fluxo de caixa com a sua projeção.

Almeida (2013) define que:

A projeção do fluxo de caixa permite a avaliação da capacidade de uma empresa gerar recursos para suprir o aumento das necessidades de capital de giro geradas pelo o nível de atividades, efetuar pagamento de impostos e reembolsar fundos oriundos de terceiros. Na projeção do fluxo de caixa, indicamos não apenas o valor dos financiamentos que a empresa necessitará para desenvolver as suas atividades, mas também quando ele será utilizado.

(...) o fluxo de caixa olha para o futuro retratando a situação real do caixa na empresa, não podendo ser confundido com os registros

contábeis que se ocupam do passado e incorporam categorias relacionadas ao patrimônio físico da empresa, como, por exemplo, o ativo imobilizado.

Presume-se pela definição do autor citado anteriormente que a projeção de fluxo de caixa é muito importante para se verificar a política de captação de recursos da empresa, e como ela pagará os seus credores. Portanto, considera-se que o fluxo de caixa é uma poderosa ferramenta de planejamento financeiro, a priori a empresa precisa de um bom planejamento para que a projeção de fluxo de caixa tenha sucesso na sua essência.

Em síntese após a apresentação da documentação solicitada o juiz analisará o processo e dará o seu deferimento, nesta etapa assim como determina o art. 52 a empresa devedora passará a ser fiscalizada por um administrador judicial, ou seja, este terá um papel fundamental, pois estará verificando se a empresa tem cumprindo a riscar o plano traçado para recuperar a empresa, além de estar em contato direto com os credores da empresa. Devido à complexidade que está submetida a recuperação judicial, torna-se imprescindível entender o comportamento do capital de giro nessas organizações, que necessitam arrecadar fundos para se manter operante.

2.2 CAPITAL DE GIRO

A correta utilização dos recursos financeiros de uma empresa pode corroborar para uma gestão eficiente de capital de giro. Nesse sentido, presume-se que uma administração coerente por parte dos gestores e de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades operacionais de uma entidade. A administração do capital do capital de giro para as organizações, constitui-se como um pilar necessário para a preservação da situação financeira da empresa.

O capital de giro é conceituado por Neto e Silva (2012, p. 2) como sendo “recursos correntes (curto prazo) da empresa, geralmente identificados como aqueles capazes de serem convertidos em caixa no prazo máximo de um ano”. Moraes (2011, p. 3) esclarece que “o capital de giro representa os recursos movimentados no curto prazo e está associado ao gerenciamento do caixa, estoques, clientes e outros diretos que fazem parte do ativo circulante da empresa”.

Consoante a definições de capital de giro dos autores, pode-se considerar que as variações sofridas no capital de giro, impacta diretamente nas contas do

ativo circulante, ou seja, devido a esse fato é necessário um gerenciamento adequado das contas desse grupo, pois os recursos oriundos destes mantêm as atividades operacionais da empresa.

Segundo Padoveze a gestão do capital de giro está associada a alguns ciclos, podendo-se citar o ciclo de comprar, produzir ou vender determinados produtos e serviços. O respectivo autor argumenta ainda que entender corretamente o funcionamento dos ciclos e de grande relevância para entender o funcionamento da empresa. O autor supracitado esclarece que existe três tipos de ciclos:

Ciclo operacional: Corresponde a todas as ações necessárias e exercidas para o desempenho de cada atividade. É o processo de gestão de cada atividade que inclui planejamento, execução e controle.

Ciclo econômico: evidencia os eventos econômicos no momento em que eles acontecem, bem como a sua mensuração econômica. É no ciclo econômico que se apura o resultado do desempenho das atividades.

Ciclo financeiro: corresponde ao processo de efetivação financeira de cada evento econômico em termos de fluxo de caixa.

Percebe-se que os ciclos do capital de giro se complementam entre si, pois se apresentam como um efeito cascata, ou seja, ambos acontecem em função do outro. Nesse sentido existe um fator preponderante chamado tempo, pois os ciclos são contados através de dias. Dependendo do ramo de atividade da empresa o ciclo operacional pode sofrer uma pequena variação, abaixo será demonstrando o ciclo que ocorrer geralmente em uma empresa industrial.

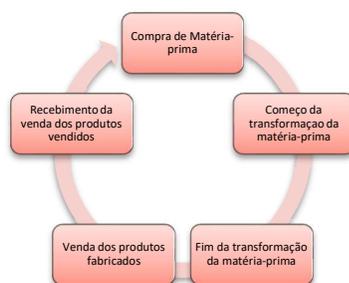


Figura 1: Ciclo operacional de uma empresa industrial

Fonte: Adaptado de Assaf Neto e Silva (2012, p. 9).

De acordo com Blanc, Kehdy e Fleuriet (2013) em uma fábrica para assegurar “um fluxo contínuo de produção, a mesma deve manter em estoque uma certa quantidade permanente de matérias-primas”.

Os referidos autores esclarecem ainda que o fluxo de produção é um processo que ocorre de forma contínua dentro de uma fábrica. Portanto, os mesmos argumentam que algumas contas sofreram algumas flutuações, principalmente as contas que envolvem a quantidade de matéria prima em estoque, a produção dos produtos que sofreram uma transformação e agora compõe o estoque de produtos acabados, as contas a pagar e a receber, ou seja, na visão deles todas estas contas estão interligadas com a vendas.

Segundo Assaf Neto e Silva (2012) toda e qualquer empresa passa por um processo de fases operacionais que são produção-venda-recebimento.

Presume-se, portanto, que uma administração de capital de giro adequado resume-se as decisões cotidianas de compra e vender. Nesse contexto Ross (2009) argumenta que o gerenciamento do capital de giro é uma atividade corriqueira que tem por finalidade assegurar que a empresa tenha recursos suficientes para se manter operante.

Torna-se oportuno evidenciar que Berti (1999, p. 11) afirma que a administração de capital de giro:

É uma tarefa difícil, dado o volume de informações que envolvem a tomada de decisão. Para que esta seja sempre no sentido de conseguir os resultados esperados, o administrador precisa ter informações que sirvam como subsídios no contexto administrativo.

Verifica-se através da citação acima que o administrador financeiro tem que possuir o máximo de informações para gerir o negócio. Neste contexto, torna-se muito importante para ele analisar as demonstrações financeiras, tendo em vista que elas trarão subsídios para a tomada de decisão.

As demonstrações financeiras são de grande relevância, para se verificar a situação econômica e financeira da empresa. Podem ser extraídos desses relatórios diversas informações, que podem corroborar para uma adequada gestão dos negócios.

Em seu estudo Silva (2012) esclarece que nas demonstrações contábeis podem ser encontradas algumas tendências de dados financeiros, que facilmente pode ser comparada com alguns períodos anteriores da empresa, como também uma análise comparativa entre diversas empresas. O autor sinaliza que as demonstrações são imprescindíveis para se tentar compreender a situação econômica e financeira, além de permitir uma análise futura para a empresa.

Normalmente a situação econômica e financeira de uma empresa é medida através de alguns indicadores financeiros, os mais comuns são a estrutura de capital, liquidez e rentabilidade. Estes tipos de análise são conhecidos no meio acadêmico como tradicional. Objetivou-se nesse artigo apresentar um modelo de análise financeira mais sensível a mudanças, ou seja, esse tipo de modelo capta melhor a situação financeira da empresa. Portanto, nesta pesquisa utilizou-se do modelo de Fleuriet para analisar a solvência das empresas que compõem o estudo.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida através de uma análise descritiva. De acordo com Beuren (apud Gil 1999) uma pesquisa descritiva estabelece uma relação entre as variáveis através de técnicas padronizadas de coletas de dados, observando-se principalmente as características da população.

No que tange o método da pesquisa, objetivou-se utilizar uma pesquisa quantitativa, com a finalidade de captar um número maior de dados. De acordo com Fonseca (2002) em uma pesquisa de quantitativa os resultados são alvos de mensuração, sendo que está pesquisa se utiliza de técnicas matemáticas para descrever as causas de um determinado fenômeno e as relações que existem entre as variáveis.

Para a construção do referencial teórico utilizou-se de pesquisas biobibliográficas. Consoante isto Gil (2002) argumenta que este tipo de pesquisa é desenvolvido através de material já elaborado e disponível no meio acadêmico em livros e artigos científicos.

3.2 OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo desta pesquisa são as empresas que solicitaram recuperação judicial. A escolha das empresas se deram através de uma amostragem intencional. Optou-se por este método, devido as características da população, que neste caso, são as empresas que pediram na justiça recuperação judicial.

Diante do exposto, o universo pesquisado envolveu as empresas que pediram recuperação judicial e que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Torna-se oportuno evidenciar que segundo o site G1 da Rede Globo, de janeiro a setembro de 2017, 1087 solicitaram recuperação judicial. O site ainda destaca que houve uma redução de 26,5% neste tipo de requisições, quando comparado com o ano de 2016. Cumpre destacar ainda que as empresas de grande porte cerca de 163 solicitaram o pedido.

Apesar dessa quantidade de empresas que fizeram esse tipo de solicitação a presente pesquisa utilizará como amostra apenas 5 empresas. Segue abaixo o quadro 1 que representa as empresas que farão parte do estudo.

Empresa	Segmento	Atividade Principal	Data do pedido de Recuperação Judicial
GPC Participações S/A	Participações	Participações	15/04/2013
Lupatech S/A	Petróleo	Fabricante de Equipamentos e provedor de serviços para o setor de petróleo e Gás	15/05/2015
Mangels Industrial S/A	Metalurgia	Produção de relaminados trefilados e perfilados de aço. Exceto arames	01/11/2013
Sansuy S/A Indústria de Plásticos	Indústria de Plástico	Indústria e comércio de Artefatos Plásticos	22/12/2005
Viver Incorporadora e Construtora S/A	Incorporadora e Construtora	Incorporadora e Construtora, com foco de atuação no mercado Residencial.	16/09/2016

Quadro 1: Empresas Selecionadas

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.3 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para elaboração do presente trabalho, optou-se em trabalhar com as demonstrações contábeis, que podem ser encontrados na plataforma digital da BMF&BOVESPA. As demonstrações selecionadas para fazer parte do estudo foram os Balanços Patrimoniais (BP) das empresas que se encontram em recuperação judicial.

Em um primeiro momento, tornou-se necessário calcular os indicadores de capital de giro das empresas que compõem o estudo, os dados foram extraídos dos balanços patrimoniais consolidados das companhias, as demonstrações analisadas correspondem há um período de 2015 a 2017.

Após o tratamento desses dados, tornou-se necessário fazer algumas reclassificações nas contas do ativo e do passivo, esse procedimento é importante para transformar as contas desses grupos em contas erráticas e ciclo operacional. Utilizou-se desse procedimento para encontrar três variáveis a saber: o Saldo de Tesouraria, a Necessidade de Capital de Giro e o Capital de Giro.

3.4 MODELO EMPIRICO ADOTADO

Entre 1975 e 1978 foi desenvolvido por Michael Fleuriet e Georges Blanc o modelo Dinâmico de Capital de Giro. Esse modelo tem como finalidade verificar o equilíbrio financeiro de uma empresa, porém para atingir tal propósito, torna-se necessário fazer uma distinção entre o ativo e o passivo circulantes, essa separação é inevitável pois esses dois grupos são separados em operacional e financeiro, respectivamente.

Este modelo foi desenvolvido, levando-se em consideração a situação econômica e financeira das empresas brasileiras, ou seja, o principal objetivo dos desenvolvedores era refletir com uma maior clareza a realidade das companhias no Brasil.

Em seu estudo Sato (2007) argumenta que o modelo dinâmico se propõe em verificar os investimentos que ocorrem no capital de giro, além de analisar como estes são geridos. Todas as informações necessárias para estas análises são retiradas das demonstrações contábeis das companhias.

Um dos principais avanços trazidos nesta metodologia na década de 70, foi a separação das contas dos ativos e passivos em contas erráticas e cíclicas. Para se chegar a esse conceito foi realizado uma reclassificação das contas o ativo circulante financeiro (ACF) foi classificado como errático, já os ativos circulantes operacionais (ACO) ou cíclicos. Cumpre destacar ainda que o passivo da empresa também sofreu modificação passando-se a ser conhecido como passivos circulantes financeiros (PCF) ou erráticos, e passivos circulantes operacionais (PCO) ou cíclico.

Fleuriet; Kehdy e Blanc (2003) esclarecem que as “contas de ativo e do passivo devem ser consideradas em relação à realidade dinâmica das empresas, em que as contas são classificadas de acordo com o seu ciclo”.

Portanto, chega-se à conclusão que com esta nova classificação das contas do balanço patrimonial a dinâmica da empresa fica bem evidenciada.

No primeiro quadro 2 será apresentado a separação entre contas erráticas, contas cíclicas e contas não cíclicas.

Quadro 2: Reclassificação das contas do Balanço Patrimonial

Classificações	Ativo	Passivo
Contas Erráticas	São as contas de curto prazo, que estão associada a atividade operacional da empresa.	São as contas de curto prazo, que não são necessariamente ligadas a atividade operacional da empresa.
Contas Cíclicas	São as contas de curto prazo, que são renováveis e está diretamente ligada à rentabilidade operacional da empresa.	São contas de curto prazo, renováveis e ligadas à atividade operacional da empresa.
Contas não Cíclicas	São contas que representam aplicações por prazo superior a um ano.	São as contas que compõem o passivo permanente da empresa.

Fonte: Adaptado de Fleuri et, Kehdy e Blanc (2003).

Braga (1991, p. 10) ressalta que:

As contas cíclicas do ativo e passivo que determinam o NCG (ou IOG) estão ligadas as operações da empresa. De modo geral essas contas representam a contrapartida das contas que formam o lucro operacional resultado apurado antes de computar as despesas e receitas financeiras.

Fonseca (2009) argumenta que a reclassificação dessas contas do balanço patrimonial auxilia os gestores nas tomadas de decisões, ou seja, ele tem entendimento sobre cada ação que tomar.

Quadro 3: Contas Patrimoniais reclassificadas com o modelo de Fleuriet

Ativo de Curto Prazo (Errático ou Financeiro)	Passivo de Curto Prazo (Errático ou Financeiro)
Caixa e Bancos Aplicações Financeiras	Empréstimos e Financiamentos Debêntures Dividendos a pagar Controladas e Coligadas
Ativo Operacional ou Cíclico	Passivo Operacional ou Cíclico
Clientes Estoques Outras Contas	Fornecedores Salários e Encargos Impostos, taxas e Contribuições Provisões Outras Contas
Ativo Estratégico ou de Longo Prazo	Ativo Estratégico ou de Longo Prazo
Ativo Realizável a Longo Prazo Imobilizado Investimentos Intangível	Passivo não Circulante Patrimônio Líquido

Fonte: Adaptado de Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003).

Os indicadores financeiros são retratados por este modelo através de três variáveis principais: secretaria de tesouraria (ST), necessidade de capital de giro (NCG) e capital de giro (CDG). Segundo Brasil e Brasil (1993) essas três variáveis conjuntamente refletem o ciclo operacional da empresa, e cada uma abrangem a situação financeira, operacional e estratégica da companhia.

Quadro 4: Significados das siglas

Variáveis	Significado
CDG	Capital de Giro
NCG	Necessidade de Capital de Giro
ST	Saldo em tesouraria

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do exposto, as variáveis do modelo dinâmico de capital de giro podem ser calculadas através das seguintes fórmulas conforme representação do quadro 5:

Quadro 5: Variáveis Modelo de Fleuriet

Variáveis	Fórmulas
CDG	$CDG = PP - AP$
NCG	$NCG = AC - PC$
ST	$ST = Era - Per$

Fonte: Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003).

Cada fórmula dessa representa uma parte do balanço patrimonial gerencial, que se pretende calcula. A NCG busca verificar as aplicações permanentes dos fundos, está variável está relacionada com a atividade fim da empresa, ou seja, a operacional. Seu cálculo refere-se a diferença entre o ativo cíclico e o passivo cíclico.

Matarazzo (2008, p. 337) argumenta que é a NCG é “fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade”.

Com relação a saída de caixas Machado et al (2005) esclarece que normalmente estas ocorrem antes das entradas. Esse fato corrobora para que haja um investimento permanente de aplicação de fundos, dado que este representa a diferença entre as contas operacionais, que neste caso se encontram no balanço patrimonial alocadas no ativo circulante e no passivo circulante.

Dado que a NCG trata precisamente das atividades operacionais da empresa Vieira (2005) sustenta que existe uma conexão direta entre o volume de vendas e os ciclos operacionais financeiros, ou seja, quanto mais for vendido maior será o investimento no giro dos negócios, pois existirá uma necessidade de capital de giro. Nesse contexto para que a empresa se mantenha operante torna-se necessário arranjar mecanismos para financiar estes tipos de operações.

Uma administração coerente dos recursos operacionais proporcionará para empresa uma evolução constante na NCG, tendo em vista que está passará por uma estabilidade financeira dado ao equilíbrio encontrado ao se controlar este índice.

O CDG é calculado através da diferença entre o ativo permanente e o passivo permanente. Para Vieira (2005) apud Sato (2007, p. 65) “O CDG

representa uma fonte de recurso de longo prazo que pode ser utilizada para financiar a Necessidade de Capital de Giro da empresa”.

Em seu estudo Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003, p. 13) argumentam que “O CDG pode ser negativo e neste caso a empresa financia parte de seu ativo permanente com fundos de curto prazo”.

Os fundos de curto prazo que os autores se referem neste tipo de situação e o saldo de tesouraria. Cumpre destacar ainda que os autores fazem uma reflexão acerca das entradas de caixa, eles consideram que uma empresa que consegue prever com precisão o tempo das entradas de dinheiro, está terão uma vantagem, ou seja, para eles quando isso acontece a empresa pode-se se planejar para trabalhar com uma baixa liquidez negativa.

No Saldo de Tesouraria encontra-se a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Consoante Machado et al (2005) o saldo de tesouraria evidencia o quanto a empresa utiliza de recursos de terceiros no curto prazo, para custear a NCG. Considera-se que o saldo de tesouraria e a diferença entre o Ativo Circulante Financeiro e o Passivo Circulante Financeiro. De acordo com Vieira (2008) a liquidez da empresa é analisada pelo o saldo de tesouraria, ou seja, e os recursos que a empresa tem disponível para arcar com suas dívidas de longo prazo.

Cumpre destacar ainda que o saldo de tesouraria pode apresentar saldo positivo ou negativo.

De acordo com Fleurit (2009) para se atingir um equilíbrio financeiro a empresa deve estar atenta ao aumento do Capital de Giro, pois este deve ser compatível com o aumento da Necessidade de Capital de Giro. Se ambos não forem equivalentes o Saldo de Tesouraria pode-se tornar extremamente negativo, o que ocasionaria um desequilíbrio financeiro que deixaria a empresa com sérios problemas, pois estas estaria obrigada a recorrer a créditos bancários para dá continuidade à empresa.

Os referidos autores mencionam ainda que a diretoria financeira deve acompanhar constantemente o Saldo de Tesouraria, pois deve-se evitar que este fique constantemente negativo. Quando o saldo aumenta ininterruptamente negativamente a empresa apresenta uma situação financeira inadequada, se tal situação persistir por grandes períodos a instituição pode apresentar um quadro de insolvência.

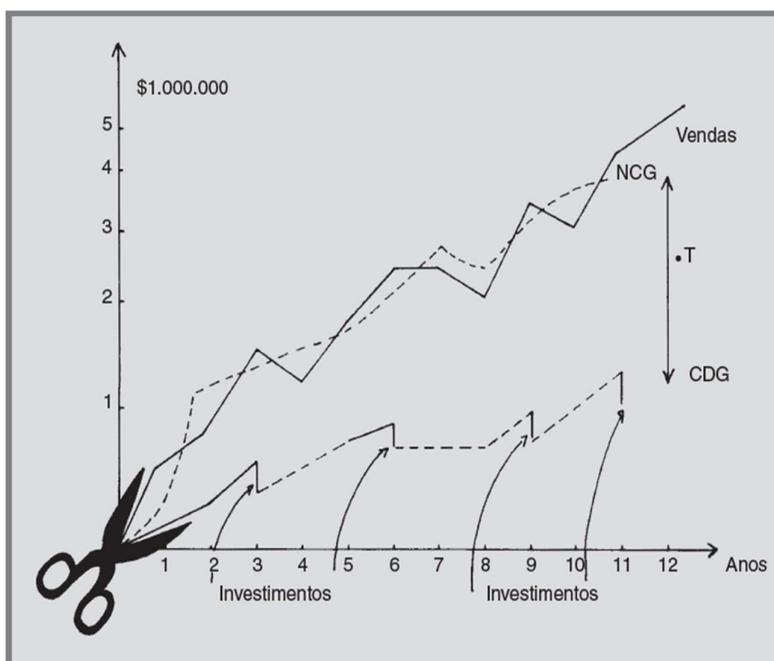
O Saldo de Tesouraria negativo, denomina-se de efeito tesoura. Segundo Vieira (2008) o efeito tesoura ocorre quando a empresa está passando por um processo de deterioração, ou seja, a situação financeira não é boa.

Fleuret, Kehdy e Blanc (2003, p. 38) define como ocorre o efeito tesoura:

As vendas da empresa crescem a taxa anuais elevadas. A relação $\Delta NCG/Vendas$, mantém-se, substancialmente, mais elevada do que a relação $\frac{Autofinanciamento}{Vendas}$, durante o período de crescimento das vendas. Considera-se que ambas relações sejam positivas. Durante o período de crescimento das vendas, as fontes externas, que aumentam o Capital de Giro, são utilizadas somente para novos investimentos em bens do ativo permanente que, por sua vez diminuem o Capital de Giro.

Na figura 2 apresenta-se a representação gráfica do efeito tesoura.

Figura 2: Efeito Tesoura



Fonte: Fleuret, Kehdy e Blanc (2003).

Analisando-se a figura 2 verifica-se que as vendas da empresa apresentaram um crescimento constante até o terceiro ano, entretanto percebe-se uma ligeira queda. Observa-se ainda que o saldo de tesouraria se tornou cada vez mais negativo. O fator que colaborou para esse fato foi que a empresa nesse

exemplo hipotético mencionados pelo os referidos autores recorreram a empréstimos de curto prazo.

As empresas podem evitar o efeito tesoura verificando-se a evolução da Necessidade de Capital de Giro. Planejando de forma coerente a evolução do saldo de tesouraria da empresa.

De acordo com Fleuriet, Kedhy e Blanc (2003) o efeito tesoura pode ser evitado também quando a empresa tem recursos suficientes, ou seja, estes deve ser aceitável para suprir a Necessidade do Capital de Giro.

Torna-se oportuno evidenciar que o cálculo dessas variáveis e necessário para se calcular a situação financeira da empresa que no modelo dinâmico pode ter seis possibilidades.

Sato (2007) argumenta que cada uma dessas seis possibilidades apresentam um risco de insolvência. Para representar cada uma delas em seu estudo Vieira e Bueno (2008, p. 6) elaboraram a seguinte tabela para representar os indicadores do modelo dinâmico:

Tabela 1: Tipos de indicadores financeiros do modelo dinâmico

Tipos de Situação	de NCG	CDG	ST	Equilíbrio Financeiro
1	>0	<0	<0	Péssimo
2	<0	<0	<0	Muito ruim
3	<0	<0	>0	Alto Risco
4	>0	>0	<0	Insatisfatória
5	>0	>0	>0	Sólida
6	<0	>0	>0	Excelente

Fonte: Vieira e Bueno (2008, p. 6)

Verificando a tabela 1 percebe-se que a situação 6 seria a ideal para uma empresa, tendo em vista que como a NCG sendo negativa ela se torna uma fonte de recurso para a empresa.

A situação 1 é a pior situação para uma empresa, tendo em vista que o saldo de tesouraria teria que suprir a NCG e CDG. É importante ressaltar ainda a situação 5, pois o CDG tem a capacidade de financiar a NCG, o que proporciona que o saldo de tesouraria ficaria com um superávit.

Em seu estudo Vieira (2008) argumenta que no Brasil a situação econômica mais encontrada é a insatisfatória, o autor explica que essa condição é evidente devido que boa parte das empresas brasileiras tem uma dependência de

financiamento de curto prazo, ou seja, está estar diretamente associado ao saldo de tesouraria.

Torna-se oportuno destacar que quando o saldo de tesouraria é positivo na empresa há uma aplicação, porém quando este saldo se apresenta negativo, as atividades operacionais passaram a ser financiadas por recursos que neste caso pode ser empréstimos e financiamentos de curto prazo.

Observa-se ainda através da tabela 1 que quando a CDG tem valor positivo existe na empresa uma fonte de recursos, em contrapartida se está apresenta-se com valor negativo a empresa está aplicando os recursos. Normalmente os recursos dessa variável estão sendo aplicado na NCG.

Em seu estudo Marques e Braga (1995, pp. 55-56) caracterizaram cada uma dessas situações financeiras. É de acordo com os autores podem ser entendidas da forma que se segue:

Tipo 6: Empresas que possuem uma situação financeira excelente em razão do alto nível de liquidez praticado.

Tipo 5: Caracteriza uma firma com situação financeira sólida e representa a posição financeira mais usual encontrada no mundo real. O fato dos 3 elementos serem positivos faz com que o T no máximo se iguale a NCG ou IOG, mas seja sempre inferior ao CCL.

Tipo 4: Evidencia uma situação insatisfatória. ST negativo significa que o CCL se acha suficiente para garantir a manutenção do atual nível de atividade operacional, e que as fontes de financiamento de curto prazo (PCO) vêm empregadas como complementares.

Tipo 3: Caracteriza situação financeira péssima. Nesse caso, CCL negativo sinaliza que fontes de curto prazo financiam investimentos de longo prazo (ANC). Como há necessidades de capital de giro, e não se conta com CCL para seu financiamento, o passivo oneroso passa a cobrir essa insuficiência.

Tipo 2: A situação financeira caracteriza-se como muito ruim. Além do CCL negativo, indica que as fontes de curto prazo financiam ativos de longo prazo, a NCG também é negativa, sendo seu valor superior ao do primeiro.

Tipo 1: Permanece negativo o CCL e a NCG ou IOG, porém o valor deste é inferior ao do primeiro. Esta circunstância permite que o ST seja positivo, e pode sinalizar que a empresa não está desempenhando suas operações de maneira adequada, embora possa estar aplicando recursos de curto prazo (ACF) com a eficiência do mercado financeiro.

Verifica-se através da descrição dos autores supracitados que a situação financeira da empresa, pode-se apresentar de seis formas diferente, porém a que traz maior risco para a empresa é o tipo 6 dado, que quando a companhia se encontra nesse estágio ela corre sérios riscos de apresentar nos próximos anos uma insolvência.

4 ANÁLISES DO RESULTADOS

Utilizando-se os balanços patrimoniais reclassificados das seguintes empresas: GPC Participações S/A, Lupatech S/A, Mangels Industrial S/A, Sansuy S/A Indústria de Plásticos e Viver Incorporadora e Construtora S/A será apresentado os cálculos da NCG, CDG e o Saldo de Tesouraria de cada empresa entre o período de 2015 a 2017.

4.1 RESULTADO EMPRESA GPC PARTICIPAÇÕES S/A

Antes de começar torna-se oportuno caracterizar cada uma das empresas a GPC Participações S/A no ano de 1997 ela é criada como uma empresa de capital aberto, no princípio começou atuando no setor químico e petroquímico. No ano de 1999, com o objetivo de concentrar os negócios que eram da família Peixoto de Castro, a GPC incorporou uma parte da empresa Apolo Tubos e Equipamentos. Neste mesmo ano a empresa passou a atuar nos segmentos de aço e químico.

A empresa pediu recuperação judicial em 2013, ela optou por essa alternativa porque pretendia proteger os ativos próprios da empresa e os das empresas que eles controlam. A tabela 1 trata-se da análise dinâmica da empresa GPC Participações S/A.

Tabela 2: Variáveis GPC Participações S/A
(em milhões de R\$)

Variáveis	2015	2016	2017
NCG	-83266	-96042	54319
CDG	-97559	69789	41930
ST	-231246	-72353	-38040

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a tabela 2 verifica-se que no ano de 2015 a empresa GPC Participações apresentava-se em uma situação financeira muito ruim, pois os recursos originários da NCG estavam sendo complementados pelos os recursos que estavam disponíveis na tesouraria, portanto o financiamento do CDG, estavam vindo tanto da NCG como do Saldo de tesouraria. Neste ano especificamente a situação ruim se explica pelo o fato que as contas de longo prazo estavam sendo financiadas constantemente pelo os recursos que estão no curto prazo.

Verificando-se o ano de 2017 percebe-se que a NCG se encontra positiva, isso evidencia que a empresa está com uma demanda operacional, ou seja, estes recursos estão sendo financiados pelos os recursos de longo prazo que estão sendo oriundos da CDG é uma parte está vindo dos recursos de curto prazo do saldo de tesouraria. Neste ano a empresa tinha uma situação financeira insatisfatória.

Comparando-se os resultados obtidos entre 2015 e 2017 verifica-se que a empresa apresentou uma evolução, quanto a sua situação financeira diante deste desenvolvimento presume-se que de certa forma o plano de recuperação judicial vez dando certo.

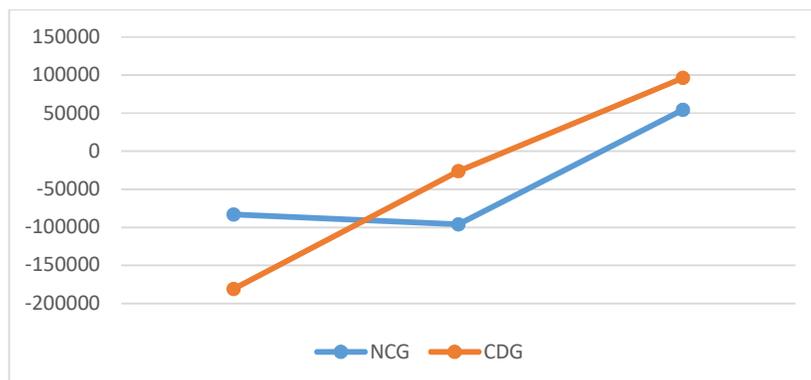
Torna-se oportuno evidenciar os valores da NCG encontrado no ano de 2015 e 2016, percebe-se que de um ano para o outro o saldo negativo deste índice subiu cerca de 15,34%.

Outra variável que merece ser analisado e o saldo de tesouraria durante os três anos, verifica-se uma redução considerável entre os anos, ou seja, no ano de 2015 a empresa se apresentava em uma situação muito ruim pois os recursos do ativo financeiro estavam sendo insuficiente para arcar com as contas do passivo financeiro. Porém torna-se oportuno destacar que tal situação passou a melhorar no ano de 2016, tal fato pode ser verificado quando se compara os anos de 2015 e 2016 o saldo de tesouraria era de -231.246 e -72353 respectivamente, a redução de um ano para o outro foi de -68,71%, esse valor reflete que a empresa já apresentava uma recuperação nesta variável já em 2016.

Fazendo-se uma comparação entre o ano de 2016 e 2017, verifica-se que a redução percentual para esta variável foi de -47,42%. Observou-se ainda através dos balanços patrimoniais reclassificados que entre o período de 2015 a 2017 houve uma redução considerável no passivo operacional desta empresa as contas que mais contribuíram para essa redução foi a conta de fornecedores, obrigações fiscais e empréstimos e financiamentos de curto prazo.

Segue abaixo a representação gráfica da NCG e da CDG da empresa GPC Participações para o ano de 2015,2016 e 2017.

Gráfico 1: Comparação da NCG e CDG da GPC Participações S/A
(em milhões de R\$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2 RESULTADOS EMPRESA LUPATECH S/A

A Lupatech S/A começou suas atividades no ano de 1980 com a criação da Microinox, seu principal foco no início foi produzir componente fundidos para válvulas industriais. Após quatro ano de funcionamento a empresa criou a Valmicro, está marca foi criada com o intuito de produzir válvulas industriais para atender este tipo de mercado a distribuição do produto era feita através de distribuidores. Vale salientar que está marca desde 1996 se tornou a marca líder no Brasil. Ao longo dos anos a empresa foi se fortalecendo internamente, como externamente adquirindo participações em algumas empresas do exterior.

Entretanto só passou a negociar suas ações na BM&FBOVESPA em 2006. Ao longo de sua história essa empresa vem expandido seus negócios, comprando sempre participações em outras empresas. A referida empresa solicitou recuperação judicial em 24 de agosto de 2015. Apresenta-se na Tabela 6 o resultado da análise dinâmica do modelo de Fleuriet da empresa Lupatech S/A.

Tabela 3: Variáveis empresa Lupatech S/A
(em milhões de R\$)

Variáveis	2015	2016	2017
NCG	42308	58671	41416
CDG	44251	21418	97801
ST	-7509	-26181	-39894

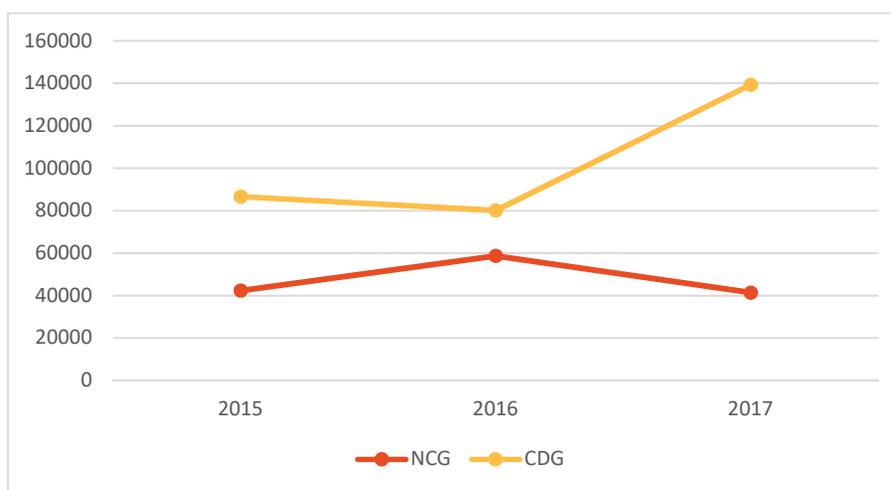
Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela 3 verifica-se que tanto a NCG como CDG foram positivas nos três anos de estudo. Percebe-se que estas duas variáveis em questão se apresentaram de forma estável. Observa-se ainda que no ano de 2015 e 2017 a CDG foi superior a NCG. Outra informação que, pode-se extrair da seguinte planilha e que no ano de 2016 a CDG foi inferior a NCG. Se aprofundando mais na questão do ano 2016 a redução da CDG ocorreu devido a diminuição relevante da conta Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos que do ano de 2015 para 2016 teve uma redução de 53,26%.

Analisando-se as variáveis em conjunto percebe-se que a empresa Lupatech se encontra em uma situação estável. Portanto, presume-se que a empresa tem uma demanda operacional dado a situação positiva da NCG. Devido as informações, considera-se que a empresa demonstra uma situação financeira insatisfatória. Esta situação ocorre quando o financiamento da NCG é oriundo da CDG e de recursos de curto prazo do saldo de tesouraria. Para melhor visualização, apresenta-se o gráfico 2 que ilustra a situação financeira da empresa Lupatech S/A.

Gráfico 2: Comparação da NCG e CDG da Lupatech S/A

(em milhões de R\$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.3 RESULTADO EMPRESA MANGELS INDÚSTRIA S/A

Em 1928 foi fundada a empresa Mangels, está tem como principal produto a roda de alumínio, além disso seu público alvo são as indústrias de veículos leves. Dez anos depois a empresa passa a produzir botijões para gás liquefeito de petróleo (GLP). Cumpre destacar que ela decidiu abrir seu capital no ano de 1971. Apesar de várias conquistas ao longo dos anos a Mangels se viu obrigada no ano de 2013 a recorrer à Recuperação Judicial, o principal objetivo da empresa em adotar essa estratégia era de se reestruturar operacionalmente e financeiramente.

Com base nos resultados financeiros da empresa Mangels Indústria S/A, demonstra-se na tabela 4 a aplicação do modelo de Fleuriet.

Tabela 4: Variáveis empresa Mangels Indústria S/A
(em milhões de R\$)

Variáveis	2015	2016	2017
NCG	60684	44069	47670
CDG	68446	79403	79990
ST	-17606	12281	21893

Fonte: Elaborado pelos autores

Verificando-se os resultados obtidos na tabela 4, fica evidente a boa situação econômica da empresa Mangels Indústria S/A. Nos anos de 2016 e 2017 a empresa apresenta uma situação sólida, ou seja, os recursos que a empresa tem no longo prazo do CDG são suficientes para financiar a NCG. Pode-se concluir ainda que a empresa nesses dois anos apresentou um excedente de tesouraria, verifica-se que a variação de um ano para o outro foi de 78,26%.

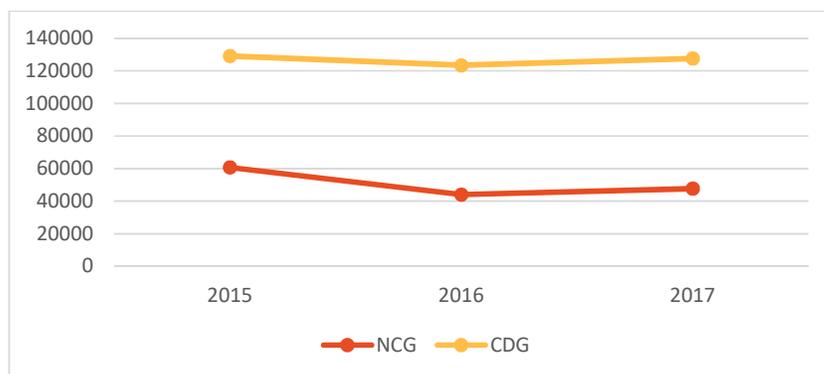
No ano de 2015 a situação econômica da empresa em questão era insatisfatória tendo em vista que ela se apresentava-se com uma demanda operacional, porém os recursos que arcavam com a NCG eram oriundos da CGG e uma parte do saldo de tesouraria, diante desse cenário a empresa não apresentou um excedente.

Cumpre destacar ainda a redução da NCG no ano de 2016 foi resultante principalmente pela a diminuição no estoque da empresa.

A Mangels apresentou resultado positivos no CDG nos três anos. Observa-se ainda que durante este período essa variável foi superior nos três anos a NCG.

Os valores da NCG e CDG encontrados na tabela 4 será apresentado através do gráfico 3.

**Gráfico 3: Comparação da NCG e CDG da Mangels Indústria S/A
(em milhões de R\$)**



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.4 RESULTADO DA EMPRESA SANSUY S/A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS

A Sansuy é uma empresa 100% brasileira que foi fundada em 1966 por imigrantes japoneses, os principais produtos fabricados por esta empresa estão associados a agricultura. A empresa tem como missão criar soluções para diversos problemas.

Na tabela 5 apresenta-se os resultados encontrados da empresa Sansuy S/A Indústria de Plásticos.

**Tabela 5: Variáveis da empresa Sansuy
(em milhões de R\$)**

Variáveis	2015	2016	2017
NCG	110341	80476	19433
CDG	72646	35309	-34472
ST	-63343	-70251	-71384

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando-se os dados da empresa Sansuy verifica-se que nos três anos em estudados a NCG foi positiva. Outro fator relevante é que a CDG que se manteve inferior a NCG nos três anos. Quando a NCG é maior que o CDG a

empresa não tem capital de giro suficiente para financiar as suas atividades operacionais.

Analisando-se a situação do capital de giro dos anos de 2016 e 2017 a empresa pelo o modelo dinâmico apresenta uma situação econômica insatisfatória. Nestes dois anos em questão presume-se que a gestão do capital de giro não tem sido exercida de forma eficiente, tal situação pode provocar para a empresa sérios problemas no futuro.

De acordo com Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003, p. 16) na situação insatisfatória “a empresa financia parte de sua Necessidade de Capital de Giro com créditos a curto prazo”.

Quando se analisa a ideia dos autores de créditos de curto prazo presume-se que eles estão se referindo aos recursos de curto prazo que são originários do saldo de Tesouraria.

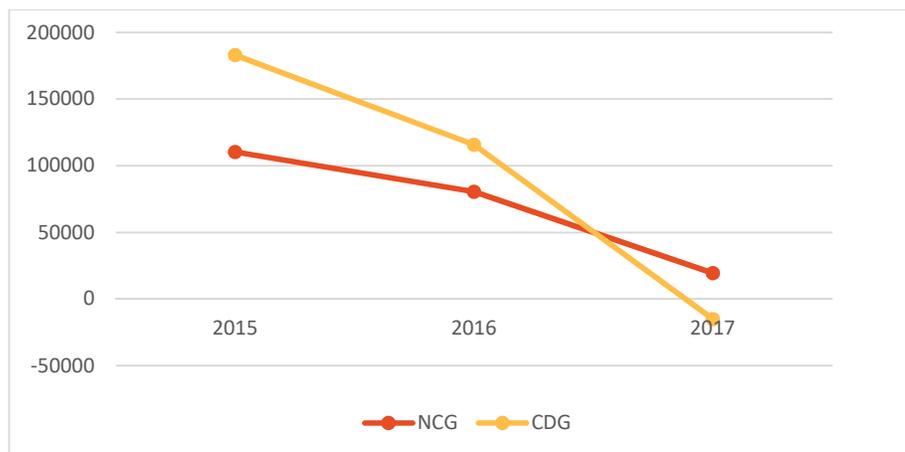
Os resultados obtidos para a empresa no ano de 2017 chama a atenção tendo em vista a oscilação que houve na variável CDG. A situação financeira da empresa nesse período é péssima dado que ela tem que financiar a demanda operacional da NCG, entretanto a empresa não dispõe de recursos a longo prazo, ou seja, sua CDG está negativa.

Nesse cenário o saldo de tesouraria é responsável por financiar automaticamente a NCG é a CDG. Quando o saldo de tesouraria passa a financiar as outras duas variáveis a empresa pode estar correndo grandes riscos. Consoante a este assunto Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003, p. 14) argumenta que o saldo de tesouraria negativo “indica que a empresa financia parte da Necessidade de Capital de Giro e o ativo permanente com fundos de curto prazo, aumentando, portanto, seu risco de insolvência”.

Torna-se oportuno evidenciar os resultados obtidos do saldo de tesouraria nos anos de 2015, 2016 e 2017 em todos os anos está variável apresentou-se negativa, ou seja, a empresa não tem disponibilidade de recursos de curto prazos. A empresa com essa situação não tem como aumentar a capacidade de liquidez imediata.

Para melhor visualização da situação, tratada anteriormente apresenta-se o gráfico 4.

Gráfico 4: Comparação da NCG e CDG da Sansuy S/A Indústria de Plásticos
(em milhões de R\$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.5 RESULTADO DA EMPRESA VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S/A

A Viver Incorporadora foi fundada em 1992, esta empresa atua em todas as etapas da incorporação imobiliária, desde a aquisição dos terrenos até as vendas dos imóveis. Esta empresa já lançou empreendimentos em 14 estados brasileiros, atua nos segmentos de imóveis residenciais e comerciais. A Viver passou a negociar suas ações na BM&BOVESPA no ano de 2007, ela está incluída na modalidade de Novo Mercado. A empresa solicitou Recuperação Judicial em 29/09/2016.

Tabela 6: Variáveis da Empresa Viver Incorporadora e Construtora S/A
(em milhões de R\$)

Variáveis	2015	2016	2017
NCG	872931	636830	570713
CDG	41556	-328072	69507
ST	-1099063	-1154797	-674522

Fonte: Elaborado pelos autores.

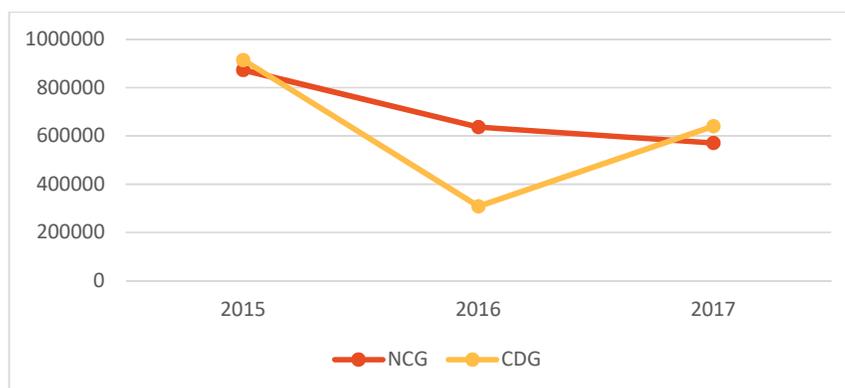
Fazendo-se uma análise na tabela 6 verifica-se que a NCG foi positiva em todos os três anos. Torna-se oportuno evidenciar ainda que a CDG em todos os

anos foi inferior a NCG. O saldo de tesouraria em todos anos foi negativo. A situação econômica da empresa foi insatisfatória nos anos de 2015 e 2017.

Durante o ano de 2016 verifica-se que a situação da empresa era péssima tendo em vista que o CDG dela estava negativo, ou seja, a empresa não tinha recursos de longo prazo suficiente para suprir a Necessidade de Capital de Giro. Nesse contexto tanto a CDG como a NCG passaram a ser financiadas pelo saldo de tesouraria.

Para melhor visualização do comportamento da NCG e CDG apresenta-se o gráfico 5.

Gráfico 5: Comparação da NCG e CDG da Viver Incorporadora e Construtora S/A (em milhões de R\$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a utilidade da análise dinâmica de capital de giro para a avaliação de gestores em empresas que estão em recuperação judicial que tem ações negociadas na BM&FBOVESPA, para atingir tal propósito utilizou-se o modelo de Fleuriet, o período selecionado para fazer parte do estudo foram os anos de 2015, 2016 e 2017.

O modelo de Fleuriet no decorrer da aplicação, verificou-se algumas oscilações entre as CDG e a NCG entre as empresas selecionadas. A maioria das empresas apresentaram situação financeira insatisfatória. Entretanto, teve Mangels Indústria que apresentou em dois anos consecutivos uma situação

financeira sólida, desta forma verifica-se que a empresa apresenta um bom capital de giro. Nesse contexto percebe-se que os dirigentes da empresa estão gerindo de forma satisfatória os recursos que está tem disponível, portanto, conclui-se que a respectiva empresa apresentou uma situação de equilíbrio financeiro entre os anos de 2016 e 2017.

A empresa Mangels apresentou Saldo de Tesouraria positiva, ou seja, está situação favorável implica dizer que o capital de giro existente na companhia foi suficiente para financiar a Necessidade de Capital de Giro. O excedente que existe na tesouraria neste período e suficiente para arcar com desembolsos que não estão previstos.

Nos anos de 2016 e 2017 a respectiva empresa apresentou uma CGG e um saldo de tesouraria positivo, está situação favorável pode ser explicada pelo fato da empresa ter efetuado uma mudança na política de captação de recursos. Essa captação está atrelada a recursos de terceiros.

Dentre as empresas selecionadas para fazer parte do estudo a que apresentou a maior NCG foi a empresa Viver Incorporadora esse valor alto e reflexo dos estoques que a companhia possui e as contas a receber de clientes. O fator relevante é que a NCG da companhia tem sido financiado constantemente pelo o Saldo de Tesouraria. Torna-se oportuno evidenciar que se o Saldo de Tesouraria negativa permanecer nessa situação por muito tempo a empresa pode apresenta-se em uma situação de insolvência.

No decorrer do estudo verificou-se ainda que todas as empresas estudadas apresentaram dois tipos de situações econômicas distintas ao longo desses três anos, porém apenas uma empresa saiu de uma situação insatisfatória para uma situação péssima e essa empresa foi a Sansuy, ou seja, neste aspecto considera-se que a empresa não diz ter recursos suficientes de longo prazo para arcar com as atividades operacionais da empresa.

Comprovou-se ainda através do estudo em questão que as empresas GPC Participações, Lupatech S/A, Sansuy S/A e Viver Incorporadora apresentaram de 2015 a 2017 Saldo de Tesouraria negativo, isso evidencia que ambas as empresas estão utilizando os recursos de curto prazo para financiar a NGC.

Torna-se oportuno evidenciar também o saldo da NCG negativo da GPC Participações nos anos de 2015 e 2017, este saldo sendo negativo representa que as saídas de caixas ocorrem depois das entradas de caixa. Neste cenário o

passivo cíclico da empresa é maior que o ativo cíclico, ou seja, existe na empresa um excedente do passivo operacional.

Analisando-se a NCG da Lupatech, Mangels, Sansuy e Viver Incorporadora, verificou-se que em todos os anos o saldo foi positivo. Isso representa que as saídas de caixas nesta empresa ocorrem antes das entradas de caixa, nesta situação o ativo cíclico é maior que o passivo cíclico.

O trabalho apresentou uma limitação sendo realizado com apenas cinco empresas, pelo fato que as outras empresas que pediram recuperação judicial e têm ações negociadas na BM&FBOVESPA apresentavam demonstrações contábeis individuais nos anos analisados, outra limitação diz respeito que essas empresas também ainda não tinham enviado para a CVM as demonstrações do ano de 2017.

Outros estudos podem ser elaborados sobre essa temática dentre eles pode-se citar: Realizar o mesmo trabalho, porém além do modelo de Fleuriet poderia ser feita uma comparação entre os indicadores tradicionais e o modelo de Kanit. Pode-se ainda depois do cálculo das variáveis de Fleuriet avaliar também o comportamento do ciclo financeiro das empresas selecionadas. Outro trabalho que pode ser realizado é montar um modelo de regressão simples avaliando a evolução das vendas da empresa e a situação da NCG.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de Falência e recuperação de empresa**. 27. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. **10 anos de vigência da Lei de recuperação e falência: (Lei n.11.101/2005): retrospectiva geral contemplando a Lei n.13.043/2014 e a Lei Complementar n.147/2014**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRAGA, R. **Análise avançada do capital de giro**. Caderno de Estudos FIPECAFI, n. 3, pp. 1-20, set. 1991.

COELHO, F. U. **Comentários à nova Lei das Falências e recuperação de empresas: Lei n. 11.101, de 9-2-2005**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FABIANO AMÂRO VIEIRA, S. e BUENO, W. (2008). **O modelo dinâmico de Análise Econômico-Financeira de empresas: uma aplicação nas companhias distribuidoras de energia elétrica do Sul do Brasil**. In: XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 12, Rio de Janeiro. Disponível

em: www.abepro.org.br/.../enegep2008_TN_STO_071_503_12065.Pdf. Acesso em 30/04/2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MORAES, Roberto Costa. **Um estudo sobre a utilização do Demonstrativo do Fluxo de Caixa como instrumento de controle financeiro nas Micro e Pequenas Empresas do Litoral Norte Paulista**, Congresso Internacional de Administração, 2011. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2011/selecionados.php>. Acesso em 25/04/2018.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira: texto e exercícios**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PIRES, Clênia de Oliveira. **Fatores determinantes da necessidade de capital de giro corporativa** – 2013. São Paulo: Makron Books, 2001.

REZENDE, Cláudio Francisco. **Capital de Giro, Internacionalização e a riqueza dos Acionistas – 2015**. São Paulo: Makron Books, 2005.

SATO, S. S. **Análise econômico-financeira setorial: estudo da relação entre liquidez e rentabilidade sob a ótica do modelo dinâmico**. 2007. 205f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VIEIRA, Marcos Villela. **Administração estratégica de capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Makron Books, 2000.

A análise do processo de recrutamento e seleção de funcionários na empresa Prottege Segurança na cidade de João Pessoa

Gabryella Andrezza Paschoal da Nóbrega³⁴ & Paulo Galvão Júnior³⁵



RESUMO

O presente artigo trata sobre Gestão de Recursos Humanos e destaca a atual relevância deste setor no sucesso empresarial. Gerir pessoas constitui uma parte fundamental para o planejamento estratégico, tendo em vista sua atuação na seleção de novos funcionários, o desenvolvimento destes e manutenção. Com isso, as empresas têm investido cada vez mais nas atividades deste referido setor. Como uma de suas atividades, o processo de recrutamento e seleção se faz fundamental no sucesso de novas contratações, diminuindo a rotatividade, mau desempenho e os maiores gastos inerentes a essas falhas; um efetivo processo de recrutamento e seleção garante à empresa uma maior probabilidade de acerto na incorporação de um novo funcionário, que busca o perfil de pessoa mais adequado para o preenchimento de uma vaga em vacância. Com o objetivo de fazer uma reflexão acerca do processo de Recrutamento e Seleção na empresa Prottege Segurança Patrimonial EIRELI, realizou-se uma pesquisa qualitativa, através da realização de uma entrevista feita com o responsável por essa atividade, a fim de explorar o mais detalhado possível sua estrutura e desenvoltura.

Palavras-chave: Gestão de RH. Gestão Estratégica. Recrutamento e Seleção.

³⁴Graduada em Administração pelo IESP Faculdades (2018). E-mail:

³⁵Graduado em Ciências Econômicas pela UFPB (1998), Especialização em Gestão de RH pela FATEC Internacional (2009), Docente em Economia e Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaotr@gmail.com

ABSTRACT

This article deals with Human Resource Management and points out the current relevance of this sector in business success. Managing people represents an essential part for strategic planning, with a view to their acting in the selection of new employees, development and maintenance. Thereby, companies have invested increasingly in the activities of this sector. As one of its activities the recruitment and selection process becomes essential in the success of new hires, reducing the turnover, poor performance and higher expenses associated with these failures; an effective process of recruiting and selecting ensures to the company a greater probability of success in incorporating a new employee, who seeks the profile of the most suitable people to fill a vacancy job. The Prottege Patrimonial Security Service is a company that acts in the private security sector, which seeks competent professionals who guarantee high quality in the provision of its service. This work aims to elucidate the importance of a good recruitment and selections defining it and clarifying its stages, making an analysis about the recruitment and selection.

Key Words: HR management. Recruitment and Selection. Strategic Management.

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

O presente artigo possui como finalidade fazer uma análise crítica acerca do processo de recrutamento e seleção (R&S), empresa Prottege Serviços de Segurança Patrimonial, localizada na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba.

Com as grandes transformações vivenciadas pelo mundo, com a globalização da economia e grande desenvolvimento tecnológico, surge uma nova necessidade: funcionários cada vez mais especializados, experientes e proativos. Com isso, a missão de recrutar e selecionar não é mais tão simples e objetiva; vários indicadores são analisados em um candidato, como nível de escolaridade, experiências anteriores, e sua integração social, englobando suas redes sociais, *hobbies*, dentre outros.

Para isso, o funcionário encarregado por esse processo deve deter grande conhecimento das técnicas de R&S, para que em cada necessidade empresarial este processo seja otimizado ao máximo, ganhando tempo e reduzindo custos.

A busca por talentos, interna e externamente à organização, é uma tarefa de extrema importância para o crescimento organizacional, já que um processo de R&S mal sucedido gera custos a curto e longo prazo.

Para fins deste trabalho, tem-se a seguinte problemática: **Como se dá o processo de recrutamento e seleção na empresa Prottege Segurança, situada no município de João Pessoa?**

Através desta pesquisa, busca-se entender melhor este tão importante processo, bem como refletir sobre as técnicas utilizadas na referida empresa, podendo verificar sua eficiência e resultados.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar o processo de recrutamento e seleção na Prottege Serviço de Segurança Patrimonial EIRELI.

Objetivos Específicos

- Entender a importância do processo de recrutamento e seleção para as empresas e o mercado de trabalho;
- Verificar as técnicas utilizadas pela referida empresa, bem como sua eficiência e resultados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos tempos passados, o emprego se dava de forma artesanal, onde, em geral, haviam os mestres de ofício que, com a ajuda de um ou mais aprendizes, realizava a produção dos bens materiais comercializados; a esse respeito, Chiavenato afirma que:

As organizações eram poucas e pequenas: predominavam as pequenas oficinas, artesãos independentes, pequenas escolas, profissionais autônomos - como médicos, advogados e artistas que trabalhavam por conta própria - o lavrador, o armazém da esquina etc. Apesar de que o trabalho sempre ter existido na história da humanidade, as organizações e sua administração formam um capítulo que teve seu início há pouco tempo (CHIAVENATO, 2003, p. 30).

Foi após o processo de industrialização e advento da máquina a vapor que esse cenário mudou. As produções em grandes escalas e o crescimento acelerado do parque industrial fez com que as pessoas saíssem das áreas rurais e passassem a formar conglomerados urbanos, o esboço das grandes cidades que conhecemos hoje, movimento conhecido por êxodo rural. Sobre esse processo de industrialização e revolução na forma produtiva, ainda afirma o célebre autor que:

Com a invenção da máquina a vapor por James Watt (1736-1819) e sua posterior aplicação à produção, surgiu uma nova concepção de trabalho que modificou completamente a estrutura social e comercial da época, provocando profundas e rápidas mudanças de ordem econômica, política e social que, em um lapso de um século, foram maiores do que todas as mudanças ocorridas no milênio anterior (CHIAVENATO, 2003, p. 33)

A partir disso, os modelos de Gestão de Pessoas, que nessa época não era uma área oficial e bem delimitada como na modernidade, começava a surgir, de forma tímida e discreta.

Nesse período, os funcionários trabalhavam em jornadas exaustivas que, em muitos casos, superavam 18 horas diárias de trabalho; não possuíam direitos, mas muitas obrigações; estavam submetidos a um sistema altamente autoritário e controlador, que os visavam como partes constituintes das máquinas.

A busca por novos colaboradores era simples: pagavam-se salários extremamente baixos, e buscavam um perfil de pessoa submissa e forte para aguentar a enorme carga. A maioria das mulheres, apenas cuidavam dos lares e suas atividades domésticas, bem como dos filhos. Ressaltando que as mulheres e as crianças foram exploradas nas fábricas inglesas nos séculos XVIII e XIX.

O americano Frederick Taylor (1856-1915) foi o grande fomentador dos estudos sobre tempos e movimentos, que observava, de forma ainda simples, as atividades melhores desempenhadas pelos funcionários da empresa para a qual trabalhava. Nesse estudo, o mesmo buscava diminuir ao máximo o tempo de produção unitária, o que resultaria em um maior volume de produção; nesse momento, não estava em questão à qualidade dos produtos, nem nível de especialização operária, apenas a redução no tempo de produção. Duarte (2011, p. 26) informa que “Taylor se dedicou a promover a racionalização do trabalho, com o estudo dos tempos e movimentos, promovendo a mecanização e a simplificação das tarefas”.

A partir disso, os estudos acerca dos processos produtivos, bem como meios de incentivar os colaboradores, fomentando a motivação, só cresceram, como a teoria das relações humanas. O colaborador começou a serem vistos pelos empresários e a necessidade de operários mais qualificados emergiu.

O mundo atual, cada dia mais diferente do passado surge com uma novidade: acaba com a soberania das indústrias, que prevaleceram no século XX, fazendo emergir a era do conhecimento, no século XXI. Nunca foi tão importante a capacitação quanto hoje. A busca por profissionais mais preparados torna-se constante e ganha força contínua; Hoje, o corpo de funcionários faz parte do desenvolvimento estratégico organizacional, como afirma Duarte:

É consenso geral que as organizações dependem do desempenho humano para o seu sucesso. Isto ficou evidenciado quando realizamos um resgate histórico da evolução da área de gestão de pessoas. Notamos que, ao longo do século 20, as pessoas foram ganhando destaque dentro das empresas, tendo um papel fundamental na busca da vantagem competitiva (DUARTE, 2011, p. 26)

Mediante isso, os empregos estáveis em empresas privadas diminuem substancialmente, mediante as constantes mudanças e cargos que demandam grande especialização. A era do conhecimento veio para ficar, deixando para trás pessoas inflexíveis às mudanças e que não buscam evoluir acadêmica e tecnicamente.

Um dos marcos dessa mudança é a obsolescência de determinadas atividades. Para que hoje uma atividade permaneça no mercado há a necessidade

de que está sempre se atualize; aqui, é de suma importância o recrutamento e permanência de funcionários que abusem da criatividade, dinamismo e que possuam rápida adequação às novas tendências.

Para administrar esses talentos, conciliando com os objetivos empresariais, bem como as mudanças constantes, um grande gestor de pessoal é primordial. Para as grandes empresas, uma má gestão de pessoas pode acarretar sua ruína; para os pequenos negócios, estagnação e impedimento de crescimento.

Não é de hoje que a interação empregado-empresa existe. Para que estes andem em consonância ou pacificamente, faz-se necessário um intermediador, e, nesse caso, ele é o profissional de gestão de pessoas. Dentre todos os processos organizacionais, como as atividades de marketing, produção e contabilidade, por exemplo, o gerente de pessoal atua no processo macro, holístico da organização, conciliando os interesses organizacionais e pessoais de seus colaboradores.

Dentre as atribuições desse profissional, está a de recrutar e selecionar pessoas para suprir cargos em abertos, assim como novas atribuições que surjam mediante as necessidades do momento e constantes mudanças no mundo empresarial e social; essa busca pode se dar dentre seus colaboradores, remanejando ou promovendo alguém, como também no mercado de recursos humanos (MRH), externo à organização, buscando novos talentos para agregarem valor à empresa.

As mudanças mundiais, no que tange desenvolvimento empresarial e nacional, são grandes, sobretudo após a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, tendo sua origem na Inglaterra. A forma de produção passou de pequena e artesanal para grande e realizada em maquinário; o tempo de produção diminuiu e a necessidade por operários de máquinas surgiu. Nessa época, com os grandes volumes de empregos disponíveis, devido crescimento do parque industrial, as famílias começaram a se mudar do campo para a cidade, movimento conhecido por êxodo rural; atualmente, esse cenário continua em constante mudança.

O foco hoje deixa de estar sobre a produção de produtos e se volta à prestação de serviços; o setor de serviços cresceu substancialmente, compreendendo o comércio, os bancos, as escolas, as faculdades, os hospitais, as clínicas, os escritórios, os shoppings center, os hotéis, as pousadas, entre outros estabelecimentos. Com isso, a necessidade por especialistas e pessoas cada vez mais capacitadas cresce e se torna substancial para o crescimento e destaque das empresas.

O mercado de recursos humanos (MRH), o qual possui mão de obra disponível para contratação e solicitação das organizações que buscam incorporar novo pessoal, é diretamente influenciado pelo mercado de trabalho³⁶, positivamente ou negativamente, como nos diz Chiavenato (2014, p. 95) “O MT é condicionado por inúmeros fatores, como: crescimento econômico, natureza e qualidade dos postos de trabalho, inserção da empresa no mercado internacional”.

Isso quer dizer que, a procura e oferta de mão de obra depende do crescimento econômico regional e nacional, que é refletido pelo bom desempenho

³⁶Lugar onde há troca e venda de produtos, bem como interação entre empresas e seus fornecedores/concorrentes, bem como empresas e clientes.

das empresas em seu meio de atuação. O mal desempenho organizacional pode advir de uma má gestão, como também de fatores externos, aquém de seu controle. Por isso, empresas contratando são sinais positivos da saúde econômica daquela região ou país; um número maior de empresas recrutando e maiores números de vagas disponíveis evidenciam crescimento econômico e geração de riqueza e crescimento para o país. No caso oposto, pequeno número de oferta e aumento do desemprego, indica retração econômica e/ou crises financeiras.

Quando uma empresa necessita preencher uma vaga em aberto, ela recorre ao MRH, a fim de selecionar dentre os candidatos disponíveis, o mais adequado à sua necessidade naquele momento. Mesmo as empresas que possuem um índice de rotatividade baixo precisam acionar a oferta de mão de obra no mercado, seja para suprir funcionários aposentados, transferidos, com condições físicas que o impeçam de exercer suas atividades laborais ou suprir uma necessidade emergencial que surja em determinado momento, como nos diz Maximiano (2014, p. 278).

Marshall (1999, p. 23) diz que antes de dar início ao processo de R&S, é importante realizar-se uma auditoria de cargo, procedimento que já deve fazer parte deste processo. Tal auditoria consiste em, após a vacância de um cargo, ou solicitação de contratação para um novo cargo, é primordial analisar todas as tarefas inerentes a ele, para verificar se são importantes ou continuam sendo relevantes para a organização, tendo em vista a grande dinamicidade do mercado globalizado; esse procedimento pode eliminar atividades obsoletas, ou até mesmo o cargo em questão. Com isso, ao invés de efetivar nova contratação, pode-se redistribuir as atribuições entre outros funcionários, gerando um menor custo na folha de pagamento.

2.1. DEFININDO RECRUTAMENTO

Recrutar, de acordo com Maximiano (2014, p. 279) “é o processo de buscar, encontrar e atrair pessoas com o potencial para ocupar cargos na estrutura de trabalho da organização”.

Ainda segundo o autor, o processo de R&S possui como finalidade:

O processo de recrutamento e seleção (R&S), complementado por contratação e integração, objetiva encontrar, atrair e trazer para dentro da organização ou, de forma geral, para dentro de qualquer tipo de empreendimento, as pessoas que vão ocupar os postos necessários para a execução de tarefas, em caráter contínuo ou em regime de trabalho temporário (MAXIMIANO, 2014, p. 278).

Para que este processo cumpra com sua finalidade, o profissional responsável por escolher, aplicar e analisar o processo deve, além da capacitação acadêmica, possuir um bom *filling*, identificando e selecionando os candidatos mais preparados e aptos para tornar-se parte do corpo da empresa.

Chiavenato assim define o processo de recrutamento:

O recrutamento corresponde ao processo pelo qual a organização atrai candidatos no MRH para abastecer o seu processo seletivo. Na verdade, o recrutamento funciona como um processo de comunicação: a organização divulga e oferece oportunidades de trabalho ao MRH. O recrutamento (...) é um processo de duas mãos: Comunica e divulga oportunidades de emprego, e ao mesmo tempo em que atrai os candidatos para o processo seletivo: estímulo e resposta. Se o recrutamento apenas comunica e divulga, não atinge seus objetivos básicos. O fundamental é que atraia candidatos para serem selecionados (CHIAVENATO, 2014, p. 101).

Sobre o referido processo, o ilustre autor Marras (2011, p. 49) afirma que o processo de recrutamento e seleção constitui um dos subsistemas empresariais. O mesmo diz que “Dependendo do porte da empresa, esse subsistema pode ser administrado por um só profissional ou por diversas equipes [...]”.

Da mesma forma que o tamanho empresarial afeta no tamanho do setor e no número de seus constituintes, o indicador também pode mudar o tipo de processo mais adequado naquele momento vivenciado pela organização. Marras (2011, p. 54) diz que para que o referido processo atinja seus objetivos e diminua os gastos, é necessário que este respeite o *budget*, que, segundo ele, consiste em um planejamento estratégico, geralmente realizado anualmente, que já prevê, mediante a perspectiva de crescimento empresarial, o número de novos funcionários que precisarão ser recrutados ao longo deste período, salvo nos casos de necessidades estranhas ao controle da empresa. O *budget* é realizado periodicamente por grandes corporações, mas quando feito por pequenas empresas, garante bons benefícios para esta. Para ele, o processo de reposição de pessoal segue o seguinte fluxo:

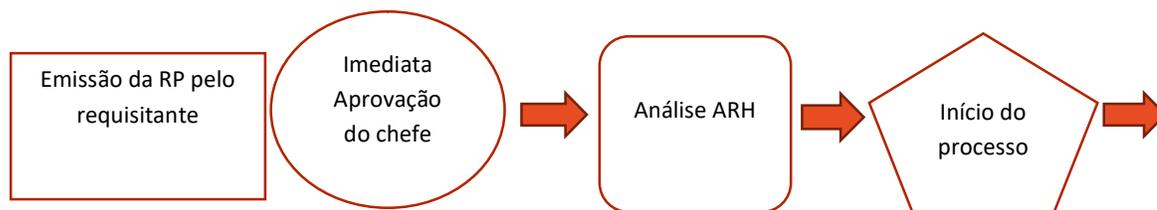


Figura 1: fluxo da verificação da viabilidade do processo

Fonte: Marras. 2011, p. 54.

Onde:

- Emissão da RP pelo requisitante: consiste em um documento emitido pela gestão de algum setor indicando a necessidade de contratação de pessoal;
- Imediata aprovação do chefe: o chefe/líder direto do requisitante deve sinalizar positivamente para o pedido;
- Análise ARH: a Administração de Recursos Humanos, ou o setor responsável pela Gestão de Pessoas deve analisar, bem como verificar a viabilidade do processo, dentro do planejamento estratégico; e

- Início do processo.

De antemão, para ganhar-se tempo e economizar recursos, é importante que, além da descrição do cargo, o recrutador tenha elaborado o perfil do candidato “ideal” para aquela vaga; para isto, basta o profissional analisar a descrição dos cargos e obter informações com os líderes diretos dos futuros contratados.

Vale salientar que em pequenas empresas o processo é menos burocrático, onde geralmente o próprio dono constata a necessidade de um novo colaborador e, em muitos casos, por si só realiza o processo de recrutamento; todavia, mesmo nesses casos, algumas prerrogativas devem ser cumpridas, como por exemplo a análise da viabilidade de uma nova contratação (realizada através da auditoria de cargos), a descrição dos cargos, dentre outras.

2.2. TIPOLOGIA DOS PROCESSOS DE RECRUTAMENTO

2.2.1. Recrutamento interno

É o processo pelo qual o recrutador busca talentos para suprir as vagas em aberto dentro da organização, dando prioridade aos seus próprios funcionários, que ocupam o mesmo ou outros setores e cargos, mas que possuam o perfil almejado. Esse processo, além de gerar motivação e produtividade nos colaboradores, a fim de galgarem melhores cargos na empresa, possui menor custo e tempo de realização. A respeito disso, Chiavenato afirma:

O recrutamento interno funciona pela oferta de promoções (cargos mais elevados e, portanto, mais complexos, mas dentro da mesma área de atividade da pessoa) e de transferências (cargos do mesmo nível, mas que envolvam outras habilidades e conhecimentos da pessoa e situados em outra área de atividade na organização (CHIAVENATO, 2014, p. 102)

2.2.1.1. *Escolha dos meios de comunicação interno para divulgação do processo*

Para a realização do processo de recrutamento interno, faz-se importante sua divulgação, salvo em alguns casos. Para isso, vários meios de comunicação são utilizados, como a divulgação aos gerentes setoriais, colocação de aviso em murais de informações e a divulgação da(s) vaga(s) no sistema intranet. Os candidatos podem candidatar-se de forma espontânea ou indicados por alguém.

Geralmente para processos que busquem alguém para a alta gerência, o processo pode não ser amplamente divulgado dentro da empresa.

2.2.2. Recrutamento externo

O recrutamento feito externamente à organização, busca pessoas no mercado de RH a fim de preencher vagas em aberto. Este processo é mais demorado e gera maiores custos, porém, agregam novos talentos para a empresa.

Para isso, o processo deve ser eficiente e eficaz, sendo aplicado o modelo mais adequado para suprir as necessidades da empresa, além de precisar de recrutadores ágeis, detentores de grande *filling*. Quanto a esse processo, Maximiano (2014) afirma:

O recrutamento externo sempre objetiva alcançar grupos específicos no mercado de trabalho: estudantes, recém-formados, profissionais com determinadas qualificações, pessoas com necessidades especiais ou dentro de uma faixa etária (MAXIMIANO, 2014, p. 283).

Com isso, entende-se que as empresas, independente da fonte de busca escolhida, busca colaboradores com habilidades acadêmicas e técnicas preestabelecidas, com a finalidade de suprir as prerrogativas dos cargos, ou seja, nunca buscam dentro da empresa ou externamente pessoas aleatórias.

Para que isso seja possível, devem ter em mãos as descrições dos cargos, bem como suas finalidades e prerrogativas.

2.2.2.1. *Escolha dos meios de comunicação externo à empresa para divulgação do processo*

Já para a busca de novos talentos, a divulgação do processo pode ser feita através de diversos canais. De acordo com Maximiano (2014, p. 284), são eles:

- **Imprensa:** aqui, a empresa escolherá uma agência que desenvolva o anúncio ou pode ser produzida pelo próprio recrutador; o anúncio será exposto na televisão, ou em jornais de grande divulgação, por exemplo. Remeter a esse meio pode resultar em grande número de candidatos, bem como gerar grande visibilidade do processo.
- **On-line:** utilizando as plataformas digitais da empresa, como o seu site, *LinkedIn*, *FaceBook* e *Instagram*, bem como o e-mail, que ainda é muito utilizado no meio corporativo, e os *jobboards*, que são *sites* especializados em divulgação de ofertas de emprego; esse meio pode ser bem econômico e rápido na busca por candidatos, podendo ser um grande meio para a divulgação da vaga, assim como na obtenção de respostas rápidas aos anúncios.
- **Consultorias de recrutamento e seleção:** aqui, se contacta uma empresa especializada no processo, contratando-a para a realização deste. A empresa de consultoria realiza todo o processo e passa para o alto executivo da empresa, ou o responsável pelas contratações, os candidatos com o perfil almejado, para que estes escolham e tomem a decisão final. Este meio é muito comumente utilizado em grandes empresas, que buscam pessoal para suprimento de cargos da alta

gerência; o processo pode ser mais rentável do que manter uma pessoa ou equipe unidos desta atribuição, em determinados casos; o custo benefício sempre deve ser verificado a priori.

2.3. FINALIDADE DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO

São diversas as finalidades que levam uma organização a recrutar. A princípio, pode ser para suprir alguma vaga que esteja em aberto; pode-se também, buscar um novo profissional para preencher uma nova vaga que surgiu em detrimento de alguma necessidade; e ainda, verificar a necessidade de um novo integrante após realizado o planejamento estratégico, visando o futuro da empresa. De todas as formas, deve-se conhecer bem as especificidades do cargo, além de conhecer bem o atual momento vivenciado pela empresa.

2.4. SELEÇÃO DE PESSOAS

Após o processo de recrutamento, que divulga por diversos meios as vagas em aberto, bem como o perfil procurado, o processo de seleção consiste em escolher, dentre os candidatos que manifestaram interesse ou foram indicados, os com perfis mais adequados para as vagas em questão.

Segundo Marras (2011, p. 65), as bases do processo de seleção são:

Exigências do cargo	Características do candidato
São as características que o cargo exige do profissional em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes para um bom desempenho das funções.	É o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que cada candidato possui para desempenhar as suas tarefas.

Quadro 1: Exigências e Características

Fonte: Marras. 2011, p. 65.

Uma das prerrogativas da atividade de seleção é a comparação entre a descrição do cargo e o perfil dos candidatos à vaga; a descrição dos cargos preestabelecidas é importante para que fatores pessoais não interfiram no processo de contratação, por isso, devem ser bem determinada e respeitada para o preenchimento de toda e qualquer vaga.

São várias as partes constituintes da seleção, onde fica facultada ao administrador de pessoal a determinação do número de fases e as técnicas abordadas; vale salientar que a escolha é facultada dentro dos parâmetros existentes para cada situação. Algumas dessas técnicas, as mais comumente utilizadas, são: a análise do banco de dados, alimentado por currículos de pessoas diversas; a entrevista, técnica que predomina nos processos de seleção, onde o GRH irá ter contato direto com o candidato, o conhecendo e analisando, seguindo um roteiro preestabelecido ou não; aplicação de testes, como os psicológicos e práticos, por exemplo; os exames médicos; e por fim, a efetivação da contratação.

Em todas essas etapas, os dados obtidos são devidamente registrados, para que ao fim do processo, haja a escolha do(s) candidato(s). Terminadas as análises, o selecionador irá determinar os candidatos com o perfil mais compatível com o procurado, tomando sua decisão. Essa decisão, por sua vez, pode ser tomada junto ao gestor do candidato que será contratado, junto ao dono da empresa, ou por si só, levando em consideração o tamanho, cultura e necessidades da empresa em questão.

Efetivando a contratação, o funcionário fará os exames admissionais, apresentará os documentos exigidos para o registro de empregado e, no dia determinado, já será integrado à empresa para iniciar suas atividades laborais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. TIPO DE PESQUISA

Para o cumprimento dos fins deste trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa, a fim de obter dados detalhados acerca do processo de Recrutamento e Seleção na empresa Prottege Segurança. Para os autores Marconi e Lakatos (2003, p. 155) a pesquisa é definida da seguinte forma “Pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

No caso da pesquisa qualitativa, é necessário haver uma estruturação preliminar, a fim de ter-se um roteiro a seguir, decidindo os objetivos da pesquisa, amostra ideal, dados a serem recolhidos, dentre outros. A pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa pelo fato de tratar-se de uma pesquisa que busca dados detalhados, minuciosos, sendo utilizados em pesquisas com uma mostra pequena, com um ou dois respondentes, na maioria das vezes.

3.2. TÉCNICA DE PESQUISA UTILIZADA

Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista com o funcionário encarregado pelo processo de R&S da empresa. A entrevista consiste em uma sequência de perguntas desenvolvidas de forma sistemática, objetivando explorar determinado assunto, de forma a obter o maior número de informações detalhadas quanto for necessário.

Na definição de entrevista de Marconi e Lakatos (2003, p. 195), temos:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA ENTREVISTA

A Prottege Serviço de Segurança Patrimonial EIRELI, situada na Av. Manoel dos Anjos, N°123, Miramar – João Pessoa – Paraíba (PB), é uma empresa que atua no segmento de segurança provada, na cidade de João Pessoa e periféricos. Fundada no ano de 2011, sob o CNPJ 26.832.730/0001-42; possui hoje grande representatividade no mercado, considerada uma empresa de referência nesse ramo. É composta por cerca de 30 (trinta) colaboradores, sendo considerada uma empresa de pequeno porte - EPP.

Levando-se em consideração que trabalho junto ao responsável pelo processo e o acompanhamento de perto, realizou-se a entrevista contando com a participação de apenas um respondente, o gerente administrativo, que, por sua vez, realizando o processo de recrutamento e seleção da seguinte forma:

4.1. PROCESSO DE R&S NA PROTTEGE

A identificação da necessidade de incorporar novos colaboradores é enxergada diante a demanda corporativa. A empresa busca manter um alto nível de qualidade na prestação de seus diversos serviços; com isso, quando se percebe sobrecarga dos colaboradores, ou a necessidade de melhorias, faz-se a requisição de novos funcionários.

A partir disso, os supervisores dos diversos setores fazem a solicitação de contratação no setor administrativo, para que lá, faça a análise de viabilidade junto ao diretor geral, Anderson Viana. Sendo autorizado o processo, inicia-se as etapas concernentes a ele. Esse fluxo pode ser considerando eficaz, uma vez que só é realizada a requisição de contratação mediante real necessidade, identificada através da demanda empresarial, ou seja, quando há um grande número de prospectos, o supervisor técnico, por exemplo, solicita a contratação de novos colaboradores, com a finalidade de atender todos os novos clientes com prontidão; ou, quando verifica-se grande incidência de problemas técnicos nos equipamentos ou serviços remotos, o referido supervisor solicita a contratação de novos colaboradores a fim de sanar rapidamente as falhas.

Para o autor Marras (2011), a primeira etapa do processo de R&S consiste na emissão da RP, que consiste na solicitação de nova contratação pelo gestor de determinado setor. No caso da Prottege, essa solicitação é feita verbalmente, visto o tamanho da empresa e a maior proximidade entre diretor, gerentes e colaboradores, ou seja, a fase inicial é coerente com a literatura do autor.

A divulgação das vagas existentes se dá na publicação em sites especializados nessa atividade, no caso o SINE; os candidatos em potencial são encaminhados à empresa pelo próprio órgão, através de prévio agendamento.

O processo de recrutamento se dá através da divulgação das vagas no SINE, que é definido como Sistema Nacional de Emprego, órgão especializado na divulgação das vagas disponíveis no mercado de trabalho, bem como prestar alguns serviços para empresas, como o de recrutamento, por exemplo, sob

cobrança de taxas; e através da divulgação da vaga internamente, admitindo indicações de conhecidos dos funcionários. Nesse ponto, a empresa busca novos colaboradores externamente, utilizando como meio de divulgação órgão especializado nessa atividade, e a confiança nas indicações de seus colaboradores.

Fator arraigado na cultura da empresa, em ocasiões excepcionais, como a promoção à supervisão, busca-se suprir uma vaga vacante por algum funcionário já contratado. O tipo de processo externo é benéfico à empresa no que tange a incorporação de novos talentos ao quadro funcional e gera resultados positivos à economia nacional; no que se refere ao recrutamento interno, como diz Marras (2011), incentiva os funcionários a se dedicarem mais à suas atividades laborais, tendo em vista a possibilidade de crescimento e melhores salários.

No concernente à descrição de cargos, não há uma descrição formal, sendo exigido para cada cargo a qualificação mínima para exercê-lo, como por exemplo um curso técnico, para os cargos técnicos, e ensino médio, para cargos de monitorador, não sendo necessária a comprovação de experiência. Sobre isso, os autores Marshall e Marras alerta sobre a importância da clara descrição de cargos, bem como as auditorias anuais dos cargos, fator que otimiza o processo de recrutamento e seleção, tendo em vista as especificidades de cada cargo, eliminando fatores pessoais e irrelevantes; isso ajuda, além da assertividade do processo, na diminuição de rotatividade, ou seja, aproveitando ao máximo os investimentos no processo de R&S, bem como treinamento, posteriormente.

A seleção dos candidatos se dá através da análise das indicações do SINE, que é feita por e-mail; após isso, chama-se os candidatos julgados adequados ao cargo e realiza-se a entrevista, está feita pelo supervisor direto do futuro contratado. No caso das indicações dos funcionários, chama-se diretamente para a entrevista, também realizada pelo supervisor que solicitou a contratação.

Aqui, vale salientar que os supervisores requisitantes participam do processo ativamente, analisando os candidatos mediante suas competências e aptidões, cabendo ao gerente administrativo, Vinícius Melquiades, analisar a viabilidade do processo, bem como divulgar as vagas. Ao se tratar de uma EPP, não há problema em realizar o procedimento dessa forma, levando em consideração a proximidade entre os gestores, como acima salientado, diminuindo os processos democráticos, o que resulta em ganho de tempo.

Após a finalização dessas etapas, efetiva-se a contratação, com a assinatura da carteira de trabalho e acompanhamento do desempenho e adaptação no período de experiência, sendo de três meses. A partir daí o novo funcionário é integrado à empresa.

4.2. ANÁLISE DE DADOS

A Prottege, embora uma empresa de pequeno porte, e por isso tem a vantagem da proximidade entre os gestores e colaboradores, tem um processo de

recrutamento e seleção bem organizado, onde há boa comunicação entre os gestores, facilidade na análise de viabilidade, e há a participação do diretor ao supervisor; isso garante maior rapidez no processo e economia de recursos preciosos, como tempo e dinheiro.

O auxílio do SINE proporciona maior agilidade e praticidade ao processo de R&S, tendo em vista sua especialidade nessa atividade; a Prottege já recebe indicações bem direcionadas à vaga divulgada, facilitando na seleção desses candidatos; além dessas vantagens, o SINE cobra uma pequena taxa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para a divulgação da vaga, sendo considerado um baixo investimento, ou seja, a comparação custo-benefício é favorável e gera vantagens à empresa.

Embora não haja uma clara descrição de cargos, a empresa conta com alguns pré-requisitos na hora de selecionar seus candidatos: sabe quais as qualificações mínimas exigidas pelo cargo, bem como admite facilmente candidatos sem experiência, treinando-o e adequando-o às necessidades organizacionais. Isso é um grande fator no que tange a empregabilidade de jovens que, em muitas situações, encontram grande dificuldade em conseguir seu primeiro emprego, além de garantir à empresa uma contratação de funcionários sem vícios de mau comportamento adquiridos em outras experiências; mão de obra jovem, forte e com grande vontade de adquirir conhecimentos e novas habilidades.

Ademais, não deixa de ser relevante o desenvolvimento da descrição de cargos, para otimizar ao máximo o processo, detalhando da melhor forma possível o perfil de colaborador para cada função. A comunicação entre diretor, gerente e supervisores é fundamental para garantir a eficiência e eficácia de qualquer processo e, se tratando deste, não gera maiores gastos e encargos trabalhistas em cima da folha de pagamento e termos decisórios, tendo em vista a boa visibilidade da real necessidade de contratação, diminui o tempo do processo e garante algo crucial para o sucesso organizacional: a interdependência e consonância entre seus diversos setores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, conclui-se que a empresa evidenciada possui um sistema de Recrutamento e Seleção bem organizado, planejado e bem direcionado. Este processo é realizado mediante uma análise de viabilidade, que engloba as necessidades setoriais e falhas no serviço percebido pelos clientes; além disso, envolve os gestores organizacionais, a saber: o diretor, gerente administrativo, gestor que requisita a contratação; isso proporciona maior assertividade no processo, demonstra boa comunicação interna que resulta em um bom entrosamento entre seus diversos departamentos, por trabalhar próximo aos participantes do processo, pode-se perceber a grande interação entre os gestores e prospectos.

A técnica utilizada consiste na busca externa à organização, com a divulgação das vagas para o público em geral, através de anúncios publicados no

SINE, abrangendo o maior número de pessoas que buscam empregos quanto possível, sendo este um órgão de grande credibilidade e busca nas regiões pessoense e circundantes, segundo Chiavenato (2014), esse processo pode ser bem benéfico à empresa, uma vez que recruta novos talentos para o desenvolvimento empresarial.

Um fator a melhorar seria o desenvolvimento da descrição de cargos, sendo um ponto crucial para atingir-se o objetivo do processo: recrutar e selecionar o candidato com o perfil “mais adequado” para a função em aberto.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Claudia e colaboradores. **Gestão Contemporânea de Pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. São Paulo: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Os Novos Paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas**. São Paulo: Manole, 2008.

MARCONI, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARSHALL, Dom R. **Os Quatro Elementos da Administração de sucesso**. São Paulo: Futura, 1999.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Recursos Humanos: Estratégia e gestão de pessoas na sociedade global**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

PAES, Kettle Duarte. **Gestão de Pessoas**. Natal: Edunp, 2011.

A Contabilidade Pública na Paraíba e sua relação com as Leis Orçamentárias de 2013 a 2017

Isac Alves Dias³⁷ & Paulo Galvão Júnior³⁸



RESUMO: Este trabalho busca identificar os principais objetivos das Leis Orçamentárias do estado da Paraíba e analisar como é importante a criação delas na situação da saúde, educação e segurança pública. Foi feita uma pesquisa na plataforma digital da transparência do estado da Paraíba para a elaboração de um estudo de caso, nesse site foram colhidos dados das receitas arrecadadas e das despesas realizadas no período de cinco anos e da receita total no fim de cada ano para saber se houve um saldo positivo ou negativo. E por fim foram feitas diversas pesquisas em sites para obtenção dos dados da situação da saúde, educação e segurança pública. E assim fazer uma comparação do saldo das receitas que restaram em caixa e se alcançaram os objetivos para melhorar a saúde, educação e segurança pública da Paraíba. Percebeu-se que apesar da alta arrecadação de receita e do saldo positivo no final de cada ano, a saúde, educação e segurança pública da Paraíba ainda continuava é uma situação muito precária, mostrando assim que houve a falta de realização das Leis Orçamentárias ou de criação dessas leis para que todo esse dinheiro fosse gasto com o básico para melhoria e satisfação da população paraibana.

PALAVRAS-CHAVE: PLANO PLURIANUAL (PPA). LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO). LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).

³⁷Graduado em Ciências Contábeis pelo IESP Faculdades (2018). E-mail: isac_alves07@hotmail.com.

³⁸Graduado em Ciências Econômicas pela UFPB (1998), Especialização em Gestão de RH pela FATEC Internacional (2009), Docente em Economia e Economia Brasileira nos Cursos de Contabilidade e de Administração no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaotr@gmail.com

ABSTRACT: This paper search to identify the main objectives of the Budgetary Laws of the State of Paraiba and to analyze how important it is to create them in the health, education and public security situation. A research was done on the digital transparency platform of the State of Paraiba to prepare a case study. In this website, data were collected on the revenues collected and the expenses incurred in the period of five years and on the total revenue at the end of each year to know whether there was a positive or negative balance. Finally, several surveys were carried out on sites to obtain data on health, education and public safety. Thus, a comparison of the balance of the remaining proceeds in cash and the achievement of the goals to improve the health, education and public safety of the Paraiba. It was noticed that despite the high revenue collection and the positive balance at the end of each year, the health, education and public safety of the Paraiba was still a very precarious situation, thus showing that there was a lack of compliance with the Budgetary Laws or of creating these laws so that all this money would be spent on the basics for the improvement and satisfaction of the population of the Paraiba.

KEYWORDS: MULTIANNUAL PLAN (PPA). BUDGETARY GUIDELINES LAW (LDO). ANNUAL BUDGETARY LAW (LOA).

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Pública tem por objetivo registrar e controlar os fatos dos patrimônios públicos e de suas variações, fazendo assim o acompanhamento, a demonstração e a execução do orçamento de acordo com cada situação e necessidade da sociedade. E para que o poder público possa exercer essas funções com máxima fidelidade e coerência, é necessário que haja um planejamento orçamentário, que demonstre com facilidade de compreensão as prioridades da gestão.

É baseado nessa situação que o planejamento orçamentário se utiliza de três Leis Orçamentárias: O Plano Plurianual (PPA) na Lei nº 10.632/2016, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Lei nº 10.730/2017 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) na Lei nº 10.850/2017. Partindo dessa explanação inicial, esse artigo levanta o seguinte problema: Qual o impacto das Leis Orçamentárias na saúde, segurança e educação pública no estado da Paraíba? Assim, para responder este questionamento, busca identificar o uso das Leis Orçamentárias pelos gestores públicos na Paraíba. Desta forma, analisar os fatores e a importância das Leis Orçamentárias na Contabilidade; demonstrar uma maneira mais eficaz para se utilizar as Leis Orçamentárias; e analisar como estas Leis estão sendo usadas pelos gestores públicos paraibanos através de um estudo de caso.

Com base nesse questionamento, este trabalho busca uma solução dentro do contexto da Contabilidade Pública, observando se está sendo favorável para o futuro da sociedade a forma como os gestores públicos paraibanos têm utilizado das Leis Orçamentárias vigentes.

A sociedade paraibana é marcada pela desigualdade, portanto, os gestores públicos estaduais devem ser conhecedores e defensores das Leis Orçamentárias para redução do acentuado nível de desigualdade nas quatro mesorregiões paraibanas. Este artigo é uma pequena e valiosa contribuição para uma sociedade mais rica e socialmente mais justa com uso correto do PPA, LDO e LOA, no estado da Paraíba. Sua relevância é destacada no meio acadêmico, uma vez que estudantes podem ter acesso a este artigo, além de um texto para reflexão e aprendizado para quando ingressar no mercado de trabalho no setor público coloque em prática o conhecimento adquirido por meio deste.

Diante disso define-se como objetivo geral ressaltar a importância das Leis Orçamentárias vigentes no estado da Paraíba no ano de 2013 até o ano de 2017 e como objetivos específicos: revelar como os gestores públicos estaduais utilizam as Leis Orçamentárias e evidenciar os números e os resultados referentes às necessidades da população paraibana do PPA, da LDO e da LOA.

O presente artigo terá como metodologia um estudo de caso e pesquisa bibliográfica com fundamentação teórica em vários livros como **Orçamento e Contabilidade Pública** do Contador Deusvaldo Carvalho (2014) e **Contabilidade Pública Teoria e Prática** do Contador Heilio Kohama (2000), pesquisaremos também no site do Portal da Transparência do estado da Paraíba, no qual encontramos diversos dados, em reais, das despesas mensais e receitas mensais do estado nordestino.

A estrutura deste artigo é composta pela introdução, que traz as principais características que o artigo apresenta, em seguida o desenvolvimento, que é explanação de cada ponto descrito na introdução e análise do estudo de caso, as considerações finais que por fim traz as respostas para o objetivo final do artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANO PLURIANUAL (PPA)

De acordo Kohama (2000, p. 62):

O plano plurianual é um plano de médio prazo, através do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos, ao nível do governo federal, e também de quatro anos ao nível dos governos estaduais e municipais.

Entende-se que o PPA é a Lei que faz o empenho das organizações públicas, sendo ela necessária para criação de todos os deveres e responsabilidades dos órgãos públicos para a sociedade durante os quatro anos de gestão, como por exemplo, a construção de hospitais, delegacias, escolas, pontes, aumento das frotas de ônibus, programas de construções de casa popular para as pessoas mais necessitadas, etc.

O PPA mostra as formas de como as obras e programas serão feitos, o local de todas as obras, o tamanho, a capacidade de atendimento, quais regiões ou classes sociais serão atingidas por tais programas, para que ao fim do seu mandato ele tenha alcançado as necessidades da sociedade. E para que o PPA seja utilizado, é preciso que haja uma votação para que o mesmo entre em vigor.

Segundo Carvalho (2014, p. 93):

O caput do art. 166 estabelece que o PPA será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Significa que para aprovação do PPA as duas Casas do Congresso Nacional (Senado e Câmara) devem votar em conjunto para fins de aprovação por maioria simples. Exemplo: Para iniciar a votação devem estar presentes no mínimo 41 dos 81 senadores e 257 dos 513 deputados. Supondo que realmente este seja o número de presentes, para que o PPA seja aprovado por maioria simples, necessita no mínimo 21 votos a favor dos senadores e 129 dos deputados federais.

Havendo assim a criação do PPA, ele será votado para sua execução, nisso será avaliado pelo Senado e pela Câmara todas as formas que o PPA abrange alcançar nos seus objetivos e metas, e por fim, a votação do mesmo.

No entanto, o PPA é apenas a teoria do negócio, o planejamento de tudo que se pretende fazer e de como alcançar as metas e objetivos nesse período de quatro anos.

Para que esses objetivos estabelecidos pelo PPA possam dar continuidade, é necessário o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assim essas três Leis Orçamentárias trabalhando juntas de forma entrosada, cada uma no seu tempo e de acordo com suas características e obrigações, poderão concluir as metas e objetivos de forma positiva.

2.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

Segundo Kohama (2000, p. 62):

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos aqui o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no plano plurianual.

A LDO compreende-se que é a Lei que usará da parte financeira disponível para o governo, para o cumprimento das metas e objetivos criados no PPA, ela tem por dever direcionar os valores gastos em cada obra e programas estipulados pelo PPA.

Assim, a LDO cria uma ordem financeira, para que não haja falta de recursos públicos para finalizar os objetivos desejados, assim pode se entender que a LDO seja a liquidação dos eventos pré-definidos e o elo entre o PPA e a LOA que é o pagamento da obra já concluída.

Conforme Carvalho (2014, p. 115):

O Executivo deve definir a cada ano suas metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, e o faz por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sendo assim, a LDO tem como objetividade a organização financeira para cada obra ou programa de forma anual, diferentemente do PPA que cria todos seus objetivos se baseando nos quatro anos de gestão. Segundo Carvalho (2014, p. 118):

A LDO deve ser compatível com o PPA. Porém, pela sua característica e especificidade, a LDO contém matéria própria, por exemplo: equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

A LDO é criada em cima do equilíbrio financeiro, o total de receitas que é arrecadada terá que ser o mesmo tanto de gastos com as despesas da gestão, para que por fim, as construções das obras e realizações dos programas do governo tenham um equilíbrio financeiro.

De acordo com Carvalho (2014, p. 121):

O caput do art. 166 estabelece que a LDO será apreciada pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Significa que para aprovação da LDO as duas Casas do Congresso Nacional (Senado e Câmara) devem votar em conjunto para fins de aprovação por maioria simples.

Sendo assim a LDO será votada baseando-se logicamente na sua conformidade com o PPA e, posteriormente com a LOA, e para a sua aprovação e execução é necessário o cumprimento do art. 166.

2.3 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

É no projeto de LOA que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA instrui todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal. As ações dos governos estaduais e municipais devem estar registradas nas Leis Orçamentárias dos Estados e Municípios.

No Congresso, deputados e senadores discutem, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a proposta enviada pelo Executivo faz as modificações que julgam necessárias por meio das emendas e votam o projeto. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Presidente da República e se transforma em Lei.

A LOA traz, de forma detalhada, as ações que serão realizadas e executadas pelo poder público no período de um ano.

Nos municípios, o orçamento é uma das leis mais importantes. Porque nesta lei, está contido um planejamento de gastos que define as obras e os serviços que são prioritários naquela região, levando em conta os recursos disponíveis. Nela está selecionado tudo o que é mais urgente e importante para a comunidade, deixando para uma próxima oportunidade os problemas menos graves.

Formalmente, é o Poder Executivo que toma essa decisão. Mas, o processo político, o jogo de forças e de interesses, o equilíbrio de poderes entre o Executivo e o Legislativo e a intervenção popular fazem com que essa decisão seja compartilhada.

A LOA deve conter todas as receitas e todas as despesas relativas ao orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos, para um ano de exercício.

Uma das funções do orçamento é a de reduzir as desigualdades inter-regionais segundo critério populacional. Essa função é também característica do PPA e foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Outra função é a de

servir como instrumento de planejamento para o Poder Executivo e também de transparência para o controle da sociedade civil.

2.3.1 Prazo para Elaboração

Os prazos do orçamento são posteriores ao da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso acontece porque a proposta de orçamento elaborada pelo Executivo deve ser adaptada às prioridades definidas na LDO.

Até o dia 31 de agosto, o Poder Executivo remete ao Legislativo o seu projeto de LOA. Para estados e municípios, esses prazos podem ser mais amplos e de acordo com que determinar a respectiva Constituição Estadual ou Lei Orgânica Municipal. Cabe ressaltar que, para o estado, os prazos são idênticos ao do orçamento federal, enquanto, para o município, o prazo é 30 de setembro. O Executivo remete ao Legislativo seu projeto de LOA.

2.3.1.1 Processo de elaboração

1. A Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa assume a análise e a coordenação dos trabalhos referentes à inclusão de emendas e propostas de substitutivo e aprovação da lei;
2. Proposta de orçamento do Executivo com alterações do Legislativo; e
3. O Legislativo devolve a lei ao Executivo para ser sancionada antes do começo do ano de vigência do orçamento. Prazo máximo: 15 de dezembro.

2.3.1.1.1 Na ausência da lei

Na República Federativa do Brasil, o Legislativo pode atrasar a devolução do substitutivo. Nesse caso, o ano se inicia sem uma lei orçamentária aprovada. Bem como, o Executivo fica autorizado a gastar 1/12 (um doze avos) das despesas correntes previstas na proposta orçamentária anterior, até a sanção da LOA fica proibido de gastar em despesas de capital.

3 METODOLOGIA

Este trabalho tem como tipo de pesquisa inicial bibliográfico e posterior estudo de caso, que é realizado baseando-se nas receitas e despesas da Paraíba e a situação vigente da saúde, segurança e educação pública entre 2013 e 2017, totalizando cinco anos.

Os campos de pesquisa foram em diversas plataformas digitais, tais como: o Portal da Transparência do estado da Paraíba, o site do G1 Globo, o site do Paraíba Urgente, o site Jornal da Paraíba, o site do Portal do Correio, dentre outros.

Por meio destes dados o objetivo foi evidenciar a situação financeira do estado da Paraíba nos últimos cinco anos, e de que forma foram usadas essas receitas e despesas para o desenvolvimento e bem-estar social da população paraibana em relação à saúde, segurança e educação pública. É uma análise sem cunho político-partidário. Observando se as Leis Orçamentárias foram utilizadas conforme as suas exigências.

4 ESTUDO DE CASO

Inicialmente fizemos um levantamento de dados na plataforma digital da transparência do estado da Paraíba³⁹. A Paraíba é um dos nove estados nordestinos, com quatro mesorregiões, 23 microrregiões e 223 municípios. A capital do estado da Paraíba é João Pessoa. A população paraibana é estimada em mais de quatro milhões de habitantes, sendo distribuída no território com área total de 56.469,778 quilômetros quadrados.

Para demonstrar as informações coletadas organizamos e apresentamos a seguir os quadros 1, 2 e 3. Nesses quadros encontramos os dados necessários para levantar uma análise clara e objetiva, com a finalidade de alcançar os objetivos do presente artigo. O quadro 1 tem o valor das receitas de todos os meses nos últimos cinco anos que fazem parte da pesquisa e o valor total anual de cada ano.

³⁹Plataforma Digital. Disponível em: <http://transparencia.pb.gov.br>. Acesso em: 01 Abr. 2018.

Quadro 1. Receitas realizadas no estado da Paraíba de 2013 a 2017

(em R\$)

MÊS	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
Jan	636.566.969,41	777.120.269,75	788.074.456,17	761.630.091,90	859.160.704,29
Fev	725.472.775,45	826.507.506,06	787.530.311,14	856.143.323,60	898.324.424,23
Mar	625.637.165,99	692.522.148,54	678.042.620,33	685.945.802,47	774.816.955,99
Abr	655.579.153,65	718.142.769,65	808.106.423,45	803.813.215,17	782.015.300,57
Mai	825.787.945,49	831.453.348,70	812.555.028,27	930.765.067,93	849.814.669,96
Jun	677.448.819,70	723.587.356,92	872.750.410,51	794.130.319,51	823.058.911,89
Jul	667.569.816,39	707.699.416,55	682.113.332,91	713.362.432,41	726.685.403,61
Ago	717.422.918,92	780.114.554,26	769.691.559,96	788.295.856,62	806.851.184,10
Set	677.604.984,25	791.946.178,22	713.484.688,39	675.107.110,88	744.382.720,92
Out	613.385.159,40	679.147.804,79	785.135.278,15	740.708.040,81	1.007.514.723,94
Nov	837.448.613,50	774.858.992,93	719.603.601,27	1.049.296.879,24	814.810.729,15
Dez	1.010.504.424,54	1.137.444.747,08	950.520.504,01	1.409.195.441,98	1.144.630.558,67
Total	8.670.428.746,69	9.440.545.093,45	9.367.608.214,56	10.208.393.582,52	10.232.066.287,32

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Portal da Transparência.

Após a divulgação das receitas da Paraíba no quadro 1 acima. É necessário apresentar no quadro 2 o valor das despesas de todos os meses nos últimos cinco anos. Ressaltando que a maior despesa do estado é o funcionalismo público com cerca de 87 mil servidores públicos, distribuídos em secretarias, departamentos e outros órgãos estaduais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e associações públicas estaduais. A Paraíba tem enormes gastos com o custeio básico da máquina pública como aluguel de imóveis e de carros, energia elétrica, água, telefone, combustível, alimentação, fardas, armas, munições, remédios, livros, sementes, etc.

Quadro 2. Despesas pagas no estado da Paraíba de 2013 a 2017

(em R\$)

MÊS	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
Jan	435.512.700,43	456.624.817,60	337.449.681,50	505.589.470,22	516.888.386,70
Fev	532.844.966,23	620.288.787,05	777.941.902,10	714.215.894,74	662.647.850,74
Mar	589.145.589,43	664.867.555,31	784.203.405,04	707.886.234,04	762.905.934,18
Abr	616.834.001,84	690.760.059,00	716.803.669,65	731.054.068,36	698.783.178,36
Mai	678.001.332,07	732.256.936,56	704.968.599,28	730.407.470,93	780.253.107,93
Jun	717.822.596,41	838.285.181,04	930.479.890,61	779.608.867,72	921.938.712,40
Jul	732.409.207,11	762.335.327,83	759.001.076,16	870.909.017,39	782.127.763,75
Ago	659.328.180,79	719.945.953,54	719.137.108,60	755.822.809,93	801.451.148,86
Set	637.750.941,20	786.791.465,87	711.572.887,79	760.150.836,42	742.210.118,65
Out	643.289.045,48	656.267.644,75	721.334.477,16	765.528.139,99	817.496.344,70
Nov	694.687.541,99	672.834.972,17	723.389.185,54	794.448.759,86	752.356.538,89
Dez	1.325.859.091,57	1.456.756.562,17	1.280.141.951,78	1.275.881.455,67	1.452.159.391,08
Total	8.263.485.194,55	9.058.015.262,89	9.166.423.835,21	9.391.503.025,27	9.691.218.476,24

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Portal da Transparência.

Após a divulgação das despesas da Paraíba no quadro 2 acima. É fundamental apresentar o quadro 3 que informa os resultados da diferença entre os totais das receitas de cada ano menos os totais das despesas de cada ano.

Quadro 3. Receita total anual menos a Despesa total anual na Paraíba

(em R\$)

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL	406.943.552,14	382.529.830,56	201.184.379,35	816.890.557,25	540.847.811,08

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Portal da Transparência.

4.1.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Após a divulgação dos quadros 1, 2 e 3, agora trataremos dos resultados anuais no período de 2013 a 2017, ou seja, nos últimos cinco anos na Paraíba.

Quadro 4. Resultado no ano de 2013 na Paraíba

MÊS/2013	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT
JANEIRO	R\$ 636.566.969,41	R\$ 435.512.700,43	R\$ 201.054.268,98
FEVEREIRO	R\$ 725.472.775,45	R\$ 532.844.966,23	R\$ 192.627.809,22
MARÇO	R\$ 625.637.165,99	R\$ 589.145.589,43	R\$ 36.491.576,56
ABRIL	R\$ 655.579.153,65	R\$ 616.834.001,84	R\$ 38.745.151,81
MAIO	R\$ 825.787.945,49	R\$ 678.001.332,07	R\$ 147.786.613,42
JUNHO	R\$ 677.448.819,70	R\$ 717.822.596,41	R\$ -40.373.776,71
JULHO	R\$ 667.569.816,39	R\$ 732.409.207,11	R\$ -64.839.390,72
AGOSTO	R\$ 717.422.918,92	R\$ 659.328.180,79	R\$ 58.094.738,13
SETEMBRO	R\$ 677.604.984,25	R\$ 637.750.941,20	R\$ 39.854.043,05
OUTUBRO	R\$ 613.385.159,40	R\$ 643.289.045,48	R\$ -29.903.886,08
NOVEMBRO	R\$ 837.448.613,50	R\$ 694.687.541,99	R\$ 142.761.071,51
DEZEMBRO	R\$ 1.010.504.424,54	R\$ 1.325.859.091,57	R\$ -315.354.667,03
TOTAL	R\$ 8.670.428.746,69	R\$ 8.263.485.194,55	R\$ 406.943.552,14

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Portal da Transparência.

Após a divulgação do quadro 4 acima que trata do ano de 2013. Agora por ordem cronológica, iremos tratar os resultados no ano de 2014. O Brasil fechou ano com uma taxa de crescimento do PIB em 0,5%, uma semi-estagnação. O Brasil e a Paraíba nos próximos dois anos, 2015 e 2016, virão nuvens cinzentas em suas economias.

Quadro 5. Resultado no ano de 2014 na Paraíba

MÊS/2014	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	DÉFICIT/SUPERÁVIT
JANEIRO	R\$ 777.120.269,75	R\$ 456.624.817,60	R\$ 320.495.452,15
FEVEREIRO	R\$ 826.507.506,06	R\$ 620.288.787,05	R\$ 206.218.719,01
MARÇO	R\$ 692.522.148,54	R\$ 664.867.555,31	R\$ 27.654.593,23
ABRIL	R\$ 718.142.769,65	R\$ 690.760.059,00	R\$ 27.382.710,65
MAIO	R\$ 831.453.348,70	R\$ 732.256.936,56	R\$ 99.196.412,14
JUNHO	R\$ 723.587.356,92	R\$ 838.285.181,04	R\$ -114.697.824,12
JULHO	R\$ 707.699.416,55	R\$ 762.335.327,83	R\$ -54.635.911,28
AGOSTO	R\$ 780.114.554,26	R\$ 719.945.953,54	R\$ 60.168.600,72
SETEMBRO	R\$ 791.946.178,22	R\$ 786.791.465,87	R\$ 5.154.712,35
OUTUBRO	R\$ 679.147.804,79	R\$ 656.267.644,75	R\$ 22.880.160,04
NOVEMBRO	R\$ 774.858.992,93	R\$ 672.834.972,17	R\$ 102.024.020,76
DEZEMBRO	R\$ 1.137.444.747,08	R\$ 1.456.756.562,17	R\$ -319.311.815,09
TOTAL	R\$ 9.440.545.093,45	R\$ 9.058.015.262,89	R\$ 382.529.830,56

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Portal da Transparência.

Após a divulgação do quadro 5 acima que trata do ano de 2014. Agora iremos tratar os resultados no ano de 2015. Ressaltamos que neste ano foi o primeiro ano da maior recessão econômica do Brasil.

Em 2015, no Brasil, o desemprego subiu e a renda do trabalhador recuou em todo o País. A taxa de inflação ficou acima de 10% ao ano, logo os trabalhadores perderam o seu poder aquisitivo de compra.

No câmbio, um dólar norte-americano chegou a ultrapassar quatro reais. O Brasil fechou com a pior crise econômica nos últimos 20 anos no ano de 2015. O IBGE mensurou a contração econômica do PIB brasileiro de 3,5%. O fraco consumo das famílias brasileiras provocou a queda do PIB, sobretudo, do PIB do

setor terciário, este setor de serviços é o que mais participa nas riquezas produzidas no País, como também, no estado da Paraíba.

Quadro 6. Resultado no ano de 2015 na Paraíba

MÊS/2015	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	DÉFICIT/SUPERÁVIT
JANEIRO	R\$ 788.074.456,17	R\$ 337.449.681,50	R\$ 450.624.774,67
FEVEREIRO	R\$ 787.530.311,14	R\$ 777.941.902,10	R\$ 9.588.409,04
MARÇO	R\$ 678.042.620,33	R\$ 784.203.405,04	R\$ -106.160.784,71
ABRIL	R\$ 808.106.423,45	R\$ 716.803.669,65	R\$ 91.302.753,80
MAIO	R\$ 812.555.028,27	R\$ 704.968.599,28	R\$ 107.586.428,99
JUNHO	R\$ 872.750.410,51	R\$ 930.479.890,61	R\$ -57.729.480,10
JULHO	R\$ 682.113.332,91	R\$ 759.001.076,16	R\$ -76.887.743,25
AGOSTO	R\$ 769.691.559,96	R\$ 719.137.108,60	R\$ 50.554.451,36
SETEMBRO	R\$ 713.484.688,39	R\$ 711.572.887,79	R\$ 1.911.800,60
OUTUBRO	R\$ 785.135.278,15	R\$ 721.334.477,16	R\$ 63.800.800,99
NOVEMBRO	R\$ 719.603.601,27	R\$ 723.389.185,54	R\$ -3.785.584,27
DEZEMBRO	R\$ 950.520.504,01	R\$ 1.280.141.951,78	R\$ -329.621.447,77
TOTAL	R\$ 9.367.608.214,56	R\$ 9.166.423.835,21	R\$ 201.184.379,35

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Portal da Transparência.

Após a divulgação do quadro 5 acima que trata do ano de 2015. Agora trataremos dos resultados no ano de 2016. Revelamos que o ano de 2016 foi o segundo ano da pior recessão econômica da história do Brasil.

Em 2016, o Brasil registrou a segunda retração econômica consecutiva de 3,5%, segundo dados oficiais do IBGE. A crise econômica no biênio 2015-2016 foi a maior registrada na história do País.

O desemprego alcançou 12 milhões de pessoas, revelando a forte queda dos investimentos públicos e privados na economia brasileira. A renda do

trabalhador brasileiro foi ainda mais achatada no doze meses de 2016. A Paraíba sofreu fortes impactos da recessão, além da falta de perspectiva de dias melhores.

Quadro 7. Resultado no ano de 2016 na Paraíba

MÊS/2016	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	DÉFICIT/SUPERÁVIT
JANEIRO	R\$ 761.630.091,90	R\$ 505.589.470,22	R\$ 256.040.621,68
FEVEREIRO	R\$ 856.143.323,60	R\$ 714.215.894,74	R\$ 141.927.428,86
MARÇO	R\$ 685.945.802,47	R\$ 707.886.234,04	R\$ -21.940.431,57
ABRIL	R\$ 803.813.215,17	R\$ 731.054.068,36	R\$ 72.759.146,81
MAIO	R\$ 930.765.067,93	R\$ 730.407.470,93	R\$ 200.357.597,00
JUNHO	R\$ 794.130.319,51	R\$ 779.608.867,72	R\$ 14.521.451,79
JULHO	R\$ 713.362.432,41	R\$ 870.909.017,39	R\$ -157.546.584,98
AGOSTO	R\$ 788.295.856,62	R\$ 755.822.809,93	R\$ 32.473.046,69
SETEMBRO	R\$ 675.107.110,88	R\$ 760.150.836,42	R\$ -85.043.725,54
OUTUBRO	R\$ 740.708.040,81	R\$ 765.528.139,99	R\$ -24.820.099,18
NOVEMBRO	R\$ 1.049.296.879,24	R\$ 794.448.759,86	R\$ 254.848.119,38
DEZEMBRO	R\$ 1.409.195.441,98	R\$ 1.275.881.455,67	R\$ 133.313.986,31
TOTAL	R\$ 10.208.393.582,52	R\$ 9.391.503.025,27	R\$ 816.890.557,25

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Portal da Transparência.

Após a divulgação do quadro 4 acima que trata do ano de 2016. Agora por ordem cronológica, iremos tratar os resultados no ano de 2017. O ano da recuperação econômica do Brasil foi 2017, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 1%, segundo dados oficiais do IBGE.

Evitamos a nossa primeira depressão econômica ao sair da recessão econômica no ano de 2017. Mas, o desemprego atingiu 13,2 milhões de trabalhadores nas cinco regiões em 2017, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE. Foi o maior contingente anual de desempregados dos últimos seis anos.

O elevado desemprego no Brasil teve seus impactos também na Paraíba. A política econômica equivocada e a corrupção endêmica em Brasília destruir os empregos na terra de Celso Furtado.

Quadro 8. Resultado no ano de 2017 na Paraíba

MÊS/2017	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	DÉFICT/SUPERÁVIT
JANEIRO	R\$ 859.160.704,29	R\$ 516.888.386,70	R\$ 342.272.317,59
FEVEREIRO	R\$ 898.324.424,23	R\$ 662.647.850,74	R\$ 235.676.573,49
MARÇO	R\$ 774.816.955,99	R\$ 762.905.934,18	R\$ 11.911.021,81
ABRIL	R\$ 782.015.300,57	R\$ 698.783.178,36	R\$ 83.232.122,21
MAIO	R\$ 849.814.669,96	R\$ 780.253.107,93	R\$ 69.561.562,03
JUNHO	R\$ 823.058.911,89	R\$ 921.938.712,40	R\$ -98.879.800,51
JULHO	R\$ 726.685.403,61	R\$ 782.127.763,75	R\$ -55.442.360,14
AGOSTO	R\$ 806.851.184,10	R\$ 801.451.148,86	R\$ 5.400.035,24
SETEMBRO	R\$ 744.382.720,92	R\$ 742.210.118,65	R\$ 2.172.602,27
OUTUBRO	R\$ 1.007.514.723,94	R\$ 817.496.344,70	R\$ 190.018.379,24
NOVEMBRO	R\$ 814.810.729,15	R\$ 752.356.538,89	R\$ 62.454.190,26
DEZEMBRO	R\$ 1.144.630.558,67	R\$ 1.452.159.391,08	R\$ -307.528.832,41
TOTAL	R\$ 10.232.066.287,32	R\$ 9.691.218.476,24	R\$ 540.847.811,08

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Portal da Transparência.

Demonstrando assim uma arrecadação robusta e positiva, com a possibilidade de um investimento alto no estado da Paraíba, visando o bem-estar social da população paraibana em questão de saúde, educação e segurança pública, com a finalidade de alcançando assim os objetivos das leis orçamentárias PPA, LDO e LOA.

A baixo informa-se a situação da saúde no estado da Paraíba no ano de 2013, segundo o site Trabalhos Gratuitos⁴⁰:

Hospitais superlotados, postos de saúde ineficazes, médicos em greve, unidades de saúde com infraestrutura inadequada, péssimas condições de trabalho e, conseqüentemente, precarização no atendimento à população. Essa é a realidade da saúde pública paraibana, a qual profissionais e usuários estão submetidos. É uma situação de extrema gravidade, que vem sendo fiscalizada e denunciada pelas entidades médicas paraibanas.

Apesar das altas arrecadações e da disponibilidade positiva de receitas nos caixas públicos no final do ano de 2013, as Leis Orçamentárias não foram bem elaboradas em relação à saúde pública, mostrando assim que o problema não foi na falta de recursos públicos e sim na precária distribuição desses recursos, como por exemplo, seria necessário a construção de mais hospitais, a aquisição de mais equipamentos para os leitos hospitalares, a compra de mais unidades de saúde móveis, na criação de concursos públicos para profissionais da saúde, nas condições de trabalho para os profissionais da área de saúde, dentre outros projetos, para que assim atende-se de forma eficaz e eficiente o setor da saúde pública no estado da Paraíba no ano de 2013.

Logo abaixo, informa-se a situação da segurança no estado da Paraíba no ano de 2013, conforme o site Paraíba Urgente⁴¹:

Em 2013, a Paraíba registrou 1.537 mortes violentas, incluindo homicídios dolosos – com intenção de matar –, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, de acordo com dados do Anuário. Apesar de haver redução nos números, a Paraíba ainda figura entre os dez estados com maior número de homicídios a cada grupo de 100 mil habitantes.

⁴⁰Plataforma Digital. Disponível em: <https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/SAUDE-PUBLICA-NA-PARAIBA-331032.html>. Acesso em: 05 abr. 2018.

⁴¹Plataforma Digital. Disponível em: <http://www.paraibaurgente.com.br/noticias/paraiba-e-o-estado-que-menos-investiu-em-seguranca-publica-em-2013>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Com essa informação a segurança pública no estado da Paraíba no ano de 2013 foi bastante precária, e mesmo com um alto nível de receita positiva que restou ao término do ano, depois de deduzir as despesas, o investimento na segurança pública também foi de baixa precisão, indicando assim que as leis orçamentárias não foram elaboradas com eficiência e qualidade, faltou mais planejamento para preparação de profissionais de segurança pública, construções de mais unidades de segurança pública, de compra de mais veículos para uso militar, dentre outros projetos para a melhoria da segurança pública nos 223 municípios da Paraíba no ano de 2013, e assim deixando a população paraibana em uma situação muito precária em relação à segurança pública.

Abaixo informações sobre a educação no estado da Paraíba no ano de 2013, de acordo com o site Paraíba Urgente⁴²:

A Paraíba ainda tem 74,1 mil crianças e adolescentes fora da educação básica. A população de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos é de 923 mil na Paraíba. Desses, 91,9% estavam sendo atendidos nas escolas do estado em 2013. A meta do TPE para a Paraíba é de 94,8% crianças e adolescentes nesta faixa etária atendidas pela rede de ensino.

Nos dados levantados acima sobre a situação da educação no estado da Paraíba no ano de 2013, informa que mesmo o ano ter terminado com um saldo positivo, a educação pública está em uma situação precária, naquele ano, na Paraíba, ainda existiam 74,1 mil crianças fora da educação básica, mostrando-se assim que os gestores públicos falharam no investimento de projetos para melhoria e qualidade de ensino público e projetos para estimular as crianças, jovens e adolescentes a uma melhor educação, dessa forma mostra que as Leis Orçamentárias não foram bem elaboradas, faltando assim um planejamento para construção de novas escolas, reforma de escolas já criadas para dar um ambiente de trabalho de mais qualidade para os profissionais da educação e para os alunos dessas escolas públicas, compras de materiais didáticos para um melhor aprendizado para os alunos, dentre outros projetos visando qualificar melhor a educação na Paraíba.

⁴²Plataforma Digital Disponível em: <http://www.paraibaurgente.com.br/noticias/paraiba-e-o-estado-que-menos-investiu-em-seguranca-publica-em-2013>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Posteriormente informa-se a situação da saúde pública no estado da Paraíba no ano de 2014, segundo o site G1 Globo⁴³:

A Paraíba está na quarta posição entre os estados que menos investem em saúde pública no Brasil, a Paraíba tem um investimento de R\$ 0,85 por dia, enquanto a média brasileira é de R\$ 1,38. Os números são referentes a 2014.

Essa informação mostra que mesmo o estado terminando outro ano consecutivo com uma receita positiva e robusta, o investimento na saúde pública ainda foi de baixa qualidade, deixando a população paraibana em grave estado de necessidade de um bom atendimento de saúde, e colocando a PB na quarta posição entre os estados com menos investimento na saúde pública, a receita não está sendo bem aplicada e as Leis Orçamentárias não estão sendo bem planejadas para cumprir seus objetivos que é dar a população paraibana uma qualidade de vida melhor.

Logo, mais informações sobre a situação da segurança pública no estado da Paraíba no ano de 2014, conforme o site G1 Globo⁴⁴:

A violência na Paraíba está concentrada em três regiões: Litoral, Brejo e parte do Agreste paraibanos. É isto que aponta o Relatório de Indicadores Criminais no 1º Quadrimestre de 2014 da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social. O secretário Cláudio Lima reforça que os números relevam a concentração nas áreas onde se registram as maiores densidades demográficas. Em nosso caso, a maior quantidade tem sido na Capital, Campina Grande e nas maiores cidades. Mas são justamente nessas áreas onde conseguimos mais redução também.

A informação acima mostra que no ano de 2014 no estado da Paraíba a segurança ainda estava precária em comparação ao ano anterior (2013), embora tenha tido uma redução de crimes em relação a 2013, a segurança ainda se mostra muito abaixo de proporcionar uma boa qualidade de vida para a população

⁴³Plataforma Digital Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/03/paraiba-e-o-quarto-estado-que-menos-investe-em-saude-no-brasil-diz-cfm.html>. Acesso em: 14 abr. de 2018.

⁴⁴Plataforma Digital Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/06/claudio-lima-defende-reestruturacao-da-seguranca-publica-da-paraiba.html>. Acesso em: 14 abr. 2018.

paraibana, faltando assim um planejamento melhor nas Leis Orçamentárias e uma divisão melhor das receitas que foram positivas.

Em seguida informações da situação da educação pública no estado da Paraíba no ano de 2014, de acordo com o site G1 Globo⁴⁵:

Apesar do bom desempenho no número de matrículas no ensino superior, atualmente a população paraibana de 18 a 29 anos tem, em média, 8,8 anos de estudo. Com esse número, a Paraíba tem o segundo pior resultado do país.

As informações acima baseando-se no ano de 2014, mostra que mesmo com o número bom de matrículas no ensino médio, a Paraíba está em segundo pior resultado do país, observa-se que na educação ainda há uma precariedade de investimento para dar a população paraibana uma qualidade de ensino público melhor, percebendo-se assim que as Leis Orçamentárias não foram bem elaboradas para alcançar os objetivos de melhor qualidade de educação para a população paraibana.

Abaixo segue uma análise sobre a situação da saúde no estado da Paraíba no ano de 2015, sem cunho político-partidário, segundo o site Jornal da Paraíba⁴⁶:

Sem hospitais e maternidades, a população de alguns municípios do interior, sobretudo os mais afastados dos centros urbanos, padece com a falta de atendimento médico. Muitos morrem sem, sequer, receber um diagnóstico.

No ano de 2015, o estado teve ao final do ano, um saldo de receita positiva, porém, no que cabe a saúde a situação continuou precária, ainda em alguns municípios, a população carecia de unidades hospitalares adequadas e atendimentos médicos qualificados, e a situação da saúde agravou-se ainda mais após um aumento de doenças epidemiológicas como a Chikungunya, Zika Vírus e dengues, levando todo o estado a um decreto de emergência na saúde, e com isso o ano termina com

⁴⁵Plataforma Digital Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/06/pb-tem-maior-taxa-de-matriculas-no-ensino-superior-na-regiao-nordeste.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

⁴⁶Plataforma Digital Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/desafio-da-saude-na-pb-e-garantir-atendimento-descentralizado.html>. Acesso em: 16 abr. 2018.

um ponto negativo por falta de planejamento de Leis Orçamentárias e de distribuição correta das receitas.

No ano de 2015, finalizou-se com uma receita positiva em caixa, e teve um aumento de investimento na segurança pública, embora ainda assim não sendo o suficiente para encorajar a população para que ela se sinta segura ao sair com seus pertences (celular, carro, moto, notebook, etc.) nas ruas e praças públicas.

Abaixo informações sobre a situação da segurança pública no ano de 2015, conforme o site WSCOM⁴⁷:

A Paraíba é o quinto estado do Brasil que mais aumentou investimentos na área de Segurança Pública no período de 2015 a 2017. Os investimentos da Paraíba na área da Segurança Pública cresceram 16%, enquanto estados como Rio de Janeiro e São Paulo fizeram cortes em seu orçamento.

As informações acima mostram que a Paraíba teve um aumento de investimento na segurança pública, comparada a outros estados do Brasil, mais mesmo com essa diferença de investimento, a segurança pública ainda deixa muito a desejar, com pouco policiamento nas ruas, e com um índice ainda muito alto de assaltos, homicídios e latrocínios nas 23 microrregiões da Paraíba.

Abaixo informa a situação da educação no estado da Paraíba no ano de 2015, de acordo com o site Jornal da Paraíba⁴⁸:

A Paraíba perdeu 77.104 alunos nas escolas da rede pública estadual e municipal. Isso é o que se observa quando comparado o total de alunos matriculados no ano passado e este ano. Os dados são do resultado preliminar do Censo Escolar 2015.

Segundo as informações levantadas acima mostra a diminuição de matrículas nas escolas públicas em 2015, observa-se que mesmo o ano de 2015 terminando com a receita positiva, a infraestrutura das escolas ainda foram precárias, o salário dos professores continuam muito baixo, a falta de projetos para estimular o alunos da rede de ensino público, tudo isso tem o dever de ser elaboradas nas Leis

⁴⁷Plataforma Digital Disponível em: <https://www.wscom.com.br/noticia/paraiba-e-o-5o-estado-que-mais-aumentou-investimentos-na-seguranca-publica-segundo-dados-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 16 abr. 2018.

⁴⁸Plataforma Digital Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/censo-aponta-reducao-no-numero-de-alunos-nas-escolas-publicas-da-paraiba.html. Acesso em: 17 abr. 2018.

Orçamentárias pelos gestores públicos, e a distribuição perfeita das receitas arrecadas pelo estado. A Paraíba tem baixa qualidade de capital humano.

Abaixo segue uma análise da situação da saúde no estado da Paraíba no ano de 2016, segundo o site Portal Correio⁴⁹:

Todo mundo conhece ou já vivenciou uma história que escancara a incapacidade do poder público de prestar um serviço de saúde de qualidade e eficiente. E essa insatisfação popular foi refletida em enquete promovida pelo Portal Correio, entre os dias 17 e 23 de fevereiro. (...) os participantes avaliaram a Saúde na Paraíba como péssima (51,12%) ou ruim (21,50%). Apenas 15,37% avaliou o serviço regular. A opção boa foi escolhida por 7,97%, enquanto só 4,04% votaram em ótima.

As informações acima mostram o nível alto de insatisfação da população paraibana com saúde pública no ano de 2016, apesar do ano ter uma receita positiva de R\$ 816.890.557,25, depois de deduzir as despesas, o estado mais uma vez se encontra com uma dívida no retorno social, arrecadando muitas receitas até mesmo com impostos muito altos e não utilizando essa despesa para dar a população paraibana uma qualidade de saúde pública melhor, não utilizando de forma coerente as Leis Orçamentárias para fazer uma boa gestão.

Nos dados abaixo informa a situação da segurança no estado da Paraíba no ano de 2016, conforme o site G1 Globo⁵⁰:

As despesas com policiamento do Estado da Paraíba caíram 46,8% em 2016, se comparado ao ano anterior, conforme mostra o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados mostram que houve uma redução de investimento na segurança pública no ano de 2016, apesar da alta arrecadação de receitas no mesmo ano, e essa diminuição de investimento reduz ainda mais a satisfação da população

⁴⁹Plataforma Digital Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/enquete-mais-de-70-avaliam-saude-na-paraiba-como-ruim-ou-pessima>. Acesso em: 18 abr. 2018.

⁵⁰Plataforma Digital Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/despesas-da-paraiba-com-policiamento-caem-468-em-2016-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2018.

paraibana que fica com medo de sair nas ruas, de esperar um ônibus nas paradas de ônibus, essa diminuição também faz com que os trabalhos dos profissionais de segurança pública fiquem com dificuldade de atender a demanda da população por falta de mais policiais nas ruas, e de ferramentas necessárias para um trabalho mais eficiente e eficaz. Se a receita foi positiva, então deve-se criar Leis Orçamentárias para elaborar planos e projetos em cima da necessidade da população paraibana.

Abaixo foi levantando dados sobre a situação da educação no estado da Paraíba no ano de 2016, de acordo com o site Polêmica Paraíba⁵¹:

Professores das disciplinas de Física, Química e Matemática estão se tornando cada vez mais raros nas escolas de Ensino Médio da rede estadual. O Tribunal de Contas da União na semana passada na Câmara dos Deputados aponta que, ao todo, a Paraíba sofre hoje um déficit de 808 professores nestas e em algumas outras áreas. O relatório ainda projeta um saldo negativo de 1.066 vagas nas salas de aula para 2016. Isso é o que mostra um relatório divulgado pelo Tribunal de Contas da União.

Isso ocorre devido ao baixo salário para os professores das escolas públicas, então não há motivação dos profissionais da área de educação e também da falta de material de qualidade para ensino, mostrando-se assim um baixo investimento do governo, além de pouca preocupação dos seus gestores para elaborar leis orçamentárias visando uma qualidade melhor de ensino e condições de ensino para os profissionais das áreas de ensino público na Paraíba.

E por fim no ano de 2017 foi levantado dados das receitas arrecadadas pelo estado da Paraíba deduzindo as despesas, chegando a um saldo positivo de R\$ 540.847.811,08 no caixa do estado final do ano. Abaixo informa dados da situação da saúde no estado da Paraíba no ano de 2017, segundo o site Jornal da Paraíba⁵²:

⁵¹Plataforma Digital Disponível em: <http://www.polemicaparaiba.com.br/brasil/tcu-constata-deficit-de-808-professores-no-estado-da-paraiba>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁵²Plataforma Digital Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/tres-hospitais-da-paraiba-estao-com-deficits-de-estrutura-e-profissionais-diz-crm-pb.html. Acesso em: 25 abr. 2018.

Três unidades hospitalares da Paraíba estão com déficits de estrutura e profissionais. A maternidade Frei Damião e o Complexo Hospitalar de Mangabeira Tarcísio de Miranda Burity, mais conhecido como Trauminha, correm risco de interdição devido a precariedade da estrutura do prédio. Já a ala de pediatria do Hospital de Trauma de Campina Grande, tem um déficit de pediatras desde agosto de 2017.

Os dados levantados acima mostra que a situação de três grandes hospitais importantes do estado da Paraíba em 2017, se encontravam em grave estado de situação, podendo ocorrer até a possível interdição por precariedade na infraestrutura dos hospitais e a falta de profissionais para atender a demanda da população, isso também ocorrem nos postos de saúde dos bairros, que mal tem medicamentos para atender a população paraibana, além da infraestrutura precária, a falta de médico e de condições de higiene e segurança dessas pequenas unidades de saúde os Programas de Saúde da Família (PSF), que são responsáveis de dar um suporte básico de saúde a população e liberar encaminhamentos para exames, onde também a esperar para se fazer um exame em hospitais públicos são de tempo longo, podendo ser de 6 meses a 3 anos. Falta assim um planejamento adequado das Leis Orçamentárias para organizar todas essas situações precárias na saúde pública.

Na questão da segurança pública no estado da Paraíba no ano de 2017, segundo o Jornal da Paraíba⁵³:

A criminalidade finalizado pela Secretaria da Segurança e da Defesa Social, que aponta uma redução de 9,6% de crimes contra a vida nos dados abaixo informa a situação da segurança pública no estado da Paraíba no ano de 2017, de acordo com site Jornal da Paraíba. O estado da Paraíba continua reduzindo os números de assassinatos registrados em seu território. É o que demonstra o relatório de indicadores de contabilizados no 1º semestre de 2017, em relação ao mesmo período do ano passado.

⁵³Plataforma Digital Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/paraiba-registra-628-homicidios-no-primeiro-semester-de-2017.html. Acesso em: 25 abr. 2018.

Conforme os dados levantados acima, o estado da Paraíba continua tendo uma redução no número de assassinatos nos seu território, porém apesar dessa redução o estado não se encontra na posição dos estados mais seguros do país e com a melhor infraestrutura de segurança, ainda assim o número de ocorrências feito pela população paraibana de assassinatos, assaltos, tráfico de drogas, dentre outros crimes, ainda é muito alto e a insatisfação da população paraibana ainda continua alta. Para que aja uma boa infraestrutura no setor de segurança pública, para que os profissionais da área possam trabalhar com qualidade é preciso haver a criação de Leis Orçamentárias com foco de investimentos mais eficientes e eficazes na segurança pública da Paraíba.

E por fim foram levantados dados informando a situação da educação no estado da Paraíba no ano de 2017, segundo o site do jornalista Rubens Nóbrega⁵⁴:

Em vez de solução, a implantação da 'Escola Cidadã' em tempo integral na rede estadual de ensino transformou-se em pesadelo para professores, diretores e pais de alunos. O problema maior seria a falta de estrutura nas escolas. Onde o projeto teria sido implantado até aqui, o fracasso é evidente.

No ano de 2017 as escola ainda se encontravam em situações precárias, o governo criou um projeto integral nas redes de escolas públicas, porém teve escolas que não suportaram o projeto por causa da falta infraestrutura necessária para manter os seus alunos por tempo integral, com falta de sanitários para deficientes, com alimentos de baixa qualidade nos refeitórios e precariedade elétrica e hidráulica para dar um suporte básico para que os seus alunos possam ter um ensino integral, como isso o governo falha ao criar projetos sem observar que tipo de suporte será necessário para se manter esse projeto. Portanto, faltam investimentos necessários para melhorar as necessidades básicas da escola, por isso a importância da criação das Leis Orçamentárias, visando esses investimentos na educação pública na Paraíba.

4.1.2 RESULTADOS

⁵⁴Plataforma Digital Disponível em: <http://rubensnobrega.com.br/2017/02/09/sindicato-aponta-fracasso-de-escola-integral-no-estado-por-falta-de-estrutura>. Acesso em: 25 abr. 2018.

Depois de coletados todos os dados e de fazer as análises chega-se ao resultado que embora tenha tido receitas positivas no final de cada ano analisado, a situação da saúde, segurança e da educação pública estavam de forma precária, deixando a população paraibana insatisfeita com esses serviços que são de competência dos gestores públicos estaduais.

As áreas analisadas envolvem crianças, adolescentes, adultos, idosos, pobres ou ricos e até mesmo o turista que vem visitar o estado da Paraíba. Com esse resultado observa-se que o importante não é finalizar o ano com uma alta receita em caixa, isso depois de arrecadar as receitas e deduzir as despesas, mas sim a importância de utilizar a receita positiva e de criar as leis orçamentárias com coerência, conforme alcançar os objetivos das mesmas, que é oferecer uma qualidade de vida a população paraibana, por isso a falta de criar ou a não finalização do objetivo das Leis Orçamentárias, provoca um impacto prejudicial na qualidade de vida da população paraibana, em relação à saúde, segurança e educação, que são os princípios básicos da que o estado deve suprir para sua população.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo inicial apresentar as Leis Orçamentárias, PPA, LDO e LOA, as formas como elas funcionam e como devem ser criadas para alcançar seus objetivos, para definir de que forma são alocadas as receitas arrecadadas pelo estado da Paraíba e levantar dados de 2013 a 2017 (cinco anos), para mostrar o impacto que pode ser causado o mau uso da criação ou da falta de criação das leis orçamentárias, na vida social da população paraibana, em relação à saúde, segurança e educação pública.

Os objetivos de buscar dados de 10 anos não foram possíveis pela falta de tempo disponível para fazer uma análise mais longa e intensiva, mais foram possíveis colher dados em livros sobre as leis orçamentárias, os seus objetivos e a sua importância para uma gestão de boa qualidade. E foi possível fazer uma análise em diversos sites onde foram colhidas as informações de 2013 a 2017, no qual foram coletados dados das receitas arrecadadas, despesas realizadas e o saldo restante total depois de deduzir as despesas das receitas, e na criação de

tabelas para organizar esses dados para melhor compreensão e análise do estudo de caso.

Esses objetivos foram alcançados utilizando-se diversos sites, porém um estudo de campo também poderia ser de grande eficiência para coletar dados da opinião da população, isto é, na elaboração de questionários para que a população paraibana pudesse responder e dar mais informações sobre suas opiniões, sugestões, elogios e críticas, e esses questionários serem analisados em gráficos ou tabelas para uma análise mais complexa, infelizmente, isso não foi possível pela falta de tempo disponível. Enfim, todos nós somos responsáveis pelo rumo da Paraíba.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

G1 GLOBO. **Paraíba tem 74 mil adolescentes e crianças fora da escola, diz relatório, 2013** - Plataforma Digital Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/07/paraiba-tem-74-mil-adolescentes-e-criancas-fora-da-escola-diz-relatorio.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

G1 GLOBO. **Paraíba é o quarto estado que menos investe em saúde no Brasil, diz CFM, 2014** - Plataforma Digital Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/03/paraiba-e-o-quarto-estado-que-menos-investe-em-saude-no-brasil-diz-cfm.html>. Acesso em: 14 abr. de 2018.

G1 GLOBO. **PB tem maior taxa de matrículas no ensino superior na região Nordeste, 2014** - Plataforma Digital Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/06/pb-tem-maior-taxa-de-matriculas-no-ensino-superior-na-regiao-nordeste.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

G1 GLOBO. **Despesas da Paraíba com policiamento caem 46,8% em 2016**, diz estudo - Plataforma Digital Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/despesas-da-paraiba-com-policiamento-caem-468-em-2016-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2018.

JHERE. **Saúde Pública na Paraíba, 2013** - Plataforma Digital. Disponível em: <https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/SAUDE-PUBLICA-NA-PARAIBA-331032.html>. Acesso em: 05 abr. 2018.

JORNAL DA PARAÍBA. **Desafio da saúde na PB é garantir atendimento descentralizado, 2015** – Plataforma Digital Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/desafio-da-saude-na-pb-e-garantir-atendimento-descentralizado.html>. Acesso em 16 abr. 2018.

JORNAL DA PARAÍBA. **Censo aponta redução no número de alunos nas escolas públicas da Paraíba** - Plataforma Digital Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/censo-aponta-reducao-no-numero-de-alunos-nas-escolas-publicas-da-paraiba.html. Acesso em: 17 abr. 2018.

JORNAL DA PARAÍBA. **Três hospitais da Paraíba estão com déficits de estrutura e profissionais, diz CRM-PB**, - Plataforma Digital Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/tres-hospitais-da-paraiba-estao-com-deficits-de-estrutura-e-profissionais-diz-crm-pb.html. Acesso em: 25 abr. 2018.

JORNAL DA PARAÍBA. **Paraíba registra 628 homicídios no primeiro semestre de 2017** - Plataforma Digital Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/paraiba-registra-628-homicidios-no-primeiro-semester-de-2017.html. Acesso: em 25 abr. 2018.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública Teoria e Prática**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NÓBREGA, RUBENS. **Sindicato aponta fracasso de escola integral no Estado por falta de estrutura** - Plataforma Digital Disponível em: <http://rubensnobrega.com.br/2017/02/09/sindicato-aponta-fracasso-de-escola-integral-no-estado-por-falta-de-estrutura>. Acesso em: 25 abr. 2018.

PARAÍBA URGENTE. **Paraíba é o estado que menos investiu em segurança pública em 2013**, - Plataforma Digital Disponível em: <http://www.paraibaurgente.com.br/noticias/paraiba-e-o-estado-que-menos-investiu-em-seguranca-publica-em-2013>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Portal da Transparência. **Receitas e Despesas da Paraíba** – Plataforma Digital. Disponível em: <http://transparencia.pb.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2018.

PORTAL CORREIO. **Mais de 70% avaliam Saúde na Paraíba como ruim ou péssima** - Plataforma Digital Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/enquete-mais-de-70-avaliam-saude-na-paraiba-como-ruim-ou-pessima>. Acesso em: 18 abr. 2018.

SOUTO, IVYNA. **TCU constata déficit de 808 professores no Estado da Paraíba** - Plataforma Digital Disponível em: <http://www.polemicaparaiba.com.br/brasil/tcu-constata-deficit-de-808-professores-no-estado-da-paraiba>. Acesso em: 20 abr. 2018.

WAGNER, Lima. **Cláudio Lima defende reestruturação da Segurança Pública da Paraíba, 2014** - Plataforma Digital Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/06/claudio-lima-defende-reestruturacao-da-seguranca-publica-da-paraiba.html>. Acesso em: 14 abr. 2018.

WSCOM. **Paraíba é o 5º Estado que mais aumentou investimentos na segurança pública, segundo dados do Tesouro Nacional** - Plataforma Digital Disponível em: <https://www.wsc.com.br/noticia/paraiba-e-o-5o-estado-que-mais-aumentou-investimentos-na-seguranca-publica-segundo-dados-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 16 abr. 2018.

Um olhar verde sobre Uarini

Priscilla Rodrigues Galvão Moreira⁵⁵ & Paulo Galvão Júnior⁵⁶



RESUMO: Este artigo discorre a respeito de uma pequena cidade do interior do estado do Amazonas, localizado no centro da maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica. Uarini como é chamada a cidade da região Norte, possui maravilhas desconhecidas pela população brasileira. Buscou-se investigar a gestão, a saúde, a infraestrutura, a segurança, a educação, a geografia e a economia do município por meio do delineamento metodológico descritivo. Tendo como objetivo descrever a realidade de um pequeno município da maior e menos populosa região do Brasil. O trabalho resultou em rol de saberes dessa cidade verde tão distante da visão urbana, contudo tão próxima de nossas raízes, além de proporcionar uma perspectiva dinâmica sobre o estado do Amazonas e, sobretudo, dos municípios com menos de 20 mil habitantes nas zonas rurais do País.

PALAVRAS-CHAVE: Uarini. Floresta Amazônica. Economia Verde.

1. INTRODUÇÃO

O município de Uarini possui 13.276 mil habitantes, segundo os dados de 2016 do IBGE, entre os quais cinco mil residentes na cidade e oito mil vivem nas comunidades ribeirinhas. Encontra-se localizado entre os rios Solimões e Copacá e próximo aos municípios de Alvarães e Tefé, e, sobretudo, distante 570 km da

⁵⁵Graduada em Administração pelo IESP Faculdades (2015). E-mail: priscilar.galvao@gmail.com

⁵⁶Graduado em Ciências Econômicas pela UFPB (1998), Especialização em Gestão de RH pela FATEC Internacional (2009), Docente em Economia e Economia Brasileira nos Cursos de Contabilidade e de Administração no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaopr@gmail.com

Capital do estado do AM, Manaus e distante em linha reta em cerca de 3.400 km da cidade mais oriental das Américas.

Em meados de 1981, Tefé apresentava uma estrutura administrativa conjecturada em cinco subdistritos: Tefé, Caiambé, Alvarães, Jarauá e Uarini – no AM, o maior estado brasileiro em extensão territorial com 1,5 milhão de quilômetros quadrados, ou seja, 20% do quinto maior país do planeta. O ciclo da borracha marcou a economia e a história do estado do AM e do Brasil no século XIX. A borracha foi o ouro branco da Amazônia.

O município amazonense de Uarini foi fundado em 10 de dezembro de 1981. Há 36 anos Uarini faz parte da microrregião de Tefé e é conhecido nacional e internacionalmente pela sua farinha de mandioca.

Segundo o ISA (2008), “O futuro do planeta depende do urgente restabelecimento do equilíbrio entre crescimento da economia, redução das desigualdades sociais e preservação do meio ambiente”. Este artigo defende este equilíbrio e é composto por sete seções distintas.

Na primeira seção, uma breve introdução. Em seguida, a segunda seção trata sobre gestão. A terceira seção aborda a saúde. A quarta seção relata a infraestrutura no pequeno município do maior estado brasileiro. A quinta seção revela a importância da segurança pública. Na sexta seção constata a situação atual da educação. Na sétima seção uma breve análise da geografia. Na oitava seção discorre sobre a economia. E na última e nona seção as considerações finais deste inédito artigo.

2. GESTÃO

O município de Uarini tem como prefeito Antônio Waldetrutes Uchôa de Brito e vice prefeito Adonias Pinedo. Eles são os dois grandes responsáveis em administrar os serviços públicos municipais, possuindo como lema a renovação e a ação. A gestão local promove melhorias em saúde, educação e assistência social.

Em mais de um ano de gestão municipal foram utilizados recursos públicos para construção de novas escolas, pagamento de dívidas anteriores, conquista da Unidade de Saúde Fluvial, entre outras ações, e políticas públicas foram executadas em benefício da população de Uarini.

Para formalidades administrativas, a prefeitura municipal é localizada na Rua 19 de Abril, s/n – no Centro do município de Uarini, AM. A prefeitura de Uarini tem muito interesse em atrair investimentos de empresários brasileiros e estrangeiros interessados em promover a sua economia verde. É necessário aumentar a produção de bens e serviços que não agridam o meio ambiente, que não poluam os rios e que não emitam os gases do efeito estufa, pois o aquecimento global é um dos grandes problemas da humanidade no século XXI.

3. SAÚDE

A saúde municipal de Uarini vem possibilitando melhor acesso aos serviços públicos a população vigente. O município oferece uma Unidade Básica de Saúde Cesar Augusto, um Centro de Saúde Mário Lopes e uma Unidade Básica de Saúde Fluvial Líbia Lopes.

A SUSAM tem a Unidade Mista de Saúde destinada a prestar atendimento de pronto-socorro, maternidade, atendimento cirúrgico, odontológico e hospital no interior do Amazonas, o maior estado brasileiro. Infelizmente, como é todo o Brasil, não tem qualidade nos serviços públicos de saúde.

4. INFRAESTRUTURA

A CEAM é responsável pela produção e distribuição de energia elétrica nos municípios amazonenses. Mantém no município de Uarini uma usina a diesel com dois geradores, somando uma potência total de 210 KVA. Contudo, muitas ruas não possuem iluminação pública adequada. E devido ao valor dispendioso da conta de energia elétrica, muitas casas populares contêm os famosos “gatos”.

Não tem no município de Uarini uma utilização sustentável de energia solar nem tão pouco de energia eólica. No mês de abril de 2018 foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores, uma reunião para discussão dos valores da conta de energia, principalmente no que diz respeito à taxa de iluminação pública, onde a porcentagem cobrada não é coerente com a realidade financeira da população.

O abastecimento de água está a cargo da COSAMA. A captação é subterrânea com um poço reservatório de capacidade para 57 metros cúbicos. Todavia, as moradias contêm caixa d'água para suprir as necessidades básicas, principalmente, nos bairros mais remotos, a falta de água é algo muito comum. Não tem no município de Uarini uma utilização sustentável de armazenamento da água das chuvas, que são fortes nos meses de dezembro a maio.

A BR-230, a famosa Transamazônica, ainda não foi concluída. A Transamazônica tem 4.223 km e foi inaugurada em 27 de Agosto de 1972 em plena Ditadura Militar e em pleno “milagre econômico”, ligando Cabedelo (PB) à Lábrea (AM). Hoje, estima-se que restam apenas 2.000 km para concluir a BR-230. Lábrea está distante de Uarini cerca de 210 km. Infelizmente, a taxa de investimento em infraestrutura é muito baixa. O município de Uarini necessita de grandes investimentos em saneamento básico.

5. SEGURANÇA

Para cuidados com a população, em relação à segurança pública, o município possui um distrito da Polícia Militar, contendo um delegado, um cabo e três soldados destinados a manutenção da ordem e da segurança pública. A cidade não é considerada violenta, não possui altos índices de violência, como assaltos e estupros, em suma a maioria dos casos apresentados na única Delegacia são furtos de bens. A dificuldade encontrada em questão é o consumo e o tráfico de drogas, devido à proximidade com a Colômbia.

6. EDUCAÇÃO

O município possui sete escolas municipais e duas escolas estaduais na zona urbana. Apresentam educação de ensino fundamental a nível médio, sendo que quatro destas escolas oferecem o Ensino para Jovens e Adultos.

Na zona rural são encontradas outras escolas municipais. Ressaltando que a Escola Municipal São Luis do Gonzaga situada na comunidade do Punã, recém formada comporta mais de 300 alunos. Contudo, muitas das comunidades encontram-se escolas em estado precário, como todo o País. Fazendo com que os alunos se locomovam de comunidade para comunidade. Outra grande preocupação é o ensino da Língua Portuguesa para a população indígena em suas aldeias.

7. GEOGRAFIA

O município tem 10.246,220 km² e é considerado uma reserva extrativista do Baixo Juruá. A cidade é dividida pelos Bairros: Novo I e II, Bairro Verde, Centro e o mais recente Santo Antônio. São cinco bairros que requer mais infraestrutura básica. Sendo a área comercial concentrada na Avenida Franco Lopes no Centro, como também, está localizado o Hospital Regional Franco Lopes e a Delegacia.

A cidade e as comunidades estão circundadas pelos rios Solimões, Copacá e Uarini. As condições climáticas são bastante variáveis, contundo os meses de dezembro a junho é período chuvoso, onde são favoráveis as enchentes. Já entre os meses de agosto a outubro é o período de seca, onde o rio Uarini evadiu-se por quilômetros, fazendo com que as casas e comércios flutuantes se deslocam para a entrada do rio no município amazonense.

Em ocasião da seca, a população percorre uma distância de quilômetros para ir de encontro com os meios de transporte entre as cidades vizinhas e comunidades ribeirinhas. Dificultando o acesso de produtos duráveis e perecíveis, derivados do petróleo e a condução de pessoas, proporcionando um aumento nos preços de bens e serviços em plena Floresta Amazônica.

8. ECONOMIA

Sua economia é baseada predominante no setor primário. A agricultura é a atividade econômica mais produtiva, com destaque especial para a cultura da mandioca, da qual é fabricada a farinha de Uarini. O município possui diversas casas de farinha. Atualmente, a fabricação de farinha amarela e de qualidade de Uarini em larga escala e transportada por diversos barcos e é vendida em todo o estado, sobretudo, em Manaus. E de Manaus é exportada para vários países.

Outra destaque na agricultura é a produção de castanha-do-pará, fruto de uma árvore de grande porte, muito abundante na região Norte do Brasil. A castanha-do-pará é uma amêndoa da semente da castanheira e muito recomendada para a prevenção do câncer.

Além disso, outra fonte de renda e subsistência é a pesca artesanal. Os peixes pirarucu e tambaqui são os mais desejados e procurados pela população, visitantes e turistas brasileiros e estrangeiros, pois são nutritivos e suculentos. O peixe mais popular nas mesas do AM é Jucaqui. O peixe é a proteína animal mais saudável e consumida nos cinco continentes do mundo.

Outro provento é o setor terciário, o comércio tem possibilidade de expansão, com maior consciência da população da Economia Verde. No presente momento, o comércio é composto por varejistas de vestuário, mercearia, farmácias e lanchonetes. Não existem hotéis, pousadas nem restaurantes, logo, o potencial

de crescimento no turismo é enorme. Podemos construir pousadas flutuantes no belíssimo Rio Solimões para atrair turistas nacionais e internacionais.

O principal ponto de entretenimento é a chamada “Orlinha”, localizada na frente da cidade. Na orla, o público alvo são as crianças e os adolescentes, onde desfrutam de diversão como pula-pula e passeio de bicicleta (alugados por hora). No momento, a cidade amazonense não possui muitos locais para entretenimento adulto, oferecendo oportunidades para novos empreendimentos comerciais.

Vale salientar que os municípios pequenos sentem a necessidade de novos espaços de lazer e diversão, além de bibliotecas municipais. Parte da população possui baixa renda, suas moradias são casas de madeira ou flutuantes. Na maioria das famílias são compostas com mais de seis pessoas, principalmente os que moram em comunidades ribeirinhas.

Muitas destas famílias recebem mensalmente o benefício federal do Bolsa Família para seu sustento. Uma minoria destes pais de famílias trabalham na gestão pública ou nas escolas estaduais e municipais de Uarini. Em virtude disso, possuem mais de uma atividade laboral para complementar a renda familiar.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é muito lindo. A Floresta Amazônia é tropical, linda e também muito rica e desconhecida. No bioma Amazônia são quase 8 milhões de km² sendo 4 milhões de km² se estende no Brasil. As famílias brasileiras buscam sobreviver e ao mesmo tempo melhoria de qualidade de vida, especialmente, em Uarini.

A farinha de mandioca é a principal atividade econômica sem detrimento do meio ambiente. A pesca é a segunda principal atividade econômica. O potencial turístico é enorme, sobretudo, o ecoturismo. Nas mãos das atuais e futuras gerações estão os rumos de Uarini, da Amazonas, da região Norte, do Brasil, da América do Sul e do mundo. É preciso um olhar verde sobre Uarini.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ISA. **Almanaque Brasil Socioambiental 2008**. São Paulo: ISA, 2008.

WIKIPÉDIA. **Uarini**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Uarini>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

Conhecer a importância da Administração Pública na Defensoria Pública da União

Larissa Soraya Lira⁵⁷ & Paulo Galvão Júnior⁵⁸



RESUMO: A administração pública é dividida em direta e indireta, considerada a junção de órgãos agregados na estrutura administrativa do Estado, responsável na atuação de serviços deliberados pela Constituição Federal e pelas leis, para o benefício da sociedade. A administração pública é sem dúvida de suma importância para o andamento do governo federal, necessária na maneira direta perante a República Federativa do Brasil. Neste contexto o presente artigo tem como principal objetivo analisar a importância da administração pública em um órgão que atua dentro da administração pública direta, a DPU, ajudando a população carente a partir de serviço público prestado. O referencial teórico busca mostrar de maneira clara, as informações relacionadas à administração pública, direta e indireta, o acesso à justiça gratuita, o que é a defensoria, como se trabalha e para quem. A análise feita possui um plano de mostrar, uma pesquisa pura, exploratória, qualitativa, participante, utilizando uma análise de dados feita a partir de entrevista com seis servidores da DPU de todos os setores. Em seguida, pode-se alcançar que a administração pública é realmente uma das ferramentas mais importante para a sociedade. Observou-se na análise de resultados que a DPU continua a tentar suprir as solicitações da população, utilizando os meios da

⁵⁷Graduada em Administração pelo IESP Faculdades (2018). E-mail: larissaliraas@gmail.com

⁵⁸Graduado em Ciências Econômicas pela UFPB (1998), Especialização em Gestão de RH pela FATEC Internacional (2009), Docente em Economia e Economia Brasileira nos Cursos de Contabilidade e de Administração no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaotr@gmail.com

administração como os princípios administrativos: lealdade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Palavras-chave: Administração Pública. Serviço Público. População Carente.

ABSTRACT: The public administration is divided into direct and indirect, considered the junction of aggregate organs in the administrative structure of the State, responsible for the performance of services deliberated by the Constitution Federal and by laws, for the benefit of society. Public administration is undoubtedly of paramount importance for the progress of the federal government, which is necessary in a direct manner to the Federative Republic of Brazil. The main purpose of this article is to analyze the importance of public administration in a body that operates within the direct public administration, the PDO, helping the needy population from the public service rendered. The theoretical framework seeks to show clearly, information related to public administration, direct and indirect, access to free justice, what is the defense, how to work and for whom. The analysis performed has a plan to show, a pure, exploratory, qualitative, participant research using a data analysis made from an interview with PDO six servers from all sectors. Then one can achieve that public administration is really one of the most important tools for society. We observed in the outcome analysis that the PDO continues to try to meet the requests of the population, using the means of administration as the administrative principles: loyalty, impersonality, morality, publicity and efficiency.

Keywords: Public Administration. Public Service. Population in Need.

1 INTRODUÇÃO

Qualquer organização necessita de meios para se conseguir uma boa atuação no mercado, seja ela pública ou privada. Em um mundo cada vez mais competitivo, mais globalizado, onde os mercados não estão mais restritos por fronteiras geográficas, as organizações passaram a se preocupar não só com o fator técnico da qualidade, mas também com o potencial humano, criativo e inovador de seus colaboradores.

A cada dia estão conscientizando a importância do fator humano como “ferramenta” estratégica que agrega valores. Com isso, sabe-se que um dos meios mais eficazes para manter uma organização é a partir do bom atendimento, acompanhado de ética, eficiência e qualidade.

Observa-se que a administração está basicamente no meio de todas as áreas que possamos acompanhar, seja meio acadêmico, financeiro, jurídico, etc. Dentre todas as áreas citadas, por mais que seja a administração pública que vamos tratar no presente artigo, a entidade que vai ser abordada é a DPU, que é a base de um mundo jurídico que sem a administração talvez não “andasse” da maneira necessária. Por tanto, sobre a Defensoria Pública, Rocha (2013) diz:

A Constituição Federal de 1988, por ser uma Constituição que aponta para as novas exigências do Direito, mostra-nos o quanto avançamos na criação de um discurso jurídico voltado para uma pragmática emancipatória e para os Direitos Humanos Fundamentais. Muitas são as garantias processuais, institucionais e materiais de Direitos albergadas pela nossa Constituição, mas nenhuma delas se equipara à Defensoria Pública, a primeira entre todas as garantias e o único entre todos os órgãos do Estado, a quem foi confiada a missão de viabilizar o acesso à Justiça, premissa fundamental.

Antes de qualquer discussão acerca da Defensoria Pública, importa que possamos dirigir para ela um olhar diferenciado. Não se trata de instituição imparcial, assim como o Poder Judiciário, ou de órgão de defesa da sociedade ou Estado, tais como o Ministério Público ou as Procuradorias dos entes federados (ROCHA, 2013, p. 407).

Todo cidadão que precisa de certa assistência como jurídica, judicial, extrajudicial e comprovarem falta de recursos financeiros podem contar com os serviços gratuitos da Administração Pública Direta. Qualquer órgão pertencente a essa via administrativa pode fornecer serviço gratuito, tem total acesso à Justiça e o beneficiado pode ter uma defesa adequada da qual possa participar ativamente. Onde se percebe que, infelizmente, as pessoas que utilizam os serviços da Administração Pública não estão instruídas para receber um bom atendimento.

Na grande maioria das vezes o percentual de idosos e pessoas analfabetas sempre é maior, ou seja, leigos do qual real motivo de se está na DPU, se tornam até arrogantes, impacientes, mal educados, caso não aconteça o que esperam e não entendem caso seja realizado a negativa do processo que foi aberto no local.

Este artigo analisa as informações sobre atendimento, acesso à justiça, administração pública, em um órgão dentro da administração pública direta, a DPU, na comarca de João Pessoa, onde vai ser possível conhecer a importância da administração pública para os cidadãos que utilizam os serviços.

A escolha pelo tema tem como justificativa procurar melhorias na entidade citada, aos atendidos e atendentes, tentando passar de forma clara e didática o conteúdo tratado. Com isso, temos como problemática: **O papel da administração pública está sendo prestado de forma correta na Defensoria Pública da União?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Conhecer a importância da administração pública, em especificação a DPU.

1.1.2 Objetivos Específicos

a) Conhecer a satisfação do serviço público prestado da DPU para a população carente; b) Analisar os fatores que auxiliam a falta de acesso da população carente aos serviços prestados pela DPU.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a realização deste artigo, foi necessária a utilização de referências bibliográficas.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público, e dos direitos e interesses dos cidadãos que administra. Na maior parte das vezes, a administração pública está organizada de forma a reduzir e organizar processos burocráticos. Também é comum existir a descentralização administrativa, no caso da administração pública indireta, que significa que alguns interessados podem participar de forma efetiva na gestão de serviços.

Dentro da administração pública, podemos observar que é uma área que abrange grande parte da população, mas na maioria das vezes seu serviço é mais utilizado pelas classes econômicas D e E, leia-se as classes mais pobres no Brasil, pois lida diretamente com o público com a renda mais baixa.

A expressão “administração pública” pode ser empregada em diferentes contextos, com diferentes significados. Essa afirmação pode ser ilustrada por meio das três frases seguintes: a) “a administração pública brasileira passa por um processo de ajuste estrutural”; b) “as filas nos postos de saúde são produto da ineficiente administração pública”; e c) “pretendo aprofundar meus estudos em administração pública”.

No primeiro caso, a expressão se refere ao aparelho do Estado, isto é, ao conjunto formado por um governo, por um corpo de funcionários que se ocupa da gestão e por uma força policial e militar que busca assegurar a proteção contra inimigos externos, bem como a ordem interna.

Quando o aparelho do Estado é complementado por um ordenamento jurídico que o regula e que regula toda a sociedade, tem-se o Estado. No segundo caso, a expressão denota um processo ou atividade da administração dos negócios públicos.

Trata-se da gestão propriamente dita, de uma prática social tão antiga quanto o manuseio de bens coletivos. No terceiro caso, a expressão se refere a uma área de investigação intelectual, isto é, a uma parte do saber humano (como a Biologia, a História ou a Matemática), que podemos conhecer e que evolui com o passar do tempo, por meio da prática e do método científico (DAVID, SANABIO, 2013, p. 13).

De acordo com a citação e analisando as três supostas afirmações sobre a administração pública, podemos perceber que a administração pública não é diferente da administração de empresas, da administração em si, todo órgão, toda organização, que esteja ligado a administração precisa de organização, tudo que se é estudado no meio administrativo volta para a organização, que está ligada dentro das quatro funções de um administrador (planejar, organizar, dirigir e controlar).

Tratamos sobre a organização, pois na citação podemos perceber que é comentado: “as filas nos postos de saúde são produtos da ineficiente administração pública” e podemos confirmar que seja por conta disso, às vezes até pequenas falhas dentro do órgão, por conta da falta de organização possa gerar insatisfação para aquele que utilizam o meio, percebemos que todas as afirmações ligam ao dever da administração pública dentro da sociedade.

Administração pública seria a parte encaminhada a iniciar as seguintes etapas: começo, meio e fim nos referidos processos de determinado órgão, que tem como dever enxergar as falhas e solucionar diferentes problemas. Ligado a todos eles, está o conceito de Administração Pública, que pode dividir-se em direta ou indireta, de acordo com Meirelles (2011, p. 65):

Administração Pública – Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Todos os órgãos que funcionam com a administração direta, citados acima, exercem o papel de administrador público, é necessário também à conceituação do Senado Federal presente na Constituição Federal:

Art. 37. Administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também, ao seguinte: I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (SENADO, 2017, p. 21).

Analisando a citação observa-se que, é obrigação do administrador público, seguir os princípios da administração pública, percebe-se que para o Governo

exercer os serviços da maneira mais reta possível, dando a importância para se prestar um bom atendimento.

2.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para as atribuições regidas pela administração pública, permanecerem com seu andamento de maneira correta de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, iniciou a inclusão dos princípios da administração pública, que seria de extrema importância entender e compreender os princípios de maneira objetiva, para ser possível ter a ideia de cada um deles no decorrer deste artigo, são eles: Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade; e Eficiência.

O princípio da legalidade pode ser compreendido de maneira formal, sendo expostas duas vezes na Constituição Federal de 1988, art. 5º, II: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão perante a lei;" (SENADO, 2017, p. 9) e no art. Art. 37 citado como princípio da administração pública.

De maneira resumida o princípio da legalidade tem o objetivo de declarar que a administração pública, os servidores públicos que está em sua atividade funcional, só podem agir perante a lei, obedecendo-as, para o bem da sociedade.

No princípio de impessoalidade, o servidor público ou administrador público, deve atuar de forma neutra, justa, reto no interesse da sociedade, sem favorecimento ou promoção pessoal, em função do princípio citado, é o motivo da exigência de concursos públicos para o cargo público. Novamente, na Constituição Federal, podemos observar:

Art. 37. § 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Ou seja, tem como finalidade, fazer com que os servidores públicos não se beneficiem de alguém, haja em benefício de si mesmo, ou acabar prejudicando alguém apenas por não ser bem vista pelo administrador, impessoalidade faz com

que o servidor coloque as diferenças de lado e sirva para o bem da sociedade. O princípio da moralidade está ligado a honestidade, quer dizer que, o administrador deve ter uma área jurídica adequada e um comportamento ético plausível.

Na definição de Rocha (1994, p. 192):

A moralidade administrativa é o princípio segundo o qual o Estado define o desempenho da função administrativa segundo uma ordem ética acordada com os valores sociais prevalentes e voltada à realização de seus fins [...].

A moralidade analisada de forma direta, tem além de mostrar preocupação no aspecto legal, há importância dos valores morais perante a sociedade, esse princípio, além de ser utilizado externamente diante ao atendimento do público, é também muito visto internamente, desde uma xerox não solicitada a um recebimento de mérito desmerecido.

Há o princípio da publicidade, conforme definido por Meirelles (2011):

A publicidade, como princípio de administração pública (CF, art. 37, caput), abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como também, de conhecimento da conduta interna de seus agentes.

Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais, as atas dos julgamentos das licitações e os contratos com quaisquer interessados, bem como os comprovantes de despesas e as prestações de contas submetidas aos órgãos competentes (MEIRELES, 2011, p. 97).

A publicidade está ligada a transparência com a sociedade, qualquer cidadão pode ir a um órgão administrativo, pertencente ao poder público solicitando cópias de certidões e contratos de seu interesse, que lhe ajudem com informações de acordo com sua necessidade.

Esse princípio busca mostrar aos utilizadores do serviço que as informações sempre estão ao seu alcance, deixando o beneficiário por dentro de todas as situações que ele precisa saber, esse princípio é muito utilizado nos atendimentos previdenciários, quando os idosos muitas vezes necessitam de informações porque seus benefícios foram negados, benefícios como aposentadoria, auxílio doença, etc.

E por último e não menos importante, dentre os cinco princípios, a eficiência, que zela pela "boa administração", um bom atendimento, rapidez, segurança, transparência, de maneira justa e sem burocracia, sempre visando a qualidade e como o próprio nome faz referência, de maneira eficiente.

O princípio da eficiência vem marcar uma mudança de perfil da Administração Pública, perfil este que se preocupa com a qualidade, agilidade e credibilidade dos serviços públicos. Ele estabelece uma nova condição do cidadão frente à própria atuação do Estado-administração, que passa a ter que utilizar o instrumental burocrático não como um fim em si mesmo, mas como o mecanismo de concretização do interesse do cidadão, individual ou coletivamente (BERWIG, 2017).

Fazendo a análise de todos os princípios, a eficiência seja para fazer o fechamento do verdadeiro papel que a administração pública deve exercer. Diante disso, percebe-se que é necessária a administração pública para a organização do órgão, os princípios são a garantia fundamental para se ter um bom serviço prestado pelos poderes, gerando segurança e satisfação com uma boa administração pública para a sociedade.

2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA

Segundo o professor José dos Santos Carvalho Filho (2005, p. 402), a administração direta constitui o conjunto de órgãos que integram os servidores públicos, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado.

Os órgãos públicos pertencentes a administração direta, podem ser anunciados como independentes, autônomos, superiores, subalternos, órgãos que têm o serviço prestado diretamente pelo próprio Estado. Neste artigo iremos focar mais na administração pública direta que é desempenhada pelos Poderes da

União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, que têm um papel de suma importância, pois lidar diretamente com a sociedade.

Administração direta é formada pelos órgãos subordinados diretamente às pessoas políticas. No âmbito federal, por exemplo, integram a Administração direta a Presidência da República, os Ministérios, os órgãos subordinados aos ministérios (exemplo: Secretaria da Receita Federal, Polícia Federal, etc.), a Câmara dos Deputados e seus órgãos administrativos, o Supremo Tribunal Federal, demais tribunais do Judiciário, etc.

Nos municípios, são exemplos de órgãos da Administração direta a prefeitura municipal, as secretarias municipais e as câmaras municipais. Enfim, os órgãos que integram o setor político, isto é, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, independentemente do Poder, fazem parte da Administração direta ou centralizada (RICARDO, 2018).

Assim, quando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, prestam seu serviço, de forma direta, é onde há ação da administração pública direta, também conhecida como centralizada, possui ausência de personalidade jurídica, desse modo acaba podendo repassar sua titularidade dos serviços.

2.4 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

A administração pública indireta tem como composição as que participam da descentralização por competência do governo, foram reformuladas para desempenhar papéis em diversos setores para prestar serviço à sociedade. A administração indireta do Estado é o conjunto de pessoas que, vinculadas à administração direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada.

A Administração Indireta, na análise de Hely Lopes Meirelles, é o conjunto dos entes (entidades com personalidade jurídica) que vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público. Segundo o art. 4º, inciso II, do Decreto-Lei n. 200/67, a Administração Indireta compõe-se das Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundação Pública (RICARDO, 2018).

Para ter um bom desempenho na prestação de serviço, muitas vezes, o governo pode solicitar a descentralização de competências, analisando

informações referentes ao assunto, o governo considera a administração pública indireta, como ajuda, podendo solicitar a outros órgãos a prestação do seu serviço, mas esses órgãos não ficam subordinados ao governo no momento do serviço, diferente da administração direta que é ligada ao governo.

2.5 O ACESSO À JUSTIÇA E A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Não podemos tratar da Defensoria Pública sem antes analisar sobre o acesso à Justiça que vem sendo buscado diante de vários anos, segundo Rosemiro Pereira Leal, é incorreta a expressão “acesso à Justiça”, sobretudo se for tratar igualmente a expressão como, Órgão (ou Função) Judiciário (a) e Justiça onífrica, informa então que a forma seria acesso ao direito.

Depois, foi atestado também uma nova ordem constitucional da Constituição de 1934, com a liberação para ser inserido os direitos sociais, entre eles o direito de acesso gratuito à Justiça em seu artigo 113, no mesmo período de 1939, foi anexado ao Código de Processo Civil o benefício da justiça gratuita, para aqueles sem condições financeiras, mas mesmo assim ainda não tinha um serviço de assistência judiciária integral, gratuito e público, que permitisse a inclusão de um artigo para a liberação de tal assistência.

Após alguns anos as leis começaram a sofrer várias mudanças, depois da instabilidade, ao ponto mais elevado do Golpe de Estado em 1964, no período político dos anos 60 no Brasil, apesar desses períodos, na década de 80, houve grande movimentação para elaborar um Anteprojeto de Constituição, aprovado em sua redação na Constituição Federal de 1988, onde nesse texto, a assistência jurídica já era utilizada, mas com o novo artigo revigorado, houve o início da criação dos órgãos públicos, a Defensoria Pública, ao lado do Ministério Público e da Advocacia Pública, foi considerada como função essencial à Justiça no art. 134.

O breve histórico mostra, que as necessidades do povo, por seus direitos, não são de agora, já vem de décadas lutando por suas causas, sejam criminais, previdenciárias, saúde, dentre outras. Sabemos que o conhecimento da população carente não é de uma forma que abrange áreas como o direito, até mesmo o direito do consumidor que todos temos os direitos de saber, sabem sim, o básico, como por exemplo: O pagamento dos 10% ao garçom que não é obrigatório, a espera em fila que não se pode ultrapassar de um determinado tempo, etc. Coisas que são diariamente vistas pela população.

O povo não sabe quanto paga com juros abusivos, não sabe que se pode ter direito, em muitas outras coisas, e foi a partir disso que foram criados vários órgãos administrativos para ajudar. Esses órgãos são abertos para responder contra o governo, o que ocasiona mais ainda dificuldade de divulgação e conhecimento do povo.

A Defensoria como muitos outros órgãos são mantidos pelo governo e infelizmente deixa a desejar na demanda por conta disso, ser um órgão contra o governo e mantido por ele, diversas vezes é aberto Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) para cortes de gastos relacionados à defensorias, agora em 2018 com a nova PEC aceita pelo governo Temer, a PEC 241 congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos.

A população mais pobre, que depende do sistema público de saúde, educação, e órgãos públicos tende a ser mais prejudicada com o congelamento dos gastos do Governo do que as classes mais abastadas, mais ricas, as classes B e A no Brasil.

A Associação Brasileira de Saúde Pública, por exemplo, divulgou carta aberta criticando a PEC 241. No documento a entidade afirma que a proposta pode sucatear o SUS, utilizado principalmente pela população de baixa renda que não dispõe de plano de saúde. Além disso, de acordo com o texto da proposta, o reajuste do salário mínimo só poderá ser feito com base na inflação - e não pela fórmula antiga que somava a inflação ao percentual de crescimento do PIB. Isso atingirá diretamente o bolso de quem tem o seu ganho atrelado ao salário mínimo.

2.5.1 DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

A Defensoria Pública é constituída por: Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Distrito Federal e Defensoria Pública dos Estados. Essa divisão ocorre por conta da competência jurisdicional. A Defensoria Pública da União atua nas causas que competem a Justiça Federal, ou seja, junto à Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Tribunais Superiores, e instâncias administrativas da União.

A Defensoria Pública do Distrito Federal atua nas causas de competência da Justiça do Distrito Federal e a Defensoria Pública dos Estados atua nas causas ligadas com a Justiça estadual.

A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais da Defensoria Pública, isto é, da instituição vista como um todo. A DPU atua nos graus e instâncias administrativas federais, lembrando de que a Defensoria Pública da União também pode atuar nos Estados e no Distrito Federal, com suas Defensorias Públicas Regionais da União e respectivos núcleos, no primeiro e segundo grau e instâncias administrativas federais.

A Defensoria Pública é a instituição democrática mais próxima da sociedade e aberta/sensível às suas transformações, principalmente dos seus setores mais vulneráveis, que estão inseridos em contextos sociais, econômicos e jurídicos de contradições e demagogias (KETTERMANN; LIMA, 2015, p. 20).

A Defensoria Pública, assim como a maioria dos órgãos administrativos passou por grandes mudanças ao passar do tempo, tanto fisicamente como organizacionalmente e funcionalmente, desenvolvendo progressivamente um papel mais ativo dentro do Brasil, com a população carente.

A instituição tratada tem como responsabilidade agir de forma responsável para ajudar aqueles que não têm renda para solicitar atendimento na defesa judicial privada, entrando assim em contato com a DPU para então conseguir acesso ao direito gratuitamente e um acesso de qualidade.

Lamentavelmente, a DPU é um órgão procurado em última alternativa por não ter uma demanda tão alta para poder demonstrar o seu trabalho, muito dos assistidos só procuram a DPU depois de muitos “nãos” de outros órgãos e muitas vezes a população carente, chega sem esperança de ganhar a causa.

Tendo em vista que a economia brasileira está vivendo em constante mudança, no biênio 2015-2016 enfrentamos a pior recessão econômica dos últimos 87 anos no Brasil, com isso, infelizmente até as pessoas com boas condições financeiras tentam entrar em contato com a DPU, assim conseguir acesso ao direito gratuitamente e uma justiça de qualidade tirando a vez daqueles que realmente necessitam, deixando claro que, nem todos podem utilizar a assistência jurídica gratuita da DPU.

Por lei, o defensor só pode trabalhar para a pessoa que comprovar que não tem condições de pagar um advogado. Para determinar quem tem direito ou não ao serviço, é usada como base a renda familiar mensal, que não pode passar de

três salários mínimos – cerca de R\$ 2.862,00, ou seja, com um salário mínimo vigente de R\$ 954,00. Se a renda for maior, é preciso demonstrar gastos extraordinários, como despesas com medicamentos e alimentação especial (DPU, 2018).

Quando acontece um caso desse tipo é entrado em contato com o assistido (pessoa carente que precisa de assistência jurídica gratuita), dando um prazo para ele conseguir provar a sua hipossuficiência econômica, ou seja, entregar para DPU qualquer tipo de despesa que, seja como cópia do seu contracheque mostrando valores de empréstimos, gastos com saúde, educação, doença, etc., caso ele consiga entregar o que foi solicitado antes do prazo acordado com ele, dessa forma o defensor poderá atuar a favor do mesmo. Caso o assistido não compareça automaticamente até a data acordada o PAJ (procedimento de assistência judiciária), é arquivado.

Arquivado no meio jurídico, se formos pensar, é um processo contendo documentos pessoais, documentos administrativos, depoimentos e tantas outras coisas importantes não pode simplesmente ir ao lixo e realmente, ele não vai. Quando o processo é finalizado, ou paralisado temporariamente por algum motivo, o certo a se fazer é colocá-lo em um arquivo. Que pode ser desarquivado caso tenha motivos para isso, novamente é entrado em contato com o assistido, solicitando laudos médicos, extratos, qualquer outra situação que comprove esses gastos e que seja a favor da ação para o desarquivamento do processo.

Como podemos perceber e já citado a DPU é um dos órgãos que mais tem contato com a população carente, a todo momento é entrado em contato com eles, para ajudar e não só entramos em contato, a DPU está disponível 12h por dia, aguardando recebimento de documentos, agendamentos de perícias médicas, aberturas de novos PAJs, etc.

A assistência jurídica da DPU pode defender o cidadão em processos cíveis, criminais, previdenciários, tributários, bem como defesas administrativas em diversas áreas, no poder Judiciário, apresentar recursos aos tribunais e ajuizar ações. Outro tipo de serviço é a assistência jurídica extrajudicial, que dá orientações e aconselhamento jurídico, além de representar o cidadão em casos que envolvam órgãos da administração pública federal.

Atua também na curadoria especial, ou seja, presta serviço mesmo quando não é o assistido que procura. Existem vários motivos de um assistido ir até a DPU abrir um PAJ, seja por uma cobrança indevida em um cartão de crédito, um mau atendimento em um estabelecimento, uma calúnia, um benefício não liberado pelo INSS, valores bloqueados pelo INSS, acordos de dívidas, etc.

Um dos mais procurados é o divórcio, que não pode ser atuado pela DPU, mas, não quer dizer que a Justiça gratuita não possa atuar, mas sim que a atuação seria da Defensoria Pública do Estado, ligado a Justiça comum estadual.

2.6 A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A SOCIEDADE PARAIBANA

De acordo com os estudos econômicos e com a crise econômica que o país se encontrava no biênio 2015-2016, a administração pública também vem passando por mudanças no meio econômico, vive momento de reforma, de mudança. No ano de 2017, a economia brasileira entrou na fase de recuperação econômica, pois o PIB alcançou 1% de acordo com o IBGE.

Uma primeira realidade é a situação de crise, especialmente crise financeira; e isso leva a uma constatação: a Constituição Federal atribuiu competências ao poder público que ele não tem condições cumprir a contento; faltam verbas nas áreas de saúde, educação, previdência social, moradia, transporte, segurança; isso para falar apenas nas atividades essenciais (PIETRO, 2005, p. 46).

Como foi anteriormente informado, observa-se que administração direta está ligada diretamente com entidades da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Tendo em vista que estamos falando da DPU, temos como importância para a sociedade ajuda jurídica para aqueles que não possuem renda para a utilização de atendimento privatizado no meio jurídico.

De acordo com todos os pontos vistos da administração pública e como ponto de principal importância, um dos que tem a favorecer são os serviços públicos que seria toda a atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente

pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça às vezes, sob regime de Direito.

Com a democracia, torna-se mais instrumentalizados os sistemas de controle da administração pública, acompanhando o aumento da preocupação com o controle das atividades administrativas, frente à maior intervenção na sociedade, seja pela prestação de serviços, seja pela atividade regulatória da economia. Novas modalidades de controle dos atos administrativos são criadas, pois, a própria sociedade provoca e cobra a atualização dos mecanismos de censura sobre os atos ilegais da Administração Pública.

Através desta concepção de Estado e da Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que o controle da Administração Pública no Brasil, corresponde a um poder de fiscalização e correção exercido por órgãos dos poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e os cidadãos, com o escopo de garantir a conformidade de sua atuação com princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, portanto, garantia para os administrados e para a própria Administração.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa aborda o funcionamento de um setor administrativo em um órgão público, com o objetivo de encontrar a resposta para o problema de pesquisa, a saber: **“O papel da administração pública está sendo prestado de forma correta na Defensoria Pública da União?”**.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada através de uma entrevista, com perguntas para análise qualitativa. Um dos pontos mais importantes a se tratar é referente ao atendimento ao público, fazendo análise do funcionamento e se supre as necessidades a população.

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (RICHARDSON, 1999, p. 207).

3.2 INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS

Uma entrevista executada por meio de uma filmagem na DPU, que foi realizado perguntas de forma clara, sobre a DPU e pretende encontrar respostas para, a entrevista feita com 26% dos funcionários que prestam serviço a DPU.

A entrevista foi realizada após aprovação de todos os representantes, durante os dias 31 de maio de 2018 e 01 de junho de 2018, no turno da manhã, foi entrevistado 6 (seis) representantes, de todos os setores, atendimento, cartórios, administrativo, estagiários e ao Defensor Público Federal, podendo observar o ponto de vista de todos os setores que atuam no órgão.

De acordo com Salvador (1980) e Ribeiro (2008), a entrevista tornou-se, nos últimos anos, um instrumento do qual servem constantemente, para serem mais aprofundadas as análises. Recorrem estes à entrevista sempre que têm necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, podendo estes ser fornecidos por determinadas pessoas.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo. (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 17).

Ribeiro (2008, p. 141) trata a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da entrevista realizada, vamos observar que foi realizada uma análise referente aos pontos positivos e negativos de um órgão público. Como vivemos em uma sociedade cada vez mais exigente, a entrevista abaixo buscou

entender a real importância da administração pública, de atendimento ao público a forma de como é realizada cada procedimento no determinado órgão.

4.1 DEMANDA DE DEFENSORES POR PAJ (PROCEDIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)

A primeira pergunta feita foi referente ao atendimento na demanda de PAJs, onde foi observado que as respostas ficaram meio que divididas, onde, são 6 Defensores Públicos que atendem perante as instâncias administrativas na DPU/PB e quando esses seis Defensores estão atuando, é sim suprida a demanda, por defensor, mas é suprida por ter sido feito uma diminuição na abertura de processos administrativos para cada assistido, ou seja, no momento, ela é suprida, mas se fosse perguntado a alguns meses, poderíamos perceber que não. Os defensores públicos têm um papel único e primordial para que seja acontecido de forma correta o andamento do processo, mas justamente por conta da alta responsabilidade, acaba acumulando.

Não que esteja informando que não dão conta, mas para um defensor público receber mais de cinco consultas públicas de processos por dia, é muita coisa e sabemos que acaba atrasando. Na DPU/PB existem cartórios vagos, o que acaba aumentando a demanda de cada defensor. O que seria um cartório vago? Quando um defensor não atua mais na carreira e fica então sem preenchimento, tornando assim um cartório vago, quando isso acontece, todos os processos que chegam para esse cartório são distribuídos aos cartórios que estão em atuação, aumentando a demanda de PAJs, mas diante disso tudo a DPU/PB não perdeu prazos de intimação, de entrega de qualquer solicitação cobrada pela justiça.

4.2 ESPECIALIZAÇÃO POR CARTÓRIO

A segunda pergunta foi relacionada a especialização nos cartórios. A DPU é dividida em 6 (seis) cartórios, sem a especialização em cada um deles, ou seja, um mesmo cartório recebe diversos tipos de processo, nas áreas como Previdenciária, Criminal, Saúde, etc., com essa pergunta foi observado que mais de 50% dos entrevistados concordam que a especialização nos cartórios conseguiria atender melhor a demanda, por se tornar uma coisa prática, que feita repetidamente acaba sendo algo que se torna um hábito.

Apesar de algumas respostas informarem que não é feito a especialização por conta da demanda, que ficaria meio que injusto para outros cartórios, por ter motivos que, por exemplo: 40% dos PAJs abertos, são abertos na área de saúde, para se conseguir aquisição de um medicamento, a realização de uma cirurgia de forma mais rápida; 30% na demanda previdenciária, que é abertura de processos para a maioria dos idosos em busca de sua aposentadoria; e os outros 30% é penal e criminal e direitos do consumidor, e olhando por esse lado, pode se verificar que realmente não é necessário a realização da especialização nos cartórios, mas seria de grande valia para a DPU.

4.3 INSTRUÇÃO DOS ASSISTIDOS

A terceira pergunta foi feita para conseguir entender se a população que utiliza os serviços possuem informações/instruções do funcionamento da DPU, pouco menos de 15% dos entrevistados informaram que são, mas infelizmente, se olharmos de forma do conhecimento da DPU, irá perceber que ainda não há essa percepção/sabedoria, da população quanto ao “o que é a DPU?”, “o que a DPU faz?”, por mais que seja um órgão com grande valia no território brasileiro, a população residente da área que utiliza os serviços da DPU na comarca de João Pessoa, não têm conhecimento do que a DPU realmente fornece a sociedade.

Por que, não tem conhecimento? A DPU/PB tem um número pequeno de PAJs abertos, dever-se-ia ser atendido um número maior, precisaria fazer uma divulgação maior para se conseguir mais cidadãos, tendo em vista que os cidadãos que procuram a DPU geralmente procuram após receber vários “nãos” dos outros órgãos administrativos, chegando diversas vezes sem esperança do êxito em sua causa.

4.4 DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS E SUCATEAMENTO

A quarta pergunta deixa no ar uma ideia insatisfatória referente à divisória de custos no meio dos órgãos públicos espalhados na comarca de João Pessoa. Observando os órgãos, como exemplo: Justiça Federal, Tribunal de Contas e Ministério Público.

Analisando os outros órgãos conforme citados, percebe-se a diferença até de maneira visível, externamente, quando se olha os prédios relacionados a cada uma das entidades, não é só o externo que se pode observar. Todos os órgãos

possuem sua distribuição recebida de recursos pelo governo, isso mesmo, por mais que seja um órgão que atua na defesa da sociedade carente contra processos abertos pelo governo, a DPU ainda continua sendo um órgão mantido por ele próprio.

Com a abertura da PEC 241 no governo Michel Temer um dos gastos cortados foram os recursos abertos a favor do serviço público, a administração pública em si teve um corte bárbaro de recursos públicos. Agora no Brasil existe o teto dos gastos públicos por até 20 anos.

A falta de administração na área financeira do País está realmente precisando de mudanças, não só no serviço público prestado, mesmo sendo o Brasil com o maior número de tributos, exatamente 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria) não conseguimos saber onde está sendo posto esses valores e a população realmente precisa, de órgãos acolhedores para conseguir ter sucesso em suas causas.

A DPU tem um ponto positivo que é a localização, situada no centro da cidade, entretanto, por mais que esteja em um local de fácil acesso fica em lugar recôndito, onde muitos não conseguem chegar ao local, diferente de muitos outros órgãos que atuam de maneira bem visível a quem o busca.

4.5 PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO DO SERVIÇO

A última e quinta pergunta feita foi relacionada à publicidade do órgão que está dentro dos cinco princípios da administração pública, onde podemos perceber que mais da metade da amostra entrevistada percebeu a falta desse princípio. A DPU é um órgão grande, reconhecido dentro de todo território brasileiro, mas acaba falhando quando se trata desse ponto, por ser um órgão que atende as necessidades mais básicas da sociedade como a saúde e a educação.

Em 2016, a DPU adotou uma estratégia para designar defensores de cada região para uma função regional de direitos humanos e esta função tem várias atribuições, uma delas é justamente a projeção institucional da DPU, perante os órgãos públicos e perante a população, a participação em audiências públicas, eventos coletivos, atendimentos externos, deixar a DPU mais conhecida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando o que é a administração pública e todos os órgãos que precisam de tal matéria, pode-se então perceber o quanto ela é importante para o funcionamento das instituições, foi conseguido atingir o objetivo geral do presente artigo.

Foi obtido respostas claras referidas ao funcionamento da DPU, podendo perceber a relação do cidadão que utiliza os serviços prestados com aqueles que fornece o serviço e também que realmente há a falta de acesso/conhecimento da população carente, conforme especificado nos objetivos específicos.

Após a análise das informações colhidas por cada entrevista, pode-se concluir que: A DPU já passou por várias mudanças, logicamente para melhor, tentando suprir as necessidades da população carente que busca os serviços da mesma, está aberta para novas ideias, muda de acordo com as necessidades, e está mudando para melhoria dos atendidos e atendentes.

Levando em consideração que o acesso à justiça gratuita seja muito procurado pela população carente, podemos observar que a DPU ainda precisa mudar referente a um dos princípios da administração pública, a publicidade, que já está sendo feitas as mudanças referente a isso, quando podemos perceber a abertura do projeto do cartório voltado para direitos humanos.

Em resposta à problemática, conseguiu-se perceber o quão é importante a administração pública diante dos órgãos que a utilizam e como ela é importante para a Defensoria Pública da União, percebemos que o papel está sendo atribuído ao serviço prestado e o órgão está disposto a mudar para melhorias.

Com as informações obtidas nesse artigo através da entrevista realizada na DPU, já se possui ajuda em um dos fatores mais problematizados dentro do órgão que é a falta de conhecimento dele, podendo ser publicado e trazendo novas informações e divulgação do mesmo, onde, a população ficará mais ciente de como funciona e para que funciona.

Ao finalizar este artigo, a sede de conhecimento ficou maior, conhecer a administração pública e os bens que ela proporciona a todos, deixa a vontade de continuar estudando na área, podendo continuar com a pós-graduação, mestrado e quem sabe continuar a ensinar sobre esse benefício para a população carente, que necessita do serviço público de qualidade.

REFERÊNCIAS

BURGER, Adriana; KETTERMANN, Patrícia; LIMA, Sergio Sales. **Defensoria Pública: o reconhecimento constitucional de uma meta garantia**. 1ª. ed. São Paulo: ENADEP, 2015.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, Senado, 1998, 2017/2018. Art.37.

DAVID, Marcos; SANABIO, Marcos. **Administração pública e contemporânea: política, democracia e gestão**. 1ª ed. Rio de Janeiro: UFJF, 2013.

DPU. **Defensoria Pública da União**. Disponível em: <http://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php/component/content/>. Acesso em 10 de maio de 2018.

DPU. **Revista da Defensoria Pública da União**. 1ª edição, nº 10. Brasília: Escola Superior, 2017.

DPU. **Atendimento aos assistidos**. Disponível em: <http://intranet.dpu.def.br/paraiba>. Acesso em 04 de abril de 2018.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria Geral do Processo: Primeiros Estudos**. 7ª ed. São Paulo: Ver e atual, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

PERES, Edilon Volpi. **Lei Orgânica da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios**. 2ª ed. Bahia: Editora JusPODIVM, 2015.

PIETRO, Maria Sylvia. **Parcerias na Administração Pública**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**: Evidência, olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. p. 141, maio de 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Amélia Soares. **Defensoria Pública: Fundamentos, Organização e Funcionamento**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

O balão do Brasil poderá voar muito alto

Paulo Galvão Júnior⁵⁹



A edição para a América Latina da revista britânica *The Economist*, previu que o Brasil ia decolar em 14 de novembro de 2009, estampando na capa o Cristo Redentor subindo como um foguete econômico, e depois, em 28 de setembro de 2013, que o País perdia o rumo, com o Cristo Redentor caindo do céu de forma aleatória, e, posteriormente, em 26 de fevereiro de 2015, apresentou um país atolado no lamaçal, com uma passista de escola de samba com dificuldade de escapar de um pântano com muito lodo verde.

A forte queda nas atividades econômicas no Brasil provocou o aumento do desemprego, resultado das políticas fiscal e monetária restritivas do governo Dilma Rousseff, primeira capa da *The Economist* em 02 de janeiro de 2016.

A capa seguinte da *The Economist* sobre o Brasil, em 21 de abril de 2016, retratou o Cristo Redentor segurando um cartaz de “SOS”. Na reportagem, com título “A traição do Brasil”, a revista diz que o fracasso brasileiro não foi só culpa da

⁵⁹Economista brasileiro, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, mas de toda a classe política, que “decepcionou o país por meio de um mix de negligência e corrupção”.

Ocorreu o impeachment de Dilma Rousseff (PT) pelo Congresso Nacional e o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu definitivamente a cadeira da presidência da República Federativa do Brasil a partir de 31 de agosto de 2016.

A revista britânica *The Economist* na sua matéria de capa, em 18 de março de 2017, colocou sete balões com sete bandeiras no céu nublado para revelar as economias em ascensão. Três balões com bandeiras de países desenvolvidos, EUA, Japão e Reino Unido, ao lado de três países emergentes, China, Índia e Brasil, além do balão com uma bandeira azul e 12 estrelas amarelas que representam 28 nações integrantes da UE.

Na capa da maior revista de Economia do planeta, em março de 2017, o balão do Brasil é visível ao lado dos balões da Índia e do Japão. Outros quatro balões da China, do Reino Unido, da UE e dos EUA aparecem acima do balão do Brasil. Mas, o balão do Brasil poderá voar muito alto nos próximos quatro anos.

É preciso melhorar o nível de confiança dos empresários, dos consumidores e dos investidores. Para tanto, além da melhora dos indicadores econômicos e sociais, é necessária uma melhora das instituições, bem como do comportamento dos políticos e dos 35 partidos.

A crise econômica foi gravíssima no biênio 2015-2016. O preço de um quilo de feijão carioca subiu muito e um litro de leite integral ficou mais caro. A crise é cíclica, porém não estamos em uma dessas fases negativas da economia – a recessão. A crise gerou a alta carga tributária, o alto desemprego e a vertiginosa queda das atividades econômicas. A crise econômica provocou o aumento da insegurança, crescimento da violência urbana, forte queda do nível de qualidade dos serviços públicos, sobretudo na segurança.

No presente artigo, analisa-se os principais indicadores de seis países do G20, grupo das dezenove maiores economias do planeta e a UE: EUA, Japão, Reino Unido, Brasil, China e Índia. Não optou-se em analisar dez indicadores (população, área total, PIB, PIB *per capita*, taxa de crescimento do PIB, IDH, esperança de vida ao nascer, média de anos de escolaridade, anos esperados de escolaridade e taxa de desemprego) da UE na atualidade.

Quadro 1. Os Principais Indicadores de Seis Países do G20 na Atualidade						
Indicadores	EUA	Reino Unido	Japão	Brasil	China	Índia
População (em milhões de hab.)	321,8	64,7	126,6	207,6	1.376,0	1.311,1
Área Total (em milhões de km ²)	9,371	0,244	0,377	8,515	9,596	3,287
PIB (em US\$ trilhões)	17,4	2,8	4,1	1,5	10,9	2,0
PIB <i>per capita</i> (em US\$)	54.678	44.141	32.485	11.387	7.989	1.617
Taxa de Crescimento do PIB (em %)	2,0	1,4	0,9	1,0	6,8	6,8
IDH	0,920	0,909	0,903	0,754	0,738	0,624
Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	79,2	80,8	83,7	74,7	76,0	68,3
Média de Anos de Escolaridade (em anos)	13,2	13,3	12,5	7,8	7,6	6,3
Anos Esperados de Escolaridade (em anos)	16,5	16,3	15,3	15,2	13,5	11,7
Taxa de Desemprego (em %)	4,00	4,20	2,20	12,7	3,89	3,52

Fontes: OCDE, FMI e PNUD.

A China e a Índia são os dois países mais populosos do mundo, com 1,376 bilhão de habitantes e 1,311 bilhão de habitantes, respectivamente. Os EUA, o Brasil e o Japão são países populosos, com 321,8 milhões de habitantes, 207,6 milhões de habitantes e 126,6 milhões de habitantes, respectivamente. O Reino Unido é o menos populoso dos seis países do G20, em análise, com 64,7 milhões de habitantes.

Em área territorial, o maior país é a China, com 9,596 milhões de quilômetros quadrados. Em segundo e terceiro lugares estão os EUA e o Brasil, com 9,371 milhões de quilômetros quadrados e 8,515 milhões de quilômetros quadrados, respectivamente. Em quarto lugar, a Índia, com 3,287 milhões de quilômetros quadrados. A menor nação entre as seis nações do G-20 é o Reino Unido com apenas 244 mil quilômetros quadrados.

Os EUA são a maior potência econômica do mundo, com o PIB de US\$ 17,4 trilhões, segundo o FMI. O PIB reflete a soma de todas as riquezas produzidas por um país, expressa em valores monetários, num determinado período de tempo.

Nos EUA existem uma forte cultura de investimentos em ações de empresas americanas. O mercado de capitais é uma soma de expectativas sobre a valorização e a desvalorização das ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York. As decisões de compra ou de venda das ações das empresas americanas dependem muito destas expectativas no pregão da Bolsa de Valores de Nova York, em Wall Street.

O Japão é a terceira maior economia do planeta, com o PIB de US\$ 4,1 trilhões, sendo superado apenas pelos EUA e pela China com US\$ 10,9 trilhões. O Reino Unido é composto por quatro países, Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, alcançando um PIB total de US\$ 2,8 trilhões, atualmente, a quinta economia do mundo. O PIB da Índia e do Brasil foi de US\$ 2,0 trilhões e US\$ 1,5 trilhão, respectivamente, segundo o FMI.

Segundo o comentarista econômico americano Martin Wolf, do jornal **Financial Times**, *"Nos últimos 40 anos, a China e a Índia foram as economias mais dinâmicas do mundo. (...) A economia da Índia é hoje muito mais aberta e integrada à economia mundial. (...) É muitíssimo provável que a China virá a ser a*

maior economia do mundo e a Índia se tornará a segunda maior até a metade do século".

A Índia foi a segunda economia que mais cresceu no mundo nos últimos dois anos, em média, sete por cento ao ano. Este boom econômico foi ocasionado por serviços públicos em educação e saúde e por uma força de trabalho altamente qualificada que atua em setores de tecnologia, informática, farmacêutica, satélite artificial, cinema, telemarketing, turismo, etc.

Entre os seis países do G20 apontados pela **The Economist**, uma das revistas mais influentes do planeta, o maior PIB per capita é dos EUA com US\$ 54.678 e o menor PIB per capita é da Índia com apenas US\$ 1.617.

O Brasil tem um PIB per capita de 11.387 dólares americanos e, para triplicar, em cerca de US\$ 34.161, precisará crescer 5% ao ano, em média, pelos próximos 20 anos, assim ultrapassará o PIB per capita atual do Japão de US\$ 32.485.

The Economist destacou sinais de retomada da economia brasileira em 2017 e afirmou que *“o único caminho do Brasil é para cima”*. Acertou a renomada revista, porque a taxa de crescimento do PIB brasileiro no ano de 2017 foi de 1%, segundo dados do IBGE.

Entre 17 e 20 de março de 2017, no Brasil, a Polícia Federal encontrou carne adulterada, com a anuência de agentes governamentais do MAPA, ou seja, sem fiscalização da procedência e da qualidade da carne bovina, em troca de propina paga pelos frigoríficos. O Brasil passou por momentos econômicos e políticos muito difíceis.

Em maio de 2018, ocorreu a greve dos caminhoneiros, por onze dias, que provocou uma forte queda nas atividades econômicas em todo o País. A previsão atual do BCB é de taxa de crescimento do PIB brasileiro de 1,6% no ano de 2018. A perspectiva do FMI é expansão de 1,8% do PIB do Brasil em 2018.

O Brasil, segundo o banco de investimentos Goldman Sachs, tem potencial econômico para superar a atual posição de 8ª maior economia do mundo, podendo se tornar a 5ª maior economia do planeta em 2050. Não podemos esquecer que saímos do capitalismo tardio de 1945 para o capitalismo de compadrio de 2017 nos últimos 72 anos.

Conforme a revista *The Economist*, fundada em setembro de 1843, em Londres, "A economia brasileira vem encolhendo nos últimos oito trimestres, mas, com as expectativas inflacionárias controladas, as taxas de juros agora estão caindo. Brasil e Rússia devem adicionar ao PIB global neste ano, não reduzi-lo". É verdade, no Brasil, ocorreram oito quedas trimestrais do PIB, no primeiro trimestre de 2015 a retração foi de 6,8% e no quarto trimestre de 2016 a recessão foi de 2,3%, segundo dados oficiais do IBGE.

Na capa de uma das mais tradicionais revistas de Economia do mundo, o balão do Brasil revela que o pior já passou, a recessão acabou de 3,5% no biênio 2017-2018, agora é a vez da recuperação econômica. O balão verde e amarelo poderá voar muito alto, dependendo das escolhas dos agentes econômicos (as famílias, as empresas, o Governo e o resto do mundo) em plena guerra comercial (*trade war*) entre os EUA e a China, as duas maiores economias do planeta.

Com medidas protecionistas, o presidente Donald Trump aplicou alíquotas de 25% de Imposto de Importação sobre o aço importado e de 10% de Imposto de Importação sobre o alumínio importado, provocando o início da guerra comercial entre os EUA e a República Popular da China. Recentemente, os EUA aumentou as tarifas de importação de mais de 1.000 produtos chineses, enquanto a China sobretaxou mais de 650 produtos norte-americanos.

Estamos em plena guerra comercial entre os EUA e a China. A China é a segunda maior economia mundial e principal parceiro comercial do Brasil. E os EUA são a maior economia do planeta e segundo parceiro comercial do Brasil. A guerra tarifária entre os dois países mais ricos do mundo e principais parceiros comerciais do Brasil abre janelas de oportunidades para as exportações brasileiras a curto e médio prazos, mas, a longo prazo todas as janelas estarão fechadas.

O governo Donald Trump dos EUA impôs tarifas sobre vários produtos chineses. O governo Xi Jinping da República Popular da China impôs tarifas também sobre vários produtos norte-americanos. A OMC, em Genebra, na Suíça, terá um papel fundamental para acabar com essa absurda guerra tarifária, e sobretudo, defender o livre comércio.

É preciso fazer a economia brasileira crescer mais rápido, com uma economia aberta e mais integrada à economia global. É necessário ampliar o

acesso à saúde para prolongar a vida dos brasileiros, nos atuais 74,7 anos, segundo dados do PNUD.

Por um Brasil melhor, por mais qualidade de vida nos 72 milhões de domicílios no País. O IDH do Brasil é de 0,754, maior do que os IDHs da China e da Índia, com 0,738 e 0,624, respectivamente, segundo dados de 2015 do PNUD.

É fundamental, grandes investimentos na educação de qualidade para melhorar significativamente os atuais indicadores educacionais no Brasil, média de 7,8 anos de escolaridade e 13,5 anos esperados de escolaridade, segundo dados de 2015 do PNUD.

A recessão econômica no biênio 2015-2016 foi a pior retração dos últimos 87 anos no Brasil. Como previsto por economistas, no mercado de trabalho, a taxa de desemprego sempre um dos últimos indicadores a melhorar com a lenta recuperação da economia brasileira. A taxa de desemprego no Brasil foi 12,7% no ano de 2017, segundo a PNAD Contínua do IBGE.

O grande desafio é retomar o crescimento econômico com inclusão social nas cinco regiões do País. Em suma, conclui-se que a economia brasileira tem gigantescos problemas como a recuperação econômica lenta, e uma das singulares portas desta recuperação robusta é a economia criativa.

A economia criativa estimula a criatividade pessoal e o surgimento de novas ideias. Segundo o sociólogo italiano Domenico De Masi, “Ao homem cabe uma tarefa no qual é insubstituível: ser criativo, ter ideias”.

Uma visão atual sobre o Brasil

Paulo Galvão Júnior⁶⁰



O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, com 8.515.767,049 km², ficando atrás da Federação Russa, China, Canadá e EUA e à frente da Austrália. O Brasil é um país continental.

A República Federativa do Brasil tem 26 estados e um DF desde 05 de outubro de 1988 e tem cinco regiões geográficas desde 1969: Sul (3 estados), Sudeste (4 estados), Centro-Oeste (3 estados e um DF), Nordeste (9 estados) e Norte (7 estados). A capital é Brasília, localizada no DF, na região Centro-Oeste.

O mar territorial tem 12 milhas náuticas (aproximadamente 22,2 km) e é parte integrante do território brasileiro, e o Brasil exerce soberania em toda sua extensão. O Brasil tem 200 milhas náuticas (aproximadamente 370,4 km) para explorar economicamente na Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Na Amazônia Azul com 4,5 milhões de km² é possível explorar muitas riquezas naturais como gás natural, petróleo, peixes, minérios e sal.

O território do Brasil corresponde a 1,6% da superfície do planeta, 20,8% da superfície do continente americano e 47,3% da América do Sul. Suas fronteiras totalizam 23.127 km, dos quais 15.719 km são terrestres e 7.408 km são de orla marítima.

⁶⁰Economista brasileiro, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

O Brasil faz fronteira com nove países sul-americanos: Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. É a segunda maior fronteira terrestre do mundo. O Brasil faz fronteira com a Guiana Francesa, território da França desde 1817, e não faz fronteira apenas com dois países sul-americanos, o Chile e o Equador.

Na fronteira com a Venezuela, está o ponto mais alto do Brasil, o Pico da Neblina, localizado no norte do Amazonas, na Serra do Imeri, com 2.994 metros de altitude, segundo a medição por GPS⁶¹ pelo IBGE. O Brasil é banhado pelo Oceano Atlântico e tem as ilhas oceânicas de Fernando de Noronha, Trindade e Martim Vaz, São Pedro e São Paulo, Atol das Rocas e Abrolhos. É a maior fronteira marítima do Oceano Atlântico.

O Brasil é o sexto país mais populoso do planeta, com 207,6 milhões de habitantes (a Terra já ultrapassou 7,6 bilhões de habitantes), estando atrás apenas da China, Índia, EUA, Indonésia e Paquistão e à frente da Nigéria, Bangladesh, Rússia e Japão.

O último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, contabilizou 190.755.799 brasileiros residentes no País. Hoje, a população brasileira é de mais de 207 milhões de habitantes. Estima-se uma densidade demográfica de 24 hab./km².

O problema é que a maior parte da população concentra-se no Litoral que se estende do Rio Grande do Sul ao Amapá e, por outro lado, imensas parcelas do Centro-Oeste e do Norte apresentam verdadeiros vazios demográficos. Na maior floresta tropical do mundo não ultrapassam os 18 milhões de habitantes. Na Amazônia Verde com 5,2 milhões de km² em 9 estados brasileiros é viável economicamente a exploração de muitas riquezas naturais como frutas, peixes, ouro, diamante, minério de ferro, bauxita, petróleo e borracha.

O Brasil é uma grande nação miscigenada, índios, brancos e negros, com mamelucos, mulatos e cafuzos, além de asiáticos como japoneses, que trabalharam muito na mais populosa nação sul-americana.

⁶¹Sistema de Posicionamento Global.

Antes da chegada dos portugueses no Brasil, em 22 de abril de 1500, estima-se que havia aproximadamente entre 3 a 6 milhões de índios. O crescimento da população brasileira entre 1500 (apenas 15 mil habitantes, não incluídos os índios) e 2018 (207,8 milhões de habitantes) é extremamente acelerado. Mas, a população indígena reduziu a cerca de 896 mil índios em 2018, que falam ao menos 274 línguas e se dividem entre 305 etnias, e a maioria deles moram na região Norte (37,4%).

Celso Monteiro Furtado (1920-2004), um dos maiores economistas brasileiros de todos os tempos, aclamado “Economista Emérito do Brasil” na sessão de encerramento do Congresso Brasileiro de Economia de 2001, realizado em Recife, afirmou em julho de 2004: “(...) *É só quando prevalecem as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento*”.

O Brasil sofreu muito com a recessão econômica no biênio 2015-2016 e o desemprego elevado. No livro **Não à Recessão e ao Desemprego**, o brilhante economista paraibano Celso Furtado (1983, p.54-55) aborda a questão do aumento do desemprego no Brasil, sobretudo, o desemprego entre os jovens: “*Quantos milhões de pessoas se agregarão, em consequência, à atual massa de desempregados? Que pensarão de seu próprio País essas centenas de milhares de jovens que sairão das universidades e escolas especializadas para enfrentar as frustrações e humilhações do desemprego crônico?*”.

Segundo dados do IBGE, entre 2013 e 2016, no Brasil, 341,6 mil empresas fecharam suas portas, contribuindo para os 12,3 milhões de desempregados nas cinco regiões do País no quatro trimestre de 2016.

Numa entrevista para TV brasileira em Paris, França, Celso Furtado refletiu: “*Por que o Brasil é um país atrasado, se tem tantas riquezas? Por que o Brasil que tem os recursos potenciais que possui, não dá de comer a sua população adequadamente? Por que o Brasil é tão atrasado dentro da própria América Latina?*”.

A economia brasileira cresce com o aumento da participação das atividades primárias, secundárias e terciárias no PIB. O Setor Primário envolve as matérias primas oriundas de atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas. Por exemplo, na agricultura, a soja, a cana-de-açúcar e o abacaxi. Na pecuária, as carnes bovina,

suína e de frango. No extrativismo mineral, o minério de ferro, o ouro e o nióbio. No extrativismo vegetal, o palmito e no extrativismo animal, a pesca.

A agricultura brasileira contribuir com 23,5% do PIB nacional em 2017. O Brasil utiliza 350 milhões de hectares nos dias atuais e tem 5,1 milhões de estabelecimentos rurais no País.

Os agricultores e pecuaristas brasileiros exportaram os seus produtos agropecuários para mais de 150 países e geraram US\$ 96 bilhões em 2017. O Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo com cerca de 220 milhões de cabeças de gado espalhadas nas cinco regiões do País. O Brasil é o maior exportador de carne bovina do planeta.

O Setor Secundário reúne as indústrias que irão transformar as matérias-primas em bens. As indústrias de base produzem bens para outras indústrias, a metalúrgica produz aço para a automobilística, e as indústrias de bens de consumo duráveis produzem carros, aviões, geladeiras, etc. e as indústrias de bens não duráveis fabricam pizzas, refrigerantes, vinhos, pipocas, etc.

O Setor Terciário engloba os serviços como bancos, transportes, educação, saúde, comércio, telecomunicações, turismo. É uma gama imensa de atividades profissionais, como por exemplo, a atendente de telemarketing, o consultor de TI, sendo o setor que mais cresce na economia brasileira.

O Brasil é muito rico em recursos naturais. O Brasil tem recursos naturais renováveis e não renováveis. Os recursos renováveis são recursos que não se esgotam na Natureza, na velocidade que os agentes econômicos os consomem diariamente para satisfazer as suas necessidades. E os recursos não renováveis esgotam-se, devido à ação dos agentes econômicos, a uma velocidade superior à da sua renovação pela Natureza.

Os principais recursos renováveis são: Energia Eólica; Energia das Ondas do Mar; Energia Hidroelétrica; Energia Geotérmica; Energia da Biomassa; e Energia Solar. Os principais recursos não renováveis são: Carvão; Gás Natural; e Petróleo.

Em 27 de junho de 1975, o governo do general Ernesto Geisel realizou um Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Ocidental para construção de 8 usinas nucleares em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. A primeira usina nuclear brasileira só

entrou em operação comercial em 1985 e opera com um reator de água pressurizada. Com 640 megawatts de potência, Angra I, gera energia suficiente para suprir uma cidade de 1 milhão de habitantes como Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A segunda usina nuclear, Angra II, começou a operar comercialmente em 2001. E a construção da usina nuclear de Angra III foi paralisada desde o escândalo de corrupção na obra, revelado pela Operação Lava Jato. Logo, seis usinas nucleares foram pagas, mas não construídas.

A previsão de conclusão da usina nuclear Angra III é de R\$ 25 bilhões em 2026, segundo a Eletronuclear. A Energia nuclear é cara e perigosa. Há ainda os elevados custos para acomodar o lixo atômico. O Brasil tem um dos maiores potenciais do planeta para energias renováveis como a energia solar e a energia eólica. O estado do Rio Grande do Norte é responsável por 70% da geração de energia eólica do País.

O Brasil é um grande produtor de *commodities* no mundo. A produção de *commodities* agrícolas como soja, café e açúcar; *commodities* minerais como minério de ferro, ouro e urânio; e *commodities* energéticas como petróleo e etanol.

As *commodities* são cíclicas porque no mercado internacional existem os países produtores e exportadores e os países importadores, e porque quando a produção aumenta, os estoques crescem, logo os preços caem, quando a produção diminui, os estoques reduzem, logo os preços sobem. O Brasil é o maior exportador mundial de *commodities* agrícolas e sofre com o fim do ciclo das *commodities*.

O Brasil é a sétima economia do mundo no ranking mundial do PIB em dólares PPC, segundo dados do FMI. Mas, no quadriênio 2019-2022, o Brasil terá um voo de águia ou de galinha? Por que o Brasil tem um déficit público de R\$ 139 bilhões?

O Brasil desde 1990 convive com a Era da Informação, cujo foco é no futuro. Cujas ênfase é na mudança e na inovação. Portanto, é fundamental a gestão de pessoas como seres humanos proativos. As organizações privadas buscam mais do que a satisfação, mas a felicidade dos seus parceiros internos admitindo que, dessa forma, conseguirão atrair e reter os melhores que são as pessoas

chaves para o sucesso destas organizações privadas. Um dos objetivos da gestão de pessoas é atrair, desenvolver e manter profissionais qualificados.

Como desenvolver as pessoas no Brasil? Com cursos de treinamento, com programas de comunicação, com palestras de desenvolvimento, com artigos que vislumbram o panorama da Educação no Brasil nos próximos quatro anos.

A pior crise econômica em tempos recentes já passou. É preciso que a economia brasileira volte a crescer de forma sustentável nos próximos quatro anos. É fundamental a implantação de um Plano Quadrienal para os anos 2019, 2020, 2021 e 2022 no Brasil, para estabelecer as reformas estruturais como a reforma agrária, a reforma tributária, a reforma urbana, a reforma da Previdência e sobretudo, a reforma educacional. Por que os alunos dos Ensinos Fundamental e Médio não têm aulas de Economia? Por que os alunos de Contabilidade e Direito não têm aulas de Economia Brasileira?

É importante melhorar no campo microeconômico. Segundo o Banco Mundial, no ano de 2016, no cenário de facilidade de fazer negócios, o Brasil ficou na 123ª posição num ranking internacional de 190 países, liderados pela Nova Zelândia, seguida de Cingapura e Dinamarca. É fundamental melhorar no campo educacional. Infelizmente, o Brasil ostenta as piores posições no ranking internacional de educação, especialmente, no PISA.

Quadro 1. Resultados do Brasil no PISA 2015

País	Ranking	PISA	Ranking	Ciências	Ranking	Leitura	Ranking	Matemática
Brasil	65	387	63	401	59	407	66	377

Fonte: OCDE.

O PISA é avaliado a cada três anos pela OCDE desde 2000. É uma grande avaliação internacional dos estudantes em três áreas-chave: Ciências, Leitura e Matemática. No PISA 2015, com 72 países avaliados pela OCDE, o Brasil ficou no

59º lugar em Leitura com 407 pontos, 63º lugar em Ciências com 401 pontos e 66º lugar em Matemática com 377 pontos.

Apesar do PISA avaliar 72 países, com provas aplicadas pelo computador, no ranking são considerados 70, pois Malásia e Cazaquistão não seguem as mesmas regras de amostragem dos demais países, o que não permite a comparação.

O Brasil está entre os piores do planeta em avaliação de educação. É preciso motivar os estudantes no aprendizado de Ciências, Matemática e Leitura. O Brasil precisa promover maior criatividade, fomentar o trabalho em equipe, e sobretudo, incentivar os estudantes a pensar criticamente em sala de aula.

O Brasil é o único país sul-americano a participar das seis edições do PISA entre 2000 e 2015. O Brasil tem sérios problemas de incentivar os estudantes a leitura em bibliotecas públicas e privadas. O Brasil não tem políticas públicas eficazes e eficientes para novos escritores lançarem seus livros ou e-books.

Quadro 2. A Evolução dos Resultados do Brasil em Leitura no PISA – 2000/2015								
Ano	2000	2003	2006	2009	2012	2015	Média	Evolução
Brasil	396	403	393	412	410	407	403	+11 pontos (+2,77%)

Fonte: OCDE.

O PISA é avaliação internacional de estudantes na faixa etária entre 15 anos e três meses (completos) e 16 anos e dois meses (completos) no início do período de aplicação no Brasil, em três áreas cognitivas, Ciências, Leitura e Matemática, com duas horas de teste, sob a responsabilidade das provas do INEP.

Sem dúvida alguma, mais qualidade de vida é o sonho de qualquer brasileiro, principalmente, depois de aposentado. Mas, os resultados do PISA atestam que o estudante brasileiro ler mal um texto. O estudante ler com dificuldade e entende muito pouco daquilo que lê.

É preciso incentivar a leitura do estudante nas bibliotecas privadas e públicas. Segundo a OCDE, “88% dos alunos brasileiros não conseguem apontar a ideia principal de uma crônica ou de um poema”.

Por que a educação no Brasil não funciona? Porque o Brasil não promove maior criatividade, não fomenta o trabalho em equipe e, sobretudo, não incentiva os estudantes a pensar criticamente em sala de aula.

É preciso investir mais na capacidade dos professores brasileiros darem boas aulas, aulas mais criativas, mais dinâmicas, para estimular a criatividade dos seus alunos em sala de aula. É preciso encontrar o profissional certo, montar equipe dos melhores professores e fazê-los perseguir excelentes resultados.

Quadro 3. Os Resultados de Cingapura, Japão, Finlândia e Brasil no PISA em 2015			
País	Ciências	Leitura	Matemática
Cingapura	556	535	564
Japão	556	516	532
Finlândia	531	526	511
Brasil	401	407	377

Fonte: OCDE.

Em Cingapura, primeiro lugar em Ciências, Leitura e Matemática no PISA 2015, o tamanho das turmas é, em média, de 21 alunos por sala. O estudante permanece obrigatoriamente 6 horas por dia na escola. Cingapura investe 3,2% do PIB em educação e encontra-se na 36ª posição no ranking da economia mundial.

Em Cingapura, os estudantes usam notebooks e celulares em sala de aula, eles estão sentados em cadeiras confortáveis, em mesas redondas, lendo livros e e-books em inglês, e os professores recebem mensalmente cerca de R\$ 6.630,00

para uma jornada de 48 horas semanais, usando lousa digital e datashow moderno.

As lições dos 30 pontos no PISA 2015 equivalem a um ano de estudos. Em média, em Leitura, os 23.141 estudantes brasileiros de 841 escolas estão mais de quatro anos atrás dos estudantes singapurenses. Em Ciências, mais de 5 anos. Em Matemática, mais de 6 anos.

Por que a educação em Cingapura funciona? Porque em Cingapura, uma cidade-Estado insular do sudeste asiático, com 5,6 milhões de habitantes, os professores são reunidos no Instituto Nacional de Educação para serem treinados.

O PISA 2015 aponta que um dos gargalos da educação no Brasil (65º lugar) é a formação dos professores e aponta também que países que são referência em educação, como Cingapura (1º lugar), Japão (2º lugar) e Finlândia (5º lugar), conseguiram melhorar a qualidade do ensino após superar esse desafio.

Os estudantes japoneses de 15 anos continuam com ótimo desempenho na prova da OCDE, PISA 2015, com 538 pontos. Em Ciência, os japoneses alcançaram 556 pontos. Em Leitura, a média dos alunos japoneses somou 516 pontos, bem acima da média dos países da OCDE, com 493 pontos. Enquanto em Matemática, a média dos japoneses situou-se 532 pontos.

A Finlândia é conhecida mundialmente como a Terra do Sol da Meia-Noite, um fenômeno natural observável ao norte do Círculo Polar Ártico (hemisfério norte), local onde o Sol é visível por 24 horas do dia. Nos países nórdicos, o dia não tem fim no verão, bom para ler bons livros.

“O magistério na Finlândia é uma carreira de prestígio. A profissão possui um alto status em nossa sociedade, que tem grande respeito e consideração pelos professores”, diz o professor Martti Mery na escola finlandesa Viikki. Os estudantes finlandeses alcançaram 526 pontos em Leitura, na prova da OCDE, numa variação em pontos de um total de 1.000 pontos.

O Japão é conhecido internacionalmente como a Terra do Sol Nascente. Em japonês, “raiz do sol” é “Nippon”, daí o adjetivo nipônico, designando aquilo que é relativo ao Japão. O Japão está localizado no extremo leste da Ásia e é formado por quatro grandes ilhas montanhosas (Honshu, Hokkaido, Kyushu e Shikoku) que representam 97% do território e mais de três mil pequenas ilhas.

No Japão, um professor é chamado de “sensei”, que se traduz literalmente como “mestre”. Sabendo da importância desse profissional em relação ao futuro do país, já que este futuro depende das crianças, o governo japonês faz uma rígida seleção, escolhendo professores qualificados para essa função. Ser professor requer muito estudo e amor à profissão no Japão.

No PISA 2015, em Leitura, o Brasil com 407 pontos, encontra-se à frente de países como Argélia (350 pontos), Líbano (347 pontos) e Kosovo (347 pontos). Em suma, “As economias modernas valorizarem indivíduos não pelo que sabem, mas pelo que podem fazer com o que sabem” (OCDE, 2016).

As lindas praias de João Pessoa: Avanços e Desafios no Turismo e na Sustentabilidade

Paulo Galvão Júnior⁶²



As lindas praias de João Pessoa são ótimas para caminhar sozinho, a dois, em família ou em grupo. Da Praia do Bessa até a Praia de Barra de Gramame são 24 km de orla marítima. “João Pessoa tem a orla mais bonita da região Nordeste”, segundo a conceituada revista Viagem e Turismo.

O turismo é uma atividade econômica de relevante importância para a economia pessoense. O turismo está em franca expansão na Capital paraibana. João Pessoa é privilegiada em termos de riquezas naturais, culturais e históricas. Podemos destacar o Turismo de Sol e Praia, o Turismo de Eventos e o Turismo Histórico.

No dia 05 de agosto de 2018, nas comemorações alusivas aos 433 anos da terceira capital mais antiga do Brasil, atrás apenas de Salvador e Rio de Janeiro, os pessoenses, os paraibanos, comemoram suas belezas naturais e sua rica história.

Hoje, decidir, finalmente, aos 48 anos de idade, casado, pai de duas filhas, economista, escritor e professor universitário do IESP Faculdades, sozinho

⁶²Economista pessoense, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

desfrutar das belezas naturais paradisíacas do litoral pessoense e em busca de informações sobre os avanços e desafios no turismo e na sustentabilidade.

João Pessoa, antiga Cidade de Nossa Senhora das Neves, foi fundada pelos colonizadores portugueses em 05 de agosto de 1585, no século XVI, às margens do rio Sanhauá. A cidade histórica e turística de João Pessoa tem dez lindas praias, sendo seis praias urbanas, Praia do Bessa, Praia de Manaíra, Praia de Tambaú, Praia do Cabo Branco, Praia do Seixas e Praia da Penha, além de quatro praias não urbanas, Praia do Arraial, Praia do Jacarapé, Praia do Sol e Praia de Barra de Gramame.

Felizmente, vi lindos cenários que farão você, leitor/a, sonhar acordado durante a caminhada nas lindas praias de João Pessoa, atualmente, com mais de 801 mil habitantes (IBGE). O turismo em João Pessoa gera empregos diretos e indiretos a cada ano, gera e distribui renda, gera lucro e tributos, e sobretudo, causa mínimo impacto ao meio ambiente.

São sete horas da manhã. Eu estou exatamente na linda Praia do Bessa, com 6 km de orla, na fronteira com a Praia de Intermares, no município vizinho de Cabedelo, divididas pelo rio Jaguaribe. Início a minha caminhada na praia urbana do Bessa em direção à praia não urbana de Barra de Gramame.

Pelas areias finas e batidas vou caminhando lentamente. Quando caminho vou observando a paisagem natural da zona costeira paraibana, contemplando o céu azul e, sobretudo, fotografando no meu celular Samsung, as belezas naturais que fascinam os turistas brasileiros e estrangeiros.

Nas areias limpas de João Pessoa podemos encontrar a tranquilidade, a sensação de paz, a qualidade de vida. Na capital à beira-mar de um dos nove estados nordestinos, podemos enxergar os coqueirais na Praia do Bessa, localizada no extremo norte de João Pessoa. A linda Praia do Bessa tem um mar predominantemente com águas em tons verdes, tem pedras artificiais e naturais, não há quiosques, apenas barracas desmontáveis que alugam cadeiras de praia e guarda-sóis e vendem bebidas e alimentos.

Desde adolescente, eu prefiro a Praia do Bessa, perto do late Clube da Paraíba, do que as duas próximas praias para tomar banho de mar, pois as Praias de Manaíra e de Tambaú ficam mais cheias de banhistas, visitantes, turistas nacionais e estrangeiros. Infelizmente, deve-se evitar o banho de mar na Praia do Bessa, no trecho próximo ao maceió do Bessa.

Recomendamos aproveitar as águas calmas, normas e limpas do Caribessa, corais ricos em diversidade marinha, seja por via caiaque ou *stand up paddle* na maré baixa, em torno de 40 centímetros para realizar um inesquecível mergulho.

Depois da Praia do Bessa, a linda Praia de Manaíra, na orla de João Pessoa, antiga Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1588) sob o domínio

espanhol. É formada por uma estreita faixa de areia branca que tem coqueiros, pedras naturais, novos empreendimentos turísticos, além de muitos edifícios a leste. O destaque da orla de Manaíra vai pro MAG Shopping, pela praça de alimentação que é aberta e de frente pro lindo mar. Os ventos fortes são ideais para os praticantes de kitesurf.

Em João Pessoa vigora uma lei municipal proibindo a construção de qualquer edifício com mais de três andares ou 9 metros nas principais avenidas à beira-mar, para não atrapalhar a bela vista do mar e a circulação do ar. A orla de João Pessoa é a única do Nordeste que não tem enormes espigões diante do Oceano Atlântico. Infelizmente, em frente ao Verdegreen Hotel, a praia imprópria para banho (*improper for bath*), devido ao despejo de esgoto no mar pelas ligações clandestinas.

Depois da Praia de Manaíra, a linda Praia de Tambaú. Nas areias de Tambaú chegamos à praia mais conhecida e mais visitada da cidade de João Pessoa, antiga Frederikstadt (1634) sob o domínio holandês por vinte anos. Na Praia de Tambaú está localizado o mais conhecido hotel da Paraíba, o Tropical Hotel Tambaú, o único hotel à beira-mar de João Pessoa e inaugurado em 1971, com 175 apartamentos e duas piscinas.

Nas areias da Praia de Tambaú com 8 km de orla, podemos enxergar os baixos coqueiros e muitos quiosques. Não deixe de fazer o passeio das Piscinas Naturais de Picãozinho, pelo catamarã (uma embarcação marítima com dois cascos, com propulsão a motor a diesel), na maré baixa e que tem um preço acessível e leva a piscinas naturais rasas e cheias de vida marinha, com peixes coloridos e corais para mergulhar. Infelizmente, na famosa Praia de Tambaú está imprópria para o banho de mar a 100 metros à esquerda e à direita do Busto de Tamandaré e do letreiro turístico “Eu amo Jampa”, no fim da Avenida Presidente Epitácio Pessoa, o único paraibano presidente do Brasil entre 1919 e 1922.

Depois da Praia de Tambaú, a linda Praia do Cabo Branco. Considerada a mais extensa e mais bela praia urbana de João Pessoa, antiga Parahyba (1654) sob o domínio português. As areias da Praia do Cabo Branco são limpas e podemos encontrar coqueiros e quiosques organizados. Uma característica forte é à distância do mar para o calçadão com muita areia branca. A orla de Cabo Branco possui ciclovia, calçada ampla e várias atividades de lazer e de esporte, no qual destaque o vôlei de praia e o futevôlei.

Infelizmente, os banhistas e os turistas podem encontrar plásticos na areia, que serão levados pela maré alta, por exemplo, uma garrafa de água mineral provavelmente poderá ser consumida por uma tartaruga marinha no oceano e a ingestão de plástico levará a sua prematura morte. Infelizmente, precisamos evitar a Praia do Cabo Branco, nos trechos no final da Avenida Monsenhor Odilon Coutinho e Avenida Buarque; próximo à desembocadura da galeria pluvial e na rotatória do final da Avenida Cabo Branco, 100 metros à direita e 100 metros à esquerda da desembocadura de outra galeria pluvial.

Na Praia do Cabo Branco ainda podemos encontrar falésias que chegam a 40 metros de altura. No alto da falésia, visualizamos o Farol do Cabo Branco desde 21 de abril de 1972, com seus 19 metros e seu alcance luminoso de 27 milhas náuticas (aproximadamente 4.345 km), uma obra construída em plena Ditadura Militar.

As falésias do Cabo Branco estão desmoronando há décadas. As chuvas, os ventos e as ondas do mar estão provocando o processo de erosão na falésia da Praça de Iemanjá (completamente abandonada e a estátua de Iemanjá sem a cabeça) até a Praia do Seixas. Percebemos a falta de vegetação no topo da falésia e problemas de impermeabilização do solo, além da insegurança com os possíveis deslizamentos da barreira.

Às dez horas da manhã eu cheguei na Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, obra do renomado arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, inaugurada em 03 de julho de 2008, porque com a maré já alta, fui obrigado subir ao calçadão, sem poder percorrer a orla final do Cabo Branco. Subiu a ladeira do Cabo Branco, com o grupo de turistas e cheguei ao Altiplano Cabo Branco e ao fim da primeira etapa.

Na primeira etapa da caminhada na orla, gostei muito de dizer muitos “Bom Dia”, observei muitas conchas do mar na areia, muitos homens e mulheres passeando com os seus cachorros, casais jogando frescobol, muitos pescadores com suas varas modernas de pesca, mas o que me chamou mais atenção, foi a alegria das crianças jogando bola com pais, mães, irmãos, avós e amigos bem perto das ondas.

Observei claramente a economia da praia vem crescendo com o turismo no principal polo econômico da Paraíba. Muitos vendedores ambulantes, o primeiro a encontrar já na Praia de Manaíra foi de picolé, o preço do picolé é três reais, depois vários vendedores ambulantes de diversos produtos, o preço da pipa é cinco reais, o preço de duas cadeiras com o guarda-sol é de vinte reais, já o preço da água de coco é de três reais do lado do Hotel Tambaú.

A segunda etapa da caminhada começou com uma nova maré baixa e no domingo do Dia dos Pais. Depois da Praia do Cabo Branco, a linda Praia do Seixas. É a menor praia urbana de João Pessoa (1930), nome da cidade em homenagem póstuma ao então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, assassinado em Recife. As águas do mar são verdes, calmas e mornas. Com barracas rústicas, na Praia do Seixas, encontramos a Ponta do Seixas, o ponto oriental extremo das Américas.

João Pessoa é conhecida nacional e internacionalmente como a Terra Onde o Sol Nasce Primeiro. João Pessoa é a capital do estado da Paraíba e está localizada no ponto mais oriental das Américas e do Brasil, com longitude oeste de 34°47'30" e latitude sul de 7°09'28".

Infelizmente, a Ponta do Seixas está completamente abandonada. Há décadas o local mais conhecido geograficamente da Paraíba está sem qualidade de infraestrutura para receber turistas nacionais e estrangeiros. O trade turístico paraibano deveria estabelecer como prioridade absoluta a reconstrução e modernização da Praça do Ponto Extremo Oriental das Américas. Muitas cidades brasileiras têm Centro de Convenções, muitos municípios brasileiros têm equipamentos turísticos similares a Estação Cabo Branco, o Espaço Cultural José Lins do Rego e o Teatro Santa Roza. Mas, apenas um dos 5.570 municípios brasileiros tem um deslumbrante e único ponto turístico como a Ponta do Seixas, João Pessoa.

As mudanças climáticas no planeta estão elevando as marés e provocando sérios problemas mundiais em várias cidades litorâneas. É visível as preocupações das comunidades costeiras de João Pessoa com ondas de 2 metros e de até 2 metros e 80 centímetros. Esta caminhada em sua segunda etapa só foi possível realizar com a maré baixa e com muita paciência. Em 1755, no século XVIII, ocorreu a invasão do mar com ondas de até 6 metros no Brasil colonial, conforme cartas entre autoridades portuguesas morando em Parahyba e em Lisboa. A distância de João Pessoa até Lisboa é de aproximadamente 5.747 km.

É da Praia do Seixas, quando a maré está baixa, que os banhistas, os turistas brasileiros e estrangeiros podem realizar um passeio náutico pelo catamarã 100% Lazer, um lindo passeio às Piscinas Naturais do Seixas, piscinas num imenso banco de corais, localizado apenas 500 metros da costa da Praia do Seixas. Entre a Praia do Seixas e a Praia do Sol, existem ainda as Praias da Penha, do Arraial e do Jacarapé.

Depois da Praia do Seixas, a linda Praia da Penha, totalmente acessível por uma charmosa pracinha que dá acesso à areia. Há mais de 250 anos, milhares de fiéis católicos acompanham a romaria da Penha pelas ruas do Centro Histórico de João Pessoa até a Capela de Nossa Senhora da Penha, construção portuguesa de 1763, no século XVIII. Infelizmente, na Praia da Penha, é preciso evitar o banho 100 metros à direita e 100 metros à esquerda da desembocadura do rio do Cabelo. Aproveita então para comprar lindas peças de artesanato do projeto Sereias da Penha.

Depois da Praia do Seixas, a linda Praia do Arraial. As águas mornas, límpidas e tranquilas é o que encontramos, além do encanto do fluxo e refluxo do mar. Ótima praia para descansar e evitar o estresse, a depressão e a ansiedade. Infelizmente, na Praia do Arraial, é preciso evitar o banho de mar 100 metros à direita e 100 metros à esquerda da desembocadura do rio Cuiá.

Depois da Praia do Arraial, a linda Praia de Jacarapé. A beleza da praia está na sua vegetação nativa, a tranquilidade da orla e o suave som das fracas ondas quebrando na costa pessoense. Na Praia de Jacarapé encontramos muitos pescadores, porém, infelizmente, o banho de mar deve ser evitado a 100 metros à direita e à esquerda da desembocadura do rio Jacarapé.

Depois da Praia de Jacarapé, a linda Praia do Sol. Entre belas e coloridas falésias e a desembocadura de rios e mangues, surgem recifes e corais. É uma praia com os seus quiosques à beira-mar, com garantia de balneabilidade pelos órgãos governamentais competentes como a SUDEMA. A praia estava bem vazia e super tranquila, as ondas estavam bem fortes e os ventos bem fortes.

A Praia do Sol tem 2 km de orla e tem mata nativa, falésias e o encontro do rio do Cabelo com o mar, além de muitos vendedores ambulantes de amendoim cozido, ovo de codorna e castanha de caju. Podemos encontrar bares de frutos do mar, cujo prato principal é a peixada ao molho de camarão.

Depois da Praia do Sol, finalmente, a linda Praia de Barra de Gramame. Na espetacular Praia de Barra de Gramame podemos presenciar o encontro do rio Gramame com o mar todos os dias, em quatro marés, duas marés altas, duas marés baixas.

A Praia de Barra de Gramame, última praia no extremo sul do litoral de João Pessoa, fica bem na divisa com o município vizinho de Conde. A praia é cortada pelo rio Gramame que age também como divisor entre os dois municípios paraibanos. A Praia de Barra de Gramame de João Pessoa é também conhecida como Gramame Norte e a Praia de Barra de Gramame de Conde é a Gramame Sul.

Eu caminhei apenas na Praia de Barra do Gramame no lado de João Pessoa. O rio Gramame é perfeito para aproveitar a gastronomia de muitas barracas, sobretudo os caranguejos dos mangues. Enfim, chegamos, exatamente às 13 horas na última praia, praia tão encantadora. Praia de água azul-turquesa, clima tropical, composta por falésias, rio e outras belezas naturais. A praia é um pequeno paraíso tropical no Oceano Atlântico.

Infelizmente, temos problema de poluição e que prejudica a saúde do oceano. Presenciei muitas garrafas plásticas de água mineral, muitos copos de plástico, muitas galerias invadindo o mar, além de objetos jogados como um óculos de sol sem as duas hastes. Então, precisamos de áreas protegidas nos 24 km de orla, mais placas brancas de “ÁREA EM RECUPERAÇÃO AMBIENTAL”. Devemos conservar os recursos naturais e paisagísticos da orla de João Pessoa.

Podemos realizar diversas atividades compatíveis com o ecoturismo como atividades aéreas (exemplo, voo livre pela orla), atividades aquáticas (mergulho livre nos corais) e atividades terrestres (caminhada pela orla). Dos três citados, eu recomendo a caminhada pela orla, bem cedo, porque é incrível senti as ondas do mar em seus pés, contemplar o mar e o Sol. Da Praia do Bessa observamos na Praia de Manaíra um cenário de dezenas de prédios, um mais alto do que o outro.

Em suma, percorremos um litoral de lindas praias, em seis horas de caminhada debaixo de um Sol forte (sendo três horas na primeira etapa e três horas na segunda etapa), com várias paradas para tomar água mineral, água de coco, e, sobretudo, descansar e apreciar o belíssimo mar.

Não pretendo voltar para a Praia do Bessa, porque seria uma distância maior do que uma maratona (42,195 km). Acredite, quero apenas caminhar tranquilamente nas lindas praias de João Pessoa, pisando em incontáveis pequenas conchas do mar e me integrar com a natureza e com as pessoas.

São todas lindas mesmo, uma praia mais linda do que a outra! Logo, podemos relaxar com bom banho de mar, sem tubarão, com o coração apaixonado pela minha terra natal. Amo minha terra! Parabéns, João Pessoa pelos seus 433 anos!

Portanto, acorde cedo, caminhe nas lindas praias urbanas e não urbanas na maré baixa e beba muita água de coco, porque anoitece cedo. O sol nasce primeiro em João Pessoa, praticamente antes das 05:00 e se põe por volta de 17:30. Portanto, vamos olhar para frente e acordar cedo para enxergar os raios de Sol no ponto extremo oriental das Américas. Em seguida, que belo pôr do sol! Vida longa à Jampa! Eu amo Jampa!

As Perspectivas da Economia Brasileira no biênio 2018-2019

Paulo Galvão Júnior⁶³



1. Introdução

Em 31 de julho de 2018, desliguei-me voluntariamente da SETUR após nove anos e nove meses exercendo o cargo de Chefe da DPTI. Minha intenção é dedicar mais tempo, mais intensamente aos estudos de Economia. Em outras palavras, escrever mais artigos, mais e-books de Economia.

No presente artigo intitulado “As Perspectivas da Economia Brasileira no biênio 2018-2019” reforço o pensamento do economista paraibano Celso Furtado (1920-2014) de que o Brasil precisa retomar ao crescimento econômico autossustentado, com base no setor industrial e no setor exportador, agora rumo às ondas da Quarta Revolução Industrial. A Quarta Revolução Industrial tem como cinco principais componentes: a inteligência artificial, a robótica, a impressão em terceira dimensão, a nanotecnologia e a biotecnologia.

De acordo com Celso Furtado (1958), “No período compreendido entre 1945 e 1954 a produção real cresceu no Brasil a uma taxa média anual de 6,2%. (...) A experiência indica que a economia brasileira pode alcançar espontaneamente uma taxa de crescimento anual de sua produção física de 7% a 8%”.

Foram dois anos de recessão econômica, com quedas de 3,5% e 3,5% em 2015 e 2016, respectivamente. O PIB em 2017 foi de R\$ 6,6 trilhões (US\$ 2,1

⁶³Economista brasileiro, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

trilhões) e a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 1%, devido ao consumo das famílias. O povo brasileiro almeja o crescimento econômico robusto e quer emprego, pois sofre muito com os atuais 13 milhões de desempregados no País.

2. Cenário Internacional

Nesta segunda seção iremos tratar sobre o cenário internacional no biênio 2018-2019 e que coloca em risco o resultado positivo do PIB brasileiro. Há três importantes fatores no cenário internacional que podem impactar o crescimento do Brasil: i) A guerra comercial entre os EUA e a China; ii) A saída do Reino Unido da UE; e iii) O ritmo de crescimento do grupo BRICS.

O cenário global se mostra muito preocupante e estas três questões importantes irão definir quatro variáveis: a) o ritmo de crescimento da economia mundial; b) o rumo dos preços de *commodities*; c) as taxas globais de juros; e d) as taxas mundiais de câmbio.

É possível analisar a taxa de crescimento do PIB em doze países do G20, sete países de economias avançadas e cinco países de economias emergentes, no período de 2011 a 2017 e suas projeções para os anos de 2018 e de 2019, conforme as perspectivas dos economistas do FMI.

Quadro 1. Taxa de Crescimento do PIB de doze países do G20 – 2011-2019

País	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média	2018p	2019p
EUA	1,8%	2,2%	2,4%	2,4%	2,9%	1,5%	2,3%	2,2%	2,9%	2,7%
Japão	-0,6%	1,9%	1,6%	-0,1%	0,5%	1,0%	1,7%	0,9%	1,0%	0,9%
Alemanha	3,1%	0,9%	0,2%	1,6%	1,5%	1,9%	2,5%	1,7%	2,2%	2,1%
França	2,0%	0,0%	0,3%	0,4%	1,1%	1,1%	1,8%	1,0%	1,8%	1,7%
Reino Unido	1,0%	0,3%	1,7%	2,6%	2,2%	1,8%	1,8%	1,6%	1,4%	1,5%
Itália	0,4%	-2,4%	-1,9%	-0,4%	0,8%	0,9%	1,5%	-0,2%	1,2%	1,0%
Canadá	2,5%	1,7%	2,0%	2,5%	1,2%	1,4%	3,0%	2,0%	2,1%	2,0%
G7	1,5%	0,7%	0,9%	1,3%	1,5%	1,4%	2,1%	1,3%	1,8%	1,7%
China	9,3%	7,8%	7,8%	7,4%	6,9%	6,7%	6,9%	7,5%	6,6%	6,4%
Índia	6,7%	4,7%	5,0%	7,2%	7,3%	7,1%	6,7%	6,4%	7,3%	7,5%
Rússia	4,3%	3,4%	1,3%	0,6%	-3,7%	-0,2%	1,5%	1,0%	1,7%	1,5%
África do Sul	3,5%	2,5%	2,2%	1,4%	1,3%	0,3%	1,3%	1,8%	1,5%	1,7%
Brasil	4,0%	1,9%	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	0,5%	1,8%	2,5%
BRICS	5,5%	4,1%	3,9%	3,3%	1,7%	2,1%	3,5%	3,4%	3,8%	3,9%

Fonte: FMI, World Economic Outlook (Julho/2018).

Nota: p significa projeções do FMI.

O FMI apresentou o desempenho econômico recente do Brasil e podemos comparar com outros onze países: EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá, China, Índia, Rússia e África do Sul. A melhor taxa média de crescimento do PIB foi da China no período 2011-2017 com 7,5% ao ano. Já a pior taxa média de crescimento do PIB foi do Itália com -0,2% ao ano.

A China e a Índia apresentam as maiores taxas médias de crescimento econômico nos últimos sete anos do grupo BRICS, que tem 40% da população mundial e 23% do PIB global.

Segundo o FMI, no *World Economic Outlook*⁶⁴, de 16 de julho de 2018, a melhor projeção de crescimento econômico é da Índia com 7,3% em 2018 e 7,5% em 2019. Já a pior perspectiva de crescimento do PIB é do Japão com apenas 1,0% em 2018 e 0,9% em 2019, respectivamente. A previsão de crescimento do PIB brasileiro é de 1,8% em 2018, e posteriormente, de 2,5% em 2019.

3. Cenário Nacional

Nesta terceira seção analisa-se o cenário econômico brasileiro. As perspectivas atuais são, de certa forma, positivas, em frente à recessão econômica entre 2015 e 2016. A economia brasileira começou a reagir em 2017, devido à safra recorde de grãos que provocou o forte crescimento do setor agropecuário, pelo lado da oferta agregada, além da queda na taxa SELIC e a liberação de recursos das contas inativas do FGTS que provocaram o aumento do consumo das famílias, pelo lado da demanda agregada.

Quadro 2. Taxa de Crescimento do PIB brasileiro – 2013-2019	
Ano	Taxa de Crescimento do PIB brasileiro
2003	1,1%
2004	5,8%
2005	3,2%
2006	4,0%
2007	6,1%
2008	5,1%
2009	-0,1%
2010	7,5%
2011	4,0%
2012	1,9%
2013	3,0%
2014	0,5%
2015	-3,5%
2016	-3,5%
2017	1,0%
Média	2,4%
2018p	1,5%
2019p	2,5%
Fonte: IBGE.	
Nota: p significa projeções do BCB.	

⁶⁴Perspectiva da Economia Mundial.

O ano de 2018 será marcado pela realização de eleições diretas em outubro, e esse é um fator que pode gerar fortes impactos na economia brasileira. A recuperação econômica lenta está frustrando as perspectivas da economia nacional no biênio 2018-2019, com crescimento de 1,5% em 2018 e de 2,5% em 2019, segundo as projeções do BCB.

Depois de dois anos de forte recessão econômica, a economia brasileira apresentou uma taxa média do crescimento do PIB brasileiro foi de 2,4% ao ano no período 2003-2017, segundo dados do IBGE. O crescimento da economia brasileira foi ocasionado pelo crescimento do setor agropecuário e pelo consumo das famílias. O agronegócio brasileiro continua com boas perspectivas para 2018 e 2019, mas sua competitividade depende do equacionamento do “Custo Brasil”.

O “Custo Brasil” tem oito custos ociosos no País: 1. Custos Tributários; 2. Custos de Logística; 3. Custos de Infraestrutura; 4. Custos Trabalhistas; 5. Custos Financeiros; 6. Custos Previdenciários; 7. Custos de Inserção Internacional; e 8. Custos da Burocracia. O “Custo Brasil” é um fator inibidor da competitividade nas exportações brasileiras.

O Brasil é o maior fabricante e exportador mundial de suco de laranja. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café. O Brasil é o maior produtor e exportador de açúcar do planeta. O Brasil é maior exportador de carne de frango do mundo. O Brasil é o maior exportador global de soja em grão. O Brasil é o maior exportador de celulose da Terra. Mas, nos últimos seis meses, o País tem assistido pela TV, com muito espanto, com muita preocupação, a incerteza dos rumos da economia brasileira, sobretudo, com a greve dos caminhoneiros, foram onze dias que abalaram o Brasil.

Outro grave problema econômico no País é a elevada complexidade tributária. São gastos 2,5 mil horas por ano nas empresas privadas para lidar com todo aparato relacionado a 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria). Com menos tributos, mais consumo, mais produção, mais exportação.

O setor industrial representa 22,7% do PIB brasileiro. O setor secundário da economia brasileira no biênio 2018-2019 poderá exportar mais para os países de economias avançadas como EUA, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá, como também, para os países emergentes do grupo BRICS.

Na atualidade, o setor industrial brasileiro tem grande potencial de exportação em 30 setores: 1. Alimentos; 2. Automobilístico; 3. Bebidas; 4. Borracha; 5. Couros e Calçados; 6. Confeção; 7. Aérea; 8. Papel e Celulose; 9. Plásticos; 10. Produtos Químicos; 11. Produção de Álcool e Etanol; 12. Vestuário e Acessórios; 13. Mecânica; 14. Madeira e Móveis; 15. Material Elétrico; 16. Material de Comunicação; 17. Máquinas e Equipamentos; 18. Metalúrgica; 19. Equipamentos de Transporte; 20. Biocombustíveis; 21. Metais; 22. Têxtil; 23. Siderúrgica; 24. Refino de Petróleo; 25. Petroquímica; 26. Naval; 27. Minerais não metálicos; 28. Cosméticos; 29. Farmacêutica; e 30. Informática e Tecnologia.

Com mais investimentos no setor industrial, o Brasil poderá melhorar no Índice de Competitividade. Em 2009, o Brasil ocupava a 64ª posição no ranking global do FEM. Chegou ao 48º lugar, em 2013, até despencar para a 80ª posição em 2018. Com mais competitividade, mais exportação.

Quadro 3. A Balança Comercial no Brasil – 2011-2019			
ANO	EXPORTAÇÃO (em US\$ bilhões FOB)	IMPORTAÇÃO (em US\$ bilhões FOB)	SALDO COMERCIAL (em US\$ bilhões FOB)
2011	256,0	226,2	29,8
2012	242,5	223,1	19,4
2013	242,0	239,7	2,3
2014	225,1	229,1	-4,0
2015	191,1	171,4	19,7
2016	185,2	137,5	47,7
2017	217,7	150,7	67,0
Média	222,8	196,8	26,0
2018p	224,4	168,1	56,3
2019p	653,1	452,1	201,0

Fonte: MDIC.

Nota: p significa projeções da AEB (2018) e do autor (2019).

As exportações brasileiras totalizaram US\$ 256,0 bilhões FOB⁶⁵ em 2011, enquanto as importações somaram US\$ 226,2 bilhões FOB, logo, o saldo da balança comercial brasileira obteve um superávit de US\$ 29,8 bilhões FOB, portanto, quando o Brasil exporta mais do que importa, o País consegue mais moeda estrangeira, mais dólares norte-americanos.

As exportações brasileiras encerram no ano de 2017 com US\$ 217,7 bilhões FOB, enquanto as importações totalizaram US\$ 150,7 bilhões FOB, portanto, o saldo da balança comercial brasileira apresentou um superávit de US\$ 67,0 bilhões, o que significa que o Brasil exportou muito mais do que importou, graças ao efeito da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano.

Durante o período de 2011 a 2017, a balança comercial do Brasil apresentou saldo superavitário, com exceção o ano de 2014. Em 2013, devido à perda de dinamismo das exportações nacionais, provocado entre outros fatores pela forte redução dos preços das *commodities* como minério de ferro, soja, café e petróleo, e pela valorização do real perante o dólar norte-americano, o saldo da balança comercial brasileira registrou superávit de apenas US\$ 2,3 bilhões FOB e em 2014 um déficit de US\$ 4,0 bilhões FOB. A partir de 2015 esta tendência foi

⁶⁵Free On Board.

revertida com um saldo superavitário de US\$ 19,7 bilhões FOB, US\$ 47,7 bilhões FOB em 2016 e US\$ 67,0 bilhões FOB em 2017.

Os cinco principais países de destino das exportações brasileiras, no ano de 2016, foram: China (US\$ 37,4 bilhões FOB), EUA (US\$ 23,2 bilhões FOB), Argentina (US\$ 13,4 bilhões FOB), Holanda (US\$ 10,3 bilhões FOB) e Alemanha (US\$ 4,9 bilhões FOB).

Podemos afirmar que as projeções econômicas para o ano de 2018 são de US\$ 26 a US\$ 56,3 bilhões FOB de superávit comercial no Brasil. Ocorrendo a reforma tributária no primeiro semestre do ano de 2019, existirá um potencial econômico de US\$ 653,1 bilhões FOB em exportações brasileiras.

3.1 A Inflação no Brasil

De acordo com o FMI, a forte recessão econômica abriu espaço para a queda da taxa de inflação, por causa da redução da demanda agregada, e pela melhoria das contas externas, porque o Brasil passou a exportar mais produtos e a importar menos nos últimos sete anos. A inflação baixa, ressaltou o FMI, abre espaço para que o BCB continue a reduzir a taxa SELIC.

A agroindústria brasileira é um dos setores chaves para promover o crescimento econômico autossustentado, além de contribuir para uma inflação baixa no País.

Quadro 4. Taxa de Inflação no Brasil – 2003-2019	
Ano	IPCA (variação acumulada do ano)
2003	9,3%
2004	7,6%
2005	5,7%
2006	3,1%
2007	4,5%
2008	5,9%
2009	4,3%
2010	5,9%
2011	6,5%
2012	5,8%
2013	5,9%
2014	6,4%
2015	10,7%
2016	6,3%
2017	2,9%
Média	6,0%
2018p	4,1%
2019p	4,1%
Fonte: IBGE.	
Nota: p significa projeções do BCB.	

A taxa de inflação no Brasil encerrou o ano de 2017 em 2,9%, resultado mais baixo desde 2006 com 3,1%, segundo dados do IBGE. A taxa de inflação alcançou 10,7% em 2015, a mais alta no período de 15 anos, provocando uma enorme queda no poder aquisitivo do trabalhador brasileiro. A magnitude do

impacto dos alimentos sobre nível geral de preços ficou ainda mais evidente quando observamos o deslocamento do IPCA recente entre 2016 e 2017.

A queda do IPCA anual permite a construção de uma visão otimista sobre o futuro do Brasil no biênio 2018-2019. No Brasil, as classes econômicas E e D correspondem a 70,8 milhões de habitantes, a classe C tem 113,1 milhões de habitantes, e as classes B e A têm apenas 23,1 milhões de pessoas ricas.

A Dívida Pública no Brasil

Outro indicador econômico muito importante é a dívida pública. A relação entre a dívida pública e o PIB continua subindo muito no Brasil, um dos cinco países emergentes do grupo BRICS.

Quadro 5. A Dívida Pública Líquida e Bruta do Brasil – 2006-2019		
Ano	Dívida Pública Líquida	Dívida Pública Bruta
Dez./2006	46,5% do PIB	55,5% do PIB
Dez./2007	44,5% do PIB	56,7% do PIB
Dez./2008	37,6% do PIB	56,0% do PIB
Dez./2009	40,9% do PIB	59,2% do PIB
Dez./2010	38,0% do PIB	51,8% do PIB
Dez./2011	34,5% do PIB	51,3% do PIB
Dez./2012	32,2% do PIB	53,7% do PIB
Dez./2013	30,5% do PIB	51,5% do PIB
Dez./2014	32,6% do PIB	56,3% do PIB
Dez./2015	35,6% do PIB	65,5% do PIB
Dez./2016	46,2% do PIB	70,0% do PIB
Dez./2017	51,6% do PIB	74,0% do PIB
Média	39,2% do PIB	58,4% do PIB
Dez./2018p	56,8% do PIB	87,3% do PIB
Dez./2019p	66,8% do PIB	90,2% do PIB

Fonte: BCB. Nota: p significa projeções do FMI (dívida bruta) e do autor.

O BCB verificou que a dívida pública líquida subiu de 46,5% do PIB em dezembro de 2006 para 51,6% em dezembro de 2017, ou seja, um aumento de 5,1% do PIB nos últimos doze anos. Enquanto, a dívida pública bruta cresceu de 55,5% do PIB em dezembro de 2006 para 74,0% do PIB em dezembro de 2017, ou seja, um aumento de 18,5% do PIB nos últimos doze anos.

A dívida pública bruta foi crescente no Brasil nos últimos cinco anos, de 51,7% do PIB em dezembro de 2013 para 74,0% do PIB em dezembro de 2017, devido aos elevados gastos públicos, portanto, o setor público gastou muito mais do que arrecadou no País.

4. Considerações Finais

Este artigo analisou as perspectivas da economia brasileira para o biênio 2018-2019, focando em particular na desaceleração econômica recente, na recessão econômica que a seguiu, e sobretudo, na recuperação econômica.

Nossa análise mostra que houve problemas macroeconômicos no período 2011-2014 e sobretudo nas políticas contracionistas do biênio 2015-2016. As causas da desaceleração econômica recente e da forte recessão econômica ainda requerem estudos mais aprofundados, vindo a merecer análises para além do calor do debate político-ideológico e com foco nos três setores da economia brasileira, sobretudo, o setor industrial.

O foco foi mostrar que ocorreu a superação da crise econômica a partir de 2017. As exportações brasileiras estão entre as principais forças propulsoras do crescimento econômico do Brasil, pois são instrumento de geração de divisas, emprego e renda.

Os Governos do Brasil já devem 74% do PIB brasileiro, logo, as crianças estão morrendo nas cinco regiões do País, enquanto somos obrigados pagar uma elevada dívida pública bruta (dívida do governo federal, do INSS, dos governos estaduais e dos governos municipais) que já chegou em R\$ 5,133 trilhões em maio de 2018. O pagamento dos elevados e abusivos juros de R\$ 328,1 bilhões em 2017, drenou enormes recursos públicos que deveriam ser investidos nas áreas sociais, sobretudo, na educação e na saúde.

Este artigo, influenciado pelo pensamento econômico de Celso Furtado e pelas ondas da Revolução 4.0, procurou dar alguma contribuição para retomar a proposta do Brasil como a quinta economia mundial, gerando empregos formais, porque temos 34,3 milhões de brasileiros que mantêm algum tipo de emprego sem carteira de trabalho assinada, segundo o IBGE.

Precisamos de grandes investimentos públicos e privados em infraestrutura para o Brasil volta a crescer forte. Mais investimentos em saneamento básico e em ferrovias. Necessitamos de enormes investimentos públicos e privados em educação. Em 2014, o Brasil investiu 4,9% do PIB em educação.

Com a guerra comercial entre os EUA e a China, o Brasil poderá exportar mais produtos agropecuários como soja em grãos, etanol e carne suína para China. Em 2017, as exportações brasileiras de soja para China foram de US\$ 20 bilhões, segundo o MDIC. O Brasil poderá exportar mais produtos agropecuários como frutas, café e carne de frango para os EUA.

O Brasil necessita gerar mais empregos diretos o mais breve possível. Com 200 milhões de hectares em terras agricultáveis disponíveis, podemos aumentar a produção agrícola de arroz, feijão, milho, soja, girassol, algodão, café, cana-de-açúcar, cacau, uva, laranja, limão, banana, caju, maçã, melancia, melão, tomate, cebola, abacate, manga e abacaxi. E um litoral com 7.367 km ainda inexplorado em sua totalidade, podemos crescer o turismo no segmento de Sol e Praia e a produção de peixes e frutos do mar.

O que o futuro nos reserva? A voz das mudanças estão nas ruas e nas praças do Brasil. O povo brasileiro irá escolher o seu melhor caminho rumo ao seletivo grupo dos países desenvolvidos para respirar os bons ares do

desenvolvimento econômico. Entre 7 a 28 de outubro de 2018, a escolha democrática de 146,9 milhões de eleitores, sendo 77,1 milhões de mulheres eleitoras (52,5%) e 69,8 milhões de homens eleitores (47,5%), serão as vozes das mudanças necessárias para colocar o Brasil nos caminhos da prosperidade econômica, assim todos seremos felizes!

Referências

BCB. **Relatório de Mercado Focus**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20180720.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2018.

FMI. **World Economic Outlook**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/07/02/world-economic-outlook-update-july-2018>. Acesso em 23 de julho de 2018.

FURTADO, Celso. **Perspectivas da Economia Brasileira**. 1958. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado4.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2018.

VOCÊ S/A. **Com Trabalho e Sem Emprego**. São Paulo: Editora Abril, julho de 2018.

